

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Anna Karenina Chaves Delgado

**NOVA ‘ORGANIZAÇÃO’ DO TURISMO: UM OLHAR PARA O  
TURISMO COMUNITÁRIO A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE (TAR)**

**Orientadora: Profa. Jackeline Amantino de Andrade, Dra.**

Recife  
2018

Anna Karenina Chaves Delgado

NOVA ‘ORGANIZAÇÃO’ DO TURISMO: UM OLHAR PARA O TURISMO  
COMUNITÁRIO A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE (TAR)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração.

Linha de Pesquisa/ Campo Temático: Organização e Sociedade/ Desenvolvimento, Política e Trabalho (DPT).

Orientadora: Profa. Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Recife  
2018

Catalogação na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| D352n | <p>Delgado, Anna Karenina Chaves</p> <p>Nova ‘organização’ do turismo: um olhar para o turismo comunitário a partir da teoria Ator-Rede(TAR) / Anna Karenina Chaves Delgado. - 2018. 299 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Jackeline Amantino de Andrade</p> <p>Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2018.</p> <p>Inclui referências, apêndices e anexos.</p> <p>1. Turismo comunitário. 2. Prática. 3. Teoria Ator-Rede. I. Andrade, Jackeline Amantino de (Orientadora). II. Título.</p> <p>658 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CSA 2018 – 111)</p> |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

ANNA KARENINA CHAVES DELGADO

**NOVA ‘ORGANIZAÇÃO’ DO TURISMO: um olhar para o turismo comunitário a partir da teoria ator-rede (TAR)**

Tese submetida ao corpo docente apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovado em: 15/ 06/ 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jackeline Amantino de Andrade (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Doriana Daroit (Examinadora Externa)  
Universidade de Brasília

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Lavras

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois apesar dos muitos obstáculos que encontrei durante o caminho, consegui finalizar essa etapa tão importante da minha carreira profissional;

À minha família pelo apoio constante, em especial, a minha mãe Célia e as tias, Maria José e Djanira. Também agradeço aos meus irmãos, Anna Karina e Vladimir;

À Michele Borges por não me deixar desistir e pelo auxílio na revisão desse trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD/ UFPE), pela oportunidade e atenção que recebi de todos durante esses quatro anos;

À Profa. Jackeline Amantino de Andrade, por ter me orientado com atenção;

Aos professores que contribuíram para minha formação ao longo dessa jornada: Prof. André Luiz Maranhão de Souza Leão, Prof. Bruno Campello de Souza, Profa. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Profa. Doriana Daroit, Prof. Guilherme Moura, Prof. Henrique César Muzzio de Paiva Barroso, Profa. Jackeline Amantino de Andrade, Prof. José de Arimatéia Dias Valadão, Prof. Marcos Feitosa, Prof. Marcos Primo, Profa. Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa, Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello e Prof. Walter Moraes;

À Coordenação do Programa;

À Secretaria do Programa;

À comunidade da Ilha de Deus, por ter me acolhido com tanto carinho, abrindo, literalmente, as portas de suas casas para mim;

A todos os colegas doutorandos da Turma 11, pelo apoio e incentivo constantes;

Aos colegas e amigos do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *campus* Barreiros e Cabo de Santo Agostinho, por me incentivar a continuar e pela compreensão em momentos de ausência;

À Arya e Frida pela companhia durante as muitas madrugadas de estudo.

## RESUMO

O turismo mostra-se como uma importante atividade do século XXI, tendo em vista que anualmente gera bilhões de dólares. Mas, o setor de viagens é bem mais amplo do que sua movimentação financeira e apresenta uma dinâmica complexa a qual envolve um conjunto extenso de pessoas e objetos. Dentre os muitos elementos que o compõem têm-se os aviões, hotéis, ônibus, praias, representações culturais, eventos, turistas, políticas públicas, alimentação, moradores locais e assim por diante. Cada tipo de turismo alista um conjunto sutilmente diferente desses elementos que resultam em diversas práticas turísticas. Assim, busca-se compreender o turismo como uma prática ‘social’, fruto de um processo de organização ao qual envolve tanto aspectos humanos como não-humanos (BISPO, 2016). Ao adotar essa postura, o intuito da pesquisa é observar o funcionamento do turismo por meio de suas práticas, no entanto, devido a extensão da atividade, torna-se necessário realizar uma delimitação do objeto de estudo. Dessa forma, na presente tese optou-se por estudar o processo de organização do turismo comunitário ou de base comunitária como objeto de estudo. As práticas de turismo comunitário observadas nessa pesquisa encontram-se espacializadas, assim, a pesquisa acontece na Ilha de Deus, comunidade situada numa região de mangue na cidade de Recife. Com o objetivo de estudar a organização do turismo de forma dinâmica, formada a partir de seu conjunto de práticas, adota-se uma ontologia relativista (do tipo realista) valendo-se das discussões de Mol (2008, 2002) acerca da multiplicidade de realidades. E ao observar essa dinâmica, considerando tanto seus aspectos humanos como não-humanos, adota-se uma base epistemológica relacional alicerçada na Teoria Ator-Rede. A presente pesquisa qualitativa volta-se a um método de inspiração etnográfica ao qual adota técnicas de *shadowing* para seguir os actantes enquanto esses desempenham práticas de turismo comunitário. A tese é fruto de uma pesquisa de campo com duração de seis meses na Ilha de Deus e em outros locais por onde os actantes se movimentavam. Além dos diários de campo, construiu-se o corpora através de registros fotográficos e documentos diversos. Para analisá-los, adotou-se a sequência proposta pelo espiral analítico de Creswell (2013). A partir desses, iniciou-se a apresentação dos resultados ao perscrutar os caminhos organizativos tomados que permitiram a composição do turismo na Europa, sendo esse transportado para o Brasil chegando até Recife e a Ilha de Deus, e nessa observa-se a presença de três realidades emergentes do turismo comunitário. Ao adentrar nas diferentes realidades são percebidos os muitos elementos que os compõem e colaboram para sua existência e persistência. Cada uma das associações observadas transladou diferentes práticas turísticas. Assim, nota-se como o *organizing* contemporâneo do turismo mostra-se móvel e disperso.

Palavras-Chave: Turismo comunitário. Prática. *Shadowing*. Teoria Ator-Rede.

## ABSTRACT

Tourism is an important activity of the 21st century, without a doubt, the billions of dollars it generates annually explain in part its importance. But the travel industry is much bigger than its financial transactions, it shows a complex dynamic which involves an extensive set of people and objects. Among the many elements that compose it are airplanes, hotel, bus, beach, cultural representations, events, tourists, public policies, food, local residents and so on. Each type of tourism lists different sets of these elements, which result in various tourist practices. Thus, tourism is understood as a 'social' practice, the result of an organization process involving both human and non-human aspects (BISPO, 2016). Following this posture, the aim of this research is to observe the operation of tourism through its practices, however due to the extension of the activity it is necessary to delimit the object of study. Thus, in this thesis we decided to study the process of organizing community-based tourism or community tourism. The community tourism practices observed in this research are localized, so the research takes place in Ilha de Deus, a community located in a mangrove region in the city of Recife. In order to study the organization of tourism in a dynamic way, based on its set of practices, a relativistic (realistic type) ontology is used, based on the discussions of Mol (2008, 2002) about the multiplicity of realities. To observe the dynamic and consider human and non-human aspects, a relational epistemological base (Actor-Network Theory) is adopted. The present qualitative research uses a method based on ethnographic studies and shadowing techniques to follow the actants while they perform practices of community tourism. The thesis is the result of a six-month field research on Ilha de Deus and other places where the actants moved. In addition to the field journals, the corpora were built through photographic records, reporting, videos and various documents. To analyze them we adopt the sequence proposed by Creswell (2013) in his analytical spiral. The results of the research start presenting the organizational paths taken that allowed the composition of tourism in the Europe, which was transported to Brazil arriving to Recife on the Ilha de Deus. This shows the presence of three realities emerging from community tourism. Entering in the different realities is possible to see the many different elements that compose them and collaborate for their existence and persistence. Each of the associations observed translated different tourist practices. Thus, one can notice how the contemporary organization of tourism are mobile and dispersed.

Keywords: Community Tourism. Practice. Shadowing. Actor-Network Theory.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Realidades da prática do turismo .....                                        | 22  |
| Quadro 2 - Relevância do TC e TBC em eventos, revistas e políticas de turismo .....      | 26  |
| Quadro 3 - Orientações da pesquisa .....                                                 | 69  |
| Quadro 4 - Vantagens e Desvantagens do <i>Shadowing</i> e <i>Following Objects</i> ..... | 73  |
| Quadro 5 - Critérios para formação do <i>corpus</i> .....                                | 78  |
| Quadro 6 - Visitas realizadas na Ilha de Deus .....                                      | 89  |
| Quadro 7 - Itinerário da Missão VV na Ilha de Deus .....                                 | 239 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Crescimento do turismo no mundo (2008 - 2017) .....                         | 27  |
| Figura 2 - Manchetes de Jornais sobre turismo comunitário na Ilha de Deus .....        | 34  |
| Figura 3 - Simetria generalizada .....                                                 | 56  |
| Figura 4 - Síntese dos momentos de translação .....                                    | 60  |
| Figura 5 - Saturação e critério de busca .....                                         | 80  |
| Figura 6 - Espiral de Análise de Dados de Creswell .....                               | 82  |
| Figura 7 - Buscas na Hemeroteca digital brasileira e no Acervo digital .....           | 83  |
| Figura 8 - Busca no jornal o Estadão por turismo comunitário .....                     | 84  |
| Figura 9 - Caderno de anotações em campo .....                                         | 87  |
| Figura 10 - Elaboração do índice da Terceira Etapa .....                               | 91  |
| Figura 11 - Organização dos <i>corpora</i> na Terceira Etapa .....                     | 92  |
| Figura 12 - Movimentos históricos das Viagens/ Turismo .....                           | 94  |
| Figura 13 - Notícia de Jornal (Blackpook) .....                                        | 102 |
| Figura 14 - Trecho do Railway Regulation Act 1844 .....                                | 104 |
| Figura 15 - Notícia de Jornal (Pacotes da Cook's and Son) .....                        | 108 |
| Figura 16 - Notícia de Jornal: Excursão Internacional chega ao Brasil .....            | 127 |
| Figura 17 - Anúncio de inauguração do Copacabana Palace e lista de hóspedes .....      | 129 |
| Figura 18 - Grande Hotel São Pedro .....                                               | 131 |
| Figura 19 - Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852 .....                               | 135 |
| Figura 20 - Manchete de Jornal .....                                                   | 136 |
| Figura 21 - Recreação Operária .....                                                   | 138 |
| Figura 22 - Notícia do jornal .....                                                    | 143 |
| Figura 23 - Hotel Hilton em São Paulo .....                                            | 145 |
| Figura 24 - Investimentos do BID na Amazônia Legal .....                               | 151 |
| Figura 25 - Entrada da ponte “Vitória das mulheres” na Ilha de Deus .....              | 161 |
| Figura 26 - Mapa de localização da Ilha de Deus .....                                  | 162 |
| Figura 27 - Entrada do Hostel/ Sede da ONG Saber Viver e <i>banner</i> em alemão ..... | 167 |
| Figura 28 - Palafitas e casebres da Ilha de Deus na década de 1980 .....               | 177 |
| Figura 29 - Poluição dos rios e pobreza em Recife .....                                | 191 |
| Figura 30 - Espaço para construção da creche .....                                     | 193 |
| Figura 31 - Placa do Museu Digital Frei Beda .....                                     | 196 |

|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 32 - Praça infantil na Ilha de Deus .....                  | 197 |
| Figura 33 - Viveiros de camarão na Ilha de Deus .....             | 201 |
| Figura 34 - Ponte ‘Vitória das Mulheres’: Primeira Fase .....     | 204 |
| Figura 35 - Linha do Tempo .....                                  | 211 |
| Figura 36 - Divulgação da Teça no Mangue .....                    | 217 |
| Figura 37 - Trilha do projeto Teça no Mangue .....                | 220 |
| Figura 38 - Agenda de cursos de capacitação na Ilha de Deus ..... | 221 |
| Figura 39 - Roteiro pedagógico Ilha de Deus ONG Saber Viver ..... | 225 |
| Figura 40 - Missão VV na Ilha de Deus .....                       | 238 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

|           |                                                                                         |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| ABIH      | Associação Brasileira das Indústrias Hoteleiras                                         |
| ANT       | <i>Actor-Network Theory</i>                                                             |
| A&B       | Alimentos e Bebidas                                                                     |
| AIESEC    | <i>Association Internationale des Etudiants em Sciences Economiques el Commerciales</i> |
| BB        | Banco do Brasil                                                                         |
| BID       | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                                 |
| BIRD      | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento                                 |
| BNB       | Banco do Nordeste do Brasil                                                             |
| CAPES     | Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior                                |
| CLT       | Consolidação das Leis Trabalhistas                                                      |
| CNN       | Companhia Nacional de Navegação                                                         |
| CNTUR     | Conselho Nacional de Turismo                                                            |
| COMBRATUR | Comissão Brasileira de Turismo                                                          |
| DC        | Duplo Clique                                                                            |
| DNER      | Departamento Nacional de Estradas e Rodagem                                             |
| DTC       | Divisão de Turismo e Certames                                                           |
| EMBRATUR  | Empresa Brasileira de Turismo/ Instituto Brasileiro de Turismo                          |
| EMPETUR   | Empresa Pernambucana de Turismo                                                         |
| EO        | Estudos Organizacionais                                                                 |
| FG        | Faculdade Guararapes                                                                    |
| FINAM     | Fundo de Investimento da Amazônia                                                       |
| FINOR     | Fundo de Investimento do Nordeste                                                       |
| FISSET    | Fundo de Investimento Setorial                                                          |
| FUNGETUR  | Fundo Geral de Turismo                                                                  |
| GPS       | <i>Global Positioning System</i>                                                        |
| IBICT     | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia                              |
| ICMBio    | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade                                 |
| IFPE      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco                       |
| MTUR      | Ministério do Turismo                                                                   |
| MTIC      | Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio                                            |

|              |                                                                 |
|--------------|-----------------------------------------------------------------|
| MICT         | Ministério da Indústria, Comércio e Turismo                     |
| OIT          | Organização Internacional do Trabalho                           |
| ONG          | Organização Não Governamental                                   |
| OMT          | Organização Mundial do Turismo                                  |
| OMI          | Oblatos de Maria Imaculada                                      |
| PDTIS        | Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável                 |
| PNT/ PLANTUR | Plano Nacional de Turismo                                       |
| PNMT         | Programa Nacional de Municipalização do Turismo                 |
| PPO          | Ponto de Passagem Obrigatório                                   |
| PRODETUR/ NE | Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste  |
| PROECOTUR    | Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal |
| PRT          | Programa Nacional de Regionalização do Turismo                  |
| RECRIA       | Rede de Turismo Criativo                                        |
| SALTE        | Saúde, Alimentação, Transporte e Educação                       |
| SEMA         | Secretaria Especial do Meio Ambiente                            |
| SESC         | Serviço Social do Comércio                                      |
| SESI         | Serviço Social da Indústria                                     |
| SNV          | <i>Netherlands Development Organization</i>                     |
| SRO          | Serviço de Recreação Operária                                   |
| SUDENE       | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste                 |
| TAR          | Teoria Ator-Rede                                                |
| TBC          | Turismo de Base Comunitária                                     |
| TC           | Turismo Comunitário                                             |
| UFPE         | Universidade Federal de Pernambuco                              |
| VARIG        | Viação Aérea Rio Grandense                                      |
| VASP         | Viação Aérea São Paulo                                          |
| VV           | <i>Volunteers Vacations</i>                                     |
| ZEPA         | Zona Especial de Preservação Ambiental                          |
| WWF          | <i>World Wild Life</i>                                          |

## SUMÁRIO

|              |                                                                                  |           |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b>    | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                          | <b>15</b> |
| 1.1          | PROBLEMATIZAÇÃO.....                                                             | 15        |
| 1.2          | OBJETIVOS .....                                                                  | 24        |
| 1.3          | JUSTIFICATIVA .....                                                              | 25        |
| <b>1.3.1</b> | <b>A seleção da comunidade da Ilha de Deus como <i>locus</i> de estudo .....</b> | <b>33</b> |
| 1.4          | ESTRUTURA DA TESE .....                                                          | 34        |
| <b>2.</b>    | <b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                                 | <b>36</b> |
| 2.1          | O ESTUDO DO ORGANIZAR ( <i>ORGANIZING</i> ) .....                                | 36        |
| 2.2          | MULTIPLICIDADE DE REALIDADES E MODOS DE EXISTÊNCIA ....                          | 40        |
| 2.3          | ASPECTOS GERAIS DA <i>ACTOR-NETWORK THEORY</i> (ANT) .....                       | 46        |
| <b>2.3.1</b> | <b>Conceitos-chave da TAR .....</b>                                              | <b>49</b> |
| 2.3.1.1      | O que significa ator, rede e teoria .....                                        | 49        |
| 2.3.1.2      | Princípio da Simetria generalizada .....                                         | 52        |
| 2.3.1.3      | Translação .....                                                                 | 57        |
| 2.3.1.4      | Performatividade, performance e co-performance .....                             | 61        |
| <b>3.</b>    | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                                         | <b>66</b> |
| 3.1          | BASES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA .....                            | 66        |
| 3.2          | MÉTODO .....                                                                     | 69        |
| 3.3          | CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS CORPORA DE PESQUISA .....                               | 77        |
| <b>3.3.1</b> | <b>Formação do <i>corpus</i>: Primeira parte .....</b>                           | <b>79</b> |
| <b>3.3.2</b> | <b>Formação do <i>corpus</i>: Segunda parte .....</b>                            | <b>82</b> |
| <b>3.3.3</b> | <b>Formação do <i>corpus</i>: Terceira parte .....</b>                           | <b>85</b> |
| <b>4.</b>    | <b>RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>                                              | <b>93</b> |

|         |                                                                        |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1     | DO SURGIMENTO DO TURISMO DE MASSA AO COMUNITÁRIO ....                  | 93  |
| 4.1.1   | <b>As viagens nas civilizações antigas e medievais</b> .....           | 95  |
| 4.1.2   | <b>Era dos <i>grand e petit tour</i> na Europa</b> .....               | 97  |
| 4.1.3   | <b>Balneários litorâneos e SPA</b> .....                               | 101 |
| 4.1.4   | <b>Turismo de Massa</b> .....                                          | 106 |
| 4.1.5   | <b>Multiplicidades turísticas: ascensão das novas realidades</b> ..... | 116 |
| 4.2     | DO SURGIMENTO DO TURISMO AO TURISMO COMUNITÁRIO NO<br>BRASIL .....     | 121 |
| 4.3     | ACESSANDO O CAMPO .....                                                | 158 |
| 4.4     | HISTÓRIA DA ILHA DE DEUS .....                                         | 173 |
| 4.4.1   | <b>Surgimento e Organização do Turismo e Excursionismo</b> .....       | 212 |
| 4.4.1.1 | TBC Pedagógico ou Educacional .....                                    | 214 |
| 4.4.1.2 | TBC de Lazer .....                                                     | 226 |
| 4.4.1.3 | TBC Voluntário .....                                                   | 233 |
| 4.5     | TRANSLAÇÃO E COMPOSTO HETEROGÊNEO DO TURISMO NA<br>ILHA DE DEUS .....  | 240 |
| 5.      | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                      | 248 |
| 5.1     | TRANSPORTANDO O TURISMO COMUNITÁRIO PARA ILHA DE<br>DEUS .....         | 248 |
| 5.2     | COMPOSTO HETEROGÊNEO DO TURISMO NA ILHA DE DEUS .....                  | 251 |
| 5.3     | ESPAÇOS DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO NA ILHA DE DEUS .                  | 255 |
| 5.4     | MANUTENÇÃO DOS OBJETIVOS .....                                         | 257 |
| 5.5     | LIMITAÇÕES E INDICAÇÕES PARA NOVAS PESQUISAS .....                     | 259 |
|         | <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                               | 261 |
|         | APÊNDICE A – Lista de Periódicos Pesquisados .....                     | 280 |
|         | APÊNDICE B – Participação da Pesquisadora em Atividades da ONG .....   | 281 |
|         | APÊNDICE C – Fluxo de Turistas Estrangeiros e Receita Gerado no Brasil | 282 |
|         | APÊNDICE D – Fotos de Banner na Ilha de Deus .....                     | 283 |
|         | APÊNDICE E – Estrutura do <i>Hostel</i> .....                          | 284 |
|         | APÊNDICE F – Índice de Analfabetismo na Ilha de Deus .....             | 285 |

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APÊNDICE G – Guias da Catamaran Tours e Ilha de Deus utilizando<br>microfones ..... | 286 |
| ANEXO A – Material de Divulgação do Brasil .....                                    | 288 |
| ANEXO B – Críticas a realização do Megaprojeto .....                                | 289 |
| ANEXO C – Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária .....              | 290 |
| ANEXO D – Fotos das Ações dos Religiosos na Ilha de Deus .....                      | 291 |
| ANEXO E – Construção da Ponte ‘Vitória das Mulheres’ (2ª Etapa) .....               | 292 |
| ANEXO F – Planejamento Participativo .....                                          | 293 |
| ANEXO G – Projeto de Urbanização da ZEIS Ilha de Deus .....                         | 294 |
| ANEXO H – Visitantes na Ilha de Deus .....                                          | 295 |
| ANEXO I – Teça no Mangue .....                                                      | 296 |
| ANEXO J – Pacotes para Ilha de Deus: Teça no Mangue .....                           | 297 |
| ANEXO L – Pacotes para Ilha de Deus: Saber Viver e Catamaran Tours ....             | 298 |
| ANEXO M – Missão na Ilha de Deus: Volunteer Vacation .....                          | 299 |

## 1. INTRODUÇÃO

---

A atividade turística pode ser observada como uma dinâmica complexa, tendo em vista os efeitos que gera (FRANKLIN, 2004, 2008) e a capacidade de apresentar múltiplas realidades e envolver uma heterogeneidade de elementos sociotécnicos. Isso pode ser observado ao optar pela realização de uma simples viagem de férias. Nessa situação o indivíduo vê-se envolto numa multiplicidade de elementos, desde o momento em que inicia o processo de escolha do destino, passando pelas decisões a respeito do que incluir ou não em seu roteiro de viagem, até o momento de seu retorno a sua residência habitual.

O que se pode perceber é que vários são os elementos que entram em ação quando alguém decide viajar. Esses vários elementos aos quais compõem o fenômeno turístico relacionam-se a aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais, geográficos, políticos, tecnológicos, e mais uma infinidade de integrantes. Dessa maneira, estudar o turismo é iniciar por essa multiplicidade que não está relacionada apenas a heterogeneidade de elementos, mas também as muitas realidades que acabam por ser enactadas durante as práticas dos muitos humanos e não-humanos que compõem o universo turístico. E isso devido a forma como o fenômeno turístico encontra-se ‘organizado’ no mundo ‘moderno’.

### 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Várias vertentes dos estudos denominados organizacionais (EO) não mais observam as organizações como um objeto com fronteiras amplamente definidas e facilmente classificáveis. Isso porque voltam o olhar para o constante processo de instabilidade que compreende redefinições frequentes do que vem a ser a ‘organização’ (GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2006). Nos estudos onde leva-se em conta essas (re)definições, observa-se como as organizações são complexas, no sentido que envolvem diversos elementos dos mais variados tipos (heterogêneos) e suas respectivas relações, tendo em vista que nenhum elemento encontra-se fixo, podendo, a qualquer momento, não compor a organização. Dessa forma, tem-se negociações que temporariamente definem os atores e elementos que vão enactar<sup>1</sup> determinada associação.

---

<sup>1</sup> A ideia do enactar/performar aparece nos estudos de Law (2004, 2007) e Mol (2002, 2008) para ilustrar a instabilidade. Nenhum objeto ou fenômeno é assumido como pronto, esses passam por constantes processos de estabilização e desestabilização. O enactar não deve ser visto exclusivamente como algo que é feito, pois ao mesmo tempo em que os elementos (de determinada associação) fazem uma realidade também são feitos por ela. Camillis

É fundamental, ao considerar as negociações que são estabelecidas, ter em mente que as atividades/ ações não podem ser entendidas apenas ao observar a agência humana e a estrutura social separadamente, mas a partir de influências recíprocas entre todos os elementos. A partir dessas influências recíprocas tem-se o enactar/ performar, no sentido de um constante processo de ‘produção’ da organização, ao qual nunca atinge um resultado fixo, apenas parcial. Assim, Law (1992) observa o processo de ordenamento ou organização (*organizing*) como consequência de uma rede heterogênea. A organização é formada por uma série de realizações que encontram-se incompletas, em constante ameaça, pois não há nenhuma forma ‘padrão’ definida *a priori* do que vem a ser organização. Nesses casos a estabilidade mostra-se como uma realização, mas também como uma ilusão ótica (CZARNIAWSKA, 2009) no sentido que demanda muito esforço e não persiste. Dessa maneira, precisam ser realizadas novamente a cada dia, pois organizar é um processo que nunca se extingue totalmente.

Dentro dessa visão, propõe-se inclusive uma redefinição na forma de estudar os processos de organização (CAVALCANTI; ALCADIPANI, 2013). “É uma questão de analisar, digamos, a produção da organização, e não a organização da produção” (COPPER; BURRELL, 1988, p. 106, tradução nossa), ou seja, como determinada organização é temporariamente estabelecida/ formada e não estudar aquilo que compõe a sua essência, tendo em vista que as organizações não possuem essência.

Assim, dentro das vertentes de pesquisa que entendem as organizações de forma fluída e heterogênea, a partir de seu processo de formação, têm-se a Teoria Ator-Rede (TAR). Essa ascende como uma nova abordagem teórica-metodológica, que se inicia na década de 80. Dentre as muitas contribuições da TAR têm-se a percepção de que os humanos não detém agência sobre as organizações ou sob nenhum outro tipo de associação.

Conforme explica Latour (2012), há uma conexão entre atores humanos e não-humanos, essa é denominada de associação ou composição ou coletivo, e nessa não há dominância do humano sobre o não-humano. Isso porque nas associações heterogêneas não é possível identificar a partir de qual ‘ator’ se origina a ação. Entende-se que as pessoas e os objetos atuam de forma conjunta (LAW; MOL, 1995), por isso fala-se em ação distribuída (LATOUR, 1988), não existe elemento que atua ou mesmo que exista de forma independente. Para ilustrar a importância dos não-humanos dentro do turismo, Bispo (2017, p. 131) afirma:

---

e Antonello (2016) descrevem esse processo como participar de uma contínua prática de artesanato (*crafting*) - que envolve uma combinação de pessoas, técnicas, textos, arranjos, fenômenos naturais, etc., que são todos enatados.

Antes de iniciar o deslocamento em si, as pessoas são provocadas a viajar por algo que as motivou, normalmente a vontade de conhecer ou vivenciar algo. Assim, algum elemento não humano está presente na motivação inicial do deslocamento. Além disso, ao utilizar algum tipo de tecnologia para pesquisa e compra da viagem, o próprio dinheiro, as formas como se dará o deslocamento e as condições de hospedagem, passeios e alimentação no destino sempre terão a presença e a ação de um não humano, o qual se torna fundamental para a existência do turismo, assim como as pessoas (humanos) em si. (BISPO, 2017, p. 131).

Latour (1994) acredita que existe uma propagação de híbridos, ou seja, elementos compostos por aspectos humanos e não-humanos que devem sempre ser vistos pelo pesquisador de forma simétrica. Em função disso, quando há alguma mudança nos humanos e não-humanos que enactam a organização/ fenômeno, há como consequência variações na própria organização/ fenômeno, o que demonstra sua instabilidade.

Devido a ação ser estabelecida tanto por pessoas quando por objetos, prefere-se denominá-los com a expressão genérica de ‘actantes’ ao invés de ‘atores’. E é por meio da mobilização entre seus variados actantes que ocorre o processo de composição das redes temporárias. Os actantes através de suas várias formas de relações/ (des)associações permitem que uma organização seja momentaneamente formada, modificada ou até mesmo dissolvida, pois o poder está justamente na associação e não num ator humano específico.

E o fundamento que mantém ou não determinada organização são os relacionamentos ou associações formadas por seus actantes que podem ser transitórios. Nesse sentido a TAR colabora sobremaneira para os estudos organizacionais, considerando que busca analisar as organizações como entidades relacionais.

A TAR pode contribuir com os estudos organizacionais, fundamentalmente por não considerar organizações como entidades relativamente estáveis que possuem fronteiras claras, mas sim como um arranjo de redes heterogêneas que estão em constante processo de alteração, mudança e estabelecimento. Desta forma, as organizações passam a ser vistas como resultados parciais que precisam ser explicados empiricamente, destacando que ao invés de estudar pessoas e estruturas sociais nas organizações, é fundamental compreendê-las como um conjunto de eventos e processos que não seguem necessariamente nenhuma lógica comum. (ALCADIPANI; TURETA, 2008, p. 10).

Dessa forma, o pesquisador TAR procura estar atento ao processo instável, temporário e negociado que leva a existência de determinada forma de associação. Voltando-se não para uma definição dos fenômenos que estuda ou para uma determinação de sua origem, mas para contar sua história de resistência (LATOUR, 2013) de forma empírica. Apenas aquilo que persiste por tempo suficiente para ser rastreado é considerado real (LATOUR, 1988). E como consequência, somente durante suas estabilizações temporárias é que consegue ser rastreado.

Enquanto aporte de pesquisa dentro dos EO, a TAR pode voltar-se para o estudo dos mais variados fenômenos, dentre esses muitos objetos de estudo tem-se o turismo (BRIASSOULIS, 2016; COHEN; COHEN, 2017; DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2017; HARWOOD, 2012). Assim, deve-se ter em mente que o turismo consiste numa associação heterogênea formada por uma série de actantes que se relacionam, estabelecendo negociações frequentes que em determinados momentos podem mostrar-se rastreáveis. A heterogeneidade do turismo, assim como, os relacionamentos que são estabelecidos podem ser facilmente exemplificado ao olhar as manchetes de um jornal qualquer. A seguir são apresentadas, como exemplos, algumas manchetes presentes no jornal *online* o Estadão (2017).

No anúncio principal do *site* apresentam-se sugestões variadas de roteiro turístico para o réveillon de 2018. Em São Miguel do Gostoso (RN) podem ser encontradas águas cristalinas e calmas tornando a cidade um local ideal para quem quer sossegar durante o ano novo. Na notícia ao lado indica-se a praia de Búzios (RJ) para os que preferem um destino mais descolado com uma maior ‘agitação’, seja de dia ou de noite. Por outro lado, para o viajante que quer um destino mais ‘cabeça’, pode-se recorrer a um roteiro pelas belas cidades históricas do interior de Minas Gerais, fazendo um *tour* pelas ruas enladeiradas e igrejas antigas de Ouro Preto, Congonhas, Diamantina, São João del-Rei e Tiradentes; podendo, assim, apreciar o estilo Barroco com elementos decorativos Rococó das obras dos mestres Aleijadinho, Cerqueira e Ataíde dentre outros gênios da cultura mineira.

Seguindo para a próxima página, são anunciadas ao internauta as muitas cores e sabores que encantam os visitantes na Cartagena indiana, outra manchete mostra como os novos escorregadores gigantes do Beach Park em Fortaleza constituem a principal atração do parque cearense para o próximo ano, tendo o potencial de aumentar sobremaneira a demanda para o parque. Em outra notícia são mostradas as pontes de Bruges (na Bélgica), apresentando um roteiro baseado num *tour* pelas principais pontes e canais da cidade. Navegando no próximo *link* são divulgadas informações úteis ao turista, a exemplo do teste nos onze maiores buscadores de preço *online* de passagens aéreas, a vacina antirrábica e o atestado que são necessários para que os *pets* (animais domésticos) possam viajar de avião, dicas de brasileiros sobre a vida noturna em treze diferentes cidades ao redor do mundo, e assim por diante.

Ainda no Estadão (2017), na seção do Caderno de Cultura, tem-se a manchete "Câmara vai discutir projeto que cria o Parque do Bixiga", onde ressalta-se não só a importância cultural do feito para a população, mas também a possibilidade de dinamização do turismo no local a partir de sua construção. Na página de Ciências, uma manchete informa que o Fundador da Amazon divulga novo modelo de foguete para a realização do turismo do futuro, o turismo

espacial. As previsões mostram que até o final desta década o foguete denominado New Glenn estará apto a realizar viagens turísticas rumo a Lua, levando clientes exclusivos de alto poder aquisitivo que já garantiram suas passagens.

Ao continuar navegando pelo *site* do jornal chega-se ainda ao Caderno de Economia, onde a manchete principal anuncia o aumento de 15,2% nos gastos de turistas brasileiros no exterior tendo sido o maior valor do mês de outubro em três anos. O acumulado desses gastos do primeiro semestre de 2017 somou um incremento de 35% em relação ao mesmo período no ano anterior. Ressalta-se com veemência a importância econômica do turismo, setor responsável por pelo menos 7% das exportações mundiais e por gerar um a cada treze empregos.

E assim seguem as muitas notícias apresentadas no jornal *online* o Estadão (2017). Se a busca for feita em outro jornal *online* ou físico, as manchetes serão bastante similares. Isso porque as manchetes, na verdade, refletem a gama de elementos que compõem o fenômeno turístico. Esses muitos elementos ('sociais' e técnicos) apresentam processos de co-construção que enactam a ontologia do fenômeno. Ou seja, consistem num conjunto de actantes bastante heterogêneos que estão sempre se relacionando, de forma instável, e ao estabelecerem esses relacionamentos acabam por enactar o turismo ou ao menos um conjunto específico de realidades turísticas. A esse processo variável de formação do turismo com diversos delineamentos, constantemente reformulados, denomina-se dinâmica sociotécnica do turismo.

Dessa maneira, por meio das várias notícias elencadas anteriormente pode-se ilustrar, como o turismo envolve uma heterogeneidade de actantes que compreendem desde praias a foguetes espaciais, passando por igrejas, escorregadores, canais, cores, pontes, souvenirs, *pets*, belezas naturais, passagens aéreas, balança comercial e câmbio.

Esses e muitos outros actantes auxiliam na composição do que se convencionou denominar de turismo. Por sua vez, o turismo tem-se mostrado uma dinâmica formada por uma gama de aspectos sociotécnicos (BRIASSOULIS, 2016; EDENSOR, 2001; MUECKE; WERGIN, 2014). Para ilustrar essa heterogeneidade sociotécnica, além do que é apresentado nas manchetes do Estadão (2017), ainda pode-se adicionar actantes que são estudados em artigos científicos como importantes para a composição do turismo em alguns destinos turísticos já consolidados. A exemplo das erupções vulcânicas (BENEDIKTSSON; LUND; HUIJBENS, 2011), botas de *cowboy* (JÓHANNESSON; BAERENHOLDT, 2008), os charutos cubanos (SIMONI, 2012), queijo tradicional polonês - *oscypek* (REN, 2011) e filme estrelado por Brigitte Bardot na famosa Cote d'Azur (LARSEN; URRY, 2011). Ainda podem ser considerados como importantes actantes do turismo as diversas pessoas a exemplo de turistas, residentes, artistas, comunidade local, viajantes, políticos, autoridades, planejadores

ou até mesmo corpos, discursos, narrativas, pesquisas, tecnologias, memórias, relações de poder, afetivas, familiares, e assim por diante.

Mas não basta considerar os actantes de turismo de forma isolada, pode-se notar que esses também se relacionam e é a partir desses relacionamentos que o turismo vai aos poucos sendo composto. Dessa maneira, seria possível falar em turismo apenas com a presença de praias ou de guias turísticos? Não, seria necessário considerar elementos como meios de hospedagem, serviços de alimentação, visitantes, infraestrutura de acesso, atrativos turísticos, trabalhadores do turismo, meios de transporte e assim por diante para que seja paulatinamente composto o turismo. Além disso, são estabelecidas influências múltiplas entre esses elementos, que tornam impossível observar a origem da ação. As praias, por exemplo, não são atrativos turísticos por excelência. Há praias que acabam por se transformar em atrativas e outras não, essa definição do que é atrativo ou não para o olhar do turista (URRY, 1996; LARSEN; URRY, 2011) não depende exclusivamente de sua beleza cênica, mas de uma série de elementos que formam a praia enquanto atrativo turístico. Assim, os vários elementos que enactam a rede temporária ‘turismo’ estabelecem relações influenciando uns aos outros.

Diante da heterogeneidade de actantes que enactam o turismo e de seus relacionamentos, observa-se que analisar como o turismo funciona e não o que ele é (DUIM; REN; JOHANNESSON, 2013) envolve voltar o olhar para suas práticas. Nesse sentido, Bispo (2016, 2017) entende que o turismo na verdade constitui um conjunto organizado de práticas nas quais uma infinidade de actantes estão engajados, e apenas por meio das práticas é possível estudar como o turismo de fato acontece e se mantém temporariamente (BISPO, 2016, 2017; DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2013; LAMERS; DUIM; SPAARGAREN, 2017).

Nesse ponto de vista, a TAR fornece um kit de ferramentas que possibilita ao pesquisador analisar as relações heterogêneas no turismo por meio de suas práticas (BISPO, 2016; BRIASSOULIS, 2016; LAMERS; DUIM; SPAARGAREN, 2017; SIMONI, 2012). Essas últimas podem ser vislumbradas como um emaranhado amplo de articulações de ações interpostas, realizadas ao longo do tempo e do espaço (SCHATZKI, 2005).

Cada conjunto de ações, que compõem uma prática, pode ser percebido como um nexo de ditos e feitos (SCHATZKI, 1996). Essas envolvem tanto as atividades que são diretamente executadas pelos corpos dos indivíduos, seja com a utilização de alguma extensão (a exemplo de cadeira de rodas, óculos, bengala, etc.) ou não, as quais são denominadas ações básicas, como também por meio de ações chamadas de ‘instituídas’. Entende-se que as ações básicas não acontecem no vazio e sempre acabam por instituir outras ações, de outras entidades. As ações instituídas são mais elaboradas e, paulatinamente, passam a incorporar um conjunto cada

vez maior de actantes. Assim as práticas envolvem mais do que movimentar o corpo ou utilizar uma ferramenta de determinada forma. (SANTOS; ALCADIPANI, 2015). Por isso afirma-se:

[As práticas] estão longe de serem apenas padrões de comportamento. Elas incorporam e trazem consigo entendimentos, conhecimentos, identidades, significados. Sugerem determinadas formas de dar sentido ao mundo, de desejar alguma coisa, de saber como fazer algo, de responder às ações dos outros. [...] Aprender a operar uma máquina, por exemplo, envolve mais do que apenas aprender a executar um conjunto (mais ou menos) fixo de movimentos. Implica em compreender e dominar, de maneira eminentemente prática e pré-reflexiva, princípios sobre mecânica ou mecatrônica, desenvolvimento de atividades motoras, etc. Mais do que apenas movimentos do corpo, operar uma máquina é uma forma de compreender, de conhecer, de pensar sobre o mundo. [...] A noção de atividade corporal, portanto, pode (e deve), aqui, ser ampliada e entendida como uma forma de razão prática compartilhada, como uma forma coletiva de compreender-e-ser-no-mundo. (SANTOS; ALCADIPANI, 2015, p. 83 - 84)

Ao observar como essas práticas acabam por se organizar, Schatzki (2006) afirma que as ações humanas se interligam em torno de uma dada prática através dos entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas. Os entendimentos significam como o indivíduo faz alguma coisa, já as regras podem ser percebidas como uma coleção de diretrizes, instruções ou advertências explícitas e as estruturas teleoafetivas correspondem a uma série de fins, projetos, ações e emoções que são aceitas e ordenadas. Os entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas, assim como os ditos e feitos, não são estáticos, também mudam frequentemente, dependendo da forma como os indivíduos interajam com outros humanos e não-humanos ao enactar as associações podendo ou não alterar sua compreensão de mundo.

O mesmo pode ser dito a respeito da atividade turística, para entender as práticas turísticas não basta ater-se a padrões de comportamento estáticos, seja esses relativos aos turistas, comunidade local, *trade* turístico, planejadores do turismo ou aos aspectos não-humanos. A prática turística também mostra-se como uma forma coletiva de “compreender-e-ser-no-mundo” (SANTOS; ALCADIPANI, 2015, p.84), destacando, no entanto, que há várias formas de práticas compartilhadas, e tanto isso é verdade que existe uma multiplicidade de práticas turísticas que coexistem no mundo. O turismo é múltiplo, sua realidade se multiplica a partir dos diferentes modos como ele é enactado em diferentes práticas, e é por meio do estudo das práticas turísticas que pode-se observar as realidades da forma que são enactadas/performadas.

No Quadro 1, a seguir, é possível observar algumas dessas muitas realidades relativas a performance do turismo por meio de suas práticas.

Quadro 1 - Realidades da Prática do Turismo

| Abordagem                                                                      | Principais subtipos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Contato com a natureza                                                         | Ecoturismo, turismo de natureza, turismo em unidades de conservação, turismo de sol e praia, turismo ecológico, turismo rural, agroturismo, geoturismo, turismo náutico, turismo de observação ( <i>bird watching tours</i> ou <i>whale watching tours</i> ou <i>sightseeing tours</i> / astroturismo), turismo de pesca, turismo de caça, etc.                                                                                                                              |
| Contato com aspectos culturais, modos de vida da população local e aprendizado | Turismo histórico, turismo gastronômico, turismo religioso, enoturismo, turismo de guerra, turismo de patrimônio industrial, turismo paleontológico, turismo arqueológico, turismo étnico, turismo cívico, turismo místico/esotérico, turismo ferroviário, turismo <i>dark</i> , turismo criativo, turismo de eventos culturais, <i>slow travel</i> , turismo de base comunitária, turismo de estudos, turismo científico, intercâmbio, turismo de eventos científicos, etc. |
| Tratamento de saúde                                                            | Turismo de saúde, turismo de águas termais, turismo de spa, entre outras.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Práticas esportivas                                                            | Turismo de megaeventos esportivos, turismo esportivo, <i>surfing trips tours</i> , cicloturismo, turismo de aventura, turismo radical, etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Práticas econômicas                                                            | Turismo de negócios, turismo de eventos, turismo de compras, etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Tecnologia                                                                     | Turismo virtual, turismo espacial, pós-turismo, entre outras.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A multiplicidade das realidades é estudada por Mol (2002, 2008) e Law (2003, 2004) tendo por base o entendimento de que a realidade é a multiplicada a partir dos diferentes modos ou versões como é enactada em distintas práticas. Essas diferentes versões podem conviver sem que isso implique na existência de uma controvérsia esperando pelo seu fechamento, elas simplesmente coexistem, sendo ‘escolhido’ aquele conjunto de práticas que são considerados bons para o sujeito que se envolve na prática. Dessa maneira, as muitas realidades turísticas ou versões do turismo existentes surgem a partir das mais variadas práticas que são enactadas pelos seus actantes. Assim, seguir os actantes é também procurar descortinar essas realidades múltiplas e, implica dizer que ao realizar pesquisas sobre o turismo, o máximo que se consegue é apresentar (contar uma história) sobre uma versão da realidade.

Se outro pesquisador debruça-se em seguir as práticas dos actantes acabará por contar uma história diferente, pois o próprio estudioso, em conjunto com a série de não-humanos associados a ele, auxiliam enactar a realidade observada e descrita e, assim, ao trocar o estudioso e por consequência os não-humanos, várias realidades podem ser enactadas. Ao observar as indicações de Schatzki (1996, 2005) sobre as práticas se percebe isso, cada pesquisador auxilia a compor a realidade e à medida que apresenta diferentes ditos, feitos,

entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas, além de não-humanos, realiza descrições diferentes. Dessa maneira, deve-se destacar que essa tese apresenta/ descreve apenas uma das muitas possíveis realidades que podem ser enactadas.

Nota-se que dentre as realidades turísticas citadas no quadro 1 tem-se o turismo comunitário, ao qual consiste no foco de pesquisa da presente tese. Dessa maneira, estudar a realidade do turismo comunitário significa seguir os actantes que compõem a associação do turismo comunitário por meio de suas práticas, relatando uma das muitas realidades enactadas pelo turismo comunitário em determinado tempo e local. A dinâmica de seguir os actantes situa-os num tempo e espaço específicos. Isso porque as práticas, a grosso modo, podem ser entendidas como ações não padronizadas que evoluem temporal e espacialmente (ALCADIPANI; SANTOS, 2015). Isso significa que não é possível ignorar esses fatores, pois a espacialidade e temporalidade também são constituintes das ações.

As entidades híbridas assumem posições espaciais formando uma matriz de lugares e trajetórias onde as atividades são pré-formadas. Quando Mol (2002), por exemplo, analisou a arteriosclerose de membros inferiores num hospital na Holanda, os distintos lugares por onde a arteriosclerose acontece dentro do hospital (consultório clínico, setor de patologia, centro cirúrgico, laboratório e clínica do psicólogo) apresentam diferentes realidades da doença. Dessa forma, os lugares têm a capacidade de impactar (enactar) as práticas e isso é válido para o tempo. A compreensão de como o *organizing* do turismo acontece, requer o entendimento do seu passado, ou a produção de sua história que pode ser estudada por meio de suas práticas.

Para a realização da pesquisa torna-se necessário fazer algumas escolhas, pois seria impossível pesquisar todas as realidades relativas ao turismo, assim, além de selecionar o turismo comunitário torna-se necessário situar o local para estudá-lo. Pois se o local de análise escolhido fosse outro, também seria narrada uma história diferente daquela apresentada nesta tese. Recordes desse tipo são feitos nas pesquisas de Cavalcanti (2016), Duarte (2015), Santos (2014) e Tureta (2011). Em Cavalcanti (2016), ao selecionar três Organizações Não-Governamentais (ONG) do estado de São Paulo para realizar seu estudo. Duarte (2015) pesquisou a organização do espetáculo teatral denominado ‘a comédia musical’. Santos (2014) por meio do estudo de uma oficina de locomotivas específica e, por fim, Tureta (2011) ao qual debruça-se sobre o setor de harmonia da escola de samba Vai-Vai de São Paulo.

Assim, nota-se que se Cavalcanti (2016) tivesse escolhido ONGs diferentes daquelas que foram estudadas em sua tese, com certeza narraria realidades diferentes. O mesmo ocorre ao pensar na pesquisa de Duarte (2015), a qual apresenta a organização de um espetáculo específico, se a pesquisadora voltasse seu olhar para outro espetáculo, mesmo que dentro da

cidade de São Paulo, também teria um processo de organização diferenciado. E o que dizer de Tureta (2011), se estudasse uma outra escola de samba, ou mesmo um outro setor que não fosse o de harmonia da escola Vai-Vai, a narração apresentada retrataria processos organizativos distintos daqueles que foram apresentados em sua tese. Dessa maneira, a escolha do local a ser observado é de suma importância, até porque o local auxilia a enactar a realidade estudada.

A presente pesquisa é desenvolvida tomando por base práticas e associações relacionadas ao processo de organização turística. Para tanto, a pesquisa é realizada em uma comunidade específica da cidade de Recife, em Pernambuco, na qual a pesquisadora analisa as práticas organizativas que desencadeiam no surgimento do turismo comunitário na Ilha de Deus. Essa última consiste numa comunidade tradicional pesqueira formada por aproximadamente 400 famílias, cuja principal atividade econômica encontra-se associada a pesca e comercialização de espécies típicas do manguezal, em especial o sururu<sup>2</sup>, e a criação do camarão cinza (Notas de Campo, 2017, 2018).

Valendo-se de uma inspiração metodológica baseada em Czarniawska (2008, 2014) denominada de *shadowing* e *following objects*, descreve-se como surgiu, tem-se organizado e mantido essa associação. É possível mostrar a heterogeneidade de actantes e práticas que o permeiam, considerando que se encontra imerso em aspectos temporais e espaciais.

A partir do exposto foram traçados os objetivos (geral e específicos) e uma pergunta problema para nortear os rumos da pesquisa. Assim, a pergunta-problema elaborada para essa tese é: **De que forma as práticas organizativas do turismo comunitário são enactadas/performadas na comunidade da Ilha de Deus?** Em suma, a intenção dessa pesquisa é compreender/ descrever como as iniciativas de turismo comunitário são organizadas e desenvolvidas, adotando a Ilha de Deus como *locus*, considerando que se outro local fosse escolhido os resultados dessa pesquisa seriam diferentes.

## 1.2 OBJETIVOS

Diante do que foi apresentado nessa introdução, ou seja, levando em consideração a proposta de contar a história do turismo organizado pela comunidade a partir do instrumental teórico e metodológico que é oferecido pela Teoria Ator-Rede, tem-se a delimitação dos seguintes objetivos (geral e específicos) de pesquisa:

---

<sup>2</sup> O sururu é um molusco bivalve da ordem Mytiloida, que é muito popular no Nordeste brasileiro, principalmente nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe e Maranhão.

### 1.2.1 Objetivo Geral

- Examinar as práticas dos actantes envolvidos no turismo comunitário numa comunidade na cidade de Recife (Pernambuco);

### 1.2.2 Objetivos Específicos

(1) Realizar um breve resgate histórico do surgimento e desenvolvimento do turismo e do turismo comunitário no Brasil e no mundo;

(2) Identificar a constituição da rede heterogênea do turismo comunitário na Ilha de Deus em Pernambuco;

(3) Identificar quais actantes compõem a rede heterogênea do turismo comunitário na Ilha de Deus em Pernambuco;

(4) Analisar como é formada, mantida e negociada a dinâmica sociotécnica do turismo comunitário na Ilha de Deus (PE).

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do turismo como objeto de pesquisa, dentre outros fatores, baseou-se no ‘requisito único de adequação’ de pesquisa (GARFINKEL, 2006; HERITAGE, 1999). Esse advoga que o pesquisador deve ser um profissional competente no domínio das atividades que esteja sob sua investigação, buscando observar o fenômeno na perspectiva de um *insider* e não de alguém que é totalmente estranho ao que acontece em campo. Isso pode auxiliar na pesquisa a medida que o pesquisador desenvolve maior capacidade de interpretar e entender as práticas observadas. Esse requisito é atendido devido a formação da pesquisadora ser em turismo (graduação, especialização e mestrado), com experiência de atuação profissional na área há mais de 15 anos, já tendo trabalhado inclusive com ‘planejamento e organização’ do turismo.

Enquanto pesquisadora de turismo, ela percebeu que tem crescido a discussão acerca do turismo comunitário (TC) ou turismo de base comunitária (TBC), tratados como sinônimos por Coriolano (2006) e sendo também nessa pesquisa observados como um mesmo fenômeno. O crescente interesse pelo turismo comunitário pode ser percebido por meio de documentos governamentais do Ministério do Turismo (MTur), em especial os planos nacionais de turismo a partir de 2010, que frequentemente citam o TC como uma atividade que deve ser incentivada devido aos muitos impactos positivos que gera e a possibilidade de promover o

desenvolvimento de comunidades carentes. Associado a isso, ainda, se nota um interesse constante em discutir o TC em eventos acadêmicos e em revistas científicas de turismo.

No quadro 2, pode-se observar uma síntese das menções ao TC ou TBC em eventos científicos, artigos acadêmicos e políticas públicas do MTur. Por meio desse é possível observar que em três dos quatro principais eventos acadêmicos de turismo no Brasil há espaços que são formatados especificamente para discutir o TC. Isso se reflete também em artigos, ao pesquisar na base de dados das quatro revistas acadêmicas de turismo mais bem qualificadas pela CAPES, sem especificar período, notou-se a presença de 66 artigos sobre o tema.

Quadro 2 - Relevância do TC e TBC em eventos, revistas e políticas de turismo

| Fonte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Eventos Científicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Foram pesquisados segundo os critérios de classificação do antigo sistema do Qualis CAPES de eventos e de acordo com as indicações de eventos nacionais da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Turismo (ANPTUR). Total pesquisado: 4<br>- Seminários da ANPTUR<br>- Encontro Nacional de Turismo de Base Local<br>- Seminários de Turismo do Mercosul<br>- Fórum de Turismo do Iguassu | Em apenas um dos eventos analisados (Seminários de Turismo do Mercosul) não foi detectada menção explícita a linha de pesquisa denominada turismo comunitário, nos outros três houve menção explícita. Foi percebida também a presença de evento científico cujo o objetivo é discutir exclusivamente sobre o tema: Congresso Nacional de Turismo Comunitário |
| Políticas Públicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| No site do MTur buscou-se documentos oficiais que mencionem o turismo organizado por comunidades, foram encontrados os seguintes documentos:<br>- Edital de financiamento do MTur nº 001/ 2008<br>- Plano Nacional de Turismo 2007 - 2010<br>- Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016                                                                                                                    | Nesses, o turismo organizado pelas comunidades é apresentado como algo que deve ser dinamizado pois permite o desenvolvimento das comunidades por meio de uma inclusão mais efetiva da comunidade no turismo                                                                                                                                                  |
| Artigos científicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Selecionou-se quatro revistas nacionais de turismo com maior estrato no Qualis CAPES de periódicos:<br>- Caderno Virtual de Turismo (B1)<br>- Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR (A2)<br>- Revista de Turismo Visão & Ação (B1)<br>- Revista Turismo & Análise (B1)                                                                                                                      | * Ao buscar pelo termo ‘comunitário’, chegou-se a seguinte quantidade de artigos:<br>- Caderno Virtual de Turismo (16);<br>- RBTUR (10)<br>- Revista de Turismo Visão & Ação (6);<br>- Revista Turismo & Análise (34)                                                                                                                                         |

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

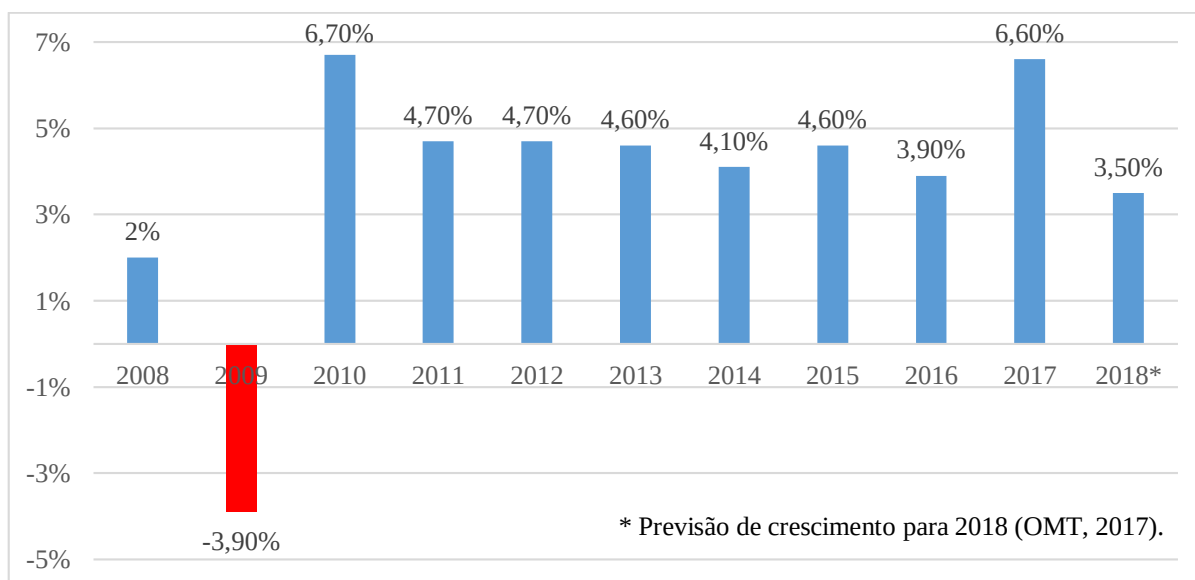
Além disso, deve-se destacar a importância do turismo como um todo. Esse consiste numa dinâmica que tem causado vários impactos no mundo. Pode-se notar que a partir do pós-

guerra transformou-se num fenômeno de abrangência mundial, que se tornou um importante fator determinante da ‘modernidade’ e da sociedade global (FRANKLIN, 2004, 2008). O turismo deixa de ser apenas uma atividade econômica e integra-se ao cotidiano das pessoas, especialmente nas cidades que se desenvolvem como grandes destinos turísticos. Muitas cidades passam a ser planejadas e gentrificadas considerando a atração de turistas. Ademais, viajar nas férias é visto como uma das principais formas de combater o estresse causado pelo trabalho cotidiano. (KRIPPENDORF, 2009). Até mesmo nos discursos dos políticos, em especial de países subdesenvolvidos, o turismo ainda permeia como uma promessa para o combate ao desemprego, sendo sua implantação fantasiosamente associada ao desenvolvimento. Isso em decorrência dos dados de crescimento do setor ao redor do mundo.

De fato, enquanto atividade econômica mundial, o turismo vem crescendo paulatinamente, sendo considerada um importante componente da econômica global. Isso pode ser visto nos dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2017. De acordo com esses dados, o turismo mundial é o responsável pela produção de um em cada dez empregos, movimenta 10% do Produto Interno Bruto (PIB) global, 7% de todas as exportações do mundo e 30% das exportações relativas ao setor de serviços têm relação com o turismo.

Na figura 1, a seguir, ilustram-se dados relativos ao crescimento percentual do turismo mundial em termos de chegada de turistas estrangeiros nos últimos dez anos (2008 - 2017). Ainda segundo os dados da OMT (2017) há previsão de um crescimento do setor em 2018, na ordem de 3% a 4%, aproximadamente.

Figura 1 – Crescimento do Turismo no Mundo (2008 - 2017)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da OMT (2017).

Conforme pode-se notar pela figura 1, nos últimos dez anos o turismo tem apresentado resultados crescentes, com exceção do ano de 2009. A queda em 2009 se deve a crise econômica global iniciada nos Estados Unidos, desencadeada pela expansão de crédito que financiou a bolha imobiliária. Como a crise se expandiu para todo o mundo o turismo acabou por senti-la, considerando o caráter global do turismo e o fato dos Estados Unidos ser um importante mercado emissor e receptor de turistas a crise americana afetou o turismo em todo mundo.

Dessa forma, tendo em vista a importância crescente do turismo desde o final da Segunda Guerra Mundial e seu caráter global, Murphy (1985, p. 4, tradução nossa) afirma que “uma vez que o turismo é agora parte integrante das sociedades modernas, seu estudo e análise se tornam imperativos para que seus potenciais benefícios econômicos e sociais sejam maximizados e desenvolvidos de forma consistente com os objetivos da sociedade”. Assim, estudar as práticas turísticas da performance (turismo comunitário) visando entender como elas são formadas e enatadas pode auxiliar no processo apresentado por Murphy (1985).

Devido a sua capacidade de gerar impactos no mundo, torna-se cada vez mais necessário realizar estudos que retratem o turismo em sua plenitude. Apesar de ser um fenômeno considerado importante, de acordo com Beni e Moesch (2017), Fazito (2012), Gaitán (2014), Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011), e Panosso Netto e Nechar (2014), as pesquisas voltadas a área ainda são frágeis e pouco consistentes, tendo em vista que utilizam abordagens positivistas e pouco críticas. Segundo esses autores, as abordagens tradicionalmente empregadas nos estudos/ pesquisas não conseguem abarcar a dinâmica do turismo em sua plenitude. Sendo assim, qual caminho seguir para promover uma análise mais completa?

Bispo (2016), Cohen e Cohen (2017), Duim, Ren e Jóhannesson (2013), Harwood e Manstrly (2012), Larmers, Duim e Spaargaren (2017), Pritchard e Morgan (2007), Tribe e Airey (2007) indicam alguns caminhos teóricos e metodológicos para promover uma melhor análise do fenômeno turístico, buscando promover estudos mais completos. Esses autores propõem diversas abordagens como a teoria das redes sociais (Granovetter), institucionalismo (Veblen) ou neoinstitucionalismo, paradigma da mobilidade (Urry), teoria da complexidade (Morin), teoria das práticas (Schatzki) e teoria ator-rede (Latour).

Dentre as sugestões apresentadas, chamam atenção principalmente as abordagens propostas por Bispo (2016), Harwood e Manstrly (2012) e Lamers, Duim e Spaargaren (2016). Bispo (2016) analisa a natureza do turismo entendendo-o como um conjunto organizado de práticas, afirmando que por meio do estudo das práticas é possível perceber minúcias relativas à forma como o turismo acontece. Já Harwood e Manstrly (2012) enfatizam a virada da performatividade que aconteceu nos estudos turísticos e como isso auxiliou na realização de

pesquisas mais consistente. Esses autores procuram também traçar diferenças entre o que viria a ser performance e performatividade. E Lamers, Duim e Spaargaren (2016) propõem entender o turismo como um conjunto organizado de práticas sociais, conforme afirma Bispo (2016), no entanto, utilizando os pressupostos apresentados na *Actor-Network Theory* (ANT). Tendo em vista que a ANT congrega as ideias presentes tanto na teoria das práticas de Schatzki (2002; 2005; 2006) quanto nas proposições sobre performance através dos estudos de Callon (2007), além disso, ainda possui outros conceitos como simetria generalizada e translação aos quais possuem alto potencial de contribuição para analisar a dinâmica do turismo de outra forma.

Cohen e Cohen (2017) ainda afirmam que há uma forte relação entre a ANT, teoria das práticas e a performatividade. Apesar de não considerar a ANT e a performatividade como teorias das práticas, Cohen e Cohen (2017) analisam suas muitas congruências e afirmam que tanto a ANT como a performatividade, mobilidade e teoria das práticas possuem arcabouços que permitem realizar estudos mais consistentes dentro do turismo. Assim,

todas essas abordagens teóricas - ANT, performatividade, mobilidade e teoria das práticas - tentam, de diversas maneiras, desestabilizar os pressupostos modernistas que ainda lideram o campo de pesquisa; essas abordagens vão acabar por levar a um conhecimento mais abrangente, bem como interpretações mais inovadoras e mais nuances do turismo que ainda não foram estabilizadas (COHEN; COHEN, 2017, p. 6, tradução nossa).

Tendo em vista a capacidade de promover uma análise mais ampla do turismo conforme afirmam Cohen e Cohen (2017) e Lamers, Duim e Spaargaren (2016), adotou-se a ANT como aporte teórico-metodológico para o estudo da organização do turismo comunitário na Ilha de Deus, considerando as práticas como forma de observar seus aspectos.

Convém afirmar que ao estudar a organização do turismo segundo a ANT, não só os estudos turísticos e organizacionais se beneficiam, mas também a própria ANT. Isso porque a Teoria Ator-Rede ainda é pouco explorada no Brasil, em especial no que se refere aos estudos organizacionais (ALCADIPANI; TURETA, 2009), sejam esses voltados para a organização do turismo ou de qualquer outro objeto voltado para os estudos organizacionais. De forma geral, no Brasil parecem existir poucos artigos, teses e dissertações que utilizam a TAR como aporte teórico-metodológico de pesquisa, ou mesmo que utilizem algumas ideias da teoria para compor seu referencial teórico.

Assim, para observar a aplicação da ANT em estudos no Brasil, notadamente em teses e dissertações, foi realizada em junho de 2018 uma pesquisa nas plataformas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, utilizou

como termos de busca as expressões “Teoria Ator-Rede” e “*Actor-Network Theory*”, estabelecendo como parâmetro de pesquisa no BDTD “todos os campos”.

A princípio, a expressão “*actor-network theory*” resultou em 266 ocorrências na plataforma da CAPES, enquanto que na BDTD foram mostrados 215 trabalhos. Ao realizar a busca com o termo “teoria ator-rede” no catálogo da CAPES aparecem 329 pesquisas (teses/dissertações) e no BDTD apenas 243 ocorrências. Dessa forma, eliminou-se os trabalhos que se repetiam, e depois para observar de forma mais atenta as pesquisas que realmente utilizam a TAR e não apenas a mencionam<sup>3</sup> adotou-se um novo critério, foram consideradas exclusivamente aquelas pesquisas onde as expressões “*actor-network theory*” e “teoria ator-rede” ou suas respectivas siglas (ANT e TAR) aparecem no título ou nas palavras-chave ou resumo/ *abstract* das teses e dissertações pesquisadas. A partir do critério adotado chegou-se a um total de 406 registros de pesquisas no Brasil ao qual utilizam as ideias (de forma parcial ou plena) da Teoria Ator-Rede, sendo desses 225 dissertações e 181 teses.

Segundo dados da pesquisa (2018), o primeiro trabalho acadêmico no Brasil a utilizar a TAR é de autoria de Maria de Nazaré Freitas Pereira e foi publicado em 1997. Essa pesquisa refere-se a uma tese do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) denominada “Luz, Câmera ... Tecnociência em ação, Natureza e Sociedade em Fabricação”. De acordo com Pereira (1997) apud Pereira (2000) esse trabalho discute a formação da sociologia da ciência, apresentando a TAR como uma nova possibilidade de estudo do tema. Assim, em Pereira (1997) apud Pereira (2000) mostra-se a formação dos híbridos e a crise da ciência moderna, sendo essa a responsável pela degradação da natureza que é a vítima dos excessos cometidos pelo mundo moderno.

Apesar de a TAR originalmente ter surgido no âmbito dos estudos sociológicos, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, no Brasil já existia uma certa variedade de áreas de conhecimento aos quais utilizam suas ideias, e em especial nos programas de sociologia, antropologia, ciência da informação, engenharias (de sistemas, produção e computação), e até mesmo filosofia destacando-se nessa época a área de ciência da informação como o programa que possuía maior frequência de trabalhos publicados sobre a temática.

Na pós-graduação de ciência da informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é publicada em 1999 a segunda pesquisa a qual utiliza pressupostos da TAR. Dessa vez, trata-se de uma dissertação com o título de “A moda em ação: entre pigmentos, script

---

<sup>3</sup> Durante a realização da pesquisa notou-se que em alguns trabalhos acadêmicos havia apenas a menção a existência de uma teoria criada por Bruno Latour, sem utilizar de fato suas ideias na pesquisa ou na constituição de um referencial teórico da pesquisa.

books e passarelas” de Astrid Sampaio Façanha. Nessa utiliza-se principalmente o fundamento de centro de cálculo para seguir o fluxo de comunicação e informação produzidos por três instâncias de moda que são o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/ CETQT), ateliê de Ronaldo Fraga, e o evento Morumbi Fashion.

Com o passar dos anos, a TAR acaba por chegar a outros programas de pós-graduação, a exemplo de comunicação, história, educação, medicina/ saúde, tecnologia, design, desenvolvimento, meio ambiente e notadamente psicologia e administração.

Na área de psicologia destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que em 2005 publica os três primeiros trabalhos (duas dissertações e uma tese) relacionados a ANT. Essa universidade destaca-se até os dias atuais por apresentar com frequência trabalhos que utilizam a TAR.

No que se refere a área de administração, o primeiro trabalho acadêmico é uma tese intitulada “O espaço público como uma rede de atores”, publicado em 2004 no âmbito do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por Jackeline Amantino de Andrade. Nesse apresentam-se as muitas translações que levam a formação do programa de erradicação do trabalho infantil. No ano seguinte tem-se a primeira dissertação, com o título de “Alinhamento estratégico entre negócio e tecnologia de informação na perspectiva da Teoria Ator-Rede”, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), autoria de Heloísa Mônaco dos Santos. Nessa a TAR é utilizada para melhor compreender as associações formadas que tornam possível a implantação da internet no Banco Bradesco no período de 1995 a 2005.

Ao longo dos anos as produções que utilizam a TAR têm crescido e atualmente as áreas de administração e psicologia apresentam maior quantidade, no que se refere as teses. Assim, ao total existem vinte e oito teses nos programas de pós-graduação em administração e psicologia (considerando as vertentes de psicologia social, clínica e psicossociologia). Em termos de dissertações, o programa com maior produção é comunicação (observando também os programas de estudo de mídia e jornalismo) apresentando trinta e cinco dissertações, enquanto em psicologia tem-se trinta e uma dissertações, e em administração (adicionando-se os programas de gestão empresarial) foram encontradas vinte e três produções.

Dentre as teses e dissertações publicadas pelos programas de pós-graduação em administração foram encontrados dois registros que tratam da temática do turismo. Ou seja, produções que alinham os estudos organizacionais à ANT e ao turismo. Nessas têm-se uma dissertação denominada “A rota romântica: uma análise das inovações sociais decorrentes de um empreendimento turístico” de autoria de Paula Maines da Silva (2011), pela Universidade

do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a qual mapeia os vários atores-rede envolvidos no processo de inovação/ criação da rota romântica no Rio Grande do Sul. E também há uma tese, com o título “Entendendo destinos turísticos inteligentes” redigida por Mariana da Fonseca Brandão Cavaleiro, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ). Nessa Brandão (2017) investiga o processo de implementação do projeto de cidade inteligente em Armação dos Búzios (RJ) sob o olhar da teoria ator-rede.

Além das teses e dissertações também foram pesquisados artigos científicos que, assim como Brandão (2017) e Silva (2011), estabeleçam relações entre os estudos organizacionais, a teoria ator-rede e o turismo. Sendo assim, em outubro de 2017 foi realizada uma pesquisa junto a base de periódicos nacionais de turismo da CAPES, composta por onze periódicos. Também pesquisou-se as expressões relativas a teoria ator-rede e suas siglas, ainda buscou-se os termos ‘translação’, ‘tradução’, ‘performatividade’, ‘performar’, e ‘simetria generalização’. Todos esses foram pesquisados em português, inglês e espanhol. Após realizar os devidos tratamentos, excluindo aqueles artigos que utilizavam essas expressões com outros significados ou mesmo siglas que se referiam a outras teorias, chegou-se a uma amostra de apenas quatro artigos. Todos os artigos foram publicados no mesmo periódico (Anais Brasileiros de Estudos Turísticos) e três, dos quatro artigos, foram escritos por Samuel Bedrich Morales Gaitán. Nos demais periódicos não foi localizado nenhum artigo sobre o tema.

Procedimento similar foi adotado com relação aos periódicos da área de administração. Foram selecionados periódicos levando em consideração o Qualis da CAPES na área de ‘administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo’. Adotou-se como critério a seleção dos periódicos nacionais classificados com o estrato B2.

Dessa forma, os seguintes periódicos foram selecionados: Brazilian Administration Review (BAR), Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração de Empresas (RAE), Organização & Sociedade (O&S), Revista de Administração da USP (RAUSP), Revista de Administração Contemporânea (RAC), Revista de Administração Pública (RAP), Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN) e Revista Contabilidade & Finanças (RC&F).

A princípio utilizou-se a aba de busca dos periódicos para selecionar artigos sobre ‘turismo’, utilizando também as expressões ‘turística’, ‘turístico’ e ‘*tourism*’. Nessa primeira busca chegou-se a oitenta e oito artigos trabalhados. A fase seguinte foi a leitura dos resumos e palavras-chave desses artigos, utilizando inclusive ferramentas de busca que localizam a presença de determinados termos no documento buscando pela expressão “Teoria Ator-Rede”. No entanto, nenhum desses artigos se quer menciona a ANT.

Assim, como se pode perceber pelas buscas feitas nos bancos de teses, dissertações, e nos periódicos da CAPES de administração e turismo, poucos são os estudos que envolvem as temáticas trabalhadas nessa tese. E além do mais, mesmo nesses quatro artigos que foram encontrados, nenhum deles menciona a performance turismo comunitário ou turismo de base comunitária, o que demonstra o ineditismo da presente pesquisa.

### **1.3.1 A seleção da comunidade da Ilha de Deus como *locus* de estudo**

Seguindo sempre as indicações de Latour (2012), a pesquisadora procurou ficar atenta a casos de turismo comunitário existentes no Brasil, apenas com o intuito de saber aonde se localizam essas práticas. Dessa maneira, seguindo não-humanos, como documentos do MTur, notícias de jornal, vídeos do youtube e artigos acadêmicos publicados em periódicos de turismo, observou-se a existência de algumas práticas espalhadas pelo Brasil. Dando preferência às práticas que acontecem nos estados nordestinos, a pesquisadora vai aos poucos conhecendo e se aproximando de iniciativas de TBC localizadas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Assim, ao se aproximar mais das experiências realizadas em Pernambuco, notadamente nas comunidades da Bomba do Hemetério, Assentamento Belo Jardim, e Ilha de Deus, optou-se rapidamente por aprofundar os estudos nessa última localidade por perceber que sua estruturação e organização turística encontram-se mais desenvolvidas.

Apesar de não terem sido localizados artigos acadêmicos sobre o turismo comunitário na Ilha de Deus, pôde-se encontrar facilmente reportagens na mídia pernambucana sobre o local. Em muitos casos, a Ilha de Deus é apresentada como um caso de sucesso, dentro do turismo comunitário, o que despertou ainda mais interesse da pesquisadora para adotar a comunidade como *locus* de pesquisa. Além disso, a Ilha de Deus é uma comunidade tradicional, localizada na confluência dos principais rios de Recife, possuindo forte relação com esses, ilustrando um aspecto importante da cultura pernambucana.

Assim, a combinação dos fatores destino turístico pouco estudado, maior infraestrutura turística (com a presença de *hostel* e empresa de turismo receptivo com comercialização de roteiro), comunidade tradicional pernambucana, ‘história de superação’ da comunidade, e tornar-se um roteiro apresentado em grandes meios de comunicação do estado de Pernambuco, levaram a escolha da Ilha de Deus como local a ser estudado.

Abaixo, na figura 2, é possível perceber algumas manchetes publicadas nos jornais do Commercio e Diário de Pernambuco, assim como capturas de telas de reportagens que foram gravadas na Ilha de Deus e apresentadas pela filial pernambucana da Rede Globo de Televisão.

Figura 2 - Manchetes de Jornais sobre turismo comunitário na Ilha de Deus

## Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros

Hospedagem mantida por ONG Saber Viver ajuda a promover nova vocação econômica do local

Publicado em 04/09/2016, às 09h30

No programa deste sábado, 13/5, Fabiana Karla e Ricardo Tozzi se unem a corrente do bem de Angélica



TURISMO DE COMUNIDADE

## Ilha de Deus entra no roteiro dos passeios de catamarã

Percurso será feito todos os sábados e vai mesclar história, turismo, ciência e cultura

Passeio pela Ilha de Deus mostra a turistas cotidiano da comunidade



Fonte: Jornal do Commercio (2016), Diário de Pernambuco (2016) e Portal G1 (2017).

### 1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese é formada por quatro diferentes secções que se complementam para a realização da pesquisa. A primeira é denominada introdução. Nessa busca-se, primordialmente, apresentar a situação-problema, ou seja, discutir o tema que é objeto de pesquisa. Ela apresenta o objeto para o leitor de modo que sejam discutidos e analisados seus aspectos mais relevantes, narrando como é construída a ideia sobre a qual a pesquisa está voltada. Ao final da primeira parte tem-se a pergunta-problema, que consiste numa questão que resume o que foi apresentado na problematização, a ideia sobre a qual a pesquisa se fundamenta. Posteriormente são delimitados os objetivos (geral e específicos) que norteiam os rumos tomados pela pesquisa. E finalizando a seção, tem-se a subseção das justificativas, a qual procura apresentar as razões para as escolhas feitas em âmbito empírico, teórico e metodológico.

Na segunda seção, intitulada referencial teórico, busca-se de forma resumida apresentar as principais discussões feitas acerca do *organizing*, das ontologias relacionais e da Teoria Ator-Rede. No início do referencial teórico explica-se o que vem a ser *organizing*, e como sua adoção dentro das pesquisas tem a capacidade de proporcionar uma análise diferenciada dos fenômenos de estudo, e, assim, o *organizing* é apresentado como uma análise relativista e relacional auxiliando no estudo de fenômenos processuais. Segue-se com uma discussão sobre ontologias relativistas apresentando a multiplicidade de realidades de Mol (2002, 2008) e os modos de

existência de Latour (2013). Depois é mostrada a epistemologia relacional proposta pela Teoria Ator-Rede. Nos primeiros tópicos são mostrados os conceitos de ator-rede e teoria de acordo com a forma diferenciada de observar os fenômenos que é proporcionada pela TAR. Além de conhecer o que significa os principais componentes da TAR (teoria-ator-rede) são também explicados os seus fundamentos a saber: simetria generalizada, translação e performatividade; sendo esse último relacionado a um movimento denominado de pós-ANT ao qual promoveu uma reformação de alguns dos principais princípios da TAR.

A terceira seção intitulada procedimentos metodológicos inicia com as reflexões sobre as bases ontológicas e epistemológicas da pesquisa. Segue-se com explicações sobre a natureza da pesquisa, e essa é apresentada como qualitativa, descritiva, baseada numa inspiração etnográfica valendo-se de técnicas de *shadowing* e *following objects* desenvolvidas por Czarniaskwa (2008, 2014). Ao finalizar os procedimentos tem-se os instrumentos que foram utilizados na pesquisa, que são principalmente os cadernos de campo, conversas informais e documentos, assim como as ferramentas usadas para a organização/ composição dos corpora e sua devida interpretação que resultaram nas narrativas apresentadas na seção seguinte. Nessa parte é explicado detalhadamente a formação de cada corpus considerando as indicações feitas por Barthes (2006) e Bauer e Aarts (2008).

O quarto capítulo apresenta os achados da pesquisa. Como primeira subseção do capítulo, é narrada a história das viagens no mundo chegando até o turismo comunitário. A história do turismo no mundo chegando até o surgimento do turismo comunitário é contada por meio de livros, documentos, artigos científicos e jornais. Em conjunto com essa narrativa é apresentada a história da chegada das primeiras viagens turísticas ao Brasil, apresentando o desenvolvimento da atividade e como surgem as ideias e iniciativas de turismo comunitário no Brasil levando ao seu processo de expansão nos últimos anos.

Nos resultados da pesquisa também aparecem os achados relativos a pesquisa empírica realizada na Ilha de Deus. Em primeiro lugar, é feita uma narrativa sobre os processos que possibilitaram a entrada da pesquisadora em campo para realizar uma pesquisa participativa no local, narrando suas primeiras impressões. Depois, é contada a história da Ilha de Deus, apresentando como principal fonte de pesquisa a própria comunidade, onde as notas de campo, observações da pesquisadora, e as conversas informais realizadas são as principais fontes de pesquisa. Por fim, são apresentados os resultados acerca da forma de organização do turismo comunitário, sendo esse dividido conforme suas diferentes práticas turísticas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

---

Nessa seção são apresentadas as principais ideias relativas as escolhas teóricas feitas pela autora, enfatizando seu caráter ontológico e epistemológico. Assim, a seção inicia-se pela discussão da ontologia do organizar, onde o *organizing* é apresentado como um processo relacional. Dessa maneira, para estudar esse processo dentro do turismo propõe-se a adoção da multiplicidade de realidades ou modos de existência e da ANT/ TAR.

Assim, a multiplicidade de realidades e os modos de existência são apresentados como ontologias afinadas com o devir e com o relacional, e a partir dessas têm-se a necessidade de uma epistemologia que forneça bases para estudar a organização turística de forma relacional e processual. Para tanto, é indicada a ANT como caminho epistemológico, apresentando alguns de seus fundamentos como a translação, simetria generalizada e performatividade.

### 2.1 O ESTUDO DO ORGANIZAR (*ORGANIZING*)

Os antigos estudos organizacionais (EO), de forma geral, têm-se preocupado em entender e discutir o que seria uma organização de forma objetiva, observando-a como um ente estático, homogêneo, identificável e não problemático (DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

Tradicionalmente, a organização é vislumbrada como uma ferramenta ou estrutura que permite ao grupo atingir seus objetivos (CZARNIAWSKA, 2013), ou seja, como um instrumento social limitado com estruturas e objetivos específicos (COOPER; BURREL, 1988). Por trás desse entendimento da organização como estática, há uma série de preceitos de natureza ontológica e epistemológica que são adotados.

Os teóricos que seguem essa visão baseiam-se no pressuposto de que há uma realidade anteriormente definida que existe independente do olhar de quem analisa. Assim, o estático é visto como normal e as mudanças são atribuídas a algum tipo de mal funcionamento que deve ser evitada a todo o custo, sob pena de perder a eficiência organizacional (COOPER; LAW, 2005; DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

É a partir da década de 1970 que surgem novas formas de se observar as organizações. Nesse período as ciências sociais passam a ser influenciadas por uma diversidade de perspectivas teóricas, tendo como fundamento as ideias pós-modernas (NAYAK; CHIA, 2011) e pós-estruturalistas (CALÁS; SMIRCICH, 1999; COOPER; LAW, 2005), que levaram a uma maior flexibilidade a respeito da constituição dos fenômenos.

Esse movimento volta-se para um questionamento das abordagens convencionais de desenvolvimento das teorias, fornecendo análises incisivas que mostram o funcionamento interno e as bases assumidas por trás de cada teoria, o que desencadeia uma profusão de aportes teóricos para o estudar os fenômenos sociais, inclusive os EO (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Apesar de ter trazido contribuições para o desenvolvimento inicial dos EO, a abordagem ontológica tradicional a qual vislumbra as organizações como estáticas já não possui os elementos suficientes para explicar os fenômenos organizacionais das últimas décadas (CAMILLIS; BUSSULAR; ANTONELLO, 2016; DUARTE; ALCADIPANI, 2016; NAYAK; CHIA, 2011). Novos acontecimentos como fusões, participação de grupos informais, colaboração, interações, aquisições, dentre outros (CZARNIAWSKA, 2013), demandam uma visão contemporânea que enfatize o caráter processual e relacional das organizações.

Isso pode-se fundamentar no que Nayak e Chia (2011) e Cooper e Law (2005) denominam ontologia do *de vir a ser* (*becoming ontology*), onde o processo de formação dos fenômenos é enfatizado, e não uma ontologia de substância (*substance ontology*) que entende a organização como um resultado previamente estabelecido ou uma realidade dada. Dessa maneira, seguindo a ontologia do *de vir a ser*, as organizações não passam de “ondas de estabilidade num mar de processos” (NAYAK; CHIA, 2011, p. 284, tradução nossa).

Tendo por base essa nova vertente ontológica, estudar os fenômenos organizacionais resulta em grandes mudanças para os EO. E adotar seus pressupostos significa que não há organizações prontas, mas em processo constante de formação (LEE; HASSARD, 1999; NAYAK; CHIA, 2011; TSOUKAS; CHIA, 2011). As organizações não têm a capacidade de explicar os fenômenos, são elas que precisam ser explicadas em maiores detalhes.

Assim, estudos a respeito da ética, estruturas, culturas, gêneros entre outros, acabam por ser substituídos pelas análises das micropráticas heterogêneas do processo de *organizing*. Isso porque as organizações estão sempre em curso ativo de ações como um resultado contínuo de processos caracterizados como precários e parciais (DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

Dessa maneira, não adianta tentar definir ou conceituar o que é uma organização, pois ao tentar fazê-lo perdem-se as agências do processo, ou seja, seu desdobramento relacional é perdido. Sendo assim, a solução é buscar um entendimento ao longo do caminho ou da história de formação da própria organização (LATOUR, 2011). E entender como ocorrem os processos e as relações que ao longo do tempo formam e transformam as organizações, tendo sempre por base a fluidez, ou seja, a instabilidade, onde o ordenamento é dado como uma espécie de coreografia precária (LAW; LIEN, 2012) que nunca está pronta, pois sofre modificações frequentes.

A ontologia do vir a ser tem como fundamento de análise organizacional a visão processual e relacional. Ela enfatiza o *organizing* como um processo que é estabilizado temporariamente por um conjunto heterogêneo de práticas de humanos e não-humanos. Estudar esse processo transitório de composição e recomposição do *organizing* turístico requer a escolha de aportes ontológico e epistemológico que permitam observar e estudar a realidade segundo a abordagem do devir.

Para alinhar essas escolhas, recorre-se ao modelo desenvolvido por Hassard e Cox (2013) ao qual sintetiza os caminhos de base ontológica e epistemológica que fundamentam as teorias organizacionais. Por meio da junção entre essas escolhas (ontológicas, epistemológicas, metodológicas e de natureza humana) são formadas as posições metateóricas. Dentro desse modelo são posicionadas as diferentes formas de análise organizacional que são adotadas nos estudos organizacionais (EO). Em seu terceiro quadrante ou terceira ordem dos EO, são apresentadas as bases que estão atreladas as novas demandas vindas com o pós-estruturalismo e pós-modernismo as quais possibilitam o estudo da organização como um verbo.

Assim, em termos ontológicos, sugere-se adotar o relativismo associado a uma epistemologia do tipo relacionista, de natureza humana desconstrucionista e metodologicamente reflexiva (HASSARD; COX, 2013). De forma geral, a ontologia volta-se para o estudo do que é considerado real, em termos de suas propriedades gerais e formas de existência. Ontologia significa uma “preocupação com o que é real, com o ser. É a soma total dos objetos e sujeitos que povoam o mundo” (PORT; MOL, 2015, p. 166, tradução nossa).

Adotar determinada escolha ontológica representa seguir uma forma de ver o mundo (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; HASSARD; COX, 2013) e por consequência estudá-lo. Ao escolher uma ontologia do *organizing* baseado no devir, tendo por fundamento o estudo do relacional e processual, significa aceitar uma postura aberta ao seguir os fenômenos, sendo totalmente desprovida da existência de verdades. Isso porque, ‘verdade’ é aquilo que se acredita como tal no âmbito de uma coletividade.

E não há verdades estipuladas de antemão, mas apenas incertezas as quais o pesquisador pode tentar entender seu processo de formação e os meios pelos quais se relacionam, sem maiores pretensões de formar teorias ou de prever seu funcionamento.

Como exemplo de ontologia relativista tem-se a desconstrução literária, onde o significado dos textos encontra-se na forma de leitura e apropriação, ou seja, não há leitura verdadeira de um texto e nenhum texto além da leitura. (HASSARD; COX, 2013). De forma geral, tem como fundamento a ‘inexistência’ de qualquer verdade, no sentido de que não é possível acessá-la. Assim, o mundo pode ser ordenado de muitas formas. (LEE; HASSARD,

1999). O que se considera como verdade não é algo exterior para ser descoberto, mas sim uma construção coletiva. Portanto, algo não é considerado verdade por suas características imanescentes, mas pela associação de elementos heterogêneos que o estabilizam.

A epistemologia relacional baseia-se na ideia de que existem relações entre indivíduos e elementos. Há todo um conjunto materialmente heterogêneo de processos, arranjos, relacionamentos que implica pessoas e é implicado por elas. As entidades tomam forma e adquirem seus atributos como resultado de suas relações com outras entidades (LAW, 2003). Ou seja, ser é se relacionar (MOL, 2002). Fora das relações não há nada.

Por isso que ao produzir descrições dos processos organizacionais é possível perceber as relações estabelecidas entre os diversos componentes da rede (LEE; HASSARD, 1999). O exemplo apresentado por Hassard e Cox (2013) diz respeito a formação do conhecimento como relacional, nessa é impossível sua construção/ formação independentemente dos valores, da posição do sujeito e sem considerar o contexto social. Desse modo, as epistemologias relacionais afirmam que fora dessa rede de relações não há existência de nenhum elemento.

Ao escolher por posicionamentos ontológico e epistemológico de caráter pós-estruturalista e pós-modernista (COOPER; LAW, 2005; HASSARD; COX, 2013; NAYAK; CHIA, 2011) volta-se para os estudos de Mol (2002, 2008) acerca da multiplicidade de realidades e de Latour (2011, 2013) sobre os modos de existência.

Como base epistemológica, adota-se a TAR, que atende a proposta relacional conforme afirmam Law e Urry (2005). Considerando que a formação dos fenômenos pode ser descortinada por meio do estudo das formas como os humanos e não-humanos se relacionam formando e reformando a rede heterogênea que compõem os fenômenos.

As seções seguintes apresentam uma síntese dos principais aspectos das escolhas ontológicas e epistemológicas realizadas pela pesquisadora iniciando com as proposições de Mol (2002, 2008) e Latour (2011, 2013). E posteriormente são apresentados os fundamentos basilares da ANT (ação/ ator/ rede/ teoria, simetria generalizada, translação e performance) com ênfase principalmente nas discussões de Bruno Latour, Michel Callon e John Law.

## 2.2 MULTIPLICIDADE DE REALIDADES E MODOS DE EXISTÊNCIA

As ontologias relativistas entendem que o mundo pode se organizar de várias formas. Tendo esse fundamento em mente, Mol (2002, 2008) apresenta suas pesquisas de filosofia empírica sobre a forma que se organizam duas doenças: a anemia (MOL, 2008) e a arteriosclerose de membros inferiores (MOL, 2002).

Por meio dos diferentes conjuntos de práticas performados pelas doenças é que são temporariamente estabilizadas as realidades divergentes, criando vários tipos de arterioscleroses (laboratorial, patológica, cirúrgica, psicológica, etc.) e de anemias (clínica, laboratorial e patofisiológico).

Dessa forma, as realidades adquirem seu caráter múltiplo, não por meio de múltiplas interpretações sob uma mesma realidade (perspectivismo), mas pela multiplicidade de práticas que encenam diferentes versões para as mesmas doenças (MOL, 2002, 2008).

[...] não há mais um objeto único esperando por uma série infinita de perspectivas. Ao invés disso, os objetos passam a existir e desaparecem através das práticas em que eles são manipulados. E já que o objeto de manipulação tende a alternar de uma prática para outra, a realidade se multiplica. [...] Apesar dos objetos serem diferentes de uma prática para outra, há relações entre essas práticas. (MOL, 2002, p. 4, tradução nossa).

Assim, a autora explica de forma mais elucidativa a multiplicação das realidades, mostrando que sua proposta não é um simples perspectivismo (MOL, 2008, 2002) tendo como base o construcionismo social e/ ou o relativismo cultural, onde a realidade é vista por diversos olhares de forma diferenciada sem que tenha sua essência alterada.

A proposta apresentada pela ontologia múltipla de Mol (2002, 2008) e pelos modos de existência de Latour (2011, 2013) é um relativismo pleno/ relativista (LATOUR, 1994), onde não só a forma de perceber a realidade é relativista, mas o próprio objeto (realidade) é relativo. Apenas através das performances das muitas práticas é que essas realidades são formadas e reformadas (processual e relacional). Não há nenhuma essência nos fenômenos a ser explicada (MOL, 2002, 2008), tudo é precário.

O objetivo de Mol (2002, 2008) é de entender o que vem a ser anemia e arteriosclerose de membros inferiores, para tanto, estuda as práticas de pesquisa, diagnóstico e tratamento das doenças. Se debruça sobre essas, percebe a multiplicidade de elementos que formam temporariamente determinada realidade, e ao analisar, por exemplo, as práticas relativas ao diagnóstico da arteriosclerose, nota que um conjunto extenso de elementos contribui em sua

formação, uma série de máquinas e aparelhos: microscópio, lâminas, estiletes, tubos de ensaio, tomógrafo, duplex, angiograma, etc. Além disso, há o médico, o modo como ele observa ou não o paciente, o próprio paciente, vasos sanguíneos, e ficha clínica do paciente. (MOL, 2002).

E é por meio do relacionamento estabelecido entre esses elementos e outros que compõem a rede de actantes que determinadas práticas de diagnóstico da doença emergem, formando, assim, suas múltiplas realidades.

Nota-se, claramente, as variadas performances da arteriosclerose nas descrições de práticas de Mol (2002), dentro do hospital Z na Holanda. Nessas, pôde-se perceber como a arteriosclerose encenada dentro do laboratório de patologia envolta em máquinas e tubos de ensaio e testes é totalmente diferente daquela apresentada na clínica de assistência aos pacientes, onde as reclamações com relação aos sintomas e dores se destacam.

Apesar da presença dessas várias realidades dentro do diagnóstico, não é formada uma fragmentação da doença, isso porque as várias versões de diagnóstico da arteriosclerose encontram-se de alguma forma coordenadas e, além disso, as realidades também são distribuídas em diferentes localidades (MOL, 2002).

A distribuição espacial das realidades faz com que não sejam estabelecidas controvérsias que anulem ou sobreponham outra realidade, isto é, os diferentes diagnósticos ocorrem em diferentes alas do hospital Z. “O trabalho pode continuar desde que as diferentes partes não ocupem o mesmo ponto. Desde que elas estejam separadas entre *sites* através de algum tipo de distribuição.” (MOL, 2002, p. 88, tradução nossa).

Com relação a coordenação, outro mecanismo que evita a fragmentação das realidades, Mol (2002) entende que há duas formas de realizá-la, a saber: por meio da combinação (*add up*) dos resultados dos testes e da calibração (*calibration*).

Na primeira, pode-se estabelecer uma espécie de hierarquia entre os exames, escolhendo um tipo de exame como mais confiável, repetir os exames quantas vezes o médico achar necessário e a partir dos vários resultados compor um diagnóstico. Por meio do trabalho de combinação, um objeto comum projeta-se sob os vários testes em uso estipulando diretrizes quando os profissionais se reúnem em torno do mesmo tema. Ao estabelecer contato uns com os outros, os profissionais utilizam o nome para se referir àquilo que atuam. (MOL, 2002).

Na segunda forma de coordenação, indica-se um conjunto de medidas comuns para chegar ao diagnóstico da doença por meio da negociação entre várias fontes de informações como as notas clínicas, medidas de pressão, imagens, etc. Por meio da composição entre esses elementos a equipe médica pode chegar ao diagnóstico.

A distribuição e coordenação ajudam a manter a integridade da arteriosclerose, no sentido que estabelece certa consensualidade entre as diferentes ‘tribos’ que compõem as realidades da doença.

Por meio dessa união, o status das doenças (arteriosclerose de membros inferiores e anemia) como objeto único é mantido, mesmo sendo composto por diversos conjuntos de práticas, recebem a mesma nomenclatura e é forjado um certo caráter institucional ao qual Mol (2002) denomina inclusão. Isso porque, apesar das realidades das doenças parecerem discordantes, cada performance da arteriosclerose e da anemia inclui as demais realidades dentro desse grande conjunto adjetivado como arteriosclerose dos membros inferiores e anemia (MOL, 2002, 2008).

As diferentes realidades da anemia e arteriosclerose estão sendo criadas e ajustadas mutuamente de modo que coexistem com maior ou menor dificuldade (LAW, 2004). Dentro dessas não há nenhuma que seja superior a outra, não há relações de dominância, o que existe entre elas são relacionamentos e interferências (MOL, 2008).

Outra escolha ontológica que enfatiza o processual e relacional dentro da encenação das realidades é a proposição de Latour (2011, 2013) sobre os modos de existência. Esses objetivam lançar novas bases a comparação de mundos (ou realidades) diversas tendo como foco discutir as tensões contemporâneas que demandam soluções mais urgentes (DIAS; SZTUTMAN; MARRAS, 2014; LATOUR, 2011, 2013).

No início da obra, Latour (2013, p. 26) apresenta uma série de questões que norteiam as discussões que são realizadas no decorrer do livro “Modos de existência”, a saber: “Se jamais fomos modernos, o que nos aconteceu? De quem somos herdeiros? Com quem devemos estar vinculados? Onde nos encontramos agora?”

Para discutir essas questões, Latour (2013) explica primeiramente como se dá a constituição dos mundos de acordo com os modernos por meio do chamado parêntesis modernista. Retomando parte dos argumentos apresentados em sua obra “Jamais fomos modernos”, Latour (1994, 2013) mostra como o discurso da purificação, esquecendo de descrever as cadeias de mediação, nos faz crer que ilusoriamente adentramos a modernidade. (DIAS; SZTUTMAN; MARRAS, 2014).

Nesse, o mundo ocidental moderno é marcado principalmente pelo dualismo entre: ciência e política, natureza e sociedade, racionalismo e religiosidade, objetividade e subjetividade, etc. Diferente do que propõe Latour (1994), voltando-se para o que não somos, em Latour (2011, 2013) o foco é apresentar o que nos tornamos e como sair desse impasse ‘modernista’ limitante. (LATOUR, 2013; LEMOS, 2014).

Dessa maneira, para fugir das dicotomias, Latour (2013) propõe recolocar a experiência no centro da filosofia, tendo em vista que o ser não se define pela sua substância, mas pela sua trajetória de subsistência e persistência.

Assim, quando Latour (2013) propõe os modos de existência não se trata de modalizar sobre um único e mesmo ser definindo o seu lugar no mundo, mas sobre as diferentes maneiras que tem um ser de se alterar uma filosofia do ser-enquanto-outro (LATOURE, 2013; LEMOS, 2014). Isso porque, diferente do que pensam os modernos, o ser não se encontra num só domínio de existência. E percebe-se claramente como seres do domínio da Ciência ‘invadem’ o domínio da Política, Direito e Economia.

E é justamente por meio das descontinuidades e dificuldades as quais os seres passam, incluindo passar pelos diversos domínios, que esses são levados a alterações em seus modos de existência. Latour (2013) apresenta por meio de siglas os quinze diferentes modos de existência aos quais a modernidade se acomodou, esses encontram-se separados em cinco grupos, a saber:

(1) *Metalinguagem da enquete*: composto pelo modo de existência rede (RED), preposição (PRE) e duplo clique (DC); (2) *Ignora os quase-objetos e quase-sujeito*: reprodução (REP), metamorfose (MET) e hábito (HAB); (3) *Considera apenas os quase-objetos*: técnica (TEC), ficção (FIC) e referência (REF); (4) *Considera apenas os quase-sujeitos*: política (POL), direito (DRO) e religião (REL); (5) *Relação entre quase-objetos e quase-sujeitos*: ligação (ATT), organização (ORG) e moralidade (MOR).

A identificação desses modos de existência requer a utilização de alguns critérios, estabelecidos por Latour (2013), que são a existência de erro de categoria/ falta de preposição adequada, busca por descontinuidades e, finalmente, pesquisar se há condições de felicidade e infelicidade. (LATOURE, 2013; LEMOS, 2014).

O pesquisador já conhece os três critérios que permitem reconhecer um modo de existência. Primeiro graças a um erro de categoria: sente, no princípio de forma obscura e depois cada mais precisamente, que algo lhe escapa, que não capta o que é dito em bom tom, que não foi precedido pela PREPOSIÇÃO adequada. Alertado por esse sentimento compreende que deve buscar em segundo lugar se existe algum tipo de descontinuidade, de hiato que explique um tipo particular de continuidade levando a uma trajetória, um PASSO próprio. Em último lugar, indagar se existem CONDIÇÕES DE FELICIDADE E INFELICIDADE que permitam dizer, de acordo com sua própria língua, que estas condições de modo de existência são verdadeiras ou falsas. (LATOURE, 2013, p. 139, grifo do autor, tradução nossa).

Assim, a identificação do modo de existência dos modernos inicia pela presença do erro de categoria. Esse ocorre quando dentro das práticas dos modernos toma-se uma coisa por outra,

é um erro de chave de interpretação. Deve-se ter cuidado para não confundi-lo com erro dos sentidos, achar, por exemplo, que viu um objeto de uma determinada forma quando esse era de outra forma. (LATOUR, 2013; LEMOS, 2014).

O que interessa para Latour (2013) são as confusões sobre a maneira de abordar uma questão em termos de verdade e falsidade, não como um erro dos sentidos, mas um erro de sentido. Ao descartar os primeiros sobram os últimos que são o foco da investigação.

No entanto, o objetivo principal não é o erro em si, mas sim a sua causa. Ou seja, as investigações devem voltar-se para catalogar “a convergência de todos os modos ‘de existência’, pois é ali onde está a maior importância e onde menos se tem trabalhado as causas dos erros” (LATOUR, 2013, p. 67, tradução nossa).

O problema é que cada modo de existência possui suas próprias definições do que seria verdadeiro ou falso (LATOUR, 2013; LEMOS, 2014). Dessa maneira, dentro de um determinado modo de existência, por exemplo, o direito pode-se ter uma definição de falso que seja diferente daquela estabelecida pela religião.

E como cada modo de existência quer impor suas definições de verdadeiro e falso no interior dos outros modos de existência, criam-se conflitos entre eles. (LATOUR, 2011, 2013). Dentre as confusões apresentadas têm-se: cobrar coerência discursiva em debates políticos (confusão da política com a ciência) ou exigir eficiência algorítmica aos processos jurídicos (confusão do jurídico com a técnica). (LEMOS, 2014).

Ao tentar impor suas definições, são criados os conflitos entre os modos de existência que acabam por tornar mais difíceis as possibilidades de diálogos, resultando num maior agravamento da crise da modernidade. Por isso, Latour (2013) sugere estudar os pontos de convergência, não no sentido de verdadeiro ou falso, mas dentro das condições de felicidade e infelicidade de cada modo de existência.

Para diferenciar as condições de felicidade e infelicidade entre os modos de existência, adota-se a denominação ‘preposição’, entendendo-a como aquilo que é anterior a uma tomada de posição. É por meio dela que são estabelecidas a forma de entender, e a constituição da chave de interpretação dos modos de existência. Cada uma dessas preposições participa de maneira decisiva na compreensão do que se segue, pois oferecem o tipo de relação necessária para captar a experiência do mundo auxiliando em sua tradução e transcrição.

É possível exemplificar quando Latour (2012) cita a definição dos gêneros literários. De acordo com ele, quando pega-se um livro classificado, por exemplo, como ‘documento autêntico’ ou ‘romance’, a forma como o leitor põe os olhos sobre as palavras destes livros é significativamente diferente daquela dada ao ler um texto anunciado como ‘ficção’.

Outra possibilidade, dentro da definição que os modernos têm de seus modos de existência, é tentar saltar de um modo de existência para outro sem passar pelas mediações, ou seja, sem passar pelo processo de translação. Essa perspectiva vem da visão moderna de construção de conhecimento, onde tem-se de um lado o sujeito cognoscente e do outro uma coisa a ser desvendada por esse sujeito. No entanto, conforme alerta a visão latouriana, são as cadeias de referência que constroem o conhecimento em uma mistura de sujeito e objeto, e não apenas o sujeito (LATOUR, 1994; LEMOS, 2014).

De acordo com Latour (2013), até mesmo para permanecer sendo o mesmo, convém transladar. Assim, ao tentar pular de um modo de existência para outro sem passar pela mediação paga-se um preço, nesse caso ocorre um apagamento da rede em decorrência da ação do duplo clique. (LATOUR, 2013; LEMOS, 2014).

Nesse sentido, Lemos (2016, p. 4, grifo do autor) afirma que

Quando as cadeias de referência (tudo aquilo material ou conceitual que nos permite o “acesso” à coisa) são esquecidas, salta-se de um lado para o outro, aniquilam-se as redes, instituem-se caixas-pretas considerando-se apenas as extremidades, produzindo o que Whitehead (1920) vai chamar da Grande Bifurcação. É isto que faz o demônio Moderno, da purificação, do fim das mediações e traduções, o Duplo Clique. É a ação desse “gênio do mal” que vai acusar tudo que necessita de uma rede para existir de falso, tudo que precisa de tradução, de mediação, e de construção de “relativistas”. Todos os que estão atentos às redes, às transformações por saltos e descontinuidades são estigmatizados por Duplo Clique como “relativistas”.

O conceito de duplo clique foi desenvolvido por Latour (2013) com a intenção de fazer referência ao clique do *mousse*, o intuito dessa expressão é designar a categorização do mundo entre polarizações que não compreendem os modos de existência. Por meio do DC tem-se uma ocultação da cadeia de ações e da complexidade, isto é, estabelece-se um processo de simplificação típico dos modernos, onde as categorias se mostram fechadas de forma estanque menos dependentes umas das outras ao contrário do que de fato é (LATOUR, 2013; LEMOS, 2014, 2016).

A investigação dos modos de existência objetiva discutir esses erros de categoria, utilização de preposições inadequação e duplo clique que servem para explicar a forma de construção do mundo segundo os modernos. Para Latour (2013), são esses erros que propagam a visão ilusória da purificação, esquecendo a composição heterogênea das mediações em rede e tomando-as por erros de categoria.

Para fugir desse equívoco, deve-se fazer uma análise extensa e detalhada dos cursos de ação, desvendando os sistemas de valores dos modos de existência. O que se encontra na

verdade são redes que se associam segundo elementos de práticas de todos os modos de existência e são redistribuídos de diferentes maneiras, apenas por meio de uma investigação empírica torna-se possível estudá-las, apresentando uma descrição das mesmas.

Nesse cenário, a noção de rede, e por consequência de ator-rede, é fundamental para entender o curso da ação. Para Latour (2013), a rede é um dos quinze modos de existência, mas também é a partir dela que pode-se apreender a dinâmica das associações. O que confere grande importância a ‘rede’, dentro do processo de investigação, é que essa encontra-se associada a noção de fluxos, deslocamentos, alianças, nas quais os actantes envolvidos interferem e sofrem interferências constantes (LATOUR, 1999). Não se trabalha com uma noção tradicional de rede, similar ao seu entendimento dentro da internet ou da cibernética. Para esclarecer o significado desses termos, a seguir são apresentadas algumas do que vem a ser rede, ator-rede e actante.

### 2.3 ASPECTOS GERAIS DA *ACTOR-NETWORK THEORY* (ANT)

A *Actor-Network Theory* (ANT) ou Teoria Ator-Rede (TAR) também denominada de Sociologia das associações foi desenvolvida na década de 1980 por um grupo de sociólogos (Michel Callon, Bruno Latour e John Law) a princípio dentro dos chamados estudos sociológicos da ciência e tecnologia (ALCADIPANI; TURETA, 2009; LEMOS, 2014), propondo uma nova forma de analisar os fenômenos ditos ‘sociais’, considerando-os como uma composição entre humanos e objetos, abandonando a percepção dessas entidades como elementos puros/ separados (LATOUR, 1994; LAW, 1992; LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Isso porque, parte daquilo que se considera como humanidade/ humano, é feita da inumanidade dos muitos objetos que povoam o mundo (LATOUR; WOOLGAR, 1997). De acordo com Latour (1986, p. 275, tradução nossa) “a sociedade não é feita de elementos sociais, mas de uma lista que mistura elementos sociais e não-sociais”.

Enquanto abordagem social de relativismo pleno (LATOUR, 1994) e pós-estruturalista (ALCADIPANI; TURETA, 2009; LAW, 2009a), a ANT apresenta as ferramentas necessárias para explicar de forma mais adequada as dinâmicas da sociedade e a participação das várias entidades (humanas e não-humanas, ou seja, aquelas que são vistas como híbridas) que caracterizam o século XX (LATOUR, 1994, 2012, 2013).

E à medida que a Sociologia tradicional parece ter perdido, no decorrer do tempo, esse poder de notar como são formadas as associações, a ANT seria a forma de conectar aquilo que foi anteriormente desconectado pelas ciências sociais (LATOUR, 2012; LAW, 1999).

A TAR busca questionar as afirmações tecidas pelas vertentes da 'sociologia crítica' e 'sociologia do social', isso porque baseia-se numa nova forma de percepção do mundo. O foco jaz no poder momentâneo de fazer e manter as associações entre os diversos elementos sociais (humanos) e não-sociais (não-humanos) (LATOUR, 2012), o que caracteriza a ANT como relacional dentro de uma abordagem dinâmica.

Considerando que em meio a um ambiente tão dinâmico a manutenção das associações envolve processos recorrentes de reagregação que fazem com que determinada associação possa manter relativa estabilidade durante algum período de tempo.

Essa é uma tarefa que demanda bastante esforço dos actantes envolvidos no processo (LATOUR, 1986, 1994, 2012). Entende-se que não é por meio de nenhuma mão invisível, seja do mercado ou do contexto social, que os fenômenos podem ser observados, mas pelo poder de formação, transformação e reagregação das associações. O 'social' é entendido como um efeito das muitas redes de relações (LAW, 2009a).

A ANT é uma teoria da conexão, da associação, da mobilidade em seu sentido mais fundamental. Ela considera a vida social como consequência de algo em movimento, que necessita de muito esforço para se manter e se reproduzir. A ANT é um pensamento móvel sobre o social, já que esse só se dá em associações (LEMOS, 2014, p. 76).

A ênfase dada à associação é tamanha que a própria aplicação do termo 'social' é vista como problemática pela TAR, preferindo substituí-lo pela expressão 'associação'. A explicação para essa substituição é dada por Latour (2012) ao recorrer a etimologia da palavra social (*socius*). Ele constata que seu significado designa "uma série de associações entre elementos heterogêneos" (LATOUR, 2012, p. 23).

Assim, o social estaria, na verdade, voltado para "os tipos de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais" (LATOUR, 2012, p. 23). Essa afirmação de Latour (2012) leva a certo estranhamento, como poderia o 'social' ser composto por algo que não é plenamente 'social'? Então qualquer tipo de ligação ou agregação pode ser considerada 'social'?

Um dos esforços da TAR é quebrar com a visão moderna de purificação, isso reverbera na percepção sobre o que é o social. Para Latour (1994, 2011, 2012, 2013), o social é formado a partir de uma composição entre diversos elementos híbridos.

Devido a constante mutabilidade que permeia o mundo, já não se sabe mais o que é 'social' e o que não é. O 'social' parece estar em todo lugar e em lugar nenhum. Destarte para entender o que seria 'social', precisa-se frequentemente (re)formular as noções sobre os elementos associados, já que sua definição 'caduca' frequentemente (LATOUR, 2012).

Portanto, um elemento tradicionalmente considerado como ‘não-social’ num momento pode ser visto como ‘social’ em outro, por isso ‘social’ é a denominação dada a uma associação momentânea caracterizada pela reunião de novas formas, "um movimento peculiar de reassociação e reagregação" (LATOUR, 2012, p. 25). A própria lógica de categorizar os elementos dentro de reinos – social e não-social – é fortemente desaconselhado pela TAR, pois o poder está nas associações.

Em decorrência da heterogeneidade de elementos presentes, Latour (2012) sugere usar a denominação coletivo (referindo-se ao conjunto heterogêneo e transitório de humanos e não-humanos) em processos constantes de associação e desassociação.

Mas o que dizer de conceitos que utilizam frequentemente a palavra ‘social’ como adjetivação, a exemplo dos grupos 'sociais'? Como entendê-los? Como é possível substituir essa denominação dentro do vocabulário TAR?

Da mesma forma que se entende o ‘social’ como associações efêmeras de humanos e não-humanos (coletivos), também é possível entender os grupos. Esses são o resultado temporário do processo de associação dos coletivos. De acordo com a ANT, não há grupos e sim formação de grupos, ou seja, volta-se sempre para o processo de formação, onde nada está acabado. O processo de redefinição dos grupos é tão frequente que implica sempre numa formação continuada e nunca definitiva dos grupos.

De acordo com Latour (2012), deve-se ficar atento à formação dos grupos, pois é por meio deles que pode-se ter pistas sobre a composição dos coletivos.

Assim, a máxima da TAR afirma que deve-se seguir os atores, ou melhor, os actantes, o que significa rastrear as associações sem adoção de nenhuma classificação pré-definida.

Para entender os fenômenos relacionados a composição dos coletivos é necessário mapear as controvérsias em que eles estão envolvidos, isto é, observar os eventos que ainda não foram estabilizados, onde os actantes ainda não formaram consensos (caixa-preta em aberto) ou mesmo procurar abrir caixas-pretas. E para levantar as controvérsias deve-se deixar o actante falar usando os seus próprios termos.

Ao possibilitá-lo falar usando seus próprios termos e expressões, é possível que o ator de fato conte sua história, sem nenhuma imposição de linguagem por parte do investigador. A esse processo Latour (2011, 2012) denomina de infralinguagem.

O ator possui sua própria metalinguagem que cabe ao investigador entendê-la. Isso porque a TAR é antes de mais nada um instrumento que permite contar histórias (LATOUR, 2011, 2012; LAW; MOL, 1995). Assim, outorgar o direito do ator falar livremente torna-se essencial para entender como é mantida a estabilidade momentânea do processo de formação

dos coletivos. Um bom relato, de acordo com as orientações da ANT, é aquele onde os conceitos apresentados pelos atores sobrepujam os termos do analista. O ator (actante) e a composição da rede de relações são o foco da TAR.

A ANT segue uma lógica diferenciada, não impõe nenhuma metalinguagem ao ator, ao contrário, a linguagem do ator é que é imposta ao pesquisador. Apesar de não existir uma imposição de termos por parte do investigador, a TAR como qualquer outra teoria possui seus próprios conceitos-chaves que devem ser conhecidos pelo pesquisador que se propõe a adotar a TAR. Assim, na subseção seguinte serão apresentadas suas noções-chave iniciando pela explicação do que viria a ser ator, rede e teoria.

### **2.3.1 Conceitos-chave da TAR**

Ao apresentar e discutir alguns dos principais conceitos-chaves relacionados a TAR o objetivo dessa subseção não é oferecer uma definição fechada dos termos, mas mostrar o seu vocabulário, até porque dentro da literatura ANT não há indicações fechadas sobre nada. Conforme afirma Mol (2010, p. 254, tradução nossa) "A ANT não define esses termos, em vez disso, brinca com eles. Não procura coerência. [...] os textos ANT estão fora para se moverem - gerar, transformar, traduzir, enriquecer e trair."

Portanto, a seguir são expostas as definições dos termos que dão nome a TAR: ator, rede, teoria, e até mesmo o hífen. Nas subseções seguintes apresentam-se termos frequentemente utilizados pela teoria: simetria generalizada, translação e performatividade.

#### **2.3.1.1 O que significa ator, rede e teoria?**

O ator ou actante seria aquele elemento, humano ou não-humano, que executa determinada ação. Apesar de parecer um conceito simples, envolve certa polêmica ao considerar não só que os objetos têm a capacidade de agir como também ao entender a ação como um construto que não é redutível a um único indivíduo (LAW, 2009a).

Prefere-se utilizar a expressão actante ao invés de ator. Isso porque o termo ator denota um aspecto humano e de acordo com a ANT não é apenas o humano que age. Vários exemplos são dados nesse sentido, ao analisar a navegação portuguesa, mostra como os tripulantes, navios a vela, bússolas, cartas de navegação, etc., contribuíram para a navegação de longa distância (LAW, 1986). Nessa situação não seria possível atribuir o sucesso das navegações portuguesas apenas aos tripulantes.

Desse modo, dentro da TAR fala-se em ação distribuída (LATOUR, 2012), ou seja, a propriedade da ação pode parecer pertencer a um indivíduo, no entanto, por trás desse há todo um processo que leva o indivíduo a agir de determinada forma.

Agir posiciona o sujeito num denso imbróglio no qual a questão de quem está mesmo levando à frente a ação torna-se insondável (LATOUR, 1986, 2012, 2015). O actante se define justamente pelo modo que age. E agir é produzir uma diferença, um desvio, um deslocamento qualquer no curso dos acontecimentos das associações.

Latour (1988) descreve detalhadamente os movimentos de associação que levaram a constituição de Louis Pasteur como o porta-voz da microbiologia. Claramente, Pasteur é um ator com capacidade de traduzir (do tipo mediador) que participa da associação. No entanto, ele não foi o único responsável pelo desenvolvimento e expansão da microbiologia. Vários outros actantes - a exemplo do movimento higienista, cientistas da época, veterinários, criadores de animais, ácido láctico, antraz - contribuíram para a formação da microbiologia.

A preocupação da ANT não é de entender quem de fato é o pai da microbiologia (LATOUR, 1988) ou de qualquer outro fenômeno ao qual estuda. A TAR não busca o resultado, mas preocupa-se em perceber os efeitos dos movimentos dos atores (actantes) que compõe a associação. O actante é observado por meio dos efeitos que são causados e sentidos na rede.

Os atores se associam aos outros atores, formando assim uma rede, em que todos eles são transformados em 'atores', já que as associações permitem que cada um haja. Os atores são promulgados, habilitados e adaptados pelos seus associados que, por sua vez, promulgam, habilitam e adaptam esses atores (MOL, 2010, p. 260, tradução nossa).

Nota-se que ao explicar o que viria a ser atores/ actantes, conforme os preceitos da ANT, Mol (2010) menciona a expressão rede. Isso porque para Latour o mundo pode ser visto como uma rede de actantes (HARDMAN, 2009). Mas o que seria essa rede de actantes para a TAR? E de que forma ela funciona?

A rede pode ser vislumbrada como tudo aquilo que é formado pelo poder das associações. Dessa forma, as redes são as alianças, fluxos, movimentos e circulações (LATOUR, 2001) entre os actantes (humanos e não-humanos que se encontram engajados em determinado curso de ação).

Nas redes, os actantes acabam por influenciar e sofrer influências de outros actantes, isso porque a rede não é estática, ela está em constante processo de formação e transformação (MOL, 2010). E é justamente por conta dessas interferências constantes que o conceito de rede dentro da ANT não pode ser confundido com sua noção na computação onde há transporte de

informação sem deformação (LATOURE, 1999, 2015). Procurando evitar a confusão, Latour (2015) propõe utilizar a expressão rede de vínculos.

Os vínculos enfatizam a razão da ação, isto é, o que *faz* o actante *fazer* algo (grifo nosso). Para Latour (2002, 2015) é a partir da articulação entre os fatos (racionais) e fetiches (irracionais) - *factish* - que as pessoas agem. Ninguém age simplesmente por agir, há toda uma rede de relações por trás de cada ação.

Ao seguir os movimentos que levam as pessoas a realizar determinada ação inesperada é possível vislumbrar o ponto médio entre a ação vista como passiva, aquela que é ‘influenciada’, e ativa, própria dos indivíduos, que formam os vínculos (LATOURE, 2015).

Nesse sentido, não há nem ação passiva nem ativa, a ação é distribuída e deslocada. Há diversas agências atuando simultaneamente no mundo, assim não é possível atribuí-la exclusivamente a um actante (LATOURE, 2012).

Além das palavras (‘ator’ e ‘rede’), ainda há um hífen ligando as duas expressões. Esse hífen aparece para passar a ideia da inseparabilidade entre os termos, isso porque ‘ator’ e ‘rede’ constituem duas fases de um mesmo fenômeno, ou seja, formam uma única entidade.

Deve-se ter cuidado para não associar sua utilização a dicotomia agência (ator) versus estrutura (rede). Conforme visto anteriormente, não faz sentido atribuir ao ator a agência da ação e a rede simplesmente a estrutura. Ambos devem ser vislumbrados como os efeitos dos relacionamentos, ou seja, dos vínculos (LATOURE, 1999).

E com relação a expressão teoria, o que dizer dela? Em vários textos ANT critica-se a utilização da palavra teoria para designá-la, a exemplo de Callon (1999), Latour (1999), Law (1992, 2009a), etc. Então, se a TAR não é uma teoria o que ela seria? E por que, diante da aparente inadequação do termo, continuar usando-o?

A TAR consiste na indicação de caminhos ou de um repertório (MOL, 2010) que considera os princípios etnometodológicos, onde sistematicamente se registram e documentam as formas como as realidades são construídas de acordo com o olhar dos atores (LATOURE, 1999, 2012). Ou seja, algo similar a um método cru para aprender com os atores sem impô-los uma definição a priori de como é o seu mundo.

Apesar de, rigorosamente, a ANT não ser uma teoria, de acordo com a ideia de transformação do conteúdo transportado, pode-se transladar ou trair levemente esse o conceito original de teoria para adaptá-lo a proposta TAR. Assim, levando em consideração essa pequena translação, pode-se afirmar que a ANT é uma teoria com peculiaridades, segundo a visão de Mol (2010).

Se a ANT é uma teoria, então uma 'teoria' é algo que ajuda os acadêmicos a se sintonizar com o mundo, a ver e ouvir, sentir e provar, na verdade, a apreciá-lo. Se a ANT é uma teoria, então uma teoria é um repositório de termos e modos de engajamento com o mundo, um conjunto de reflexos metodológicos contrários. Esses ajudam a ter uma noção do que está acontecendo, o que merece preocupação ou cuidado, raiva ou amor, ou simplesmente atenção. A força da ANT não está na sua coerência e previsibilidade, mas no que à primeira vista, ou aos olhos dos que gostam de suas teorias firmes, pode parecer ser a sua fraqueza: a sua adaptabilidade e sensibilidade. Se a ANT é uma teoria, então uma teoria ajuda a contar casos, desenhar contrastes, articular camadas silenciosas, deixar as perguntas de cabeça para baixo, concentrar-se no inesperado, adicionar à sua sensibilidade, propor novos termos e mudar histórias de um contexto para outro. Se ANT é uma teoria, então ser um amador da realidade não é meramente ser um amador (MOL, 2010, p. 262, tradução nossa).

Apesar dessas expressões serem consideradas confusas (LATOUR, 1999; MOL, 2010), ou mesmo pouco precisas (CALLON, 1999; LAW, 1992), podendo levar a erros de interpretação por parte de pesquisadores menos atentos, elas continuam sendo utilizadas, já que acabam por representar de forma abstrata as ideias centrais propostas pela 'teoria', especialmente aquela relacionada a seguir os atores, conforme afirma Latour (2012)

Eu estava disposto a trocar esse rótulo por outros mais elaborados, 'sociologia de translação', 'ontologia actante-rizoma', 'sociologia de inovação', etc.; mas uma pessoa me observou que o acrônimo *ANT* (*Actor-Network Theory*) era perfeitamente adequado para um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário. Uma formiga [*ant*] escrevendo para outras formigas, eis o que condiz muito bem com meu projeto (LATOUR, 2012, p. 28).

Além dos termos ator, ação, rede, vínculo e teoria, há uma série de outras expressões ou conceitos-chave que fazem parte do vocabulário/ metalinguagem da TAR. Dentre esses têm-se dois de seus fundamentos básicos que são o princípio da simetria generalizada e a translação.

### 2.3.1.2 Princípio da Simetria Generalizada

Ao considerar a agência, tanto de humanos quanto de não-humanos, os estudos ANT apresentam um dos aspectos mais polêmicos de sua abordagem, a simetria entre os humanos e não-humanos. A TAR nega que as pessoas sejam necessariamente mais importantes do que os objetos. Essa simetria é proposta porque a linha que separa as pessoas dos objetos está constantemente sujeita a negociações e mudanças (LAW, 2003). Sendo assim, torna-se difícil propor uma diferenciação entre humanos e não-humanos puros. Diante da indefinição entre o

que é humano e não-humano, considerar uma das partes como principal mostra-se problemático e essa é uma das razões para a TAR propor a ideia de simetria.

Para alguns críticos da ANT, considerar simétricos humanos e não-humanos implica em discussões de ordem ética (LAW, 1999). Isso poderia levantar questões como posicionar humanos e não-humanos dentro de um mesmo patamar de direitos ou mesmo questionar a posição de soberania do ser humano. Mas, o objetivo da TAR ao propor a simetria generalizada é bem mais simples, ou seja, reconhecer o poder dos objetos na formação das redes e questionar a purificação proposta pelos modernos.

Law (1999, 2003) esclarece o impasse ao afirmar que a simetria não se dá num âmbito de ontologia política, mas surge apenas como uma posição analítica. Torna-se difícil entender a ação dos atores sem considerar os objetos que estão incluídos em sua prática. Conforme exemplifica Alcadipani e Tureta (2009, p. 52), “no contexto organizacional, pouco restará de um gerente se for retirado seu computador, sua agenda, seus sistemas de informação, suas planilhas e relatórios, suas canetas, papéis ou a mesa de trabalho”. Como conseguiria o gerente fazer seu trabalho sem esses objetos?

Dessa forma, os objetos/ implementos fazem uma grande diferença ao estudar o curso da ação, não se pode excluí-los do estudo. Como esclarece Latour (2012, p. 114): “A ANT não é - repito: não é - a criação de uma absurda simetria entre humanos e não humanos. Obter simetria, para nós, significa não impor a priori uma assimetria espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais.”

Assim, a simetria generalizada pode ser entendida como o princípio ao qual considera que todas as entidades devem ser analisadas com os mesmos métodos, contabilizados e descritos com a mesma terminologia. Desse modo, qualquer entidade estudada (pessoas, objetos, falso, verdadeiro, etc.) deve ser tratada de forma equivalente (LATOUR, 1994, 2008).

[...] 'simetrizar' os enfoques imaginando uma balança mais ajustada que não inclinasse os pratos. [...] Na prática isso equivale a utilizar os mesmos métodos etnográficos para os 'brancos' e os 'negros', para o pensamento culto e o pensamento 'selvagem', ou melhor dizendo, equivale a desconfiar muitíssimo da noção mesma de 'pensamento' (LATOUR, 2008, p. 172, tradução nossa).

A noção de simetria generalizada advém de críticas tecidas à ciência moderna a qual enfatiza a purificação e as questões de fato como elementos que levam à construção do verdadeiro conhecimento científico (LATOUR, 1994, 2013).

Para Latour (1994, 2008), Latour e Woolgar (1997), a separação entre as questões de fato e questões de interesse, bem como, a ênfase na pureza em detrimento da hibridização faz

com que a ciência ignore elementos que se encontram no meio; ou seja, elementos que são compostos tanto por aspectos relacionados a natureza (questões de fato) como a sociedade (questões de interesse). Esses Latour (1994) denomina de quase-objetos e quase-sujeitos.

Conforme é possível perceber também em Latour (2013), o quase-objeto é aquela mistura entre objetos e demais elementos onde há um maior destaque ao objeto, a exemplo da técnica, referência e ficção. Enquanto que nos quase-sujeitos aproxima-se mais do elemento humano, a exemplo da religião, política e direito.

Para ilustrar a composição dos quase-objetos e quase-sujeitos, Latour (1994) apresenta os estudos de Boyle da bomba de ar no vácuo e os de Hobbes sobre a constituição do Estado. Apesar de aparentemente Boyle lidar apenas com questões de fato e Hobbes com questões de interesse, nota-se que há aspectos políticos dentro das práticas científicas de Boyle e em Hobbes há questões de fato – como as práticas de experimentação para a constituição do Leviatã. Assim, “Boyle possui uma ciência e uma teoria política; Hobbes uma teoria política e uma ciência” (LATOUR, 1994, p. 22).

As questões de fato (*matter of facts*) são os "ingredientes indiscutíveis da sensação ou da experimentação" (LATOUR, 2004, p. 379), isto é, aqueles elementos que não foram construídos e por isso são reais, ao passo que as questões de interesse são produzidas/construídas, ou melhor, inventadas de forma artificial.

Para a ciência moderna há uma incompatibilidade entre os universos da ciência (questão de fato) e do social (questão de interesse). Sendo assim, as questões de fato têm a sua existência atendida pela ciência, mesmo que não se conheça verdadeiramente seu escopo. Enquanto que as questões de interesse remetem as 'ciências sociais' que são consideradas proscritas (LATOUR, 1994, 2008, 2012).

As ciências proscritas são aquelas consideradas falsas por terem suas origens e explicações relacionadas ao contexto social. Em oposição às ciências sancionadas que se separam de qualquer traço de contaminação, seja pelo contexto social, ideologia, ou até mesmo por seu passado (LATOUR, 1994).

Por outro lado, essa noção é rebatida ao apresentar os fatos científicos como construções (LATOUR; WOOLGAR, 1997), não no sentido mais comum do construcionismo social onde se substitui a realidade por uma entidade “social” sem saber ao certo o que seria esse social; mas para designar as associações que transformam o estado das coisas em algo mais duradouro ou estável e não absoluto (LATOUR, 2012). E, sendo assim, a ciência mostra-se como uma prática de construção de enunciados e de argumentação persuasiva por meio da inscrição

literária que possui grande similaridade a outras práticas sociais (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Na construção dos fatos científicos os cientistas valem-se dos dispositivos de inscrição que materializam os objetos de estudo por meio de diversos aparelhos manipuláveis, a exemplo do espectro, gráficos, figuras, etc. Isto é, consistem naqueles mecanismos que transformam uma substância material em algo que é utilizável, fornecendo os 'insumos' necessários para a elaboração dos diferentes tipos de enunciados.

Há todo um conjunto de operações que são estabelecidas entre os enunciados, além de que esses encontram-se vinculados a uma série de contextos contingentes. E a transformação do enunciado em um fato ocorre quando os atores, finalmente, convencem os leitores de que os enunciados são fatos científicos (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Assim, as proposições de Latour e Woolgar (1997) consideram os fatos científicos também como construções sociais e põe em cheque a separação entre natureza (questões de fato) e sociedade (questões de interesse).

Na verdade, para Latour (1994, 2013), Latour e Woolgar (1997), há uma extrema sobreposição entre os polos (natureza e sociedade), e esses fazem parte do mesmo plano ontológico, e um acaba por influenciar no outro. Dessa maneira, seria possível falar em algo puramente social? Ou mesmo em algo puramente natural?

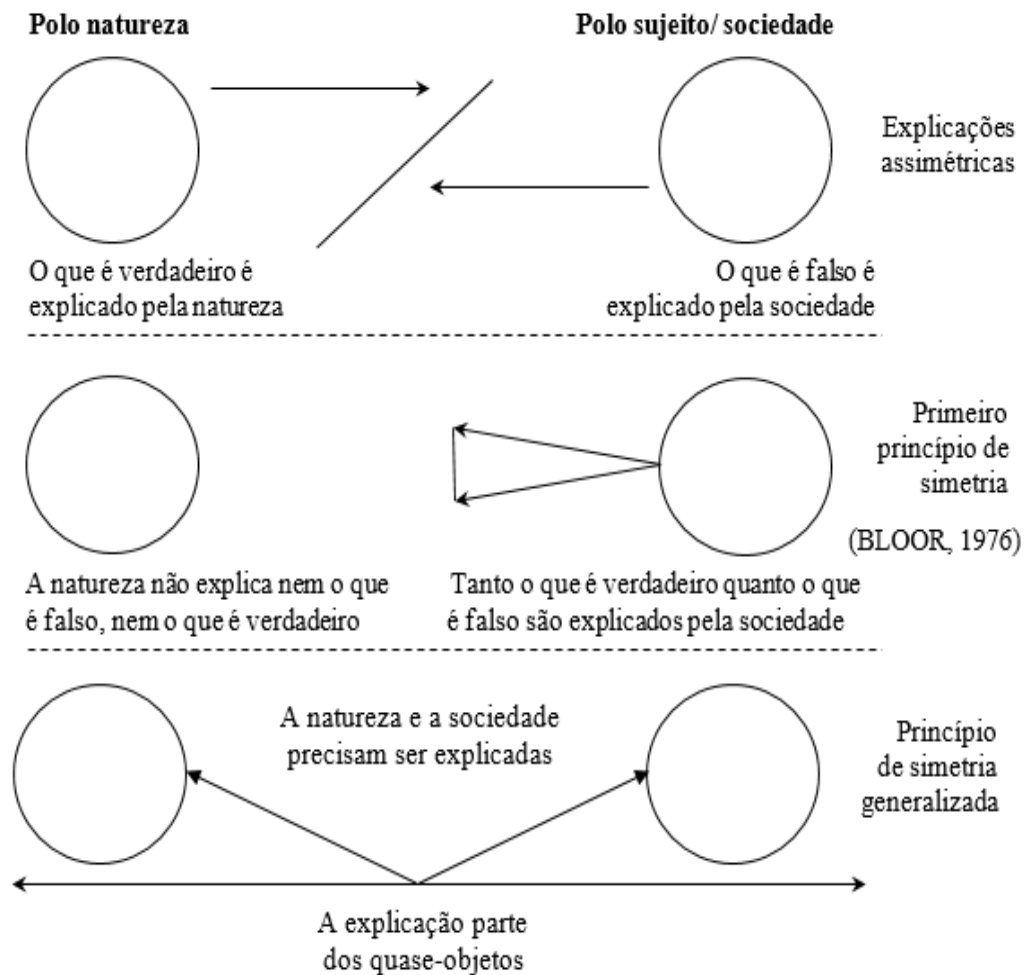
Em muitas situações o que se percebe é um imbricamento entre esses. Assim, para Latour (2012), já não existem mais relações específicas o suficiente para serem chamadas de 'sociais' (ou culturais), isso porque o 'social' parece estar em todo lugar e em lugar nenhum.

De forma similar, ocorre com elementos apresentados como puramente 'naturais', aquilo que à primeira vista é considerado como verdadeiramente puro, e nada mais é do que um híbrido de natureza e cultura. Apesar dos polos existirem em suas respectivas constituições, quase sempre há um certo imbricamento na constituição do mundo a partir deles (LATOUR, 1994).

E ao tentar separar os elementos da natureza dos sociais, a ciência moderna acaba por produzir uma quantidade ainda maior de híbridos. Dessa forma, Latour (1994, 2008) enfatiza a importância da mediação que pode ser entendida como as relações práticas ou ações dos elementos situados entre os polos natureza e sociedade. E propondo, também, que tanto a natureza quanto a sociedade precisam ser explicadas nos mesmos termos. A explicação não pode ser concedida pela purificação que ignora os híbridos, mas pela mediação por meio dos quase-objetos e quase-sujeitos (LATOUR, 1994). Conforme pode-se observar na Figura 3, o

que a TAR propõe é diferente das explicações assimétricas oferecidas pelos modernos e do primeiro princípio de simetria desenvolvido por Bloor (1997).

Figura 3 - Simetria Generalizada



Fonte: Latour (1994, p. 94).

O conceito desenvolvido pela ANT assemelha-se ao princípio de simetria do programa forte de Bloor (1997). No entanto, Bloor (1997) acreditava que os mesmos tipos de causas explicam tanto as crenças consideradas verdadeiras como as falsas por meio de um processo de construção social, assim as explicações partiriam do social. Todavia, para Latour, Callon e Law, estas são dadas pela mediação por meio dos híbridos.

Partir dos quase-objetos e quase-sujeitos significa que ao invés de utilizar a natureza (explicações assimétricas – ciência moderna) ou a sociedade (programa forte de Bloor) como argumentos explicativos vale-se do ponto médio. O conhecimento só é possível a partir da

mediação, ou seja, utilizando os híbridos entre sociedade e natureza (LATOUR, 1994), sem ser adotada nenhuma definição a priori sobre o que é bom ou ruim, o que é verdadeiro ou falso.

O conhecimento é formado pela mediação, no sentido que não existe algo que possa ser visto como puramente social ou natural, assim, o recurso explicativo utilizado pela ciência moderna perde o sentido. A ciência moderna propõe uma produção de conhecimento sem passar pelas cadeias de mediação; porém, para Latour (1994, 2013), deve-se passar pelas mediações e compreender as redes de relações que produzem e constroem os objetos.

Desse modo, o conhecimento não se dá, simplesmente, por meio de um sujeito cognoscente de um lado e um objeto inanimado a ser desvendado do outro lado. O que ocorre são cadeias de referências que constroem o conhecimento por meio de uma mistura entre humanos e não-humanos (LATOUR, 2013).

O conhecimento tecido por meio da purificação sem deformação de seu conteúdo e sem considerar suas cadeias de relações e as redes são chamados de Duplo Clique (DC), por Latour (2013). Ao criticar os DC's, Latour (2013) observa a mediação e translação como caminhos para entender a composição e produção dos objetos (LEMOS, 2016).

Dessa forma, além do princípio da simetria generalizada que trata os elementos que compõem a rede com os mesmos termos, há outros fundamentos imprescindíveis para entender as proposições tecidas pela ANT, a exemplo da translação. Essa auxilia a explicar como as associações são feitas e quais forças contribuem para que elas continuem unidas. Destarte, na seção seguinte é apresentada a translação.

### 2.3.1.3 Translação

O conceito de translação está fortemente associado a TAR. Constitui algo tão importante que a própria ANT é conhecida por muitos como sociologia da translação (CZARNIAWSKA, 2009). Sua origem está relacionada aos estudos de Michel Serres (1982, 1990), aos quais entendem translação como o processo de estabelecer conexões, forjar uma passagem entre domínios ou estabelecer comunicação. Mas como esse conceito pode ser entendido na TAR?

Callon e Law (1982) mostram as diferentes concepções sobre a importância do interesse social para os estudos das ciências sociais. A partir da diversidade de interesses, tem-se um movimento de transformação que atua como um "funil de interesses" (CALLON; LAW, 1982, p. 619, tradução nossa). É por meio de transformações ou translações que as diferentes demandas daqueles vão aos poucos se aproximando e tornando-se equivalentes.

Dessa maneira, a translação pode ser entendida como um movimento que aproxima diferentes concepções tornando possível a formação de uma rede de atores heterogêneos.

Latour (2000, 2001) explica a translação a partir de

uma interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam (LATOUR, 2000, p. 178), refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses (LATOUR, 2001, p. 356).

Os movimentos de translação que levam às construções dos fatos podem ser agrupados em cinco diferentes estratégias de interesse. De acordo com Latour (2000), no primeiro grupo há uma adaptação dos interesses/ objetivos dos cientistas aos dos demais indivíduos - "eu quero o que você quer" (LATOUR, 2000, p. 178).

No segundo, tem-se um cenário contrário, onde os construtores de fato buscam modificar os interesses das pessoas - "eu quero; por que você não quer?" (LATOUR, 2000, p. 183). Na concepção de Latour (2000), esta modificação de interesses é difícil de ser alcançada. A difícil aplicabilidade da segunda estratégia leva ao desenvolvimento da estratégia do terceiro grupo, onde há uma tentativa de congruência de objetivos - "se você desviasse um pouquinho" (LATOUR, 2000, p. 183).

Nessa situação só é possível convencer o outro quando a solução apresentada pelos actantes é inexequível ou está bloqueada, sendo proposta uma solução alternativa para atingir os objetivos. No entanto, a solução proposta deve representar apenas um pequeno desvio com relação a original e mostrar-se bem sinalizada, ou seja, ser convincente de seu sucesso. Nota-se que a translação do terceiro grupo não visa modificar o objetivo como acontece com a de segundo grupo, mas apenas atingi-lo de outra forma.

No quarto grupo, por meio de táticas distintas - "remanejando interesses e objetivos" (LATOUR, 2000, p. 187) - o construtor dos fatos vai anular os interesses explícitos. Essas táticas são: promover uma nova interpretação dos objetivos dos grupos criando novos problemas que demandem soluções inéditas; desenvolver dentro dos grupos novos objetivos; criar grupos artificialmente construídos onde se possa incutir determinados tipos de objetivos; transladar o objetivo de modo que o desvio proposto não pareça um desvio, mas a solução pretendida e vencer a atribuição de responsabilidade pelas ações (LATOUR, 2000).

Por fim, a quinta estratégia consiste na transformação do construtor de fatos em um ponto de passagem obrigatório (PPO), essa pode ser vislumbrada como a estratégia mais

poderosa de todas, a qual, de certa forma, todas as estratégias anteriores convergem-se. Ao capturar o interesse das pessoas para uma dada alegação, contribuindo para a sua propagação no tempo e no espaço, o cientista se torna indispensável (LATOUR, 2000).

As estratégias de translação tecidas por Latour (2000) podem ser entendidas como as negociações necessárias para que os interessados sigam as ideias propostas pelos construtores de fato e para que se consiga formar um objetivo comum. Ou seja, é o processo de transladar interesses por meio dos actantes.

Mas a análise dos processos de translações não é feita exclusivamente por meio de suas estratégias, Callon (1986) ainda apresenta os momentos de translação. Esses se referem a como se tornar indispensável por meio do problema levantado e objetivam também demonstrar como um conjunto de entidades dispersas torna-se um coletivo organizado. Isto é, como uma série de entidades diferenciadas – humanos e não-humanos - formam um todo heterogêneo.

Os passos que levam a composição desse coletivo são ilustrados por Callon (1986) e por Latour (2001). Em Latour (2001), o foco é a diferenciação entre a composição de coletivos modernos e antigos; enquanto, em Callon (1986) busca-se entender de forma pormenorizada como ocorre a translação – uma das etapas anunciadas por Latour (2001).

Para Latour (2001), os movimentos pelos quais um dado coletivo estende seu tecido social a outras entidades pode ser entendido por meio da translação, permuta, recrutamento, mobilização e deslocamento. Dentro desses movimentos, a translação é sintetizada por Latour (2001) como os meios pelos quais são articuladas/ relacionadas espécies variadas de elementos (humanos e não-humanos).

E após essa articulação tem-se uma troca de propriedades entre as diversas espécies alistadas na fase anterior. Seguindo o processo, o recrutamento consiste na sedução ou manipulação de um indivíduo a participar de determinado coletivo a qual vem acompanhada da chegada de não-humanos dentro do coletivo, trazendo assim novos recursos (mobilização) e resultando na configuração de novos tipos de híbridos. Por fim, tem-se o deslocamento que consiste na nova direção tomada pelo coletivo após o recrutamento e mobilização de novos agentes (LATOUR, 2001).

É por meio desses movimentos que Latour (2001) traça as diferenças entre um coletivo considerado antigo/ primitivo e um moderno/ avançado. Ao contrário do que se pode pensar, não é pelo grau de desenvolvimento técnico que essa diferença é estabelecida, mas pela quantidade de elementos que participam desses movimentos. Sendo assim, um coletivo moderno consegue transladar, permutar, recrutar e mobilizar uma maior quantidade de espécies do que os antigos (LATOUR, 2001).

Mas como entender de forma minuciosa as etapas da translação? Como é feita essa aproximação de entidades que a princípio parecem tão dispersas?

Callon (1986) sintetiza essa articulação ou aproximação entre elementos dispersos aos quais se aproximam formando um ator-rede por meio de quatro momentos que são a problematização, interessamento, inscrição e mobilização. Quando o coletivo passa por essas etapas forma-se a articulação anunciada em Latour (2001).

A princípio tem-se a problematização ou como tornar-se indispensável, onde determinados atores são estabilizados como ponto de passagem obrigatória (PPO)<sup>4</sup>. Na rede de relacionamentos construída por eles e na qual eles definem outros atores há a formação de uma aliança/ associação para definir uma identidade ou propósito comum.

Como segunda fase tem-se o *interssement* (que pode ser traduzido como interessamento) ao qual consiste num conjunto de ações diversas pelas quais uma entidade busca atrair outra entidade e assim agregar a maior quantidade possível de elementos.

Na terceira fase *enrolment* (inscrição ou envolvimento ou alistamento), tem-se a definição e atribuição de um conjunto de regras para atores que as aceitam formando uma aliança. Por fim, a quarta fase consiste na mobilização de todos os aliados para responder ao questionamento se o porta-voz de fato representa a todos. Caso haja contestação da representatividade do porta-voz tem-se a dissidência, mas se não houver o coletivo é temporariamente mantido. A Figura 4 sintetiza os principais momentos de translação que são apresentados por Callon (1986).

Figura 4 - Síntese dos Momentos de Translação

|                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1º) PROBLEMATIZAÇÃO</p> <p>(a) Seguir o movimento dos atores<br/>(b) Interdefinição parcial dos atores<br/>(c) Definição de PPO's<br/>(d) Formação de alianças</p> | <p>2º) INTERESSAMENTO</p> <p>(a) Grupos de ação para estabilizar identidades<br/>(b) Consolidação e (re)definição de identidades<br/>(c) Interrupção de associações competitivas<br/>(d) Construção de um sistema de alianças</p> |
| <p>3º) INSCRIÇÃO</p> <p>(a) Definição de estratégias<br/>(b) Definição de papéis</p>                                                                                  | <p>4º) MOBILIZAÇÃO</p> <p>(a) Constituição de um porta-voz<br/>(b) Legitimidade do porta-voz</p>                                                                                                                                  |

Fonte: Baseado em Callon (1986).

<sup>4</sup> Para Callon (1986) consiste em algo que levará os atores a confluír suas demandas num único ponto para que todos os atores possam alcançar seus objetivos.

Depois da mobilização (CALLON, 1986) ou do deslocamento (LATOUR, 2001), o que será que acontece? Há um movimento constante de contestações, dissidências e chegada de novos actantes. Essa dinâmica leva Latour (2012) a afirmar que não há grupos, mas apenas formação de grupos. No entanto, quando se percebe certa estabilidade e a partir do momento em que as associações chegam em um ponto onde não há mais contestações ou dissidências, a caixa-preta é fechada (CALLON; LATOUR, 1981; LATOUR, 2000).

Contudo, não se pode afirmar que o conteúdo da caixa-preta<sup>5</sup> é absoluto, isso porque os atores inscritos ao transmiti-lo acabam por intervir de certa forma no seu conteúdo. "[...] todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta. Mesmo na melhor das hipóteses, eles não a transmitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos" (LATOUR, 2000, p. 171).

Devido ao transporte de conteúdo das caixas-pretas ocasionar modificações/deformações algo que é característico da translação, Law (2006) entende que translação consiste num movimento de similaridade e mudança. Por isso acredita que translação é traição, no sentido de que não leva a uma fidedigna representação do objeto que é transportado. Law (2009a) apresenta o exemplo da transferência de tecnologia entre empresas, onde sempre consiste numa modificação, pequena ou não, de seu conteúdo.

A translação ao mostrar de que forma as associações são estabelecidas, tanto por meio das estratégias em Latour (2000), como pelos momentos em Callon (1986) e Latour (2001), permite ao pesquisador criar mecanismos para de fato seguir as associações em seu constante processo de formação.

Na década de 1990, por meio da ascensão de um movimento denominado de post-ANT (LAW; HASSARD, 1999), são desenvolvidos conceitos-chaves, aos quais buscam outros caminhos para TAR, a exemplo da noção de performatividade associada ao estudo da formação das realidades. Dessa forma, a performatividade será apresentada na subseção a seguir.

#### 2.3.1.4 Performatividade, performance e co-performance

O conceito de translação envolve não só a modificação de conteúdo do que é transladado, mas também está associada a desordem e precariedade, pois basta um movimento de translação falhar para que todo o processo de produção daquela rede de realidade também falhe produzindo uma nova rede.

---

<sup>5</sup> A expressão caixa-preta é utilizada por Latour (2000) para designar aquilo que, independente de ser ou não entendido como complexo, tem seu conteúdo estabilizado como verdadeiro.

Assim, para Law (2004, 2009a, 2009b) e Latour (2012, 2013), ao invés de procurar entender como os objetos se estabilizam na rede, deve-se buscar entender como são produzidas as diversas redes de realidades.

Para estudar a multiplicidade de realidades proposta por Mol (2002, 2008) e/ ou os modos de existência de Latour (2013), Law (2004, 2009b) aplica o conceito de fractal vindo da física e da matemática. Nessa situação, o melhor seria observar o mundo ou as redes de realidades como um conjunto de objetos fractais.

Os objetos performados são sempre mais de um e menos que muitos; dessa forma, estão localizados em algum lugar no meio. A realidade não é nem singular nem plural, mas também não é um simples amontoado aleatório de pedaços e peças ou objetos. "Os interiores parcialmente se cruzam uns com os outros de maneiras complexas, e as práticas de agregação desses interiores juntos geram objetos complexos" (LAW, 2004, p. 62, tradução nossa).

Os métodos comuns utilizados pelas ciências sociais não estão totalmente equipados para estudar objetos múltiplos, difusos ou confusos (LAW, 2004; LAW; SINGLETON, 2005; MOL, 2008). Desse modo, deve-se recorrer a abordagens não usuais ou desconhecidas para seu estudo, uma dessas formas é por meio do entendimento da existência de diferentes tipos de realidades e objetos.

Para Law e Singleton (2005) há pelo menos três formas diferenciadas da dimensão euclidiana a qual os objetos podem ser percebidos. Notam-se objetos por meio de suas redes de relações e imutabilidade de conteúdo dentro da perspectiva de móveis imutáveis<sup>6</sup> (LATOUR, 2000). Nessa situação, os objetos permanecem estabilizados a medida que a rede de relacionamentos que os compõe e produz se sustenta, quando essa rede se desmantela o objeto perde sua integridade física e deixa de ser o que era.

Diante disso, a rede de relacionamentos tem a capacidade até mesmo de influenciar a integridade física dos objetos. A importância das relações sobre os objetos é exaltada por Law (2004) e Law e Singleton (2005), que afirmam que esses objetos, ao possuírem um núcleo estável não perdem a sua integridade com facilidade. No entanto, o que os dá sentido é a estabilidade da rede de relações que os compõem. Isso porque, segundo a ANT, um objeto seria uma ordem de caixa-preta, que contém e/ ou é contido por uma rede de inúmeras relações (CAVALCANTI; ALCADIPANI, 2013).

---

<sup>6</sup> Os móveis imutáveis são formas que possuem a capacidade de fixar o conhecimento e permitir sua disseminação além do ponto de origem. Sua formação dar-se por meio de um longo processo de translação das informações de interesse em algo imutável e móvel (ALCADIPANI; TURETA, 2009).

Conforme a rede de relacionamentos sofre alterações, os objetos se modificam e as mudanças acontecem de forma lenta. O objeto fluído pode ser vislumbrado como um conjunto de relações que muda gradualmente e se adapta ao invés de se manter rígido.

Outra forma de observar o objeto é por meio de uma metáfora de fogo, onde os objetos são percebidos como um conjunto dinâmico de elementos que estão presentes e ausentes. Nessa abordagem, as mudanças não são sutis como acontece nos objetos fluídos, mas ocorrem mediante saltos e descontinuidades abruptas (LAW; SINGLETON, 2005).

[...] objetos constantes são enérgicos, entidades ou processos que justapõem, distinguem, fazem e transformam ausências e presenças. Elas são feitas de disjunção. [...] vamos falar de tais entidades como objetos de fogo. O argumento, em parte, é que os incêndios são energéticos, transformativos e dependem da diferença - entre (ausência) de combustível ou cinzas e (presença) de chama. Objetos de fogo dependem da alteridade e a alteridade é generativa (LAW; SINGLETON, 2005, p. 344, tradução nossa).

A partir da possibilidade de estudar as múltiplas realidades por meio do conjunto de objetos complexos (LAW, 2004), volta-se para a performatividade, como forma de entender as diversas redes de realidades que são concomitantemente criadas.

Para Callon (2007), a utilização do termo performatividade é vista como incorreta, isto porque denota objetos, fórmulas, instrumentos, etc., que parecem estáticos. O termo não passa a ideia de ação ou de um processo dinâmico em constante movimento. Dessa maneira sugere a utilização da expressão performance ao invés de performatividade.

Assim a performance pode ser vislumbrada como a criação da realidade a partir da prática, isso porque "disposição e prática nunca param e as realidades dependem de sua elaboração contínua, talvez pelas pessoas; porém com mais frequência por uma combinação de pessoas, técnicas, textos, arranjos arquitetônicos e fenômenos naturais" (LAW, 2004, p. 56, tradução nossa). Desse modo, quando por exemplo se afirma que as ciências sociais performam a realidade, significa dizer que ao mesmo tempo que estudam a realidade também atuam sobre ela, criando-a ou formatando-a (LAW, 2004). Os resultados de seus estudos podem fazer com que determinadas práticas se perpetuem ou não.

Além das ciências sociais ajudarem a performar a realidade (LAW, 2004), há uma série de outros exemplos nos quais não só se estuda determinada realidade como também é feita uma intervenção sobre ela.

Conforme afirma Callon (2008), “[...] ciência não é somente uma descrição do que existe, mas também é uma maquinaria poderosa que permite fazer existir o que descreve”. Assim, Callon (1998, 1999) observa que os estudos econômicos (*economics*) também

performam as práticas econômicas e não apenas observam o seu funcionamento como também a moldam e formatam.

Cabe ressaltar que a *economics* não é o único fator que agencia a *economy*. Há uma série de outros elementos como crises econômicas, conflitos, questões de ordem política, etc., que auxiliam na performance das práticas econômicas. Tendo isso em vista, Callon (2007) acredita que seria mais adequado utilizar a expressão ‘co-performance’ para designar a contribuição dos estudos econômicos na formação de suas práticas.

Ao explicar a co-performance da *economics* na *economy*, Callon (1998, 1999) apresenta os conceitos de emaranhado/ embaraçado (*entangled*), desemaranhado/ desembaraçado (*disentangled*), enquadramento (*framing*) e transbordamento/ vazamento (*overflowing*) como instrumentos para analisar a rede de actantes que formam a *economy*.

Ao voltar-se para a prática econômica, Callon (1998, 1999) observa que os agentes econômicos se encontram emaranhados numa rede de relações e conexões, e para seguir suas associações deve-se desemaranhar essa rede. Dessa forma, “[...] é necessário cortar os nós entre coisas e outros objetos e humanos um a um. Deve ser descontextualizado, desassociado e desprendido” (CALLON, 1998, p. 19, tradução nossa).

A partir do desembaraçamento efetuado na rede de relações pode-se estabelecer um enquadramento, ou seja, decidir quais relações devem ser consideradas e quais serão ignoradas. Os enquadramentos não são absolutos (totais), sempre há relações que ficam fora. Caso as relações excluídas do enquadramento impactem de alguma forma outros actantes impedindo-os de fechar seus cálculos tem-se os vazamentos.

Na verdade, sempre irão existir novos emaranhados e vazamentos fazendo com que não seja possível calcular tudo (CALLON, 1998, 1999). Isso porque emaranhados e vazamentos fazem parte de um mesmo processo.

À medida que as relações são desembaraçadas e enquadradas, novos emaranhados acabam por surgir (CALLON, 1998, 1999). O intuito é de observar a proliferação das relações que são estabelecidas a partir do envolvimento dos agentes no mercado, assim é possível perceber o surgimento dos consensos que irão apenas temporariamente definir os enquadramentos (CALLON, 1998, 1999).

Dessa forma, os diversos estudos econômicos acabam por co-performar as práticas econômicas, no sentido que ajudam a criá-las. Ao considerar de fato a co-performance, adota-se a postura de múltiplas agências, o que torna uma das máximas da TAR (seguir os atores) mais complexa. Como seguir essa multiplicidade de agências?

Ao seguir as relações e conexões estabelecidas pelos actantes envolvidos nas trocas econômicas (CALLON, 1998, 1999), pode-se melhor entendê-las, vislumbrando inclusive as realidades que são formadas, o mesmo pode ser dito com relação a qualquer outro fenômeno ao qual se queira estudar, a exemplo do turismo organizado pela comunidade.

No entanto, é impossível dar conta de todas as relações, em decorrência dos enquadramentos acarretarem em vazamentos. Mas o objetivo da ANT não é dar conta ou mesmo explicar os fenômenos em sua plenitude, acreditando que a ciência tem a capacidade de formar verdades absolutas e incontestáveis. Pelo contrário, valendo-se das brechas de conhecimento (ilustradas pela presença de incertezas e controvérsias) abre espaço para novos estudos que buscam tornar o processo de formação das controvérsias inteligível, esse é o objetivo da TAR (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

Neste capítulo descrevem-se os rumos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa. A primeira parte discorre sobre as reflexões ontológicas e epistemológicas, buscando elucidar algumas questões associadas a multiplicidade de realidades, em Mol (2002, 2008); as formas de existência, em Latour (2013); e a ideia de relativismo na ANT; e ao final da seção apresenta-se um quadro síntese com as principais concepções ontológicas e epistemológicas que são adotadas nessa tese.

Na parte seguinte é apresentado o método de pesquisa, nesse momento a pesquisa é situada como de inspiração etnográfica dentro das definições tecidas por Latour (1994, 2012, 2013); da praxiografia etnografia das práticas, apresentada por Mol (2008, 2002); e da etnografia simétrica, apresentada por Czarniawska (2004, 2008, 2016). Essa aproximação etnográfica demanda técnicas que sejam afins com o método, dessa forma optou-se por usar o *shadowing* e o *following objects* propostos por Czarniawska (2008, 2016). A seguir são apresentados os instrumentos de pesquisa utilizados pelas referidas técnicas; assim como, a composição dos *corpora* e as formas de análise.

#### 3.1 BASES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA

Ao adotar a TAR como princípio teórico-metodológico há uma série de pressupostos de natureza ontológica e epistemológica que a acompanham. Cabe, no entanto, apresentar suas bases para esclarecer os fundamentos da pesquisa realizada.

A visão ontológica associada a ANT é fundamentalmente relativista, conforme afirmam Amantino (2004), Hassard e Cox (2013), e Lee e Hassard (1999). Por outro lado, esse não é um relativismo qualquer. É um relativismo associado ao realismo que apresenta a base material.

A TAR é ontologicamente relativista no sentido que vai a campo (*in loco*) sem uma imagem a priori de que tipos de entidades existem. Somente as descobrirá após seguir os actantes/ atores-rede em meio a suas práticas (LEE; HASSARD, 1999). Conforme afirmam Latour (2012, 2013) e Law (2003) é uma relatividade que se mostra em âmbito empírico e não político, onde o relativismo é misturado com o realismo. Essa relatividade com base material (AMANTINO, 2004; LEE; HASSARD, 1999) permite que a teoria seja flexível o suficiente para rastrear, ou nas palavras de Latour (2012) seguir os diversos processos e práticas

(HASSARD; COX, 2013; LEE; HASSARD, 1999) possibilitando, assim, entender a estabilidade temporária do fenômeno de estudo.

A abordagem não visa promover interpretações culturalmente diversas, dentro de um relativismo cultural, mas perceber a existência de várias realidades (MOL, 2002, 2008), incluindo nessa a pluralidade de formas de existência (LATOUR, 2013) que convivem e compõe coletivos. De acordo com essa abordagem, a realidade ou modo de existir é contingencial e heterogêneo (CORDEIRO; SPINK, 2013) estando relacionada ao conjunto de práticas das redes de actantes (ou atores-rede).

Na concepção do relativismo cultural, os indivíduos expostos a diferentes contextos culturais notam a realidade de formas diversas, tendo em vista que a processam segundo suas diferentes representações ou interpretações. Ou seja, os símbolos culturais são relativistas, cada cultura observa de uma determinada forma a natureza (realidade), não há uma percepção que possa ser considerada melhor do que a outra. No entanto, o objeto que vislumbram (realidade) é único (LATOUR, 1994), como se existisse apenas uma realidade ou verdade que é entendida de formas diversas (LAW, 2009b; LAW; URRY, 1995; MOL, 2002, 2008).

Dessa maneira, Latour (1994) entende que o relativismo cultural não é um relativismo pleno, pois apenas a maneira de perceber é relativista e não o objeto observado. Assim, propõe-se uma nova forma de observar o relativismo, por meio de uma multiplicidade de realidades (MOL, 2002) ou uma pluralidade de modos de existência (LATOUR, 2013; LEMOS, 2015).

Insere-se nessa ontologia relativista com base material as proposições de Mol (2008, 2002) sobre as múltiplas realidades e mais recentemente as discussões de Latour (2013) acerca dos diferentes modos de existência dos ‘modernos’ (a exemplo dos brancos, europeus, ocidentais, etc.) ou daqueles que foram de alguma forma por eles influenciados.

Para Mol (2002, 2008) e Law (2009b), as realidades são múltiplas tendo em vista que os actantes performam diversas práticas; assim, a diversidade de realidades é proporcional a heterogeneidade de práticas dos atores-rede. E cada vez que uma associação passa a *enactar* práticas diversas, tem-se novas realidades, conforme explica Mol (2002, 2008).

Outra abordagem ontológica relativista de base material é apresentada por Latour (2013). Ao tecer considerações sobre a forma como os ‘modernos’ constroem o seu mundo (LEMOS, 2015) e visualizam os diferentes seres, Latour (2013) se propõe a investigar a experiência moderna a partir dos 15 modos de existência que são ‘rede’, ‘preposição’, ‘duplo clique’, ‘reprodução’, ‘metamorfose’, ‘hábito’, ‘técnica’, ‘referência’, ‘ficção’, ‘direito’, ‘religião’, ‘ligação’, ‘organização’ e ‘moralidades’. Esses modos constituem-se num dispositivo metodológico para navegar pela variedade ontológica das realidades. Assim, Latour

(2013) propõe a sua antropologia comparada, afirmando que um ser não pode ser definido simplesmente por sua suposta essência conforme os ‘modernos’ faziam acreditar, mas sim pela trajetória que adotam em sua busca por subsistência, considerando descontinuidades e as associações que são estabelecidas no percurso (LATOUR, 2013; LEMOS, 2015).

Tanto as múltiplas realidades como os modos de existência possuem afiliação com os princípios elencados pelas epistemologias relacionistas (HASSARD; COX, 2013), ou seja, entendem que é a partir da (re)agregação entre os conjuntos sociomateriais que as realidades são performadas. Não há nenhum elemento externo (transcendental) que determine a composição dos coletivos, esses são formados por meio da associação cotidiana. Por isso, Latour (1994, 2012, 2013) volta-se para a investigação dos fenômenos em seu processo de composição, sem partir de nenhum conhecimento *a priori* sobre os quase-objetos, garantindo uma livre combinação dos coletivos.

A epistemologia relacionista utilizada pela ANT apresenta características compatíveis com as ideias pós-estruturalistas, no sentido de que não disponibiliza uma estrutura ou roteiro de análise preliminar. Não há se quer procedimentos estabelecidos indicando quais quase-objetos devem ser estudados; pelo contrário, deve-se manter sempre em aberto a inclusão de novos actantes no processo de pesquisa para assegurar a livre associação (CALLON; LATOUR, 1981). Isso se justifica por não se ter nenhuma ideia concebida *a priori*, tendo em vista essa afirmação, Jóhannesson (2005) discute o processo de organização turística deste século sob as bases do relacionismo da TAR

Não se pode decidir de antemão quais dos atores nas rede de turismo são mais significativos. Mesmo que tenhamos inegavelmente ideias sobre os papéis que diferentes atores estão desempenhando, suas relações têm que ser descritas sempre tendo como base o trabalho empírico. [...] Não podemos saber se os turistas são mais importantes na formação do lugar turístico do que as empresas locais e pessoas que o promovem, ou o papel que os atrativos naturais desempenham em redes particulares até que tracemos as práticas de rede específicas e as relações as quais o turismo emerge. Em vez de começar com o efeito da rede (turistas/ visitantes) e explicar a partir daí, a ANT propõe rastrear e descrever a rede (relacional de práticas) subjacente a esses efeitos (JÓHANNESSON. 2005, p. 139, tradução nossa).

A seguir tem-se o Quadro 3 que propõe uma síntese das orientações ontológicas e epistemológicas que embasam esta tese.

Quadro 3 - Orientações da Pesquisa

| Aspecto       | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                             | Algumas Referências                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ontologia     | <p>* Relativismo realista de base material: Realidades contingenciais e heterogêneas formadas a partir das práticas do poder das associações e composição entre elementos híbridos.</p> <p>Múltiplas realidades<br/>Realidades colaterais<br/>Modos de existência</p> | <p>Amantino (2004), Cordeiro e Spink (2013), Hassard e Cox (2013), Latour (1994), Lee e Hassard (1999).</p> <p>Latour (2013), Law (2004, 2009b), Mol (2002, 2008).</p>                                                                                               |
| Epistemologia | <p>* Relacional: as relações estabelecidas entre os quase-objetos e quase-sujeitos que explicam os fenômenos.</p> <p>Negação do dualismo;<br/>Simetria generalizada;<br/>Livre associação entre coletivos;<br/>Tradução ou translação;<br/>Ação conjunta</p>          | <p>Callon (1980), Hassard e Cox (2013), Law e Urry (2005), Latour (1986), Lee e Hassard (1999), Law e Mol (1995), Law (1995).</p> <p>Callon (1986), Callon e Latour (1981), Callon e Law (1982), Latour (1994, 2000, 2001, 2012, 2015), Latour e Woolgar (1997).</p> |

Fonte: Elaboração própria (2017).

### 3. 2 MÉTODO

A presente pesquisa traz como proposição uma abordagem qualitativa considerando as bases ontológicas e epistemológicas adotadas pela TAR, conforme apresentado acima, assim como seu arcabouço teórico-metodológico. Dentro desses pressupostos, vislumbram-se os acontecimentos como práticas e/ou processo de formação de coletivos sociotécnicos sem a preocupação de levantar as causas que lhe determinam *a priori*, mas com o objetivo de compreender ‘como’ e ‘porquê’ esses coletivos são compostos e produzem efeitos práticos que são estendidos no espaço e tempo.

Porém, a TAR não conta simplesmente com o pragmatismo e a sorte para reunir seus dados. (CZARNIAWSKA, 2008). Ela tem como fundamento seguir os actantes (composto

heterogêneo) através das redes em que eles se transportam e descrevê-los em seu enredo usando sua própria linguagem estando implícito seu caráter metodológico.

Assim, a TAR propõe caminhos metodológicos que podem ser trilhados nesse sentido. Como possível caminho, Latour (1994, 2004, 2012, 2013) tem indicado a utilização de métodos inspirados na etnografia.

Apesar da etnometodologia e etnografia não serem métodos acoplados a ANT, há uma forte influência dos estudos de Harold Garfinkel na construção dos fundamentos da TAR (LATOURE, 2012; LATOUR; WOOLGAR, 1997; TURETA; ALCADIPANI, 2009). Tanto que quando Hassard e Cox (2013) e Reed (1999) elaboram suas análises das teorias organizacionais e acabam por posicionar a TAR e a etnometodologia (de Garfinkel) na mesma narrativa.

Além disso, vários são os estudos TAR dentro da temática de *organizing* que se valem da etnografia como método de pesquisa (ALCADIPANI, 2013; BUSSULAR, 2012; CAVALCANTI; TURETA, 2011; CAVEDON, 2010; DUARTE, 2015; ESPÓSITO; JUSTO, 2017; OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; RFIOTIS, 2016).

O método etnográfico pode auxiliar o pesquisador no processo de seguir os atores para entender como são formadas as redes. Diante da necessidade de deixar os actantes guiarem o pesquisador, sendo esse responsável por seguir os atores e entender o que fazem, por que fazem e como fazem (ALCADIPANI, 2014; LATOUR, 2012), as abordagens de inspiração etnográfica indicam o melhor caminho para a realização dessa pesquisa, por isso foi adotado um método voltado para a etnografia.

A origem do método etnográfico encontra-se nas pesquisas das ciências sociais, especialmente na antropologia e sociologia. A princípio estava restrita aos estudos das comunidades e tribos não-ocidentais onde a inserção do pesquisador, convivendo com a população local e realizando a observação participante, consistia em suas principais características.

O ideal é que o pesquisador viva não só com a comunidade, mas da mesma forma que a comunidade por um período de tempo que seja o mais longo possível (CZARNIAWSKA, 2008), assim a percepção que terá será mais apurada.

O intuito é observar aspectos relacionados a cultura desses povos em termos, principalmente, de representação cultural (MAANEN, 2011). Nesse método a presença dos diários também é fundamental, e é por meio deles que o pesquisador tem a possibilidade de narrar suas observações de forma sistemática sem que se esqueça dos detalhes.

Diante disso, nota-se que a etnografia permite juntar as pessoas ou, no caso dessa pesquisa, os actantes. Ao acompanhá-los possibilita-se a compreensão sobre o que esses estão

executando em determinados locais e em períodos de tempo específicos, assim como o significado dessas ações (CUNLIFFE, 2010; MAANEN, 2011).

Fazer uma etnografia significa contar uma história a respeito daquilo que o pesquisador aprendeu em campo. Esse texto é construído a partir das observações realizadas e das ideias do pesquisador sobre o que é observado, onde tudo deve ser anotado nos diários de campo, assim que acontece, para que não sejam perdidos os detalhes.

A base dessas anotações são sempre os entendimentos e conhecimentos que o pesquisador possui da realidade observada e não categorias acadêmicas que são definidas por meio de teorias (CUNLIFFE, 2010). Mais uma vez, os princípios da ANT e a etnografia ‘coincidem’, tendo em vista que buscam entrar em campo sem nenhuma ideia preestabelecida, incluindo nessas as explicações acadêmicas.

Ao comentar sobre a etnografia cabe, no entanto, ressaltar que não é mais possível mencionar uma única forma, mas sim várias etnografias. Atualmente pode-se encontrar a etnografia imersa em diferentes cenários como fenomenologia, teoria crítica, feminismo, interacionismo simbólico e pós-modernismo (ATKINSON et al., 2007).

Em cada uma dessas abordagens observa-se o enactar de diferentes etnografias. E isso também pode ser percebido nos estudos alinhados a TAR, onde têm-se propostas de uma antropologia simétrica (CZARNIASWKA, 2008, 2016; LATOUR, 1994), praxiografia (MOL, 2002, 2008) e, mais recentemente, antropologia comparada (LATOUR, 2013). Nessas, em maior ou menor medida, são apresentadas adaptações a etnografia ‘clássica’.

Czarniaswka (2008, 2016) fala da necessidade de adoção de novas formas de etnografia e, baseando-se em Latour (1994), defende a utilização de uma etnografia simétrica. Isso porque em sua concepção a etnografia ‘clássica’ assume uma estabilidade do tempo e espaço, sendo limitada para descrever cenários que se encontram em constante mudança. E tendo em vista que o moderno é sempre deslocado no tempo e no espaço esse não seria o método ideal para estudar um fenômeno dinâmico (CZARNIASWKA, 2007, 2008, 2016).

Sendo assim, sugere-se a adoção de um método que proporcione maior mobilidade ao pesquisador permitindo-o seguir o que se deseja analisar por toda parte, considerando também a necessidade de conferir tratamento simétrico aos actantes, tendo em vista que a etnografia ‘clássica’ enfatiza as pessoas em detrimento dos objetos. Como solução para essas questões, Czarniawska (2016) aconselha a utilização de uma etnografia simétrica.

Porém, a mudança não se dá exclusivamente no método. Czarniawska (2008, 2016) ainda sugere a utilização das técnicas de *shadowing*. Esse se propõe a ser um acompanhamento mais direcionado, onde o pesquisador não se vê imerso numa grande quantidade de material

fragmentado que se torna difícil de juntar, mas encontra-se confrontado com pessoas e situações que conseguem auxiliá-lo a contar a história através dos olhos de outras pessoas e da ação dos objetos e quase objetos sem imposições por parte do pesquisador (CZARNIAWSKA, 2008). Dessa forma, afirma-se que

*Shadowing* é uma maneira [técnica] de estudar o trabalho e a vida das pessoas que se movem com frequência e rapidamente de um lugar para outro; [...] a etnografia tradicional, por outro lado, assumiu que as pessoas ficariam em um lugar e que seus modos de vida permaneceriam inalterados. Esta suposição era errada mesmo para pessoas ‘pré-modernas’ [...] Além disso, é possível sobressaltar não só as pessoas, mas também objetos e quase-objetos podem ser acompanhados por meio da *shadowing* (CZARNIAWSKA, 2014, p. 92, tradução nossa).

O *shadowing* permite observar situações dinâmicas, pois requer que o pesquisador siga constantemente o pesquisado em qualquer local por onde passam não estando restrito exclusivamente a observação passiva, podendo fazer questionamentos e envolver-se em conversas informais com os atores que estabelecem as práticas estudadas.

No entanto, devido ao acompanhamento frequente dos actantes, pode envolver questões de ordem ética, em especial quando se trata do *shadowing* de pessoas. Não seria essa técnica muito invasiva, comprometendo a privacidade dos pesquisados? Qual será o limite ético para a observação? Além disso, ao utilizar o *shadowing objects* ou *following objects* os objetos são acompanhados enquanto realizam ações. Por exemplo, o catamarã consiste em um dos objetos que compõem a rede heterogênea das práticas do turismo comunitário na Ilha de Deus, mas esse não precisa ser sempre seguido, apenas quando realiza uma ação. Isso consistiu em um problema, pois o acesso ao catamarã tinha que ser sempre negociado, diferente do acesso as pessoas que só precisavam ser negociados uma vez, enquanto o acesso aos objetos passa por processos de negociações frequentes.

No quadro 4, pode-se observar uma síntese com as principais vantagens e desvantagens da adoção das técnicas *shadowing* e *following objects*, vistas como técnicas complementares, sendo uma voltada especificamente para seguir os sujeitos e quase-sujeitos (*shadowing*) e a outra para acompanhar o movimento dos objetos ou quase-objetos (denominada de *shadowing objects* ou *following objects*).

Quadro 4 - Vantagens e Desvantagens do *Shadowing* e *Following Objects*

| Técnica                                              | Vantagem                                                                                                                                                                                                                                  | Desvantagem                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Shadowing</i>                                     | <p>Permite realizar o trabalho de campo em movimento: ao fazer a pesquisa é possível espelhar a mobilidade da sociedade contemporânea;</p> <p>Oferece oportunidade única de realizar <i>self-observation</i> e <i>self-knowledge</i>.</p> | <p>Requer atenção constante do pesquisador e agilidade para fazer as anotações nos cadernos de campo, sem perder nada;</p> <p>Necessária a tomada de decisões éticas rapidamente.</p> |
| <i>Shadowing objects</i> ou <i>Following objects</i> | Permite realizar o trabalho de campo em movimento: ao fazer a pesquisa é possível espelhar a mobilidade da sociedade contemporânea                                                                                                        | A negociação de acesso deve ser renovada constantemente                                                                                                                               |

Fonte: Baseado em Czarniawska (2008, 2016).

Por sua vez, quando considerado o *organizing* na composição de coletivos sociotécnicos, é necessário reconhecer que os mesmos acontecem em muitos lugares ao mesmo tempo e que os actantes se movem rapidamente e com frequência (CZARNIASWKA, 2008).

Por isso, as investigações sobre o *organizing* devem ter como base a mobilidade, permitindo ao pesquisador se deslocar para seguir aquilo que deseja observar, criando uma dinâmica cognitiva complexa por meio de um processo de observação intensa. Esse processo está relacionado tanto com a atuação de sujeitos como de objetos, e por essas razões recorre-se às técnicas de *shadowing* e *following objects* nessa pesquisa, com o intuito de acompanhar as práticas que resultam na formação e manutenção do turismo comunitário em Recife.

Outra aproximação etnográfica é proposta por Mol (2002, 2008). Em sua etnografia das práticas, denominada praxiografia, observa-se como as diferentes práticas relacionadas a pesquisa e seus actantes, de forma geral, são capazes de construir múltiplas realidades. Assim por meio das práticas cotidianas é possível lidar com a multiplicidade de realidades que são performadas pelos compostos heterogêneos.

Isso é apresentado com riqueza de exemplos em seu livro, ao analisar as diversas realidades que são enactadas a partir das diferentes práticas relativas ao tratamento da aterosclerose em um hospital na Holanda. (MOL, 2002). Nota-se como a partir dos muitos

equipamentos, instrumentos, procedimentos médicos, edifícios, funcionários, médicos, textos, etc., que as realidades são performadas. Elas só existem através desse composto heterogêneo e são por meio das práticas dos actantes que as realidades são narradas (MOL, 2002, 2008).

Apesar de todas as indicações acerca de como rastrear o ‘social’ por meio dos métodos que se aproximam da etnografia ‘clássica’ (a exemplo da etnografia simétrica, antropologia comparativa e praxiologia) valendo-se de técnicas como *shadowing* e *following objects*, através das práticas enactadas pelos compostos heterogêneos situados no tempo e espaço, o pesquisador ‘social’ ainda pode se ver imerso numa armadilha ao ter que ‘escolher’ o seu ‘lugar’ de análise.

Portanto, cabe também considerar caminhos de natureza metodológica que auxiliem nessa escolha, sem comprometer as bases ontológicas e epistemológicas adotadas pelo estudo. Em Latour (2012) há indicação de um caminho, através de três movimentos, e esse autor mostra como pode-se deixar /manter o social plano (ou achatado) resolvendo o empasse da escala.

O problema remete ao fato de que o social não é facilmente rastreável. Independentemente de ser escolhida a escala ‘micro’ (local) ou ‘macro’ (global), é estabelecido um ponto fixo de observação o que leva a perda da dinamicidade das associações, inviabilizando, assim, o estudo das associações em seu processo de formação. E ademais, ao adotar os preceitos ANT considera-se que não há nada que possa ser entendido como totalmente global ou local (LATOUR, 2012; LEMOS, 2013).

Ao invés de pensar em termos de micro e macro torna-se mais interessante vislumbrar os elementos de acordo com sua relevância dentro da rede. Para identificá-la basta observar as conexões desiguais que são estabelecidas (LATOUR, 2012). Quando um elemento é relevante, ao ser desconectado da rede causa impacto nas conexões, enquanto o fraco é pouco sentido.

Assim, ao recorrer a uma ontologia plana, não é possível desconectar todos os elementos da rede de uma só vez. E sempre que algum elemento é desconectado outros são afetados de algo forma, dependendo de sua relevância. Por isso, Latour (2012) sugere o achatamento.

Dessa maneira, para não cair na armadilha da escala e manter as associações ainda rastreáveis, nessa pesquisa são adotadas as sugestões feitas por Latour (2012) ao qual propõe por meio de sua ontologia plana utilizar grampos para manter o social achatado.

Esse processo não significa que se deve observar o global agindo no local ou uma espécie de local que se mostra independente do global e nem mesmo a mistura entre os dois, compondo um híbrido (“lobal” e “glocal”). Conforme afirma Latour (2012, p. 294), “nenhum lugar predomina o bastante para ser global, nem é suficiente autônomo para ser local”. Assim, o que se deve fazer é procurar manter o domínio ‘social’ totalmente plano para conseguir rastreá-lo. Mas como fazer isso?

[...] devemos inventar uma série de grampos, para manter a paisagem firmemente plana e forçar, por assim dizer, o candidato com papel mais ‘global’ a sentar-se ao lado do ‘local’ que alega explicar, em vez de permitir que salte por cima dele ou fique às suas costas (LATOUR, 2012, p. 252).

Nesse primeiro grampo recorre-se a uma indagação: “Onde estão sendo realmente produzidos os efeitos estruturais?” (LATOUR, 2012, p. 253). Considerando que nunca há algo que seja apenas local ou global, Latour (2011) faz um convite para observar as coisas que se encontram ao nosso redor. O que há sobre nossas mesas de trabalho? Ao observar os elementos, refletir: de que tempos e espaços se originam as suas ideias? Quando e onde foram fabricados? Quem pode consertá-los? A medida que se nota um distanciamento entre esses elementos aumenta a sensação de globalização, pois nota-se a presença de fluxos e atravessamentos que geram uma deformação dos lugares. Essa pode ser sentida por meio do cruzamento entre o micro e o macro. O objetivo desse processo é o de mostrar os rastros que são deixados pelos actantes ao se relacionarem.

Mas, em conjunto com essas perguntas que buscam localizar o global (primeiro movimento), tendo em vista que o tratamento dado é sempre simétrico, também é necessário fazer o segundo movimento que é o de redistribuir o local. Assim, recorre-se ao seguinte grampo: “De que modo o próprio local é gerado?” (LATOUR, 2012, p. 279).

Os locais não podem ser vislumbrados como micromundos fechados, ou seja, vistos como prontos. Há uma série de elementos (‘localizadores’ e ‘articuladores’) que são transportados a outros lugares, de forma que o local só existe a partir de outros sítios, ou melhor, a partir de suas conexões e agências. Há uma série de condições e prioridades que não são totalmente visíveis, mas que entram em cena ao pensar nos locais.

Dessa maneira, enquanto o macro ocorre apenas em locais específicos, esses sites não podem ser entendidos de forma isolada, sem pelo menos ter em conta suas conexões e dependência com relação a outros lugares.

Os dois primeiros movimentos que levam ao achatamento são resumidos por Latour (2012, p. 315 - 316) da seguinte forma

[...] O primeiro movimento transferia o global, o contextual e o estrutural para dentro dos lugares minúsculos, permitindo-nos identificar através de quais circulações de mão dupla esses lugares poderiam adquirir relevância para outros. O segundo movimento transforma cada lugar no ponto provisório de outros locais distribuídos pelo tempo e espaço, com cada um se tornando o resultado da ação a distância de outro agente. [...] só depois que os dois movimentos corretivos foram executados assiduamente aparece um terceiro fenômeno.

Mas, como o próprio autor afirma, ainda aparece um terceiro movimento que é denominado por Latour (2012) como conectores. Esse significa que toda vez que um local age sobre outro torna-se necessário estabelecer alguma conexão, um tubo de transporte que os ligue. Assim, como grampos: “Quais são os tipos de conexão que possibilitam o transporte de ações a grande distância?” E, “o que existe entre essas conexões?”

Os tipos de conectores entre o global e o local que desempenham o papel de transporte da ação a longa distância, de forma eficiente, podem ser vislumbrados nas entidades, nos movimentos, nas forças, nos objetos, nas associações, etc., que possibilitam a estabilização das controvérsias. E essas últimas podem ser estabilizadas, por meio, por exemplo, de padrões e metrologia; ambos oferecem um vocabulário que possibilita ao local se relacionar amplamente com o global. Ao utilizar-se de padrões e da metrologia, é possível realizar comparações tornando o mundo mensurável em unidades de medida, unidades monetárias e outros padrões de classificação compartilhados. Embora sejam convenções, os padrões e a metrologia tornam-se práticos; pois possibilitam a associação entre diferentes entidades, por sua vez associadas a atores-redes locais e a atores-redes globais. (BENNERTZ, 2011; LATOUR, 2012).

Dessa maneira, na presente pesquisa são levadas em consideração as questões levantadas por Czarniawska (2008, 2016) e Mol (2002), sobre a necessidade de uma etnografia mais dinâmica que permita uma mobilidade ampla e intensa para estudar as práticas envoltas nas multiplicidades de organizações turísticas, considerando a participação simétrica dos compostos heterogêneos que as formam.

Por isso, adota-se como técnicas de pesquisa o *shadowing* e *following objects* (CZARNIAWSKA, 2008, 2016). Também são seguidos os movimentos para achatar ou tornar o social plano apresentados por Latour (2012), onde promove-se uma localização do global, redistribuição do local e vislumbram-se os conectores que atuam.

Esses movimentos são considerados iniciados a partir da localização do global ao descrever a história do turismo no ‘mundo’ e quando se chega as multiplicidades turísticas mundiais e brasileiras, os quais transportam o TC à Recife.

Ao adotar uma postura de ampla mobilidade, a pesquisadora ora segue os actantes que formam a composição heterogênea do turismo de massa e em outros momentos suas variações ou realidades turísticas que originam o TC, chegando até o Brasil e posteriormente à cidade de Recife. Diante disso, os movimentos propostos por Latour (2012) permitem o acompanhamento pleno desses actantes conduzindo a pesquisa à Ilha de Deus em Recife.

### 3.3 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS CORPORA DE PESQUISA

Comumente, nas pesquisas ‘sociais’, substitui-se o processo de coleta de dados pela formação/ construção do *corpus* de pesquisa. Essa última pode ser entendida como uma escolha racional e sistematizada que se mostra análoga à amostragem representativa (das pesquisas quantitativas), mas que se diferencia no que se refere aos seus aspectos estruturais. Enquanto a amostragem e coleta de dados voltam-se para a distribuição de atributos que já são conhecidos, o *corpus* tem a finalidade de mostrar atributos desconhecidos direcionados para a observação de sentidos, signos e representações que se mostram em determinada prática social (BARTHES, 2006; BAUER; AARTS, 2008).

De forma geral, o *corpus* pode ser entendido como um conjunto finito de textos escritos ou falados que são selecionados pelo pesquisador para análise. Barthes (2006, p. 104) acredita que *corpus* não é apenas texto, assim utiliza a denominação materiais para ilustrar a presença de outros elementos além do texto, e em sua concepção “o *corpus* é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar”. Esses materiais envolvem não só textos escritos e falados, mas também imagens, sons, vídeos, etc., ou seja, todos aqueles elementos que permitam ao pesquisador analisar algo.

Além de observar os elementos que podem compor o *corpus*, Bauer e Aarts (2008) e Barthes (2006) ainda apresentam sugestões sobre como formar e trabalhar com *corpus* de pesquisa. De acordo com esses autores, a composição do *corpus* deve necessariamente considerar, pelo menos as etapas de seleção dos materiais, análise e nova seleção (sempre encarados como um processo cíclico). Essa última ‘fase’, nova seleção, indica que o pesquisador deve estar sempre aberto para ampliações, sem que seja dada totalmente por encerrada facilmente a inclusão de novos materiais. Mesmo após analisar todo o material é possível adicionar novos elementos ao processo de pesquisa.

Para a seleção qualitativa do *corpus* deve-se considerar alguns critérios que são apresentados por Barthes (2006). Esses são: relevância, homogeneidade e sincronicidade. No Quadro 5 a seguir é apresentada uma síntese desses critérios.

Quadro 5 - Critérios para formação do *corpus*

| Critérios      | O que significa                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relevância     | Os materiais selecionados devem ter apenas um foco temático ou tema específico, não podem envolver múltiplos assuntos.                                                                                                                                                   |
| Homogeneidade  | Materiais textuais não devem ser misturados com imagens, nem devem os meios de comunicação ser confusos; transcrições de entrevistas individuais com as de grupos focais, etc. Mesmo que esses façam parte da mesma pesquisa, devem ser separados em corpora diferentes. |
| Sincronicidade | A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos.                                                                                      |

Fonte: Bauer e Aarts (2008).

Considerando os critérios apresentados no quadro 5, especialmente a homogeneidade, a presente pesquisa envolve a formação de *corpora* diversos, pois o problema de pesquisa e seus respectivos objetivos se encontram relacionados à origem e expansão do turismo no mundo e no Brasil, fazendo referência também ao turismo comunitário organizado em Recife, o que demanda materiais diversos que não devem ser misturados dentro do mesmo *corpus*.

Para facilitar, a pesquisa acabou por ser dividida em três partes principais e dentro de cada uma dessas partes há diferentes *corpora*. A primeira fase volta-se a perscrutar o caminho que leva ao surgimento do turismo no mundo e a formação de sua multiplicidade, tendo dentre suas realidades a performance do turismo comunitário. Depois realiza-se a análise do mesmo processo, no entanto, considerando como se deu essa dinâmica no Brasil. Nessas duas primeiras etapas recorreu-se a uma extensa pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e base de jornais europeus e brasileiros, além de buscas em sites do Governo brasileiro acerca de leis e instrumentos legais diversos. E por fim, a terceira parte, além de buscas por documentos e reportagens sobre o turismo na Ilha de Deus, em jornais de Pernambuco e vídeos no youtube.com, realizou-se a incursão em campo na Ilha de Deus.

A ordem de apresentação da formação dos *corpora* segue a mesma da apresentação dos resultados na seção seguinte. Assim, iniciou-se pela constituição referente as translações do turismo no mundo, posteriormente fez-se um levantamento relativo ao turismo no Brasil, e, por fim, chegou-se ao turismo comunitário em Recife, na Ilha de Deus, se atendo aos movimentos considerados por Latour (2012) e as descrições densas que são apresentadas na parte seguinte.

### 3.3.1 Formação do *corpus*: Primeira parte

Os materiais reunidos para a formação dos *corpora* visando analisar as translações relativas ao *organizing* do turismo no mundo envolvem num primeiro momento a procura de artigos científicos junto ao portal da CAPES e a bibliotecas físicas em Pernambuco.

Recorreu-se inicialmente a uma busca no portal de períodos Qualis da CAPES. Assim, na aba de classificação de evento foi escolhido “Classificações de periódicos - quadriênio 2013 – 2016”, na opção de área de avaliação optou-se por “administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo”, e no critério título foram digitadas, em diferentes pesquisas, as palavras ‘*tourism*’, ‘turismo’, ‘*tourist*’ e ‘turista’.

Essas buscas retornaram em sessenta e nove títulos de periódicos nacionais e internacionais. Como condições para a seleção dos periódicos considera-se a descontinuidade, classificação no estrato da CAPES e língua. Assim, aqueles periódicos que apresentam uma descontinuidade de sua circulação ou que possuem estrato superior a B3 no Qualis CAPES no período 2013 - 2016 e que possuem a maior parte de seus artigos em línguas que não sejam inglês, português e espanhol foram excluídos. Dessa forma, chegou-se a um total de vinte e três periódicos que são apresentados no Apêndice A (página 280).

Utiliza-se o conjunto de periódicos, do apêndice A, para buscar artigos sobre a história do turismo no mundo, primeiramente, e depois sobre o turismo comunitário. Dessa forma, dentro de cada um desses periódicos o critério de pesquisa para seleção de artigos são as palavras ‘*history*’, ‘*community tourism*’ e ‘*community based tourism*’ digitadas nos respectivos buscadores de cada periódico internacional. Na figura 4 há um exemplo de uma dessas buscas.

Em alguns periódicos esse critério de pesquisa resulta em grande quantidade de artigos localizados. Na *Annals of Tourism Research*, por exemplo, teve-se mais de mil e quatrocentos artigos. Assim, opta-se por adotar uma forma de saturação em todos os periódicos pesquisados, e faz-se a saturação por meio do critério quantidade de páginas, sendo estipulado um número máximo de cinco páginas ou cem artigos por periódico (conforme Figura 5).

Nem todos os artigos que estão dentro desses critérios foram selecionados para compor o *corpus* da pesquisa. Isso porque usou-se o critério de relevância (BAUER; AARTS, 2008), cabendo a pesquisadora perceber quais artigos eram mais relevantes ou não para pesquisa. Essa análise da relevância é feita pela pesquisadora a partir da leitura do título e do resumo dos artigos, sendo selecionados apenas aqueles que de fato traziam a temática da formação do turismo ou da formação do turismo comunitário.

Figura 5 - Saturação e Critério de Busca



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com relação a seleção de livros, os procedimentos adotados são bastante similares aos utilizados com os artigos científicos. Na base de dados das bibliotecas da UFPE e do IFPE buscou-se livros que dissessem sobre a temática analisada sem que fosse necessário a utilização de critério de saturação. Ainda houve a aquisição por parte da pesquisadora de quatro livros sobre o surgimento e organização do turismo de massa no mundo.

Portanto, a partir da composição desse material, fez-se uma leitura sistemática dos artigos e livros. Esse processo foi iniciado pelos livros, pois percebeu-se que esses descreviam a história do turismo envolvendo períodos maiores de tempo, enquanto os artigos voltavam-se para épocas ou acontecimentos específicos de curta duração da composição do turismo. A própria constituição temática dos artigos chamou atenção da pesquisadora, no sentido que parecem narrar momentos de ruptura no processo evolutivo do turismo. Assim observou-se a presença de artigos que tratam especificamente de temas como *grand tour* europeu (TOWNER, 1985), viagens na Idade Média (MOLINA, 1999, 2000), peregrinação/ romaria (VIDAL, 2015), vilegiatura (DANTAS; FERREIRA, 2010), constituição e ascensão do turismo de massa (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2010, 2012).

Ao observar esse material de forma conjunta fez-se a formação do *corpus* de textos e a partir desse foi possível perceber algumas translações que originam na formação e dinâmica do turismo no mundo permitindo realizar buscas complementares em outras fontes para melhor explicar as translações.

Assim, a formação da primeira parte dos *corpora* foi finalizada após consultas em bibliotecas digitais europeias, dessa forma são utilizados materiais da ‘The British Newspaper

Archive’ e ‘British Library UK’. As consultas a essas bases de arquivos ocorreram como uma etapa posterior da pesquisa, pois devido a quantidade de materiais que as mesmas possuem era necessário realizar consultas mais focadas. Seguindo a lógica de Bauer e Aarts (2008) e Barthes (2006) foi feita uma nova seleção seguida por outro processo de análise.

Apenas após analisar os livros e artigos é que foram pesquisadas essas bibliotecas virtuais sobre temáticas relativas aos processos de translação do *organizing* turístico no mundo. A razão da escolha de base de arquivos do Reino Unido deve-se a própria origem do turismo de massa ocorrer nesses locais. Além disso, a British Newspaper Archive, apesar de ser uma base de dados paga, reuni uma grande quantidade de materiais que datam de 1700 até os anos 2000 permitindo análises mais robustas.

A análise do *corpus* textual inicial foi realizada a partir de um processo de identificação das translações. Dessa maneira, fez-se, primeiramente, um ordenamento dos materiais que compõem cada *corpus*; depois foi feita uma releitura dos mesmos buscando perceber em que momentos a comunidade passou por processos translativos.

À medida que lia o material procurava-se identificar e ressaltar os relacionamentos estabelecidos entre eventos, objetos, espaços, pessoas, etc., que desencadeiam mudanças e formação de novas associações que impactam em processos de organização ou configuração turísticas no mundo. Aos poucos foi-se elaborando, enquanto lia e relia o material, alguns pequenos comentários dentro dos textos (lembretes), buscando criar uma ordem lógica dos acontecimentos e eventos.

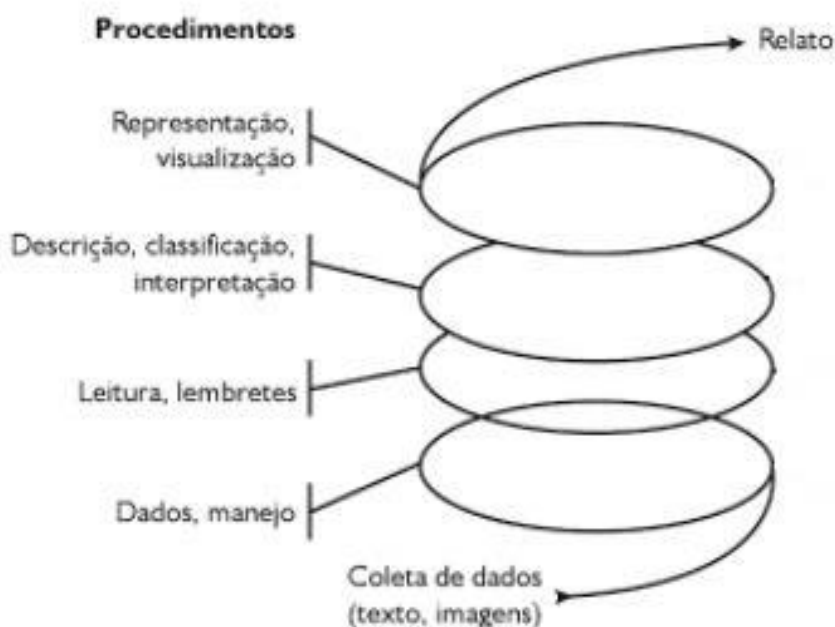
Foram feitas também comparações entre essas anotações e aos poucos identificam-se os principais processos translativos pelos quais o turismo passou. À medida que determinada translação foi identificada procurou-se ampliar o entendimento sobre ela, por meio da busca por informações complementares em outros textos selecionados. A partir da identificação das translações recorreu-se às pesquisas nas bibliotecas virtuais do Reino Unido para ampliar ainda mais o entendimento sobre as minúcias daquelas translações.

Em certos momentos chegou-se a buscar novos artigos e livros com o objetivo de entender melhor a movimentação dos actantes que compõem o turismo. Apenas quando um determinado processo foi apresentado da forma mais completa possível seguiu-se procurando novos processos para completarem a descrição densa.

A partir do momento em que todos os materiais foram levantados, seguiu-se a análise de forma similar ao que é apresentado por Creswell (2013), Figura 6, onde fez-se um novo ordenamento dos materiais seguido por sua leitura com a colocação de lembretes em todos os textos para ligar os acontecimentos. Depois fez-se uma descrição e interpretação desses,

observando os momentos de translações, inclusive elaborando representações visuais para auxiliar a pesquisadora a formatar a descrição densa, a exemplo de linhas do tempo e pequenos textos contando histórias.

Figura 6 - Espiral de Análise de Dados de Creswell



Fonte: Creswell (2013, p. 149).

### 3.3.2 Formação do *corpus*: Segunda parte

A constituição do *corpus* nessa segunda parte foi similar à da primeira. Por meio da lista de periódicos apresentadas no apêndice A (página 280) foram feitas as buscas utilizando os termos ‘história’, ‘history’, ‘community tourism’, ‘community based tourism’, ‘turismo comunitario’ e ‘turismo de base comunitaria’ (sem acento propositalmente), e dessa vez associando a palavra ‘Brasil’ ou ‘Brazil’. Os critérios de saturação utilizados foram os mesmos, assim como as buscas nas bibliotecas do UFPE e IFPE. No entanto, houve diferença com relação a biblioteca virtual utilizada; desse modo, para a seleção de novos materiais usa-se o *site* da Biblioteca Nacional Digital, mais precisamente a Hemeroteca Digital Brasileira, pois nessa também oferece um acervo bastante completo com reportagens de vários jornais do Brasil no período de 1740 - 2017.

Dentro dessa, na maioria das vezes, utiliza-se como critério de pesquisa ‘período’, critério que apresenta como *default* intervalos de nove em nove anos iniciando por 1740 - 1749, e ‘assunto’, palavras que são inseridas pela pesquisadora tendo por base os processos de organização do turismo que são identificados. Em alguns casos, recorre-se também a busca de imagens e informativos por meio do item Acervo Digital também presente na Biblioteca Nacional Digital. Na Figura 7, mostram-se as buscas por ‘período’ e ‘assunto’ dentro da Hemeroteca e logo abaixo, quando recorreu-se a imagens e informativos do Acervo Digital.

Figura 7 - Buscas na Hemeroteca Digital Brasileira e no Acervo Digital

**HEMEROTECA DIGITAL**

Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.  
Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos.

PERIÓDICO PERÍODO LOCAL

**Pesquisa por Período**

1 - Escolha um período: 1830 - 1839  
2 - Escolha um local: Todos (20)  
3 - Escolha um periódico: Todos (353)  
4 - Digite para pesquisar: turismo

Período selecionado  
Assunto pesquisado

**ACERVO DIGITAL**

Home Pesquisa Minha seleção Serviços

Ajuda | Acessibilidade | Alto contraste Entrar

Busca rápida Busca combinada

Todos os campos: turismo  
Título:   
Autor:   
Assunto:   
Últimas aquisições: igual a:   
Ano edição:   
Coleção: Qualquer  
Acervo: Qualquer  
Material: Qualquer  
Idioma: Qualquer  
Ordenação: Título - crescente  
Registros com conteúdo digital

Assunto pesquisado

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Cabe ressaltar que a Biblioteca Nacional Digital possui uma grande limitação. Diferente das bibliotecas europeias, a brasileira ainda não completou sua inclusão de arquivos. Assim, na Hemeroteca, por exemplo, nos períodos de 2010 - 2017 têm apenas notícias relacionadas ao Distrito Federal e Rio de Janeiro, enquanto que de 2000 - 2009, além dessas unidades da federação, adiciona-se o estado do Amazonas.

As notícias relativas ao estado de Pernambuco apresentadas pela Biblioteca Nacional Digital compreendem o período de 1820 - 1989, o que representou uma limitação para a pesquisa. Dessa maneira, recorreu-se a buscas específicas nos arquivos de jornais dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará. O Rio de Janeiro também compôs a pesquisa, no entanto, por meio da Biblioteca Nacional Digital.

Para justificar a seleção desses estados, adotou-se como primeiro critério a representatividade turística das regiões brasileiras e depois dos estados. Conforme pesquisas apresentadas pelo MTur (2012, 2017), as regiões turísticas de maior importância no Brasil, tanto em termos do turismo nacional como internacional, são Sudeste e Nordeste. No Sudeste destaca-se como principal destino o Rio de Janeiro, seguido por São Paulo e Minas Gerais, enquanto na região Nordeste tem-se Bahia, Ceará e Pernambuco.

A pesquisa nesses jornais visa entender a expansão do turismo comunitário no Brasil, observando aonde existem projetos, pois no Brasil não existem pesquisas que tracem um panorama acerca de iniciativas de TC. Localizam-se apenas fragmentos espalhados por livros, artigos científicos e jornais que nessa pesquisa tentam ser remontados a partir da leitura desse material. A seguir tem-se a Figura 8 que ilustra uma busca no jornal O Estadão (2017).

Figura 8 - Busca no jornal o Estadão por turismo comunitário



Fonte: Capturado pela autora (2017).

Ademais, a pesquisadora sentiu necessidade de buscar leis e decretos-lei que versam não somente sobre turismo, mas também situações relacionadas com o transporte, meio ambiente, incentivos fiscais, etc., no âmbito federal, estadual e municipal. Isso ocorreu porque no material selecionado (artigos científicos, livros e reportagens de jornal através da Biblioteca Nacional Digital) notam-se várias referências a instrumentos legais. Apenas os instrumentos legais vistos como relevantes nessas fontes é que foram buscados.

Assim, enquanto no Brasil a menção às leis e decretos-lei é frequente na formação do *corpus*, houve poucas referências a esse tipo de material na primeira parte da pesquisa (turismo no mundo). Isso significa que na segunda parte do *corpus* são adicionados materiais que não compõem a primeira parte, por ter sido considerado irrelevante.

A organização e análise dos *corpora* seguiram o mesmo caminho da primeira parte, onde a partir da leitura dos textos selecionados, inicialmente, fez-se uma identificação das translações e foram buscadas informações complementares em outras fontes. Tendo sempre o cuidado de separar os arquivos por tipo em diferentes pastas.

Dessa maneira, são criadas pastas para os artigos científicos, uma nova para leis e decretos-lei de âmbito federal e estaduais, outra voltada para organização das reportagens vindas da Hemeroteca e dos jornais selecionados, e, por fim, uma pasta para os arquivos de imagem do Acervo Digital. Nessas duas últimas os arquivos foram identificados a partir da data de publicação e quando vinculadas em jornais também pelo seu título e estado brasileiro.

### 3.3.3 Formação do *corpus*: Terceira parte

Na terceira parte da formação do *corpus* chega-se a Ilha de Deus. Esse processo ocorreu quase que naturalmente, isso porque ao se procurar compor o *corpus* na segunda parte da pesquisa, aos poucos, foram emergindo experiência de TC nos estados brasileiros. Dentre as experiências que surgiram têm-se a Ilha de Deus que não era se quer conhecida pela pesquisadora. E ao acompanhar as notícias vinculadas no jornal Diário de Pernambuco foi possível perceber que a Ilha de Deus consiste no caso mais citado de TBC do estado.

Nesse mesmo período em que se estava seguindo os rastros do turismo comunitário no Brasil como uma *ant*, a pesquisadora se deparou novamente com a Ilha de Deus. Dessa vez de forma totalmente accidental, pois ao assistir o programa “Estrelas Solidárias” da Rede Globo de Televisão, em 13 de maio de 2017, observou-se que um dos projetos ajudados pela iniciativa televisiva foi uma instituição denominada Saber Viver localizada em Recife. No programa essa aparece como uma instituição que realiza vários projetos, dentre eles iniciativas voltadas para

a conscientização ambiental por meio de ações de educação ambiental, limpeza e replantio do mangue, além de visitação e turismo.

Dessa forma, a iniciativa de turismo oferecida pela Ilha de Deus é um projeto de turismo voluntário, o qual acabou por ser estudado empiricamente em decorrência de sua estruturação e frequência com que aparecem notícias em jornais impressos e televisivos; conforme foi justificado na introdução dessa tese.

Assim, para entender de forma mais ampla como ocorre o *organizing* do turismo comunitário na Ilha de Deus, recorreu-se a diversas fontes. As reportagens do Jornal Diário de Pernambuco e do Programa ‘estrelas solidárias’, conforme é citado na seção “Acessando o campo”, consistem nas primeiras fontes de informação que permitiram a localização da Ilha de Deus. A partir dessas tornou-se possível estabelecer contato para a realização da pesquisa empírica. Nessas foram utilizadas técnicas de *shadowing* e *following objects* (CZARNIAWSKA, 2008, 2016).

O *shadowing* inicia com a pesquisadora contribuindo ativamente com as atividades do Centro Educacional Saber Viver, ao ministrar aulas e atividades educativas diversas para as crianças da escolinha/ creche. No apêndice B (página 281) há registro fotográfico de algumas atividades desempenhadas pela pesquisadora junto às crianças da ONG.

Em contrapartida, a Saber Viver forneceu livre acesso aos eventos e atividades de interesse da pesquisadora. Além dessa ter acesso também as ‘atividades sociais’ como almoços, lanches e premiações realizadas pela instituição. Todos aqueles eventos aos quais representantes da Saber Viver eram convidados foram abertos à livre participação da pesquisadora, inclusive nos *tours* realizados por turistas na Ilha de Deus. Ao pedir autorização para participar de um desses eventos, a pesquisadora recebeu como resposta: “Você é da ONG, não precisa pedir autorização para acompanhar as atividades, basta aparecer e participar” (Nota de Campo, 21/ 08/ 2017).

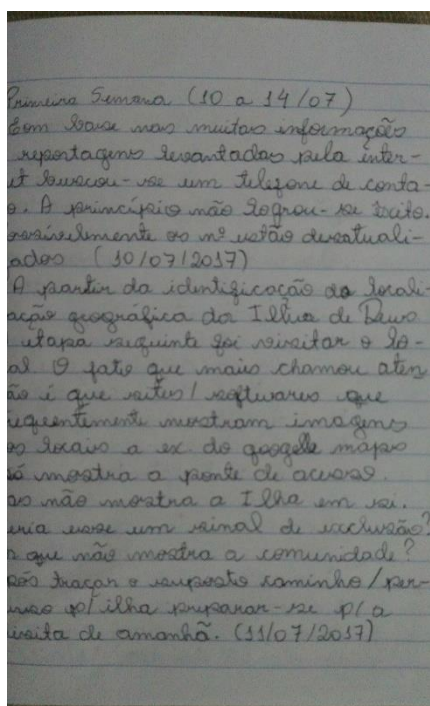
Essa estratégia de se envolver com a organização foi usada seguindo as indicações de Alcadipani (2014) para a realização de etnografia. Segundo o autor, o acesso a campo pode ser bastante facilitado caso o pesquisador ofereça alguma reciprocidade ou *feedback* à organização ou empresa pesquisada. Nesse caso, não só o acesso ao campo é facilitado pela relação de reciprocidade, mas também acaba por consistir numa estratégia de pesquisa. Uma forma que o pesquisador utiliza para facilitar a reunião de informações por meio da observação ou *shadowing* e *following objects*, como é o caso dessa pesquisa.

A respeito dos diários de campo, Latour (2012) aconselha a elaboração de quatro cadernos distintos. O primeiro deve ser o diário da pesquisa onde são feitas anotações sobre as

reações ao estudo por parte de outras pessoas, surpresas ante as novidades, etc. No segundo são reunidas informações em ordem cronológica, registros de todos os itens que possibilitam seu enquadramento na fase de análise. O terceiro caderno é aquele que deve estar sempre a mão para registrar ideias que possam ocorrer ao pesquisador enquanto realiza as observações. E, por fim, o quarto caderno que deve ser mantido para registrar os efeitos causados nos atores, cujo mundo tenha sido desdobrado ou unificado.

Na presente pesquisa foram usados pela observadora-pesquisadora apenas dois cadernos de anotações. Um organizado cronologicamente por datas, onde todos os dias em que se fazia observações em campo eram feitas anotações. E outro voltado para as anotações de ordem mais genéricas como os agendamentos de compromissos, entrevistas, ideias, esboços, reações a pesquisa por parte dos observados e impressões pessoais. Neste segundo caderno buscou-se organizar as anotações também segundo a data em que foram realizadas. Ambos sempre estavam próximos a pesquisadora nos dias e horários em que fazia *shadowing* e *following objects* na Ilha e em outros lugares. Na Figura 9, pode ser visto o caderno de anotações.

Figura 9 - Caderno de Anotações em Campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2017).

Em muitas ocasiões, devido a velocidade com que os actantes se movem ao invés do caderno de notas usou-se o gravador do celular para catalogar alguma fala ou posição de um ator. Essa estratégia também foi usada para registrar alguma observação da própria

pesquisadora. Mas tentou-se, o mais rápido possível, passar essas falas para os cadernos de anotação, visando ordenar melhor os dados de pesquisa. Por vezes, em decorrência de serem falas extensas, optou-se por transcrevê-las para arquivos virtuais do *word*, colocando sempre uma observação no caderno de campo sobre a presença de anotações no computador sobre determinado evento ou dia.

Além dos cadernos de campo usados para registrar o *shadowing/ following objects* e conversas informais, também foram feitas conversas mais direcionadas para sanar dúvidas. Assim, durante os meses de julho/ 2017 a janeiro/ 2018 aconteceram algumas dessas conversas com pessoas da comunidade que não faziam parte da instituição Saber Viver e com não-moradores da Ilha de Deus, que se mostraram importantes na composição do turismo no local. Não precisou ser realizada nenhuma conversa direcionada com membros da Saber Viver, isso porque à medida que as dúvidas surgiam foram sanadas a partir de perguntas diretas aos membros. Em poucos momentos a pesquisadora ficou sozinha, seja durante a realização do trabalho voluntário ou nos eventos dos quais participou, pois estava sempre acompanhada com membros da instituição. Assim, todas as vezes em que uma dúvida surgia bastava perguntar para o membro mais próximo.

O *shadowing/ following objects*, os cadernos de campo e as conversas para sanar dúvidas foram complementadas com registros fotográficos feitos na Ilha de Deus e em outros locais por onde os actantes circulavam. Não só se registrou o engajamento de alguns actantes em suas práticas diárias, como também a pesquisadora foi registrada por integrantes da Saber Viver enquanto realizava suas observações; alguns desses registros também fazem parte dos *corpora*. Ao total constitui o *corpus* de registros fotográficos próprios 181 imagens. Esses foram separados em diferentes pastas do computador, tendo como critério as datas em que aconteceram e os eventos que deram suas origens.

Com relação a quantidade de dias em que a pesquisadora esteve em campo (na Ilha de Deus ou seguindo os actantes para outros lugares por onde o turismo comunitário se movimentava), seja por meio do trabalho voluntário, participação em eventos, atividades ‘sociais’, acompanhando grupos de turistas ou como turista, tem-se um total de sessenta e quatro visitas distribuídas conforme o Quadro 6, a seguir. O critério utilizado para a realização dessas visitas foi, em primeiro lugar, a presença duas vezes por semana na Ilha de Deus ou em atividades que envolvessem os actantes da Ilha de Deus e, em segundo lugar, a disponibilidade da pesquisadora em seguir os actantes naquele determinado momento.

Quadro 6 - Visitas realizadas na Ilha de Deus

| ANO              | 2017 |     |      |     |      |      | 2018 |
|------------------|------|-----|------|-----|------|------|------|
| MÊS              | JUL. | AGO | SET. | OUT | NOV. | DEZ. | JAN. |
| QUANT.           | 7    | 12  | 10   | 11  | 10   | 9    | 5    |
| TOTAL DE VISITAS |      |     |      |     |      |      | 64   |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Os locais por onde a pesquisadora se movimentou para seguir os actantes foram todos na cidade de Recife, os principais foram restaurante Catamaran Tour, Museu do Homem do Nordeste, Porto Social, Cais do Sertão, Bomba do Hemetério, Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) *campus* Cabo de Santo Agostinho e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Tendo em vista que a ANT envolve observar a ação enquanto ela acontece, optou-se por comparecer a alguns momentos específicos na Ilha de Deus. Com relação as atividades turísticas, nos dias em que a Ilha era visitada por grupos de turistas e os dias que antecediam essas visitas/ chegadas de turistas para observar se havia algum tipo de preparação, procurou-se observar. O que se notou a princípio é que nos casos em que havia apenas a excursão para a Ilha de Deus, através da chegada via catamarã ou por transporte terrestre, não havia um grande processo de preparação ou modificação no cotidiano.

A preparação relativa a chegada do catamarã era na cozinha, com a elaboração da mariscada, e de membros do grupo de dança Nativos, em decorrência da apresentação. E em alguns casos, mas não sempre, as artesãs também se preparavam previamente, pois tinham que possuir peças para a venda e abrir o galpão de artesanato. O guia era apenas avisado, sem que tivesse seu cotidiano alterado a não ser por agendar um novo compromisso.

Dessa maneira, não foi notado grande modificação no cotidiano da instituição, por isso a pesquisadora observou essa movimentação poucas vezes. Todavia, quando era anunciada a chegada de grupos para se hospedar na instituição havia uma modificação clara na rotina da instituição e uma sensação de expectativa. Assim, esses momentos de preparação e chegada de hóspedes foram acompanhados mais de perto.

No entanto, os momentos onde foram tomadas decisões acerca de atividades relacionadas a composição de novos atrativos turísticos para a Ilha de Deus, a exemplo do Museu do Frei Beda e em eventos onde contava-se a história da formação, não apenas turísticas,

mas histórica da Ilha de Deus, sempre geravam grande repercussão. Nessas a pesquisadora procurava estar sempre presente.

Além da formação dos *corpora* via *shadowing/ following objects* por meio dos cadernos de campo, reportagens do jornal Diário de Pernambuco e registros fotográficos ainda se utilizou outras fontes de pesquisa. Buscou-se documentos acerca do projeto de requalificação da Ilha de Deus, isso porque no decorrer das observações ficou claro que o projeto consiste num momento visto como importante para membros da comunidade. Dessa maneira, todos os nove informativos (Ilha de Deus em Ação) fazem parte da pesquisa.

Além disso, vídeos no *youtube* gravados pela ONG Caranguejo Uçá e pela ONG Saber Viver, entrevistas feitas com representantes da comunidade, o programa ‘Estrelas Solidárias’ de 13/ 05/ 2017, reportagens de jornais locais e diversos registros em vídeo sobre a Ilha de Deus, são utilizados na pesquisa. Ao total foram selecionados vinte e seis vídeos encontrados no *youtube.com*, usando como critério de seleção a relevância, ou seja, aqueles que discutiam alguma questão considerada relevante para a composição da pesquisa.

Ainda durante a realização do *shadowing/ following objects*, por meio de uma releitura das notas de campo e fazendo uma ilação com todo o material reunido até aquele momento, emergiram três novas categorias. Notou-se que as práticas de turismo performadas pela comunidade da Ilha de Deus podem ser vislumbradas a partir de três ‘realidades’ próximas. Essas performances foram denominadas pela pesquisadora de iniciativas de TBC pedagógica, TBC voluntária e TBC de lazer.

Na TBC pedagógica tem-se *tour*, de aproximadamente três horas, com alunos de escolas particulares de Recife, onde jovens de classe média são expostos a uma realidade diferente da que estão acostumados tendo a possibilidade de entender como funciona a vida de uma população carente.

A segunda, TBC voluntária, voluntários de outros países e de diferentes estados brasileiros viajam para Recife e se hospedam na Ilha de Deus com a proposta de executar algum trabalho assistencialista no próprio local. Nessa situação, na maioria das vezes, os turistas se hospedam no *hostel* administrado pela Saber Viver. A chegada desses turistas está associada ao trabalho desenvolvido pela *Association Internationale des Etudiants em Sciences Economiques el Commerciales* (AIESEC) e *Volunteers Vacations* (VV).

A terceira performance, TBC de lazer, apesar de ter similaridades com a primeira performance e com o tradicional turismo de lazer tão comum em Recife, possui um diferencial com relação ao perfil do turista tradicional. Esse visitante objetiva ter um contato mais autêntico com a ‘verdadeira’ cidade de Recife. Nessa modalidade de turismo, o visitante chega até a Ilha

de Deus por meio da empresa *Catamaran Tours*. E como exemplo desse aparente perfil diferenciado tem-se as seguintes notas de campo:

Estávamos cansados de ir só a praia, então decidimos fazer algo diferente, [...] nos falaram que nesse passeio íamos ver Recife de outra forma, achamos interesse [...] e ficamos satisfeitos com o resultado (Notas de Campo, 09/12/2017) [ou um outro depoimento onde foi afirmado que:] “Vi no programa da Angélica e estou achando muito bom o passeio, [...] nem parece que estamos na mesma cidade!” (Notas de Campo, 09/12/2017).

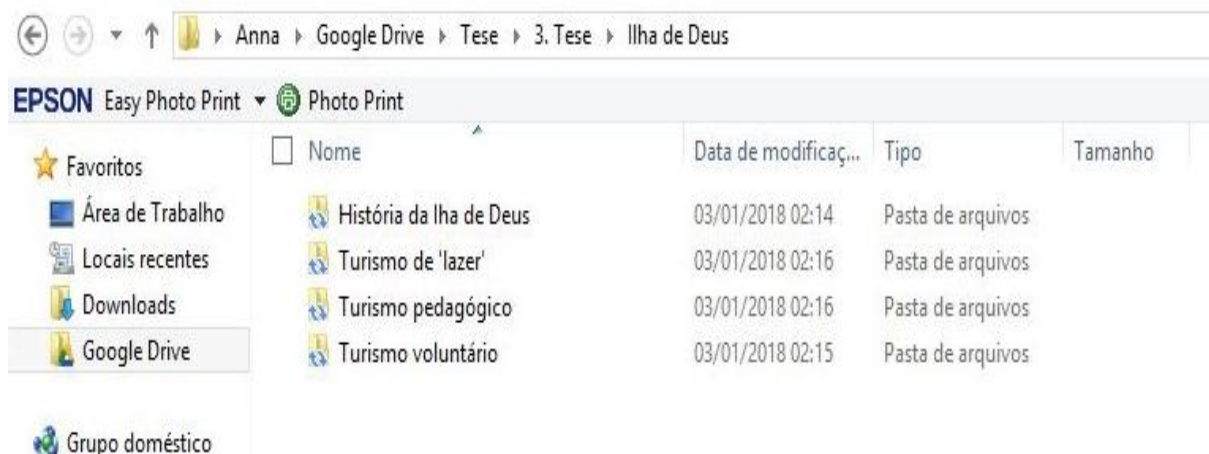
A partir da identificação dessas categorias os materiais começaram a ser organizados nas pastas de acordo com sua respectiva performance. Após finalizar as visitas a campo (janeiro/ 2018), iniciou-se um novo processo de leitura e sistematização do material, visando apenas a melhor organização do material foi criada uma nova pasta denominada de “história da Ilha de Deus”. Além disso, devido à grande quantidade de material compondo a terceira etapa dos *corpora*, achou-se por bem elaborar uma espécie de índice no excel para que os materiais referentes aos vídeos, reportagens de jornais e artigos acadêmicos de cada performance turística e da ‘história’ da Ilha de Deus fossem melhor visualizados. Nas Figuras 10 e 11 podem-se observar as pastas e o índice feito no excel.

Figura 10 - Elaboração do índice da Terceira Etapa

| A  | B                                                                  | C                                                                      | D                         |
|----|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| 1  | Vídeos e Reportagens de TV                                         | Documentos escritos                                                    | Tipo do Documento Escrito |
| 2  |                                                                    |                                                                        |                           |
| 3  | 1 Ilha de Deus uma promessa cumprida                               | Museu da Ilha de Deus conta sua história                               | Jornal do Commercio       |
| 4  | 2 Documentário Ilha de Deus                                        | Moradores da Ilha de Deus ganham exposição                             | Jornal do Commercio       |
| 5  | 3 Vídeo institucional da comunidade da Ilha de Deus                | Na Ilha de Deus, a voz dos moradores                                   | Revista Radis             |
| 6  | 4 Descobrimos o sururu                                             | Ilha de Deus: a história da comunidade                                 | Artigo Acadêmico          |
| 7  | 5 Eduardo Campo - Um triste adeus da Ilha de Deus                  | Viveiros de camarão na Ilha de Deus em xeque                           | Jornal do Commercio       |
| 8  | 6 Paulo Câmara visita comunidade da Ilha de Deus                   | A Ilha de Deus, dos camarões, dos mariscos, do homem e das mulheres    | Diário de Pernambuco      |
| 9  | 7 Semear e colher: criando vidas na Ilha de Deus                   | No aniversário do Recife, histórias de afeto dos moradores pela cidade | Jornal do Commercio       |
| 10 | 8 Cotidiano dos pescadores de camarão e sururu                     | Ilha de Deus entra 2017 de cara nova                                   | Jornal do Commercio       |
| 11 | 9 Frei Beda: O pai da Ilha de Deus                                 | Multirão transforma espaços de convivência na Ilha de Deus             | Jornal do Commercio       |
| 12 | 10 Ilha de Deus: Globo TV NETV                                     | Como um antigo esconderijo de criminosos se transformou em exemplo     | BBC Brasil                |
| 13 | 11 Ilha de Deus 1: Favela News                                     | Novas habitações de moradores de Ilha de Deus acumulam problemas       | Jornal do Commercio       |
| 14 | 12 Ilha de Deus 2: Favela News                                     | Ilha de Deus sofre com paralisação de projeto                          | Jornal do Commercio       |
| 15 | 13 Ilha de Deus 3: Favela News                                     | Manifestantes bloqueiam Avenida Mascarenhas de Moraes                  | Jornal do Commercio       |
| 16 | 14 Ilha de Deus 4: Favela News                                     | Trabalho infantil na Ilha de Deus                                      | Direitos da Infância      |
| 17 | 15 Ação comunitária Carangueijo Uçá                                | Desenvolvimento humano, onde ficam as pessoas                          | Revista Radis             |
| 18 | 16 Teça no Mangue 8 Bienal UNE                                     | Rádio comunitária, extensão pesqueira e cidadania                      | Artigo Acadêmico          |
| 19 | 17 Entrevista: Ana Mirtes conta a história da Poupança comunitária | Ilha de Deus: um caso emblemático de direito a moradia                 | Artigo Acadêmico          |
| 20 | 18 Entrevista: Edson Fly fala sobre o Carangueijo Uçá              | O processo de adensamento populacional em área de manguezais           | Artigo Acadêmico          |
| 21 | 19 Entrevista: Nalvinha fala sobre a Saber Viver                   | Ativismo digital e cidadania proliferam nas redes sociais              | Jornal do Commercio       |
| 22 | 20 Entrevista: Dona Beró                                           | Comunidade será destaque no programa estrelas                          | Diário de Pernambuco      |
| 23 | 21 Quem te viu, quem te vê, quem te verá: Ilha de Deus             | Festival cultural movimenta a Ilha de Deus                             | Jornal do Commercio       |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Figura 11 - Organização dos *corpora* na Terceira Etapa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Após uma organização do material foi possível realizar novas leituras de forma mais fácil; assim, entendeu-se que os *corpora* da terceira etapa já poderiam ser analisados de forma ampla. Optou-se por iniciar a releitura e análise do material, a partir da pasta referente a história da Ilha de Deus, apenas por uma questão cronológica, tendo em vista que as três iniciativas de TBC iniciam a partir de 2015, enquanto o processo de ocupação da ilha dar-se em 1950.

Dessa maneira, quando o turismo comunitário foi transportado para a Ilha de Deus encontrou-se todo um processo em ação. Sendo assim, a análise começou por essa dinâmica que incorpora novos actantes às suas associações permitindo assim a chegada e, até o presente momento, a manutenção de três realidades turísticas do turismo comunitário na Ilha de Deus.

Para a análise do material (dos *corpora* da terceira etapa) realizou-se o mesmo processo citado na primeira etapa de formação/ análise do *corpus*. Ou seja, a partir do momento em que foi feita uma releitura do material, nesse caso iniciando pelas notas de campo, foram destacados os momentos em que as translações poderiam ser observadas. Após fez-se novas leituras para a inclusão de outros materiais até que se adotou o espiral de Creswell (2013) para analisar os materiais que ajudam na elaboração das descrições densas.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

---

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Em sua primeira subseção são feitas considerações a respeito do processo de organização do turismo, elucidando questionamentos sobre o surgimento do turismo e como a partir da criação desse novo fenômeno foram desenvolvidas múltiplas realidades turísticas. O intuito é apresentar o processo de formação do turismo comunitário ou turismo de base comunitária, fazendo também um paralelo sobre o turismo comunitário no Brasil.

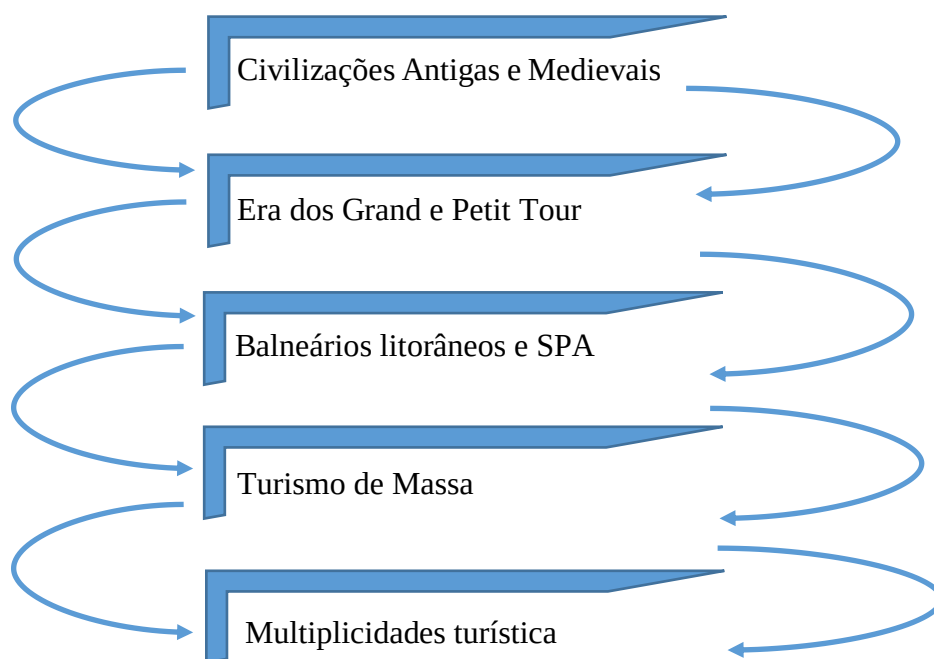
A subseção seguinte volta-se para a prática do turismo comunitário ou de base comunitária na Ilha de Deus, em Recife (Pernambuco). A princípio narra como a pesquisadora conseguiu se inserir em campo, as dificuldades encontradas, primeiras impressões, negociações e acordos que permitiram a realização de uma observação participante. Após a inserção em campo são narradas as histórias associadas a Ilha de Deus divididas nas subseções de história da Ilha de Deus, turismo de lazer, turismo voluntário e turismo pedagógico.

##### 4.1 DO SURGIMENTO DO TURISMO DE MASSA AO COMUNITÁRIO

A gênese do turismo dar-se com a realização das primeiras viagens, ressaltando que a mobilidade não é uma prática recente. As elites sociais sempre realizaram deslocamentos, seja por migrações sazonais, peregrinações, comércio ou exploração de novos territórios. O que sofreu alterações ao longo dos anos foi como ocorreram no sentido de quais elementos alistam na composição da associação sociotécnica do turismo considerando questões de tempo e espaço. Dessa maneira, sabe-se por meio de diversas fontes e relatos históricos que o turismo de massa, também denominado de ‘moderno’, inicia seu percurso no Reino Unido e é transportado para outras partes do mundo, iniciando pelos países europeus, depois chegando a América do Norte (principalmente, Estados Unidos) e descendo o continente americano. Mas como se pode observar esse processo de movimentação da prática turística?

A princípio, após leitura extensa do *corpus* dessa primeira parte da pesquisa, opta-se por analisar as mudanças a partir de cinco fases ou momentos de composição das viagens. Essas objetivam apenas visualizar melhor as transformações das práticas pelas quais passam as viagens, levando-as a se tornar de fato viagens turísticas quando ascende o turismo de massa (‘moderno’) e não momentos fixos de classificação das viagens. Dessa maneira, podem ser observadas na Figura 12 esses cinco momentos.

Figura 12 - Movimentos históricos das Viagens/ Turismo



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Cabe destacar que cada momento não significa necessariamente a extinção da forma anterior. Pois tratam-se de diferentes performances turísticas que surgem em diferentes tempos, em muitos casos há a convivência entre suas formas, como destaca Mol (2002) um grande processo de distribuição das realidades turísticas.

Isso pode ser percebido com relação as peregrinações, uma das primeiras formas de viagens que persistem ao longo dos anos, tendo, no entanto, sofridos translações que modificaram seu conteúdo aproximando-as da ‘indústria’ do turismo. Outro exemplo é o turismo de massa baseado em balneários, apesar dessa forma de turismo ter sofrido alterações, transformando-se no turismo sol e praia, ainda persistem várias características similares ao tradicional turismo de balneários do século XIX.

O que acontece com frequência quando se tem a mudança desses momentos é a perda de seu status; assim, apesar das peregrinações continuarem, elas perdem destaque com a ascensão da Era dos Grand Tour, como se essas práticas turísticas perdessem sua condição hegemônica e fossem parcialmente substituídas por um novo paradigma turístico.

#### 4.1.1 As viagens nas civilizações antigas e medievais

Claramente as viagens possuem uma série de elementos que são essenciais para a sua realização como o meio de transporte, presença de vias, atrativos e meios de hospedagem. Ao longo da história das viagens, nem sempre esses elementos mostram-se tão bem elaborados. No início, na época das antigas civilizações, a figura do viajante a pé que dormia quase que ao relento não era tão incomum. Apesar disso, em sua maioria, as viagens, mesmo nesse período, eram realizadas pela elite a qual se valia de muitos equipamentos.

A elite imperial romana, por exemplo, desfrutava de amplo padrão de viagens direcionada para cultura e lazer a qual desenvolveu vasta infraestrutura, composta por mais de 90 mil quilômetros de vias, locais voltados especificamente para hospedagem, melhoria nos meios de transporte, termalismo (com as asclepias) e segurança nas estradas. Toda essa infraestrutura, em parte, foi proporcionada por dois séculos de paz tornando, assim, possível viajar desde as muralhas de Adriano (Escócia) até o rio Eufrates.

Quando o império romano começa a entrar em crise (econômica e política)<sup>7</sup> a paz é ameaçada e as viagens entram em declínio. A crise econômica que se instalou em Roma reverberou sobre seu exército enfraquecendo a proteção das fronteiras. A segurança nas estradas é prejudicada, assim como a qualidade. Com a invasão dos bárbaros ao Império Romano do Ocidente a elite deixa de viajar, temendo pela sua segurança. Até mesmo as atividades comerciais sofrem. Assim, as viagens ganham características de aventura ou de manifestação de fé e não mais de lazer e prazer (HOERNER, 2011; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Apesar da insegurança, as peregrinações cresceram como consequência da expansão do cristianismo, especialmente à Igreja do Santo Sepulcro (em Jerusalém). Houve uma intensificação nesse tipo de viagem nos séculos VIII e IX em decorrência da descoberta da tumba do apóstolo Tiago (na Espanha), o que levou um peregrino francês, chamado Aymeric Picaud, a escrever histórias sobre o apóstolo e um roteiro de viagem saindo da França ao sepulcro de São Tiago. Esse roteiro foi editado em 1140 e é considerado o primeiro roteiro de viagens criado na Europa (PANOSSO NETTO, 2013; TOWNER; WALL, 1991). Esse setor

---

<sup>7</sup> A crise econômica e política do Império Romano, em parte, foi iniciada pela própria *Pax Romana*. Isso porque durante esse período não houve guerras de conquista/ exploração o que desencadeou numa redução na quantidade de escravos e prisioneiros de guerra, levando a decadência do sistema escravocrata que foi substituído pelo de colonato. Como consequência houve baixa na produção e aumento na inflação. Os impostos também tiveram que ser aumentados o que acabou por trazer problemas para o comércio. A população começou a se revoltar. O exército romano passou a não receber os soldos em dia, levando muitos soldados a abandonar seus postos, inclusive nas fronteiras, tornando o Império Romano Ocidental mais exposta ao ataque dos bárbaros. Assim, em 476 d.C o bárbaro Odoacro depôs Rômulo Augusto, o último imperador da Roma Ocidental. (HOERNER, 2011; PANOSSO NETTO, 2013).

também se desenvolve com a expansão econômica nos séculos XIII a XIV, chegando a ser considerado um fenômeno de massa (TOWNER; WALL, 1991; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). E por trás das peregrinações havia uma verdadeira indústria de venda de indulgências e relíquias pelo novo comércio baseado na ascensão do capitalismo.

A invasão dos turcos a Jerusalém leva os cristãos a organizar as primeiras expedições militares-religiosas ('cruzadas'). Em decorrência das Cruzadas houve uma ampliação na quantidade de pessoas (soldados, peregrinos e mercadores) viajando, o que repercute nos meios de hospedagem. Esses, além de se expandirem, deixam de ser baseados apenas na caridade samaritana e desempenham um caráter comercial. A transformação das pousadas em negócio e sua expansão deu-se de forma tão profusa que resultou na criação do primeiro grêmio dos proprietários de pousada na cidade de Florença (na Itália) em 1282 (BOYER, 2003; SIQUEIRA, 2005; URRY, 1996; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

As Cruzadas foram vislumbradas pelos comerciantes emergentes da época como a chance de ampliar seus negócios, assim, atuavam comercializando providências para abastecer os exércitos. Com a expansão do comércio é criada a Liga Hanseática no século XII por comerciantes de origem alemã, uma associação que monopolizava as atividades de comércio e as feiras em mais de 90 cidades do norte da Europa e dos países bálticos (ILLUSTRATED LONDON NEWS, 26/ 10/ 1846). A atuação da Liga dava-se em cidades que gozavam de relativa paz e onde a burguesia havia se instalado no poder (BOYER, 2003).

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela associação tem-se a organização de viagens de demonstração, com o objetivo de expor as ações difundidas pela Liga para futuros associados (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). Os viajantes (futuros sócios) eram acolhidos por pousadas previamente determinadas pela Liga, onde eram oferecidos serviços extras como vinhos e massagens para os hóspedes. Essas ações da Liga consistem nos primórdios de uma performance turística que hoje em dia identificamos como turismo de negócios.

A importância da Liga vai aos poucos perdendo espaço e é totalmente extinta no século XVII, esse paulatino enfraquecimento ocorre devido às grandes navegações (protagonizadas por Portugal e Espanha) e ascensão do capitalismo mercantil. Com a descoberta do continente americano e do caminho marítimo para a Índia nos séculos XV e XVI há uma forte expansão do comércio para outros lugares (ILLUSTRATED LONDON NEWS, 26/ 10/ 1846). Ou seja, são estabelecidas relações comerciais com diferentes parceiros ao buscar por novos caminhos. Isso inclui a comercialização de outros 'produtos', a exemplo dos escravos (BOYER, 2003).

#### 4.1.2 Era dos Grand e Petit Tour na Europa

A Europa nessa época já vivia ares de Renascimento. As bases que deram origem ao Renascimento como a influência das artes e cultura greco-romana, humanismo, antropocentrismo e desenvolvimento das ciências (iluminismo), iam aos poucos se desenvolvendo. Até mesmo o perfil dos peregrinos é alterado. Isso, associado ao declínio da igreja católica, transformou peregrinos espirituais em viajantes onde as questões espirituais não eram mais tão importantes quanto a fruição dos lugares (TOWNER, 1984, 1985).

A fruição de novos lugares também é enfatizada pela vilegiatura. Essa pode ser entendida como viagens de moradores urbanos durante o verão para determinadas cidades mais afastadas, com a intenção de fruir inicialmente do ambiente do campo e posteriormente de outros ambientes como os litorâneos. A princípio tem-se práticas de vilegiatura dentro de uma mesma cidade, no entanto, para casas/ *villas*/ *pallazi* de campo mais afastadas onde a urbanização ainda não havia chegado (CAMARGO, 2007). Outras práticas de lazer similares a vilegiatura afloram na China com a denominação de ‘casas de prazer’, e em Istambul com o nome de casas de campo. As casas de prazeres eram construídas no vale chinês, cada uma de forma diferente, com sua própria coleção de antiguidades e livros. Nessas haviam pontes em ziguezague que se estendiam ligando os pavilhões da casa aos riachos, no exterior jardins elegantes com pequenos gazebos para descanso (TOWNER, 1991).

A vilegiatura tradicional nasce na Toscana associado à cidade de Florença, durante o Renascimento. Apesar de práticas de vilegiatura existirem no Império Romano, esse não teve relação com a ascensão do movimento na Itália (CAMARGO, 2007; DANTAS; FERREIRA, 2010). O desenvolvimento dessa prática está relacionado a difusão e decodificação dos textos escritos em latim clássico. Eles foram resgatados pelos humanistas, durante o século XV, da literatura poética de poemas que voltam-se às belezas do campo (CAMARGO, 2007).

Por volta do século XVI, a vilegiatura se expande para outras cidades italianas como Roma, Veneza e Nápoles, representando uma importante parte da ‘arte de viver italiana’, no entanto, restrita a população de maior poder aquisitivo. Isso porque a construção dessas *villas*/ *pallazis* exigia um grande investimento. Com a invasão da Itália por países estrangeiros, esse grupo seletivo aumenta, já que o hábito de vilegiatura se expande, tornando-se frequente entre a elite/ aristocracia europeia (CAMARGO, 2007; DANTAS; FERREIRA, 2010).

Esse ímpeto conquistador de países como França, Espanha, Inglaterra, Áustria e Portugal que leva a invasão da Itália no século XVI e inicia-se com as grandes navegações. A busca do novo baseia-se na exploração de territórios desconhecidos e na evolução tecnológica

causada pela expansão do conhecimento científico decorrentes do Renascimento e do Iluminismo em oposição a mentalidade da Idade Média.

É com as navegações que há a primeira grande expansão do capitalismo europeu, ainda no início do século XVI (COOPER; HALL; TRIGO, 2011; VERHOEVEN, 2013). Logo, essa composição heterógena formada entre grandes navegações, expansão do capitalismo, vilegiatura, romantismo, paisagismo, tutores/ preceptores, jovens viajantes, passado greco-romano e Renascimento leva ao surgimento de um movimento bastante significativo para a história do turismo que corresponde aos *grand* e *petit tours* europeus.

Esses consistiam na viagem dos filhos da aristocracia e pequena fidalguia britânicas para centros culturais e artísticos acompanhados de seus tutores, para fruir de obras de arte e espetáculos que contribuíssem para sua formação educacional e proporcionassem prazer. Representa uma espécie de rito de passagem educacional dos jovens britânicos abastados para familiarizar-se com outras sociedades, modelos econômicos e políticos. Além disso, era um símbolo de *status* chegando a ser divulgado em jornais (DERBY MERCURY, 11/ 05/ 1728; NORTHERN WHIG, 17/ 06/ 1939). A duração dessas viagens poderia ser extensa ou curta, desde três meses até dois anos (PANOSSO NETTO, 2013; TOWNER, 1985, 1988; URRY, 1996; VERHOEVEN, 2013). Assim, aquelas que tinham curta duração eram chamadas de *petit tour*, enquanto as de maior extensão recebiam o nome de *grand tour*. O destino era sempre cidades com forte apelo cultural e artístico na França e na Itália, principalmente.

Um dos grandes precursores dessa forma de viagem foi Richard Lassels, além de ter trabalhado como tutor/ preceptor redigiu a primeira publicação na qual atribuía o nome de Grand Tour a esse tipo de viagem no livro “The Voyage of Italy”. No entanto, quem defendeu a ideia da utilização das viagens como forma de aprendizado foi John Locke em seu livro “Essay Concerning Human Understanding” de 1690. Nessa época os relatos das viagens, a exemplo do livro redigido por Lassels (1670), também se tornaram comuns, incentivando ainda mais expansão dessas viagens e seu status, conforme afirmam Boulton e McLoughlin (2012)

O espírito do Grand Tour pode ser rastreado até os antigos gregos, o conceito e o termo em si eram relativamente novos. Seu primeiro uso é frequentemente atribuído a Richard Lassels (1603 - 68), um presbítero católico, que fez a viagem em várias ocasiões como tutor para os filhos da nobreza; ele morreu em Montpellier, na França, no que seria sua sexta viagem à Itália. Entre muitos outros viajantes do século XVII estavam Thomas Coryat (1577 - 1617), o autor de Coryat's Crudities (1611), o arquiteto Inigo Jones (1573 - 1652), Thomas Hobbes (1588 - 1679) ao qual foi tutor do futuro Earl of Devonshire em 1614 - 15, e John Milton em 1638 - 9. William Bromley (1664 - 1732) foi aos poucos publicando um relato sobre sua jornada [...] alegando com modéstia que quando foi escrito, ele não tinha intenções de publicá-lo. A popularidade dos livros de viagem nas primeiras décadas do século XVIII era tal que Swift achou por bem satirizar a

moda nas Viagens de Gulliver (1726) (BOULTON; MCLOUGHLIN, 2012, p.4, tradução nossa).

Apesar do *grand tour* mais conhecido e divulgado ser o britânico, também houve *grand tour* junto as elites francesa, alemã, holandesa, austríaca e belga. Inclusive, a ideia de *grand tour* (*le grand tour*) surge inicialmente na França e rapidamente chega a Inglaterra. Devido à expansão comercial e econômica pela qual passava a Inglaterra (NORTHERN WHIG, 17/ 06/ 1939), essa possuía as características ideais para a expansão das viagens, por isso que o *grand tour* britânico acabou por tomar maior vulto que os demais. Essa expansão comercial também levou a uma intensificação nas viagens de cunho comercial onde funcionários do Governo e negociantes viajavam para outros países (TOWNER, 1988; VERHOEVEN, 2013).

A expansão do *grand tour* na Europa foi tamanha que surgiram dois tipos, o *grand tour* clássico e o romântico (TOWNER, 1985; URRY, 1996). O primeiro tipo era motivado, especialmente, pelas produções artísticas e culturais do Império Romano. Assim, cidades italianas como Veneza, Bolonha, Nápoles, Florença, Roma, Milão, Verona, etc., eram os destinos preferenciais desses viajantes (TOWNER, 1985).

Algumas rotas desse tipo de *grand tour* também eram feitas na França, tendo em vista que o antigo Império Romano se estendeu pela França. O intuito era visitar cidades de arquitetura clássica no Vale do Ródano (fronteira com a Itália e Suíça) como Lyon e Vienne. A maioria das rotas iniciavam em Paris e fluíam para Lyon, depois para a Itália, através do Vale de Ródano e pelo *resort* instalado em Montpellier (TOWNER, 1984, 1985).

Após um período de brusca interrupção dos *grand tours*, em decorrência das guerras napoleônicas e da Revolução Francesa, por volta do final do século XVIII, essa prática é retomada com algumas modificações. Apesar das alterações nos roteiros serem pequenas, “a resposta dos turistas ao que viam foi dominada por uma percepção romântica das paisagens urbanas e rurais, abraçando uma paixão pelo medieval e um amor pela natureza selvagem” (TOWNER, 1985, p. 314, tradução nossa). Dessa maneira, considerando a modificação na forma como os viajantes percebiam a paisagem e a prática das viagens surgiu uma outra forma de *grand* e *petit tour*, o romântico (TOWNER, 1985; URRY, 1996).

A mudança na forma de observação da paisagem que deu origem ao *grand tour* romântico tem raízes num movimento literário, artístico e cultural denominado romantismo. Esse surgiu na Alemanha, Inglaterra e França no final do século XVIII e início do XIX, tendo bases opostas ao racionalismo e iluminismo, características do Renascentismo. Algumas das

ênfases dadas por essa nova visão de mundo eram o nacionalismo, sentimentalismo, escapismo, medievalismo, subjetivismo e egocentrismo (COLETTA, 2015; PANOSSO NETTO, 2013).

O surgimento do movimento romântico foi fortemente influenciado pelos impactos gerados durante a Revolução Industrial e Francesa. Esse período marcou uma redefinição na visão de mundo com a retomada de alguns valores antigos. Consistia num compêndio de inconformados com o capitalismo industrial emergente (URRY, 1996), dessa maneira, buscavam formas de fugir da realidade, valendo-se assim do escapismo/ evacionismo.

A literatura influenciou na construção do escapismo obras como “Os sofrimentos do jovem Werther” de Johann W. von Goethe, “Ivanhoé” de Walter Scott, “A história de Tom Jones” de Henry Fielding, as poesias ultrarromânticas de Lord Bryon, P. B. Shelley, William Wordsworth, dentre outros, que remetem ao evacionismo e a sensibilidade (COLETTA, 2015).

Essa sensibilidade chega a valorização da individualidade associada a liberdade, que em algumas obras literárias poderia ser atingida por meio do suicídio e em outras por uma volta ao passado ou mesmo por um maior contato com a natureza. Por isso, o romantismo remete a Idade Média, período onde a Europa foi criada, enfatizando as muitas qualidades dos países, inclusive as suas belezas naturais e as benesses do encontro do indivíduo com a natureza.

Dentro do movimento romântico é desenvolvida uma linha voltada para a apreciação da paisagem. Nesse, obras artísticas enfatizando as grandes extensões de mar, montanhas e planícies cobertas de nuvens e neblina que se estendem ao infinito, as rochas e picos, e o homem solitário contemplativo compõem o universo do paisagismo romântico europeu. Assim, pintores como William Turner, John Constable, entre outros, divulgam essas imagens de contemplação a natureza que influenciam na busca por um maior contato com a natureza por meio da contemplação. (BOYER, 2003; PANOSSO NETTO, 2013; REJOWSKI et al., 2002).

As manifestações artísticas do paisagismo romântico na Europa, além de influenciarem na composição do *grand tour* romântico, também contribuem para o desenvolvimento de duas novas modalidades de viagem. O ‘paisagismo’, que envolvia a contemplação da natureza em sua totalidade e o ‘montanhismo’, que além de estar relacionado a destinos que tivessem serras e montanhas, englobava a prática de esportes como caminhadas e escalas (PANOSSO NETTO, 2013; REJOWSKI et al., 2002). Na época, as montanhas e o campo também possuíam um apelo relacionado a cura pelo clima. O ‘ar das montanhas’ era visto como benéfico.

A realização dessas duas formas de viagem e da vilegiatura é ilustrada pela propagação do ‘turismo’ de segunda residência, onde membros da elite europeia adquiriam casas (segundas residências) em locais de beleza cênica para usufruir de clima ameno ou simplesmente para descansar das atividades cotidianas (CAMARGO, 2007). Poderia ser em regiões montanhosas

com clima ameno, em locais afastados das grandes cidades, ou até mesmo em destinos rurais, mas sempre enfatizando o contato homem - natureza.

A manifestações de inscrições, notadamente dos relatos de viagens e livros, associados a figura dos tutores e as ideias renascentistas, que também se manifestavam por meio de inscrições, foram bastante relevantes para a composição dos *petit* e *grand tours*. Tudo isso imerso num cenário de constante expansão capitalista. A própria construção da ideia de viagem para países com tradição greco-romana, como algo imprescindível para a formação de jovens nobres que quisessem ocupar cargos mais elevados, dar-se como uma influência das ideias renascentistas. É por meio da valorização da estética e da visão de mundo clássicas que se têm processos de mobilização de actantes para a composição dessa forma de viagem.

Um processo de mobilização similar ocorre com o movimento romântico, as inscrições feitas por meio de quadros e livros auxiliam a compor a ideia que leva ao desenvolvimento do paisagismo e montanhismo na Europa, influenciando a formação das vilegiaturas, as quais persistem até os dias atuais, compondo o turismo de segunda residência. Atualmente há casas de segunda residência que, geralmente, possuem uma estrutura mais simples que as *villas*. No entanto, continuam com apelo similar a se afastar das grandes cidades em busca de locais mais calmos para estabelecer contato com a natureza visando a cura, não mais do corpo e sim da mente.

#### **4.1.3 Balneários litorâneos e SPA**

Desde o século XV, o encontro com a natureza já era visto como benéfico pelas elites europeias (por meio da vilegiatura), incluindo as imersões e banhos com água mineral/ termal, e posteriormente, com água do mar. Apesar do romantismo exacerbar o contato com a natureza como profícuo para o espírito, enquanto que os balneários inicialmente observam a natureza apenas como fonte de cura do corpo, ambos ressaltavam a importância para o ser humano do contato com a natureza (HOERNER, 2011; KEVAN, 1993; PANOSSO NETTO, 2013).

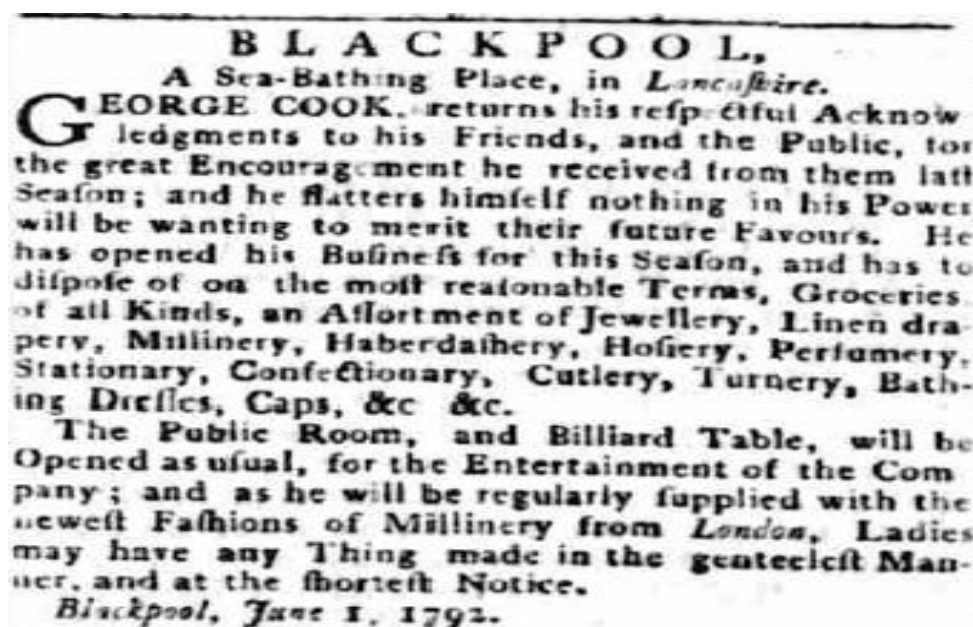
Assim, além do *grand tour* clássico e romântico, outra forma de deslocamento tomou vulto, as viagens para fontes de água mineral (termalismo). Esse fenômeno foi reiniciado por volta de 1620 quando uma nobre inglesa notou uma fonte de água mineral numa praia na cidade de Scarborough (HALL, 2003; URRY, 1996). Algumas décadas depois, os médicos passaram a indicar a ingestão e imersão em água mineral como capazes de trazer bem-estar e saúde, sendo inclusive aconselhado no tratamento de doenças a exemplo de reumatismo, infecção de pele e problemas intestinais (HALL, 2003; KEVAN, 1993; URRY, 1996).

As propriedades medicinais da água mineral/ termal sempre foram reconhecidas pelas antigas civilizações, a exemplo dos impérios grego e romano ao qual a prática do termalismo era bastante conhecida (PANOSSO NETTO, 2013). Dessa maneira, devido a retomada dos valores culturais das civilizações greco-romanas, ascensão do sentimento romântico para com a natureza unido a busca por ambientes afastados das cidades (vilegiatura), e as indicações médicas, desencadeiam um novo movimento de utilização das águas minerais como fonte de cura. Mas essa prática é apenas retomada entre a elite europeia, levando ao surgimento de diversos balneários em Scarborough, Blackpool, Bath, Buxton, Harrogate, Tumbidge, Wells, etc. (BOYER, 2003; HALL, 2003; REJOWSKI et al, 2002; URRY, 1996).

Apesar da difusão dos balneários pela Inglaterra ser ampla, Scarborough tinha vantagem com relação aos demais por estar localizada na praia. (KEVAN, 1993). Por volta do início do século XVIII, a crença de que não só os banhos e ingestão de águas termais eram benéficos a saúde, mas também o banho de mar, fez com que as praias comesçassem a ser ocupadas pela elite inglesa. Essa nova ‘moda’ rapidamente chega a outros países litorâneos da Europa. (HALL, 2003; URRY, 1996). E aos poucos o local que era voltado exclusivamente para a cura do corpo passa também a desempenhar a função de lazer.

É possível observar, na Figura 13, uma notícia do Jornal Manchester Mercury (1792) que ilustra a estrutura de lazer existente em um balneário, neste caso em Blackpool (denominado pelo jornal como ‘*sea-bathing place*’) no final do século XVIII.

Figura 13 - Notícia de Jornal (Blackpool)



Fonte: Manchester Mercury (01/ 06/ 1792).

O que demonstra como esses locais voltados inicialmente para o curismo tornam-se também ideais para o lazer é a presença de atividade tipicamente recreativa. De acordo com Rejowski et al (2002), as viagens de cura (curismo) vêm sempre acompanhadas de aspectos recreativos, com o passar do tempo, as atividades recreativas acabam por se tornar mais atrativas; assim, aos poucos os locais voltados para a prática do curismo transformam-se em locais voltados principalmente para a prática de atividades de recreação. E esse processo também pode ser percebido nos balneários ingleses. Em Blackpool, por exemplo, segundo o *Jornal Manchester Mercury* (1792), havia sala voltada para os banhos públicos, mesas de bilhar<sup>8</sup> e estabelecimentos comerciais (venda), sendo esses voltados “para o entretenimento das companhias” (JORNAL MANCHESTER MERCURY, 1792).

O acesso aos balneários, para cura e lazer, era relativamente restrito. Apenas aqueles que tivessem condições de pagar pela acomodação desfrutavam dos balneários. Alguns viajantes elitistas possuíam segunda residência nesses locais. Mas, aos poucos, novas classes sociais vão conseguindo ter acesso aos balneários ingleses, o que levou a um descontentamento da elite.

Para reduzir a entrada de visitantes nos balneários chegou-se até a cercar alguns balneários e a construir guaritas, como em Scarborough, buscando limitar ao máximo a entrada de pessoas consideradas ‘indesejadas’ pela elite (HALL, 2003; KEVAN, 1993; URRY, 1996).

A partir de meados do século XIX, a crescente popularização do trem, especialmente a partir do Ato Ferroviário de Gladstone de 1844, que forçava as empresas ferroviárias a atender os trabalhadores menos favorecidos, oferecendo pelo menos uma viagem de trem por dia em cada linha com um preço mais acessível (vide Figura 14), auxilia na expansão dos balneários (BOYER, 2003; HOERNER, 2011; URRY, 1996), tendo em vista que o deslocamento para chegar ao litoral torna-se mais confortável e rápido. Antes o transporte era feito por meio de diligências em estradas de má qualidade por um preço mais elevado ou mesmo a pé para balneários mais próximos das cidades industrializadas.

---

<sup>8</sup> A existência de jogos nos balneários para entreter os visitantes torna-se bastante frequente. Nota-se que a quantidade de visitantes era aumentada à medida que os balneários ampliavam sua oferta de atividades de lazer, especialmente aquelas relacionadas a jogos. Assim, aos poucos começam a surgir estabelecimentos dentro dos balneários mais voltados ao entretenimento do que a cura. É inclusive por meio desses estabelecimentos voltados para jogos que surgem os cassinos associados a ideia de turismo/ viagem. Com o sucesso desse tipo de entretenimento nos balneários ingleses surgem locais voltados apenas para essa atividade, desenvolvendo um novo tipo de turismo de jogos ou cassinismo. (REJOWSKI et al, 2002).

Figura 14 - Trecho do Railway Regulation Act 1844

VI. ' And whereas it is expedient to secure to the poorer Class of Travellers the Means of travelling by Railway at moderate Fares, and in Carriages in which they may be protected from the Weather ;' be it enacted, That on and after the several Days herein-after specified all Passenger Railway Companies which shall have been incorporated by any Act of the present Session, or which shall be hereafter incorporated, or which by any Act of the present or any future Session have obtained or shall obtain, directly or indirectly, any Extension or Amendment of the Powers conferred on them respectively by their previous Acts, or have been or shall be authorized to do any Act unauthorized by the Provisions of such previous Acts, shall, by means of One Train at the least to travel along their Railway from one End to the other of each Trunk, Branch, or Junction Line belonging to or leased by them, so long as they shall continue to carry other Passengers over such Trunk, Branch, or Junction Line, once at the least each Way on every Week Day, except *Christmas Day* and *Good Friday* (such Exception not to extend to *Scotland*), provide for the Conveyance of Third Class Passengers to and from the terminal and other ordinary Passenger Stations of the Railway, under the Obligations contained in their several Acts of Parliament, and with the Immunities applicable by Law to Carriers of Passengers by Railway ; and also under the following Conditions ; (that is to say,)

Companies to provide One cheap Train each Way daily.

Fonte: Railways Archive (2017).

Além disso, outros fatores contribuíram para a expansão e popularização dos balneários ingleses, a exemplo do início da urbanização das cidades interioranas, aumento de renda da população industrial, obtenção de intervalos prolongados e tentativa de civilizar a classe trabalhadora por meio da recreação (URRY, 1996). Mesmo na primeira revolução industrial, já foram criadas as condições propícias para a expansão dos balneários e por consequência para o favorecimento das viagens.

Outro fator que auxiliou o desenvolvimento dos balneários foram as novas relações de trabalho estabelecidas com o capitalismo industrial. Desde de que o capitalismo mercantil ascendeu, já houve mudanças significativas nas formas de trabalho. Com a ascensão do capitalismo industrial essas mudanças se tornavam ainda mais evidentes. A separação entre local/ tempo de trabalho e lazer foram aprofundadas, levando a greves e revoltas por parte dos trabalhadores (BOYER, 2003; SIQUEIRA, 2005), a exemplo do ludismo. Isso ocorreu no início do século XIX, quando um grupo de trabalhadores ingleses das indústrias têxteis destruíram máquinas para demonstrar seu descontentamento. Mas, aos poucos as horas de não-trabalho são ampliadas, a partir de medidas defendidas pelo Parlamento na segunda metade do século XIX.

Inclusive com a instauração de meio período de trabalho aos sábados e uma jornada total de que não passa de cinquenta e quatro horas por semana.

A criação das férias (tempo livre) dar-se como uma forma de fuga ou oposição do tempo de trabalho, que torna-se necessário devido as circunstâncias de descontentamento que são geradas pela Revolução Industrial, e também para que a classe trabalhadora possa consumir. O próprio tempo livre é utilizado como um instrumento do sistema capitalista. Pois é nesse tempo que os trabalhadores se reestabelecem para voltar ao trabalho e, além disso, consomem bens e serviços nos balneários ou em outros lugares gerando ainda mais riqueza para o capitalista (CAMARGO, 2007; KRIPPENDORF, 2009; SIQUEIRA, 2005).

Diante do surgimento das férias, ocorre outra modificação nas performances turísticas executadas no Reino Unido, pois dentro do composto heterogêneo que forma as viagens novos elementos são adicionados. Assim, a utilização dos trens como forma de transporte de passageiros, estando esses inclusive disponíveis para os trabalhadores, modificações nas relações de trabalho com aumento do tempo de não-trabalho, observação do litoral como um espaço de lazer/ cura e divulgação dos balneários ingleses, são alguns elementos que auxiliam na ascensão das viagens aos balneários. Sendo inclusive substituída a hegemonia pré-existente das viagens de *grand e petit tour* pelos balneários.

Todas essas condições levam a expansão dos balneários ingleses e alguns anos depois, ao surgimento do turismo. Isso porque as viagens de curta distância para os balneários não ficam restritas a elite tradicional inglesa (KELVAN, 1993; PANOSSO NETTO, 2013). Essa acessibilidade desencadeia um acirramento no mal-estar da elite, que não se conforma em dividir o mesmo espaço com outras classes. O problema, no entanto, soluciona-se parcialmente pelo processo de organização dos balneários. Surgem aqueles voltados para os trabalhadores industriais e os criados para servir aos anseios da elite europeia (BOYER, 2003; URRY, 1996), sendo estabelecidas diferenças entre esses dois tipos de balneários.

Os balneários fabris eram aqueles que estavam localizados próximos a cidades industriais e que apresentaram fácil acesso, também baseava-se numa propriedade fragmentada da terra e possuíam pouca atração paisagística. Além disso, surgiram devido aos fortes laços comunitários presentes nos centros industriais do norte da Inglaterra.

Esses balneários desenvolvem-se como lugares baratos com a presença de vários pequenos estabelecimentos comerciais. Dentro desses, à medida que crescia o fluxo de trabalhadores, diminuía a quantidade de pessoas abastadas, levando-os a procurar outros locais.

Em contrapartida, os balneários voltados para a elite apresentavam beleza paisagística e uma propriedade de terra não tão fragmentada. O que desencadeou a construção de poucos,

mas grandes estabelecimentos comerciais em locais de beleza cênica. Como os preços dos produtos nesses balneários eram mais elevados, os trabalhadores industriais não costumavam frequentar esses balneários (BOYER, 2003; URRY, 1996).

Em grande parte, a expansão da utilização dos balneários e a constituição dos dois tipos de balneários (um para a elite e outro para os trabalhadores) ocorreu devido a Revolução Industrial. Essa trouxe profundas modificações na sociedade europeia do século XIX que desencadearam em processos translativos e que, dentre outros fatores, resultam na popularização dos balneários. Assim, aspectos como as inovações tecnológicas nos meios de transporte, seguidas de sua popularização, as novas formas de trabalho, consolidação da burguesia industrial/ comercial inglesa e a criação das férias no final do século XIX, foram essenciais para a expansão das viagens, cujo *locus* nesse período era o litoral; pois, a ascensão do curismo marítimo incentivado pelos médicos e pelas elites desloca as viagens de lazer para o litoral. Todos esses elementos levam a composição de um novo conjunto de práticas de viagem que serve como base para a elaboração do turismo ‘moderno’.

A constituição do fenômeno turístico como o conhecemos ainda tem como importante elemento o capitalismo industrial inglês. E é a partir dele que são desenvolvidas as condições necessárias para o surgimento do turismo (FRANKLIN, 2004, 2008; URRY, 1996) que fica conhecido como ‘turismo de massa’ ou ‘turismo moderno’.

#### **4.1.4 Turismo de Massa**

Ao acompanhar as modificações pelas quais passa a Inglaterra, em decorrência do capitalismo industrial, surgem os relatos sobre viagens; porém, dessa vez, elaborados considerando os atrativos internos. John Byng narra, ao lançar seu livro ‘Rides Round Britain’, seus muitos passeios através do país, no período de 1782 – 93, com roteiros que sempre saiam de Londres. Nesse há uma ampla profusão de inscrições acerca de possíveis passeios na Inglaterra com sugestões de locais para visitar, mapas, textos e livros (FRANKLIN, 2004). Nota-se que, seguindo as tendências das viagens internas, começa a surgir não só infraestrutura, mas também divulgação do turismo em balneários. A obra de Byng (de 1837) também mostra viagens por balneários da Inglaterra; contudo, nesses casos balneários elitistas.

Assim, observando essas condições propícias para a expansão de novas atividades econômicas na Inglaterra, o britânico Thomas Cook investe nas viagens. Ele não foi o primeiro na Europa a atuar nesse setor. De acordo com Panosso Netto (2013), o primeiro foi Bernardo Abreu em 1840, um ano antes de Thomas Cook. Abreu atuava em Portugal, trabalhando com

viagens de emigração, intermediava a venda de pacotes para emigrantes europeus que queriam ir ao Brasil saindo do norte de Portugal e da Galiza. Um ano após as iniciativas de Abreu, Cook organiza seu primeiro pacote de viagens. Por meio desse, Cook leva um grupo de aproximadamente 570 pessoas de trem de Leicester para Loughborough, para um congresso sobre alcoolismo. Na ocasião, Cook adquiriu as passagens de trem e revendeu para um grupo de interessados, acompanhando-os e servindo alimentação (biscoitos e chá) durante o percurso.

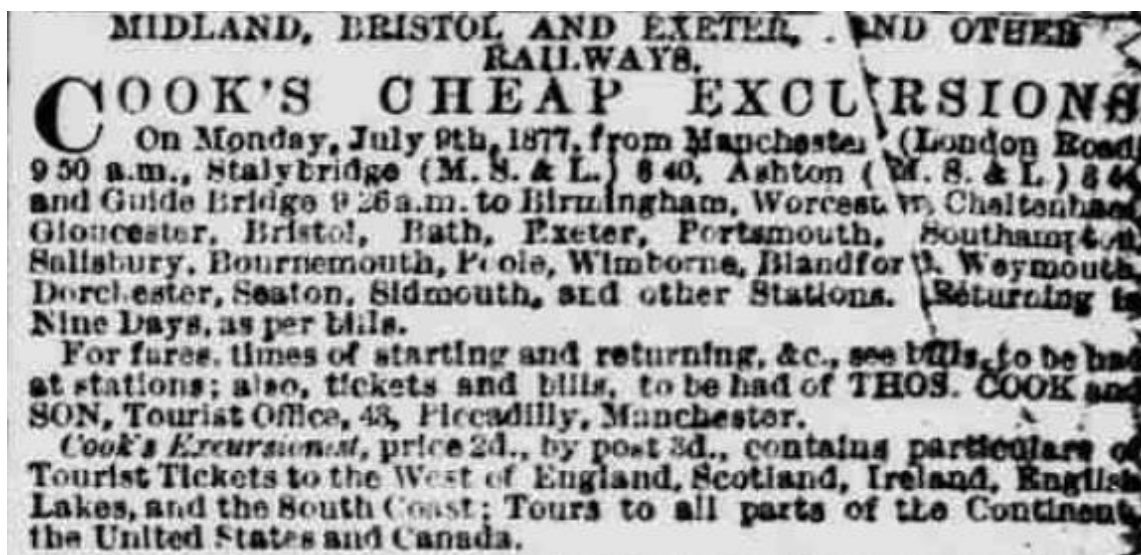
A organização das viagens é o marco dentro da história das viagens e turismo. Cook passa a organizar toda a viagem para seus clientes, lidando com a reserva de hotéis, empresas de navegação, empresas ferroviárias e até disponibilizando alguns serviços básicos de alimentos e bebidas. Os pacotes criados por Cook permitiam até mesmo que mulheres solteiras viajassem desacompanhadas (PALHARES, 2003; URRY, 1996).

Em 1850 Thomas Cook fundou sua agência de viagens na Inglaterra, denominada Cook & Son, que foi considerada uma das primeiras agências de viagens do mundo. Além disso, Cook também ficou conhecido por ser o primeiro no setor de viagens a utilizar estratégias de *marketing* para divulgar os seus produtos. Em 1845, lançou um *handbook* de viagens com os principais roteiros do mundo. Além disso, criou dentro dos roteiros a figura do guia de turismo para acompanhar os turistas e desenvolveu o predecessor do *travel check* dentre outras.

Thomas Cook é resumido por Younger *apud* Urry (1996, p. 43) como extremamente original, um homem a frente de seu tempo que foi muito importante para o turismo. “Sua originalidade residia em seus métodos, em sua quase infinita capacidade de servir, e sua aguda percepção das necessidades de seus clientes”.

Na Figura 15 tem-se um anúncio do Jornal Manchester Evening News, de 29 de Junho de 1877, ao qual divulga os produtos ofertados pela agência Cook & Son sediada em Manchester. Pode-se observar que apesar de Cook ter iniciado apenas com roteiros nas cidades inglesas, especialmente nos balneários, rapidamente expandiu-os para países como França e Itália, e depois para toda parte da Europa (PANOSSO NETTO, 2013), chegando até suas colônias na América do Norte. No século XIX o turismo se expandiu em conjunto com o capitalismo industrial. Assim, em 1877, conforme reportagem, mostrada na figura 15, já oferecia opções de viagem para os Estados Unidos e Canadá.

Figura 15 - Notícia de Jornal (Pacotes da Cook's and Son)



Fonte: Manchester Evening News (29 de Junho de 1877).

De acordo com Palhares (2003), a primeira excursão para os Estados Unidos é organizada por Thomas Cook em 1866. Essa se deve em parte a fundação da Cunard Steamship Company, uma empresa de longa distância regular que oferecia rotas frequentes entre Inglaterra (Liverpool) e Boston (Estados Unidos). A primeira linha regular de transporte marítimo entre a Europa e outro continente foi a Peninsular and Oriental Steam Navigation Company (P&O), fundada em 1838, a qual ligava a Inglaterra a Índia e a outros países do Oriente.

A criação dessas companhias, a princípio para facilitar o comércio e os serviços de correio, auxiliaram a expansão do turismo para outros continentes, pois é a partir dessas que agentes turísticos como Thomas Cook organizam seus roteiros (PALHARES, 2003).

Mas, não bastava a existência de rotas e ofertas de pacotes turísticos, também torna-se necessário um público voltado para o seu consumo. E a Revolução Industrial faz emergir um novo público para fruição das viagens. Quem seria esse público?

Em períodos anteriores, as viagens estavam restritas exclusivamente a elite e aos rentistas, sendo frequentemente associada a ociosidade; ou seja, apenas pessoas abastadas que nunca haviam trabalhado reuniam as condições necessárias para viajar preferencialmente a outros países. No entanto, tem-se a ascensão de um perfil distinto, a nova classe burguesa industrial e comercial, especialmente inglesa, com os ganhos advindos da Primeira fase da Revolução Industrial começam também a viajar (BOYER, 2003; HOERNER, 2011). Outro profissional que expandiu seu capital em decorrência do crescimento econômico vivido pela

Inglaterra durante a Revolução Industrial foram os funcionários públicos ingleses, que passaram a viajar para outros países, se inserindo na indústria do turismo (URRY, 1996).

Conforme dito anteriormente, os trabalhadores industriais também viajavam, mas seus deslocamentos ficavam restritos as visitas aos balneários e viagens de curta distância. Esses só passam a viajar para destinos mais distantes quando adquirem o direito de gozar férias remuneradas. O que começa a acontecer apenas no final do século XIX e mesmo assim, era restrito aos cargos considerados de maior escalão (URRY, 1996). Assim, os cargos de maior escalão passam também a compor o público que realizava viagens turísticas, enquanto que os demais só têm essa possibilidade, de forma plena, quando surgem as férias remuneradas para todos os trabalhadores, o que só acontece no século XX, como uma consequência da segunda guerra mundial (BOYER, 2003; HOERNER, 2011; URRY, 1996). Nessa época formou-se uma concepção geral de que as pessoas tinham direito a gozar férias, sendo esse visto como um aspecto importante para a constituição do cidadão (URRY, 1996).

Mas não era só por uma questão de cidadania, os patrões incentivavam os funcionários a organizar e financiar suas próprias férias, acreditando que o trabalhador poderia produzir mais quando retornasse das viagens<sup>9</sup>. Além disso a própria ‘indústria’ do turismo, ampla gama de serviços oferecidos aos viajantes, começa a pressionar as autoridades públicas para que as férias fossem cada vez mais aumentadas. E os órgãos públicos também percebiam o aumento de arrecadação que as viagens proporcionavam incentivando-as ainda mais (URRY, 1996).

Apesar de surgirem grupos elitistas contrários a ocupação dos balneários e estâncias termais pelos populares, esses não tiveram êxito em coibir o aumento do fluxo de viajantes, pois era contrário aos interesses da emergente ‘indústria’ do turismo que vinha se formando na Europa (BOYER, 2003; HOERNER, 2011).

Esse fluxo era intenso, porque nem só os trabalhadores realizavam as visitas aos balneários em curtos deslocamentos. De acordo com Boyer (2003), era comum que *pubs*, igrejas e clubes diversos - como o clube dos ciclistas, cooperativas de férias, etc.- contratassem pequenas excursões ou mesmo um trem para oferecer aos seus membros condições de pagamento facilitado. O objetivo dessas iniciativas era promover a integração entre membros.

Nessa época já começaram a surgir os primeiros clubes de viagens. Dessa maneira, várias pessoas que não estavam acostumadas a viajar, de repente, começaram a passar noites

---

<sup>9</sup> De acordo com Krippendorf (2009) e Siqueira (2005), à medida que o tempo livre para o trabalhador aumenta, cresce a necessidade do ‘modo de produção capitalista’ de se ‘preocupar’ com o que essas pessoas estão fazendo. Assim, são criadas pelo próprio sistema capitalista formas para ocupar o tempo livre do trabalhador, uma das principais formas desenvolvidas é o turismo.

fora, especialmente em destinos próximos ao litoral. Uma peculiaridade desse viajante é que costumava repetir com frequência os destinos visitados e até mesmo, as acomodações que usava durante as viagens (BOYER, 2003; URRY, 1996).

Outra característica desse período é o surgimento de eventos de interesse turístico, como os Jogos de Highland, que reúne cultura e esportes tradicionais escoceses/ celtas e o Torneio Real voltado para a prática de esportes entre equipes universitárias, ambos eram patrocinados pela Coroa britânica (SHIPPING AND MERCANTILE GAZETTE, 31/ 08/ 1847).

E em outros lugares do mundo também surgem eventos de grande importância turística, como as Olimpíadas da era moderna, as feiras industriais e exposições universais, que começaram a se expandir pela Europa, onde são criados locais de grande vulto para abrigar os eventos. Além dos eventos, ocorreu uma modificação na forma de encarar o lazer. Aos poucos houve uma modificação mais ampla nos valores morais da população que ao invés de negar o prazer e buscar apenas a cura passou a cultivá-lo. Assim, participar, mesmo que esporadicamente, dos acontecimentos de lazer tornou-se uma parte importante do nascente senso de ‘britanidade’, no final do século XIX. Isso desencadeou a elaboração cada vez mais acentuada de pacotes de viagem voltados para o lazer. Os balneários e destinos litorâneos, de uma forma geral, consistem no principal apelo turístico mundial até década de 1870 e 1880 (BOYER, 2003; PANOSSO NETTO, 2013; URRY, 1996).

Ainda no século XIX houve um forte incremento da infraestrutura dos balneários ingleses com a construção de mais estabelecimentos de hospedagem, prestadores de serviços, jardins públicos, salões de dança, salas de reuniões e até mesmo bangalôs. O desenvolvimento dessa forma de habitação desencadeia uma procura maior da classe média pelos balneários, vendo nesses a possibilidade de uma contemplação e fruição mais solitária do mar, além da prática da natação. Segundo Urry (1996, p. 53), “houve no século XIX uma bangalomania à beira-mar de tal modo que, em certo sentido, no século XX o bangalô tornou-se sinônimo de beira-mar.” Mas, essa tendência acabou quando se percebeu que as opções boêmias da cidade não existiam nas regiões litorâneas, levando a uma perda de status dos bangalôs.

Uma dinâmica similar de desenvolvimento do turismo é vivida por outros países da Europa, notadamente pela França, Bélgica, Alemanha, Suíça e Itália, levando ao desenvolvimento de opções de viagens e lazer nesses países. Assim, surgem balneários, estações termais, vilas e loteamentos em locais como Cannes, Biarritz, Côte d’Azur, Aix-les-Bains, San-Remo, Heiligendamm, Ostseurlaub Kühlungsborn, Rheinland, Plombières e nos Alpes suíços. E até mesmo nos Estados Unidos aparecem balneários no estado da Flórida, como

Palm Beach, Miami Beach, etc., e posteriormente em Acapulco (México) como consequência do desenvolvimento das viagens na América do Norte.

Deve-se destacar que algumas inovações impactam o setor de viagens no século XX. Os balneários começam a diversificar seus serviços e surge a prática do *camping*. E apesar de desde o século XIX ser praticado em balneários alemães como forma de educar as crianças, assim como no treinamento das forças armadas, sua utilização dentro do turismo se deve a expansão do escotismo por Powel (militar britânico), em especial a publicação de seus livros em 1908 sobre o tema.

Outra inovação é o desenvolvimento de grandes hotéis e restaurantes nas principais cidades, balneários, estações termais, etc., da Europa que acabam por se expandir pelo mundo, criando as redes hoteleiras. Nesse sentido, nomes como César Ritz, Karl Baedeker e Auguste Escoffier são destaque, por terem implantado inovações nas formas de serviço em hotéis, restaurantes e guias de viagem que resultaram no desenvolvimento de produtos voltados para o setor de luxo (HOERNER, 2011; REJOWSKI et al., 2002).

Também tem-se, a partir do século XIX, um crescimento na utilização dos navios transatlânticos como forma de prazer. Apesar das viagens via transatlântico para passageiros terem iniciado com as linhas regulares no final do século XVIII e início do século XIX, é apenas no século seguinte que surgem os luxuosos navios transatlânticos criados pela White Star.

A partir desse momento há toda uma preocupação com o desenvolvimento de atividades recreativas para os passageiros e com o conforto desses, o que não ocorria em períodos anteriores. Os navios da White Star inovam o setor e desencadeiam a criação de novas companhias de cruzeiros marítimos (BELFAST TELEGRAPH, 22/ 03/ 1910).

Seguindo a mesma linha os trens começam a inovar, primeiramente com a presença dos vagões dormitórios e restaurantes e depois com a criação de roteiros mais extensos envolvendo grande infraestrutura de serviços dentro dos próprios trens.

Além das inovações feitas nos navios transatlânticos e trens, outros meios de transporte surgem. A invenção do automóvel desencadeia uma nova opção de acesso aos balneários e ao litoral como um todo, favorecendo o deslocamento e desenvolvimento do turismo nesses espaços. Apesar da popularização desses meios ocorrer apenas no período pós-guerra, sua invenção e produção em massa nos Estados Unidos e Europa ainda no século XX antes da primeira guerra proporciona uma nova forma de deslocamento para as elites, impactando na expansão do turismo interno (PALHARES, 2003; URRY, 1996).

Mas não é só o desenvolvimento de meios de transporte e infraestrutura que marca a expansão turística no início do século XX. A França, observando o crescimento das viagens, cria em 8 de abril de 1910 o que é considerada a primeira lei orgânica do turismo no mundo.

Por meio dessa foi concebido um órgão denominado *Office National du Tourisme*, cujas atribuições eram de centralizar e colocar à disposição do público informações a respeito do turismo, pesquisar meios próprios para dinamizar o turismo, agir no sentido de promover a melhoria no transporte, circulação e estadia dos viajantes (BOYER, 2003).

Por trás desses objetivos havia um interesse da França em tomar uma posição de destaque frente às disputas pelos contingentes de turistas europeus, especialmente ingleses que passavam a viajar, pois no início do século XX não só a França figurava como principal destino da Europa, mas países como Suíça, Itália e Alemanha eram bastante procurados pelos ingleses.

Porém, a partir do início da Primeira Guerra Mundial (1914), há um declínio considerável no turismo devido a questões de insegurança no continente europeu. Alguns setores de transportes, a exemplo dos transatlânticos, sofrem bastante com as guerras, isso porque são utilizados também no transporte de soldados tornando-se alvo das tropas inimigas. Durante as guerras houve casos de navios de passageiros que foram bombardeados acreditando que nesses estavam sendo transportados soldados, quando na verdade haviam apenas passageiros (AMARAL, 2006). Isso, associado a invenção dos primeiros aviões comerciais que só se tornaram populares no período pós-segunda guerra, levam a uma grande queda na utilização dos navios para transporte de passageiros.

De forma geral, o período de guerras levou a insegurança da população e numa relativa queda no poder de consumo daqueles países que participaram ativamente das guerras. No entanto, também trouxe diversas inovações no setor de transporte. Ao final da Primeira Guerra Mundial (1918), os franceses, ingleses e alemães, possuíam modelos de aviões bastante superiores aqueles desenvolvidos anteriormente.

E baseando-se nesses avanços tecnológicos, no período entre guerras, em abril de 1919 a Alemanha passa a empreender voos comerciais com aeroplanos, surgindo assim a empresa Deutsche Luft Reederei que configura como a primeira ligação de transporte aéreo de passageiros do mundo. A Inglaterra não fica atrás e inaugura em agosto do mesmo ano o primeiro serviço aéreo internacional diário por meio da companhia Air Transport & Travel Ltd. As rotas aéreas entre Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos tornam-se frequentes, mas ainda não popularizadas (EDRA, 2016; PAGE, 2008; PALHARES, 2003).

A realização de rotas aéreas para alguns destinos consistiu numa verdadeira conquista, similar às grandes navegações. As quatro principais conquistas aéreas foram os voos de Lisboa

para a costa brasileira em 1922, os voos exploratórios tríplice de Alan Cobham em 1925 (Inglaterra - Índia - Mianmá; Inglaterra - África do Sul - Austrália), a rota de Nova York a Paris num monoplane monomotor em 1927, e a travessia de São Francisco (Estados Unidos) a Brisbane (Austrália) em 1928, também num monoplane, mas dessa vez, trimotor (EDRA, 2016; PALHARES, 2003). Devido a essas conquistas, a capacidade e eficiência do transporte aéreo foi comprovada, o que levou a ampliação das empresas aéreas e de suas rotas.

O turismo aos poucos se expandiu e se consolidou como uma indústria complexa, com a presença de uma série de serviços relacionados a hospedagem, transportes, alimentos & bebidas (A&B), recreação, etc. E os Governos, observando esse crescimento, tentam investir ainda mais na atração e incremento da demanda turística.

O interesse por essa expansão é tamanho que surgem órgãos internacionais preocupados com os novos rumos da atividade. Dentre esses o de maior destaque é a OMT que foi criada em 1925 com o nome de União Internacional das Organizações Oficiais de Publicidade Turística sediada em Haia (Holanda). Seu objetivo é o de auxiliar no crescimento econômico, criação de empregos, proteção do meio ambiente/ patrimônio cultural, promover a paz entre as nações e desenvolvimento como um todo do turismo. De acordo com Hall (2004), a OMT até os dias atuais é a principal organização internacional criadora de políticas públicas no campo do turismo, sendo particularmente influente em países menos desenvolvidos e no sistema das Nações Unidas de organizações da qual é membro.

Apesar disso, nesse período nem todos compartilham do mesmo interesse em atrair turistas que a OMT. Notadamente na Itália e Alemanha observa-se o turismo internacional de outra forma. Na Itália, durante o regime fascista, por exemplo, não havia interesse em “rebaixar-se a fornecer diversões aos estrangeiros, [a Itália] colocou de lado a indústria do turismo que a desonra e sem a qual pode viver perfeitamente” (HOERNER, 2011, p. 74). Apesar de ignorar os fluxos turísticos internacionais, não ignora a prática do turismo em si. Segundo Boyer (2003), os italianos são arregimentados numa espécie de ‘repouso de guerreiros’, onde a ideia de fruir do *dopolavoro* (‘depois do trabalho’) torna-se uma motivação ideológica criada pelo Governo para exacerbar o nacionalismo, por meio das férias organizadas dos trabalhadores. Ao usufruir das belezas que o próprio país dispõe o cidadão se sentiria ainda mais pertencente ao local desenvolvendo, dessa maneira, o seu patriotismo.

A segunda guerra mundial trouxe várias modificações, e não apenas as mudanças na forma como a Itália e Alemanha observam o turismo e as férias. Nesse período houve evoluções tecnológica nos meios de transporte e nas comunicações, sendo que seus impactos foram prioritariamente sentidos no período pós-guerra. Como exemplos dessas evoluções tem-se a

tecnologia de rádios transmissores de alta frequência e radares dos sistemas de navegação usados no transporte aéreo e marítimo durante a Segunda Guerra. Esses migraram para os transportes de passageiros, o que facilitou sobremaneira a navegação de aviões e navios proporcionado mais segurança ao traçar rotas e permitindo uma comunicação mais eficiente com as torres de comando em terra (EDRA, 2016).

De forma geral, os meios de comunicação sempre exerceram um importante papel para o desenvolvimento do turismo. Desde a Grécia Antiga, quando foi escrito o primeiro guia turístico que se tem notícia (em 170 d.C), passando pelos guias e roteiros escritos no século XVIII que influenciam os *grand tours* (PANOSSO NETTO, 2013), bem como os livros de viagens com indicações de destinos litorâneos preferenciais dos séculos XIX e XX, chegando até o material publicitário dos dias atuais (URRY, 1996).

Assim, os meios de comunicação de massa tiveram e ainda tem importante papel na divulgação dos destinos turísticos, não só o jornal, mas também o cinema, os programas de televisão, revistas de viagem, livros e posteriormente a internet com seus sites de busca, redes sociais, blogs de viagem e diversas plataformas, etc.

Esses passaram a divulgar imagens dos destinos turísticos e a mostrar campanhas atrativas que instigam as pessoas a viajar; não só pela qualidade paisagística ou cultural dos destinos, mas também pelo status que representa o ato de viajar para determinados locais. Além disso, esses novos meios de comunicação começam a exercer a função de distribuidores. Por meio do telefone tornou-se possível a compra de passagens aéreas e a realização de reservas em meios de hospedagem. E, posteriormente, surge a internet que impacta profundamente as formas de comunicação e distribuição do turismo.

O acesso a muitos desses meios de comunicação de massa se intensificou no período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria), isso associado às extensas melhorias nos transportes, as mudanças nos hábitos da população, necessidade de captação de recursos financeiros em decorrência de longo período de conflito bélico, redução da jornada de trabalho, férias anuais remuneradas, aplicação de técnicas de *marketing*, incremento da publicidade, etc., que acabou por levar a uma expansão na prática do turismo.

Ainda no período pós-segunda guerra mundial, por volta da metade da década de 1950, há uma forte revolução na aviação comercial com o surgimento de aeronaves maiores e mais rápidas como o Boeing 707, Caravelle e Douglas DC-8. No final da década de 1960 e início dos anos 1970 esses modelos são mais uma vez melhorados, proporcionado o transporte de mais passageiros por voo. E nesse período que surge o primeiro avião supersônico. A partir da metade da década de 1970 começam a ser comercializadas passagens aéreas do modelo

concorde, esse atingia uma velocidade em cruzeiros de 2,5 vezes superior aos outros modelos. Também é aproximadamente nesse mesmo período na década de 1960 que outros meios de transportes terrestres passam a ser produzidos em escala industrial com preço mais acessível.

A popularização dos automóveis no século passado tornou possível a posse de veículos particulares que além de atender as finalidades específicas de seus proprietários também inauguram os serviços de táxi. No entanto, outros serviços associados aos automóveis só se popularizam por volta de 1960, a exemplo dos serviços de locação de veículos, empresas de ônibus (regulares e fretadas), desenvolvimento dos veículos recreacionais (reboques, *motorhomes* e *trailers*) e a melhoria nas condições das estradas (expansão e qualidade).

Tais fatores impactam positivamente o turismo ao oferecer mais opções de transporte, inclusive com valores mais atrativos do que as viagens aéreas, o que representa a inserção de outros públicos na prática turística (PALHARES, 2003). Destaca-se o papel dos veículos recreacionais tendo em vista que oferecem a possibilidade de planejamento próprio, sem precisar utilizar meios de hospedagem ou empresas de transporte. Esses transformam-se numa grande sensação nos anos 1970 e 1980, levando muitos americanos a viajarem dessa forma.

Nesse sentido, os Estados Unidos (EUA) apresentam papel de destaque no desenvolvimento turístico. As modificações geopolíticas sofridas pelo mundo, em decorrência das guerras, fazem com que os EUA ascendam como uma potência política e econômica. Isto reverbera sobre a expansão do turismo no mundo, ao qual deixa de estar prioritariamente concentrado na Europa e chega a outros continentes.

Mas, a expansão do turismo não se deve exclusivamente a modificações geopolíticas ou a incrementos tecnológicos nos meios de comunicação e transportes. Há uma série de transformações no mundo e nos modos de vida da população que favorecem as mudanças e expansões do turismo. Dentre essas, tem-se a nova forma de observar o lazer como algo necessário para o equilíbrio pessoal. De acordo com Urry (1996, p. 47)

[...] por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve uma aceitação geral da visão de acordo com a qual sair de férias era bom e constituía a base da renovação pessoal. As férias quase haviam se tornado uma marca de cidadania, um direito ao prazer. Em torno desse direito desenvolveu-se na Grã-Bretanha uma ampla infraestrutura que proporcionava serviços especializados, sobretudo nos balneários. Todo o mundo se tornara autorizado a gozar dos prazeres do olhar do turista à beira-mar (URRY, 1996, p. 47).

No período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, conforme afirma Urry (1996), há uma ampliação na estrutura de lazer de alguns balneários ingleses. A demanda por esses espaços torna-se mais intensa, no entanto, o público passa a reivindicar

atividades mais elaboradas. Assim, os parques temáticos que se desenvolvem em praticamente todos os balneários da Grã-Bretanha passam a oferecer atividades como restaurantes e bares temáticos, jogos, recreação e novos tipos de meios de hospedagem. Alguns meios de hospedagem reaparecem com uma nova roupagem. Esse é o caso dos *campings* e posteriormente dos *glampings* que agregam atividades de lazer.

Mesmo buscando inovações, na década de 1960 e 1970, os balneários ingleses entram em declínio. Isso decorre de uma crise do sistema capitalista e do modelo fordista de produção em massa. A partir do surgimento do turismo, em 1841, até sua expansão, logo após o final da Segunda Guerra Mundial (1945 - 1968), tem-se o desenvolvimento do chamado turismo de massa, caracterizado como a venda de pacotes turísticos para grandes grupos, o que inclui o deslocamento de enorme contingente de turistas para destinos amplamente conhecidos. Especialmente entre 1950 a 1973, há um forte crescimento da massificação com base nas viagens econômicas com todos os serviços incluídos organizados pelas operadoras e agências de viagens por meio dos transportes fretados (REJOWSKI; SOLHA, 2002).

#### **4.1.5 Multiplicidades Turísticas: ascensão das novas realidades**

Apesar de não ter sido extinto o modelo do turismo de massa entra em declínio devido a crise própria do capitalismo, ilustrada por fatores como tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção, crise do estado de bem-estar social, desvalorização do dólar, crise mundial do petróleo e esgotamento do padrão de acumulação fordista.

Além desses fatores crescentes, a ascensão da internacionalização, o desenvolvimento dos transportes e da globalização abrem portas para que sejam vivenciadas novas realidades turísticas. Dessa maneira, o turismo de massa deixa de ser a única opção de viagem de lazer (BOYER, 2003; HOERNER, 2011; URRY, 1996). Ademais, a importância do banho de mar como motivador das viagens perde espaço, sendo paulatinamente substituído por diversos outros fatores como corpos, gastronomia, religião, etnia e educação; assim, os turistas voltam-se para locais que ofereçam novas formas de experiência turísticas.

Essa nova multiplicidade de realidades turísticas mostram-se como alternativa e de natureza heterogênea, relacionada a vários pequenos segmentos de mercado enquanto o turismo de massa é homogêneo e uniforme voltado para um único e extenso segmento de mercado (EDENSOR, 2001; FRANKLIN, 2004). Apesar das distinções esses não devem ser visualizados como opostos, mas apenas como diferentes realidades no sentido que compreendem práticas que em alguns momentos coincidem e em outros não.

Associado a tudo isso tem-se a ascensão de uma postura crítica com relação ao turismo, em especial de sua relação com o meio ambiente. Isso porque nas décadas de 1950 e 1960 a discussão sobre questões ambientais e modos de vida alternativos entraram em pauta, principalmente em decorrência do movimento hippie e como um reflexo da aproximação do ser humano com ambientes naturais (BOYER, 2003; URRY, 1996).

Essas discussões impactam as práticas turísticas apenas por volta de 1980; apesar disso, em 1960 já haviam discussões no meio acadêmico sobre a formação de um turismo “suave e humano” (KRIPPENDORF, 2009) ou “situado” (ZAOUAL, 2009), ou mesmo um “turismo de interesse alternativo” (COOPER; HALL; TRIGO, 2011). Tais conceitos emergem fundamentados num debate que busca o desenvolvimento de modelos de organização turística mais preocupados com os impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo, sem esquecer da importância econômica da atividade (LEMOS, 2005; REJOWSKI; SOLHA, 2002).

Por trás dessas proposições de novos modelos de organização turística encontra-se a ascensão do discurso da sustentabilidade. Antes mesmo de emergir o conceito de desenvolvimento sustentável, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do relatório de Brundtland em 1986, discussões correlatas já eram tecidas, a exemplo da Conferência de Estocolmo, Relatório Meadows, Declaração de Tbilisi e a Carta de Belgrado.

Na verdade, as primeiras discussões no ocidente acerca das transformações ambientais causadas pelo ser humano têm origem no movimento romântico do final do século XIX, esse propõe uma maior aproximação com a natureza respeitando os seus limites. Por influência desse movimento, é criado em 1872 o primeiro parque nacional do mundo (Yellowstone), localizado nos Estados Unidos. Essas ideias de preservação ambiental sobrevivem até os dias atuais (HALL; GÖSSLING; SCOTT, 2015), ajudando a compor o que depois viria a ser denominado de sustentabilidade (RUSCHMANN, 2010).

A evolução desses conceitos leva a estudos e discussões sobre como aplicá-los na prática. Em grande medida, essas discussões são realizadas em eventos mundiais/ internacionais com a finalidade de chamar atenção para a “causa” ambiental (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Dentre os principais eventos que buscam discutir questões voltadas para um melhor relacionamento entre ser humano e natureza, têm-se a Eco-92 (no Rio de Janeiro), Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Toronto), Conferência dos Direitos Humanos (Viena), Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade (Thessaloniki), Conferência para o Desenvolvimento Social (Copenhague), Conferência Mundial do Clima (Berlim) e Fórum Social Mundial (Mumbai).

Os debates nesses eventos consistiam numa busca por novos modelos de desenvolvimento que possibilitassem uma integração mais equilibrada entre as esferas ambiental, econômica e sociocultural (NORTHCOTE, 2015).

Dessa forma, começam a surgir novas propostas de desenvolvimento, a exemplo do ecodesenvolvimento (SACHS, 1993), desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000), desenvolvimento situado (MAGNAGHI, 2000), desenvolvimento primeiro (BURNS, 2004), desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, regional, territorial, autóctone, etc. Todas essas discussões incorporadas ao debate sobre as formas de organização turística.

Com o declínio do turismo de massa e elitista, motivado pela crise do gerenciamento uniformizador das atividades turísticas e pela internacionalização, as formas de consumação do turismo passam a questionar a uniformização valorizando a multiplicidade de destinos e de experiências turísticas (EDENSOR, 2001; RUSCHMANN, 2010; TELES, 2011; URRY, 1996; ZAOUAL, 2009). Tendo em vista que o turismo de massa já não respondia às necessidades da demanda, formas alternativas começam a ser pensadas. Assim, o desenvolvimento de estudos e eventos relacionados a sustentabilidade dentro do turismo expandem-se rapidamente com o objetivo de construir empiricamente essa nova organização turística.

Os primeiros estudos a ilustrar e os malefícios trazidos pelo turismo de massa nos destinos e os primeiros a apontar para a necessidade de repensar as práticas turística remetem aos anos 1980. Órgãos como a Organização Mundial do Turismo (OMT), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), *World Travel and Tourism Council* (WTTC), além de diversos autores como Krippendorff, Swarbrooke, Murphy e Poon, apresentam estudos que discutem os danos causados pela grande quantidade de turistas nos núcleos receptores e sugerem que algo deve ser feito para mudar essa realidade.

Nos eventos internacionais, planejados por esses órgãos e por professores interessados na temática, são discutidos modelos alternativos ao desenvolvimento do turismo, tendo a sustentabilidade como fundamento e como exemplo a Conferência da OMT (Manila), Fórum Internacional de Turismo Solidário (Marsella) e Fórum Interamericano de Turismo Sustentável. Além dos eventos constituírem espaço para discussão de novos modelos de organização turística, também auxiliam na formação de parcerias para iniciativas de turismo sustentável.

Assim, a sustentabilidade emerge como uma nova forma de se pensar a organização turística. Essa pode ser entendida como uma forma de organização das práticas que oferece benefícios para a comunidade local sem degradar o meio ambiente (RUSCHMANN, 2010; SWARBROOKE, 2000); ou seja, procura estabelecer uma utilização equilibrada dos recursos

ambientais, econômicos e socioculturais que leva a criação de práticas como ‘ecoturismo’, ‘agroturismo’, ‘turismo rural’ e ‘turismo de aventura’ (REJOWSKI; SOLHA, 2002).

No entanto, Hall, Gössling e Scott (2015) chamam atenção para a noção controversa do “equilíbrio” proposto pelo desenvolvimento sustentável, tendo em vista que depende dos valores e ideologias dos vários grupos de interesse (*stakeholders*) envolvidos no projeto.

Para ilustrar a afirmação de Hall, Gössling e Scott (2015), Cooper *et al* (2007) observam a questão da sustentabilidade empírica dos projetos turísticos. Segundo os autores, a maior parte dos projetos turísticos que se auto intitulam sustentáveis utilizam o termo apenas como argumento; isto é, como retórica para atrair uma maior demanda turística, tendo pouca ou nenhuma aproximação com os princípios da sustentabilidade.

Independente das controvérsias formadas com relação a sustentabilidade, houve uma incorporação do conceito de sustentabilidade ao turismo, o que fez emergir uma série de performances sintonizadas com a sua proposta. Dentre os delineamentos tomados pelo turismo sustentável tem-se aquele organizado pela comunidade, frequentemente chamado de turismo comunitário (*community tourism*) ou turismo de base comunitária (*community based tourism*).

Murphy (1983, 1985) foi o primeiro autor a apresentar a ideia de uma gestão do turismo feita pela comunidade. Dessa maneira, a gestão comunitária baseia-se no entendimento de que o residente possui ampla habilidade e capacidade para de forma racional e sustentável formatar destinos turísticos. Considerando que os atrativos e a hospitalidade são o centro do produto turístico (MURPHY, 1985) e que a comunidade além de possuir expertise sobre seu próprio lugar é quem recebe o turista, o melhor agente para ordenar o turismo é a comunidade.

A partir dos estudos de Murphy (1983, 1985) atribui-se uma denominação a algo que já existia empiricamente. Apesar de já existir, não foram encontrados registros sobre a primeira iniciativa de TC a ser enactada no mundo. O que se sabe é que essa surgiu em meados da década de 1970 em zonas rurais e interioranas da Europa (MALDONADO, 2009) como uma forma de gerar renda adicional e oportunidade de emprego para comunidades carentes. E por se encontrar relacionada aos princípios sustentáveis de preservação do patrimônio natural e cultural, passa a ser enfatizada como uma nova realidade turística a ser incentivada. Apesar de empiricamente a dinâmica ser rastreada na Europa, o conceito de gestão comunitária do turismo aparece primeiramente no Canadá com os estudos de Murphy (1983, 1985).

Além da modificação do perfil do turista, que passa a procurar novas realidades turísticas e da influência do discurso da sustentabilidade, outros fatores contribuem para o surgimento de iniciativas de TBC e TC, a exemplo de novas estratégias que passam a ser adotadas por associações rurais e indígenas, ascensão de movimentos que valorizam os

territórios ancestrais, reconhecimento da necessidade de maior participação popular nas decisões políticas, expansão e maior atuação de pequenas e microempresas no desenvolvimento local.

Ao observar o surgimento das primeiras iniciativas de organização comunitária, já se pode afirmar que esses não são propriamente segmentos, mas algo de maior amplitude. Desse modo, ao tentar definir o que vem a ser um turismo comunitário, Mielke e Pegas (2013) propõem que seja observado como uma metodologia de trabalho ou estratégia de organização turística a qual possui como objetivo principal melhorar as condições de vida das comunidades que optam por uma efetiva gestão do turismo em seu território.

Essa ‘metodologia’ ou ‘estratégia’ (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013) pode ser praticada por vários segmentos turísticos. Dessa maneira, tem-se o turismo comunitário em praias, no ambiente rural, agrícola, em reservas de proteção ambiental, em favelas, em centros religiosos, entre outros locais. Assim, o turismo comunitário é múltiplo há um conjunto extenso de práticas que podem ser vislumbradas como turismo comunitário. Não é o local que determina se o turismo é comunitário ou não. Para que o turismo seja classificado como ‘comunitário’, basta que durante o processo de organização turística a comunidade se mostre engajada no desenvolvido do turismo, tomando a frente no sentido de planejar as iniciativas.

Mas, de forma similar ao que acontece com o ‘turismo sustentável’, quando o turismo comunitário passa a ser defendido por estudiosos como uma solução para os impactos socioambientais gerados nos núcleos receptores, surgem várias tentativas de simular iniciativas de TC. Em diferentes comunidades, órgãos governamentais criam políticas públicas que buscam incluir a participação popular por meio de assembleias ou fóruns com o intuito de discutir a gestão do turismo. No entanto, conforme afirma Joppe (1996), não consistem em iniciativas de TC, pois todo o processo de organização turística continua sendo feito pelo Governo, além de que os benefícios não são necessariamente direcionados para a comunidade.

Estratégia de simulação semelhante tem sido implementada por *resorts* localizados em países do terceiro mundo, os quais desenvolvem roteiros turísticos para que os hóspedes possam conhecer aspectos relacionados ao modo de vida das comunidades e denominam a experiência de se hospedar no *resort* e visitar a comunidade por meio do *resort* de turismo comunitário. Há, inclusive, roteiros que envolvem a participação ativa do turista em atividades tradicionais das comunidades como pesca artesanal, costura, apresentações artísticas-culturais, plantar ou colher cereais, legumes e frutas.

Enfim, seja como discurso ou prática, o que se sabe é que o TBC ou TC é um dos resultados da crise do turismo de massa que devido aos seus impactos sobre as comunidades

locais em termos ambientais, culturais e econômicos, e a uma série de outros fatores que vão, concomitantemente, sendo substituídos por uma série de outras formas de turismo.

Essa crise associada a compreensão na área de planejamento urbano e regional de que as comunidades envolvidas deveriam participar do processo de tomada de decisão, para que pudesse ser garantido o sucesso dos projetos a longo prazo, acabam por influenciar no surgimento do turismo em comunidades (COOPER; HALL; TRIGO, 2011; ZAOUAL, 2009).

E independente das iniciativas chamadas de TC trazerem de fato benefícios para a comunidade, envolvendo-a ativamente ou não, consiste numa nova performance turística significativa a qual chega a diversos lugares do mundo, inclusive ao Brasil.

#### 4.2 DO SURGIMENTO DO TURISMO AO TURISMO COMUNITÁRIO NO BRASIL

Diferente da dinâmica vivenciada pelo turismo que foi explicada na subseção anterior, no Brasil o turismo demora mais tempo a chegar. Historicamente, apenas no início do século XX chega ao Brasil. Mas se expande com maior propriedade, em termos de movimentação e ordenação, apenas no pós-década de 1950. Apesar de sua origem recente, nessa seção busca-se fazer uma breve incursão histórica que se inicia pelas primeiras viagens, antes mesmo do turismo surgir no país, até a sua chegada e consolidação no pós-guerra.

Para ‘chegar’ ao Brasil, o turismo passa por diversos conectores que permitem o deslocamento da ação a distância sofrendo modificações significativas em seu conteúdo. Vários são os deslocamentos pelos quais o turismo passa ao ser transportado da Inglaterra para os países vizinhos, depois da Europa Ocidental para os Estados Unidos, se expandido pelo Canadá e, por fim, vai aos poucos descendo o continente americano passando pelo México e Ilhas Caribenhas até finalmente chegar ao Brasil e demais países da América do Sul.

Assim, apesar de apresentar algumas similaridades com a forma de organização e expansão europeia, em especial no Reino Unido, berço do turismo, no Brasil apresenta suas singularidades. A esse respeito Camargo (2007, p. 156) comenta que:

Se na Europa as estradas de ferro revolucionaram as viagens e permitiram o desenvolvimento do turismo e das atividades turísticas, particularmente as terrestres, no Brasil isso não terá o caráter de revolução. Aqui haverá um outro processo, muito distinto por suas características sociais, sobretudo com a permanência da escravidão e uma longa transição para o trabalho livre. Com um traço que nos é próprio: sem que um processo se complete, por inúmeras razões, ele é abandonado e passamos a adotar outro (CAMARGO, 2007, p. 156).

Em muitas situações nota-se clara influência da Europa e dos Estados Unidos no modelo de desenvolvimento turístico adotado pelo Brasil, mas os atrasos em termos da legislação trabalhista, escravidão prolongada e industrialização tardia fazem com que o turismo no Brasil desenvolva-se de forma diferente. Porém, há aspectos relacionados a origem do turismo europeu que guarda similaridades com o brasileiro, em especial a tentativa brasileira de imitar hábitos europeus (FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013; SOLHA, 2002) que influencia sobremaneira a forma como o turismo se desenvolve no Brasil.

Cabe ressaltar que o turismo no país não é um fenômeno tão recente (PANOSSO NETTO, 2013; PIRES, 2014; SOLHA, 2002), há antecedentes históricos que mostram atividades de viagens com origem bastante remota. No entanto, encontrar documentos que ajudem a contar essa história é uma tarefa complexa. De acordo com Solha (2002), apenas alguns dos movimentos que desencadearam o surgimento do turismo foram estudados e devidamente registrados. Castro, Guimarães e Magalhães (2013) afirmam que contar a história do turismo no Brasil não é uma tarefa fácil, pois as fontes encontram-se malconservadas, dispersas e desorganizadas, o que dificulta sobremaneira o trabalho do pesquisador.

Assim, alguns momentos da história do turismo no Brasil não podem ser relatados com riqueza de detalhes devido à falta ou desorganização das fontes. O que se sabe é que os primeiros deslocamentos para o Brasil têm origem ainda com as grandes navegações, mas que as condições para a realização dessas viagens eram extremamente precárias.

As primeiras viagens de passageiros para o Brasil ou mesmo dentro do Brasil, eram longas e muito desconfortáveis. Nessas, comumente os passageiros passavam fome e sede, viviam num ambiente sujo, altamente insalubre, onde as doenças se propagavam com facilidade, os enjoos eram frequentes e não havia se quer cabines ou um local apropriado para que todos pudessem descansar (ASSUNÇÃO, 2012; CAMARGO, 2007). Assim, diante de condições tão precárias será que realmente haviam pessoas interessadas em vir para o Brasil? O que motivava esse deslocamento? De que forma esse processo iniciou-se?

Desde o descobrimento do Brasil, o acesso a colônia era bastante restrito. Apenas aqueles que recebiam uma autorização especial podiam visitá-la. Essa proibição auxilia a manter os domínios de Portugal, além de tornar o Brasil desconhecido e mitificado para o resto do mundo. Mas, mesmo diante de inúmeras dificuldades, haviam pessoas que viajavam para o Brasil. Segundo Assunção (2012), Camargo (2007) e Solha (2002), o interesse desses primeiros viajantes estava relacionado sobretudo a produtos tropicais e pedras preciosas. Assim, o açúcar, tabaco, diamantes, ouro, pau-brasil, café, etc., torna-se alvo de interesse de aventureiros.

De acordo com Camargo (2007) houve também um fluxo menos expressivo de novos cristãos, especialmente os de origem judaica, que viajam para o Brasil por questões religiosas e alguns poucos que desejam conhecer o exótico novo mundo.

Esse interesse principal no comércio se refletia na própria estrutura dos meios de transporte da época, aos quais se preocupavam muito mais com a condução de mercadorias do que com pessoas. As frotas não eram regulares, sua periodicidade baseava-se nas épocas de safra. Mas a ascensão do movimento romântico na Europa associada a um crescente anseio pelo encontro com a verdadeira natureza, a própria dinâmica de expansão desencadeada pelos bandeirantes/ tropeiros e, principalmente, a vinda da corte portuguesa para o Brasil ascendem um interesse em desbravar o desconhecido novo mundo.

No imaginário europeu cresce o conceito de ‘maravilhoso’ atribuído ao Brasil. Um país tão vasto e desconhecido é logo associado a ideia de um paraíso pitoresco a ser desvelado pelo olhar europeu, inserindo certa civilidade a um local tão ermo (CAMARGO, 2007; PIRES, 2014; SOLHA, 2002). Todavia, como será que essas bases que levam ao desenvolvimento do turismo surgem e se articulam desencadeando em novos viajantes para o Brasil?

A cultura da cana de açúcar no Brasil é um dos responsáveis. Isso porque os bandeirantes surgem a princípio com o intuito de gerar mão de obra para os antigos engenhos de cana de açúcar. Os bandeirantes exploravam regiões esmas, como o sertão, em busca de índios para trabalhar nas plantações. Apesar da escravização de índios mostrar-se pouco produtiva, o movimento continuou incentivado pelo rei de Portugal, no entanto, com o objetivo de buscar riquezas minerais. Os caminhos abertos pelos bandeirantes permitem o trabalho dos tropeiros que tem forte atuação no comércio de mercadorias, principalmente de alimentos e mulas. Esses desbravam caminhos pelo Brasil e em muitos casos fundam pequenas cidades e vilas.

A atividade de extração mineral, especialmente o ouro, assim como a cultura da cana de açúcar vão aos poucos diminuindo devido ao esgotamento das jazidas e a concorrência com o açúcar andino. Essa crise leva os lusitanos a procurar conhecer melhor as potencialidades de suas colônias. Dessa maneira, no meio do século XVIII, o desenvolvimento das ciências e das pesquisas científicas fazem com que sejam enviados exploradores científicos para o Brasil.

Esses consistiam em viajantes cujo objetivo era coletar dados e espécies para serem estudados na Europa, visando conseguir algum valor econômico com as descobertas. Dessa maneira, começa-se a ter um fluxo de pesquisadores sendo enviados para o Brasil, no entanto, ainda consistia num contingente pouco significativo de viajantes, cujo impacto no cotidiano da colônia era pouco representativo. (ASSUNÇÃO, 2012; PIRES, 2014). Em parte, as viagens

eram escassas até mesmo dentro do país, devido a infraestrutura extremamente deficitária. Sobre o cenário vivido em 1807, Camargo (2007, p. 138) afirma que:

Na verdade, não há qualquer sistema razoavelmente organizado e seguro para os deslocamentos internos no Brasil. Não se trata de falar em turismo: os deslocamentos, quais que sejam suas motivações, são efetivamente penosos quanto aos meios de transporte, comunicação, hospedagem, alimentação e segurança. Viajar era atirar-se no vazio. [...] Creio que seria pouco adequado tecer considerações à cordialidade brasileira. Tudo se dá ao azar, ou de acordo com a sorte. Se for preferível falar assim. Tanto pode haver benevolência quanto fraudes e violências contra os bens, a integridade física dos viajantes e dos estrangeiros (CAMARGO, 2007, p. 138).

Assim, nesse cenário de pouca expansão das viagens e graves deficiências, a corte portuguesa chega ao Brasil, em janeiro de 1808. Com seus hábitos europeus, promove mudanças significativas nas formas de fruição de lazer da população brasileira. Isso porque durante muitos anos os costumes da corte servem de modelo não só para a elite, mas para todos os brasileiros. Assim, ao praticar o curismo, vilegiatura, jogar, desfrutar de espetáculos, etc., formam as bases que mais tarde auxiliam na formação e desenvolvimento do turismo no país, servindo assim como um importante conector no transporte do turismo da Europa para o Brasil.

De acordo com Camargo (2007) a chegada da corte portuguesa ao Brasil trouxe profundas modificações no modo de vida dos brasileiros, principalmente dos cariocas. Logo ao chegar ao país foram solicitadas as melhores casas do Rio de Janeiro para acomodar os 15 mil portugueses, assim os donos tiveram que desocupar as casas em poucas horas. Dentre as alterações trazidas pela corte tem-se a construção de chafarizes, pontes, calçadas, ruas, estradas, reforma dos portos e iluminação pública. Também promoveu a abertura dos portos para as nações amigas (a exemplo da Inglaterra), lei de estímulo ao estabelecimento de indústrias, fundação do Banco do Brasil (BB), criação do Jardim Botânico, Biblioteca Real, surgimento do primeiro jornal (Gazeta do Rio de Janeiro), criação da Junta Comercial, entre outras.

Mas, além dessas modificações comumente relatadas em livros de história, sua chegada levou a profundas mudanças culturais. De acordo com Camargo (2007), Pires (2014) e Solha (2002), houve uma europeização dos hábitos e costumes dos brasileiros.

Esse processo ia desde a imitação das vestimentas (utilizando a mesma ‘modista’) até a incorporação entre as elites do costume de viajar. As lojas que comercializavam produtos para a coroa eram comumente identificadas, o que levava a elite brasileira a querer comprar nessas. Além disso, a corte portuguesa possuía hábitos de consumo amplos que incluíam a importação de produtos diversos vindos do exterior, esse costume chega também a elite brasileira que procura imitar a corte portuguesa em todos os seus hábitos e costume (CAMARGO, 2007).

Por outro lado, o acesso às viagens teve como ponto de partida não só os costumes lusitanos, mas também a chegada da tecnologia e da cultura de outros países. E a construção das estradas de ferro, interligando as zonas cafeeiras a capital do Império fez com outras elites, além da carioca, pudessem ter mais contato com a corte portuguesa. Assim, quando a elite cafeeira passou a desfrutar dos espetáculos culturais europeus (teatro, *show*, musicais, etc.) e a cidade de São Paulo se desenvolveu, hábitos de consumo e costumes de uma forma geral passam a ser mais imitados, tornando mais frequentes as viagens a Europa, sendo esse considerado um hábito que se repetia anualmente pela elite brasileira (ASSUNÇÃO, 2012; PIRES, 2014). A ‘verdadeira’ elite brasileira tinha que beber da cultura europeia *in loco*.

Além disso, bem antes de ser formado esse hábito de viajar anualmente a Europa, já era comum os filhos de famílias abastadas viajarem com o intuito de completarem sua educação, já que no Brasil não existiam cursos superiores. De acordo com Solha (2002, p.128 - 129)

Os filhos dos senhores de engenho do Nordeste iam estudar em universidades europeias. Os fazendeiros (barões) do oeste paulista, que se caracterizavam pela preocupação empresarial, começam a enviar seus filhos para Europa não somente para estudar em Coimbra, mais também para outros destinos como Inglaterra, Alemanha e França, movimento que se intensificou muito nas três últimas décadas do século XIX. (SOLHA, 2002, p. 128 - 129).

Para que fosse facilitada a realização das viagens pela elite, surge a primeira empresa brasileira especializada na intermediação de venda de passagens marítimas e que também executava serviços de câmbio, denominada de Família Cinelli, localizada no Rio de Janeiro. Essa surge em 1901 para atender a demanda de estrangeiros que desembarcavam no país e da elite brasileira que viajava para a Europa. Além disso, surgem várias outras ‘casas’ especializadas nesse tipo de comércio na capital federal e em São Paulo (CANDIOTO, 2012).

Cabe ressaltar que além das viagens para a Europa, aos poucos vão surgindo deslocamentos dentro do país e a corte portuguesa tem grande influência nesses. Emergem no Brasil alguns destinos baseados no modelo europeu de vilegiatura, dentre esses tem-se Petrópolis. A partir de uma visita que Dom Pedro I fez à Serra tendo como objetivo adquirir uma residência com clima mais ameno, constituiu-se a fazenda de Córrego Seco como uma das muitas residências da corte portuguesa.

Posteriormente essa passou a ser denominada Fazenda da Concórdia. Mesmo com o retorno de D. Pedro I para Portugal, seu sucessor D. Pedro II em 16 de março de 1843 assinou o decreto 155 pelo qual arrendava ao engenheiro militar Júlio Frederico Koeler a Fazenda da Concórdia tendo como condição que esse edificasse não apenas um povoado no local, mas

também um Palácio de Verão, uma igreja e um cemitério, formando assim, uma vila (CAMARGO, 2007; FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013; PIRES, 2014).

Segundo Camargo (2007), Dom Pedro II influenciou diretamente no planejamento, construção e consolidação de Petrópolis. Tendo em vista suas condições climáticas favoráveis, a cidade foi modelada com características de sítios de vilegiatura.

Por outro lado, Caxambu “que era aglomeração formada e com águas virtuosas conhecidas, a família imperial não teve exatamente o mesmo tipo de importância” (CAMARGO, 2007, p. 191). Isto porque as circunstâncias de valorização estavam associadas a gravidez da princesa Izabel que por ordens médicas passou um período na estância mineira para tratar de seus problemas de infertilidade. Outro local que foi influenciado pela corte portuguesa é a Bica da Rainha (em Cosme Velho – Rio de Janeiro), onde acreditava-se que as águas tinham o poder de curar enfermidades como anemia. Essa foi bastante frequentada por Dona Maria I e Dona Carlota Joaquina.

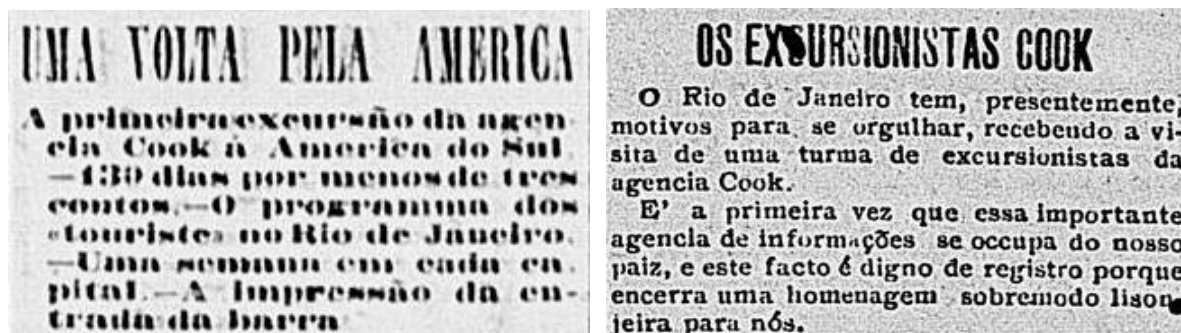
Apesar da ampla influência que a corte portuguesa tinha sobre os hábitos e costumes brasileiros, essa começa a perder espaço a partir de 1870 quando, dentre outros aspectos, começou-se gradativamente a falar na constituição de uma república no Brasil.

Assim, a figura da monarquia é substituída por outros grandes ídolos que passam também a ser responsáveis pelo surgimento de diferentes locais de interesse turístico (CAMARGO, 2007). O que não significa que a cultura europeia tenha ‘saído de moda’.

Dessa forma, iniciam fluxos que se assemelham a um turismo emissivo e interno, ou seja, do Brasil para a Europa (em especial para os países de maior dinâmica econômica) e também entre localidades próximas a sede do Império. Mas o que dizer da pré-história dos fluxos turísticos receptivos? Quando eles iniciam? Conforme foi visto anteriormente, apenas pesquisadores, comerciantes e religiosos viajavam para o Brasil, quando iniciam as viagens motivadas a conhecer de fato o Brasil. Será que também estão relacionadas a chegada da corte?

Essa dinâmica da chegada de viagens ao Brasil inicia-se alguns anos após o início das viagens da elite brasileira a Europa. Motivados pelo movimento romântico, desejo de explorar novos lugares, inovações tecnológicas, férias remuneradas, melhorias infra estruturais promovidas pela corte portuguesa no país, etc., chega ao Brasil a primeira excursão organizada por agência de viagens. A sede americana da agência Cook & Son (localizada em Nova York) formata um pacote de viagens para a América do Sul. No roteiro, além do Brasil, também estavam incluídas visitas a Argentina, Chile, Paraguai, Panamá e Peru.

Figura 16 - Notícia de Jornal: Excursão Internacional chega ao Brasil



Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (1907) e Correio da Manhã (1907).

Conforme Figura 16, pode-se notar que a chegada da excursão ao Brasil repercutiu nos jornais da época. Além da Gazeta de Notícias e do Correio da Manhã, a chegada do navio Byron também foi noticiada no Jornal do Brasil e na revista Fon-Fon.

Na Gazeta da Manhã deu-se amplo destaque a impressão positiva que os viajantes tiveram ao entrar na baía de Guanabara. Além disso, citaram os nomes dos dez viajantes, fazendo uma breve apresentação dos mesmos, também destacou-se a presença de dois guias acompanhando o grupo. Já no Correio da Manhã, houve críticas relacionadas a ausência de um cicerone no Rio de Janeiro para receber os turistas com qualidade

O que é de lamentar é que ao encontro desses excursionistas não possamos mandar cicerones habilitados, que os guiem inteligentemente, ministrando-lhes informações seguras e minuciosas acerca dos acontecimentos mais notáveis de que tem sido *theatro* a nossa capital, das transformações já realizadas e em via de realização, das belezas *naturaes* que a adornam, das nossas tradições, da vida, enfim, de uma grande cidade, sob os múltiplos aspectos por que pôde ser encarada, no espaço e no tempo (CORREIO DA MANHÃ, 23/ 07/ 1907).

No final do ano seguinte mais um navio trazido pela agência Cook & Son chega ao Brasil, dessa vez vindo da Inglaterra. O roteiro da viagem não envolvia apenas São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Além dessas tinha-se também breves paradas nos portos de Recife e Salvador (FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013). Assim, além de criar o turismo moderno, Thomas Cook, por meio dos pacotes de sua agência (Cook & Son), também auxilia na chegada do turismo ao Brasil, levando, inclusive, a discussões sobre a falta de organização turística do Rio de Janeiro. Outra contribuição que as excursões de agências internacionais trazem é no desenvolvimento de novos meios de hospedagem mais luxuosos, pois o intuito era oferecer, tanto à elite brasileira como aos poucos europeus que visitavam o Brasil, um maior requinte.

Os primeiros hotéis a se desenvolverem no Brasil localizavam-se na capital do país, no entanto, a escassez de meios de hospedagem no Rio de Janeiro leva a criação do decreto nº 1.160 de 23 de dezembro de 1907. Esse isentava os hotéis de pagarem impostos municipais e emolumentos por sete anos. Valeu-se desse decreto um dos marcos inaugurais da hotelaria carioca e brasileira, o Hotel Avenida (de 1908).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, as tradicionais viagens da aristocracia brasileira para a Europa foram dificultadas, o que levou a procura por atrativos locais (ASSUNÇÃO, 2012; PIRES, 2014; SOLHA, 2002). Assim, as buscas por balneários no litoral (banhos de mar a inglesa) e por estações de cura que oferecessem estâncias hidrominerais, termais e climáticas no interior crescem. Essas passam a ser associadas não só a meios de hospedagem, mas também a cassinos, o que auxilia na ampliação de equipamentos de lazer.

Grandes nomes da hotelaria como Cesar Ritz e Auguste Escoffier foram decisivos na configuração dos meios de hospedagem e serviços de alimentação de luxo na Europa. Dentre outros fatores, a exemplo da decoração, esses inseriram a divisão de funções (brigadas de trabalho) dentro do restaurante, fardamento e banheiro privativo nos hotéis. Assim, influenciado pelos padrões de ‘luxo’ dos hotéis Negresco (em Nice) e Carlton (em Cannes), o arquiteto francês Joseph Gire projetou o Copacabana Palace em 1922. Esse foi construído e inaugurado no ano seguinte por Octávio Guinle. Na época a praia de Copacabana não possuía a importância turística que tem atualmente, pelo contrário era uma praia sem muitas construções. De acordo com Freire-Medeiros e Castro (2013) e Pires (2014), o hotel auxiliou no desenvolvimento turístico do bairro de Copacabana e do Rio de Janeiro como um todo.

Na Figura 17 pode-se observar um anúncio publicado no Jornal Gazeta de Notícias (1923) informando ao público sobre a abertura do hotel. É interessante notar que em jornais dos dias subsequentes eram comuns anúncios do hotel, não só propagandas dos eventos promovidos por ele e serviços (a exemplo de traslado), mas também notas apresentando o nome das pessoas que tinham se hospedado no estabelecimento, assim como notícias informando as impressões de membros da sociedade brasileira sobre o luxuoso hotel. Dessa forma, se hospedar nesses locais era também considerado sinal de status. Um local onde era possível usufruir de várias atividades de lazer habituais da Europa como bailes, espetáculos de música e teatro, restaurante com cozinha francesa e serviços de traslado.

Mas o Copacabana Palace não é o único meio de hospedagem de alto padrão a funcionar no Rio de Janeiro. Antes mesmo da inauguração do Copacabana Palace, surge no antigo palacete inglês de John Russel no Rio de Janeiro o Hotel Glória em 1922.

Figura 17 - Anúncio de Inauguração do Copacabana Palace e Lista de Hóspedes



Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (1923).

No ano em que foi projetado o Copacabana Palace é inaugurado o Hotel Glória, outro marco da hotelaria brasileira e carioca. O prédio destacou-se por ser a primeira construção em concreto armado da América do Sul, tendo sido construído pela firma Rocha Miranda & Filhos com o objetivo de comemorar o primeiro centenário de Independência do Brasil. Para seu funcionamento, contratou-se 250 pessoas, dentre esses 17 cozinheiros. Alguns desses técnicos foram contratados diretamente da Europa para garantir a ‘qualidade’ (JORNAL O PAIZ, 1922). Apesar de não apresentar o requinte do Copacabana Palace, o prédio também criado pelo arquiteto Joseph Gire possuía teatro, cassino, vários salões de festas e 230 apartamentos.

A influência do padrão turístico europeu mais uma vez pode ser percebida por meio da arquitetura e do requinte dos grandes meios de hospedagem inaugurados no Rio de Janeiro. A escolha por arquiteto, lustres, tapeçaria, móveis, chef de cozinha franceses é uma tentativa de duplicar, em parte, no Brasil o modelo de turismo francês, baseado em hotéis de alto padrão de requinte e sofisticação. Mas ao fazer o transporte de ação a distância, sempre há alguma mudança, assim acontece com os meios de hospedagem, que apesar de imitar os meios de hospedagem franceses não deixam de lado os hábitos brasileiros, aos quais se refletem na presença de culinária típica brasileira, espreguiçadeiras próximas a piscina, toalhas/ roupões com imagens da praia de Copacabana, entre outros detalhes que representam modificações.

Mas, não é apenas o Rio de Janeiro que tem-se a construção de meios de hospedagem no padrão europeu. Em São Paulo também surgem meios de hospedagem com um conceito similar, a exemplo do Hotel Central, Terminus e Esplanada.

De acordo com Solha (2002), os hotéis de luxo que surgem no Brasil caracterizavam-se por atender prioritariamente as necessidades dos centros urbanos nos quais estavam localizados. Não sendo responsáveis por hospedar turistas estrangeiros, já que o fluxo nesse período não era representativo, constituem alternativa de lazer aqueles que ofereciam eventos como banquetes/noites dançantes, campo de golfe, quadra de tênis, cassinos ou mesmo baile de carnaval – o Copacabana Palace oferecia esse tipo de serviço - e também aqueles hotéis localizados no interior que possuíam estâncias com os cassinos.

Esse último tipo de meio de hospedagem sofreu bastante com a proibição dos jogos de azar no Brasil durante o Governo Dutra (em 1946) e isso, associado a evolução da medicina com a descoberta de tratamentos mais rápidos e eficientes, levou vários hotéis-estâncias-cassinos a encerrarem suas atividades. Apenas aqueles que possuíam outras atividades de lazer constituídas não fecharam as portas, muitos tiveram que repensar o seu conceito, alguns conseguiram se adaptar e outros não (PIRES, 2014).

Cabe destacar também que pouca ênfase foi dada ao turismo pelo Governo nessa época. O primeiro registro de ato da administração pública no setor refere-se ao decreto nº 24.163, de 24 de abril de 1934, ao qual discorre sobre a criação da Comissão Permanente de Exposições e Feiras no âmbito do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Esse, além de organizar exposições/ feiras de produtos no país também representava o Brasil no exterior. Outro Decreto-lei de destaque é nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, ao qual criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja função seria de superintender, fiscalizar e organizar os serviços de turismo interno e externo (BRASIL, 1939).

De acordo com informativo publicado pelo MTIC (1936), em 1935 a Comissão atuou em aproximadamente 23 feiras e exposições entre eventos nacionais e internacionais. Dois anos após a criação da Comissão Permanente de Exposição e Feiras surge, na esfera privada, um dos principais órgãos do *trade* turístico, a Associação Brasileira das Indústrias Hoteleiras (ABIH). Esse é formado como consequência da expansão e consolidação dos hotéis de grande porte no Rio de Janeiro e em São Paulo, apesar da crise enfrentada pelos hotéis-cassinos e estâncias. Na década de 1940, mais uma vez por meio de incentivos fiscais do Governo, o setor cresce.

A verba para conceder esses incentivos vinha, geralmente, das prefeituras municipais ou do Governo do estado, mas em alguns casos específicos poderia ter origem no Governo Federal. Como exemplo de leis de incentivo tem-se o Decreto-Lei nº 2.262, publicada em 7 de

fevereiro de 1920, pela Prefeitura Municipal de São Paulo e o Decreto-Lei nº 149, de 24 de dezembro de 1938, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Isso porque acreditava-se que a construção de hotéis tinha o poder de dinamizar o turismo e assim expandir a economia. O turismo era visto como um instrumento que possibilitava o crescimento econômico do país e para que esse fosse desenvolvido seria necessária a presença de hotéis e de meios de transporte.

Por isso na década de 1940, o Estado brasileiro adota dois papéis: o de ‘empresário’ e de ‘incentivador’ do turismo. O papel de empresário deve-se a percepção por parte do Governo que nem sempre os grupos privados faziam os investimentos necessários para o crescimento do setor, assim o Governo atuava construindo hotéis (HALL, 2004). Como exemplo da atuação do Governo como empresário tem-se a construção do Grande Hotel de Natal no Rio Grande do Norte (em 1939), Grande Hotel São Pedro em São Paulo (em 1940) – ilustrado na Figura 18, Estância Termal do Brejo das Freiras na Paraíba (em 1944), entre tantos outros pelo Brasil.

Figura 18 - Grande Hotel São Pedro



Fonte: Correio da Manhã (1940).

Mas não foi apenas a construção de hotéis de luxo, seja pela iniciativa privada ou pública, que marcou o processo de organização turística do Brasil. Em 1920, apesar das muitas dificuldades nos transportes, houve uma difusão das chácaras de lazer ao redor dos centros urbanos e do litoral. No estado de São Paulo, por exemplo, a cidade de Santos se destacou como

local de veraneio dos grandes fazendeiros e comerciantes, uma espécie de balneário para as elites. Seguindo um padrão de organização similar a vilegiatura, já que contava com palacetes que serviam de residência de férias para a elite, uma dinâmica semelhante foi vivida pela estância de Itajaí em Santa Catarina (PIRES, 2014; SOLHA, 2002).

Outro fator extremamente relevante para o processo de organização do turismo brasileiro foram as inovações nos meios de transportes. Dentre essas, destacam-se os transportes marítimos, chegada das primeiras empresas de transporte aéreo brasileiras e os veículos automobilísticos, com destaque para a popularização dos automóveis de passeio e dos ônibus.

Dessa maneira, em 1890 o Governo incentiva a transformação de veleiros em navios a vapor, além disso, ampara a fusão de todas as empresas brasileiras de navegação criando uma única empresa, a Lloyd Brasileiro. Essa iniciativa foi desencadeada a partir do Decreto nº 857, de 13 de outubro de 1890 (ASSUNÇÃO, 2012; GOULARTI FILHO, 2011; SOLHA, 2002).

A Lloyd Brasileiro constituía a maior companhia de navegação do país, de caráter estatal, mas formada por um conjunto de empresas privadas. Dentre essas, as de maior destaque foram a Companhia Nacional de Navegação (CNN) e a Companhia Brasileira de Navegação. O principal objetivo de sua criação era ganhar competitividade no transporte de mercadorias, apesar disso, a empresa também realizava em menor escala o transporte de passageiros.

Apesar do vulto da Lloyd Brasileiro, essa é comumente alvo de críticas nos jornais da época, por não conseguir responder a demanda por transportes, como exemplo tem-se o discurso do Governador do Amazonas em 10 de Julho de 1894

A única linha que há actualmente [no estado do Amazonas] é a do Lloyd Brasileiro que não satisfaz plenamente as necessidades do comercio importador. Além de serem poucas as viagens mensaes, sempre que os vapores chegam nos portos do Ceará e Maranhão já vem repletos de cargas e passageiros embarcados nos portos do Sul, sendo que a maior parte do carregamento é destinado à praça do Pará, para onde a Companhia prefere sempre abarrotar os seus navios, sem attender aos prejuisos que causa ao commercio do Amazonas, único Estado da União que lhe concede subvenção. [...] Repetidas vezes têm os vapores do Lloyd se recusado a receber materiaes de construcção nos portos do Ceará e Maranhão, forçando assim o commercio o sujeitar-se a transportes em outros vapores para serem baldeados no Pará, aumentando extraordinariamente os preços dos materiaes que devem ser aqui vendidos. (IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 1894, p. 43 - 44).

Mesmo após a criação de outras empresas de navegação, a Lloyd Brasileiro dominou o mercado por aproximadamente cem anos, sendo responsável por rotas ao redor do país e até mesmo por rotas transoceânicas (GOULARTI FILHO, 2011). Anos após sua criação, na década de 1960, a Companhia Lloyd Brasileiro torna-se destaque novamente na história do turismo brasileiro por apresentar as primeiras iniciativas de revitalização dos cruzeiros marítimos.

Nessa década, a operadora Agência Auxiliar de Turismo (AGAXTUR) freta a Lloyd Brasileiro para realizar cruzeiros com roteiros turísticos pela costa do país e do Brasil para destinos internacionais como Buenos Aires e Paraguai. Essas viagens tinham duração de 5 a 26 dias (PANOSSO NETTO, 2013; SOLHA, 2002).

Mas não foram apenas os transportes aquáticos que tiveram destaque na expansão do turismo pelo Brasil, houve importante papel das empresas aéreas e do transporte terrestre.

Dessa forma, no que se refere ao transporte aéreo a primeira iniciativa no Brasil deu-se com a Viação Aérea Rio Grandense (VARIG), fundada em 1927. A princípio suas rotas estavam restritas ao Rio Grande do Sul em aviões com capacidade para nove passageiros. O primeiro avião da companhia foi denominado ‘Atlântico’ e o segundo ‘Gaúcho’. Os aviões eram tão barulhentos que comumente oferecia-se aos passageiros algodão para tapar os ouvidos, além de chicletes para aliviar o grande desconforto causado pela mudança de pressão. Ainda no ano de 1927 já eram realizadas rotas aéreas para o Rio de Janeiro. E, em 1930, a VARIG, em parceria com a CONDOR, inaugurou tráfego aéreo postal para a Europa (SOLHA, 2002).

Poucos anos depois, em 1930, surgiu a Panair e posteriormente a Viação Aérea de São Paulo (VASP), em 1933. Apesar de iniciar os seus serviços antes das décadas de 1930 e 1940, apenas após a Segunda Guerra Mundial é que foram intensificadas as operações de voos regionais e internacionais, inclusive no Brasil, o que levou a uma forte expansão do turismo.

A despeito da deflagração da Segunda Guerra Mundial não ter sido favorável ao crescimento do turismo, é durante esse período que surge a primeira agência de turismo originariamente brasileira. Assim, em 1943, a Agência Geral do Turismo foi criada para oferecer, principalmente, excursões de ônibus, mas também aéreas. No entanto, a primeira agência de turismo a operar no Brasil é a *Compagnie Internationale des Wagon-Lits et des Grand Express Européens*, uma companhia francesa que recebe uma autorização especial de Getúlio Vargas, no final de 1936, para atuar no Brasil. Essa especializa-se em *tours* pelo Rio de Janeiro para viajantes que chegavam de navio. Além disso, atuava na comercialização de bilhetes de trens (CANDIOTO, 2012; SOLHA, 2002).

Aos poucos vão se expandindo no Brasil empresas especializadas no agenciamento de viagens e na venda de passagens. Essa expansão faz com que o Governo Federal crie uma das primeiras leis voltadas a regulamentação do setor. Essa lei é o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, ao qual discorria sobre a exigência de autorização estatal para a atividade de venda de passagens (aéreas, marítimas ou rodoviárias).

Outros diplomas legais importantes para o setor na época foram o decreto-lei nº 2.440 e o nº 9.863. No Decreto-lei nº 2.440, de julho de 1940, são estabelecidas as atribuições que

cabem as (1) agências de turismo; (2) companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas; e as (3) agências de viagem e turismo, além de estipular multas em caso de descumprimento da lei. Outro diploma legal relacionado a atuação das agências é o Decreto-lei nº 9.863, de 13 de setembro de 1946, ao qual dispõe sobre as operações de câmbio manual ligadas às atividades de viagem e turismo.

Associado a evolução dos meios de hospedagem, agências de viagem e aos primeiros dispositivos legais regulatórios, tem-se a crescente popularização dos automóveis.

Apesar da pouca quantidade de carros e motos no país, em 1923 resolve-se fundar a Sociedade Brasileira de Turismo, que posteriormente passa a ser denominada Touring Club do Brasil. Oficialmente o seu objetivo era de auxiliar o brasileiro a conhecer melhor o país por meio do automóvel. A criação da associação se deve a uma das muitas iniciativas em comemoração ao centenário da Independência do Brasil (PIRES, 2014).

Além disso, a vinda da montadora General Motors para São Paulo, em 1925, em conjunto com a expansão do modelo adotado por Washington Luís, incentivam a construção de estradas e a ampliação da utilização dos automóveis. Seguindo a política do presidente Washington Luís, Getúlio Vargas, Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek também realizam diversas ações que atuam no sentido do crescimento da malha rodoviária do Brasil, sendo o ápice dessa durante o Governo JK o que acaba por tornar esse o modelo hegemônico no país.

Apesar de no século anterior já existirem ações no sentido da construção de estradas, essas ficam claramente em segundo plano, sendo mais enfatizada a ampliação das linhas férreas. Isso pode ser percebido por meio da Lei nº 101, conhecida como lei Feijó, sancionada em 31 de outubro de 1835, que previa a outorga de concessão por 40 anos de terrenos públicos e direito de desapropriação de terras particulares para implantação de ferrovias, com isenção de impostos por quinze anos. O objetivo era ligar a capital (Rio de Janeiro) a Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Outros diplomas legais como o Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852, Lei nº 2.450, de 24 de setembro de 1873, e Decreto nº 7.959 de 29 de dezembro de 1880 concediam uma série de incentivos para a construção e ampliação de linhas férreas.

Na Figura 19 tem-se um trecho do decreto nº 641, publicado apenas em 1856, o qual apresenta todos os incentivos concedidos àqueles que construíssem estradas de ferro ligando Minas Gerais e São Paulo a outros estados brasileiros. Enquanto havia uma gama de incentivos voltados para a dinamização das estradas de ferro, poucas ações foram voltadas para a construção de estradas rodoviárias. Como exemplo dessas ações tem-se a construção de um caminho entre as cidades de Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG) passando por Mariano Procópio, em 23 de junho de 1861 e a Estrada Graciosa, na Serra do mar no Paraná, em 1873

(ASSUNÇÃO, 2012; PALHARES, 2002; PIRES, 2014). Essas consistiam em ações isoladas e pouco representativas para a formação de uma malha rodoviária.

Figura 19 - Decreto nº 641, de 26 de Junho de 1852



Fonte: Almanak Administrativo da Corte e Província do Rio de Janeiro (1856).

Por outro lado, esse panorama começa a ser alterado com a popularização dos primeiros modelos de automóveis com motor de combustão interna a gasolina (PALHARES, 2003). O automóvel torna-se um símbolo de prestígio social para as elites, transformando-o em objeto de desejo. E com a Primeira Guerra Mundial, novos usos são dados ao transporte rodoviário na condução de soldados e armas para o *front* de batalha, o que repercute numa produção em larga escala desse tipo de veículo. (PALHARES, 2003; SOLHA, 2002). Assim, nos grandes centros urbanos, além da ampliação da produção de automóveis, há a diversificação dos tipos de veículos automotivos (tratores, ônibus, caminhões, *trailers*, *motor homes*, etc.).

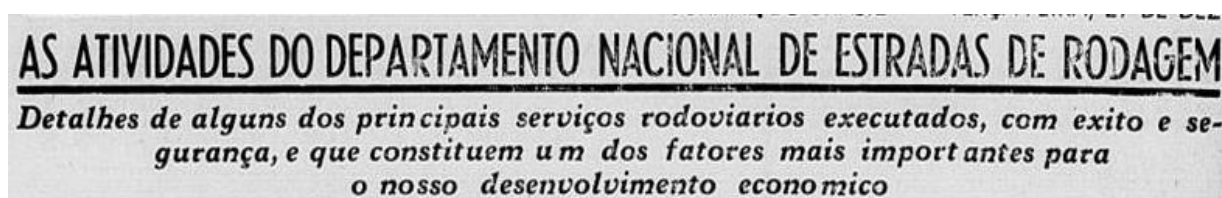
Mas a verdadeira substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário inicia-se como consequência do pacote de financiamentos oferecidos pelos Estados Unidos, maior produtor de veículos automotores, para a abertura de estradas no Brasil. Tem-se um processo de substituição de influência e dependência da Inglaterra para os Estados Unidos, como consequência das guerras mundiais e da crise de 1929. Isso, associado a necessidade de integração do território nacional, leva a criação de instrumentos legais diversos que tinham como base a ligação do território nacional por meio do transporte rodoviário.

A principal justificativa para a adoção do modelo rodoviário era que essa forma de transporte forneceria uma integração nacional mais rápida e com menor custo (PIRES, 2014).

Dentre os diplomas legais que contribuem para a implantação desse modelo tem-se a criação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), em 1937, Plano Rodoviário Nacional elaborado, em 1938, e o Plano Quinquenal de Obras Viárias. Mesmo após o Governo JK, o regime militar segue o mesmo pacote de expansão rodoviária das gestões anteriores.

Na Figura 20, pode-se perceber que a ideia de promover a integração do país via transporte rodoviário foi considerada uma forma de alcançar o desenvolvimento econômico do país. Referências similares a feita pelo Jornal do Brasil (figura 20) podem ser facilmente encontradas em outros jornais da época, a exemplo do Diário da Noite, em 1932; Correio da Manhã, de 25 de novembro de 1932; Diário da Manhã, de 14 de agosto de 1935; O Imparcial, de 31 de dezembro de 1938; Diário de Pernambuco, de 14 de fevereiro de 1939; O Jornal, de 11 de fevereiro de 1939 e; O Observador, de junho de 1942.

Figura 20 - Manchete de Jornal



Fonte: Jornal do Brasil de 27 de Dezembro de 1938.

A expansão dos transportes guarda forte relação com o surgimento e crescimento do turismo no país. A expansão de diferentes meios de transporte no país não foi feita em função do turismo, mas o turismo valeu-se da expansão de novas formas de viagem para se desenvolver (BOYER, 2003). Por tratar-se de uma atividade onde o deslocamento é obrigatório as fases de desenvolvimento dos transportes estão também ligadas às viagens e, por consequência, ao turismo. Isso pode ser facilmente notado ao observar como as viagens turísticas deixam de estar relacionadas ao transporte marítimo e tornam-se rodoviárias e aéreas.

Dessa maneira, a escolha pelo modelo de integração nacional rodoviário reverbera sobre as viagens que deixam de ser uma atividade quase que exclusivamente marítimas e torna-se também rodoviária e aérea. É interessante notar que o transporte férreo não trouxe grandes impactos na expansão do turismo no Brasil. Freire-Medeiros e Castro (2013) e Solha (2002) comentam que isso aconteceu porque, diferente do Reino Unido, quando os trens chegaram ao país e começaram a se expandir a maior parte da população não tinha condições de usufruir de suas viagens, seja por questões econômicas, ausência de tempo livre ou pela deficitária ligação de transportes feita no país. O fato é que as viagens ficam restritas a uma quantidade reduzida

de pessoas, por isso não se pode falar em turismo no Brasil antes do final da Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que ocorreu na Europa.

Para Panosso Netto (2013) e Solha (2002), o fenômeno turístico no Brasil está relacionado ao surgimento do turismo social, ou seja, ao movimento que tornou as viagens acessíveis a uma maior quantidade de pessoas. Essa forma de turismo é especialmente incentivada e oferecida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), mas antes de sua atuação percebia-se no país algumas ações voltadas para o ‘lazer dos trabalhadores’.

Em 1943, o MTIC criou o Serviço de Recreação Operária (SRO), custeada pelo Fundo Social Sindical ao qual prevê atividades recreativas para os trabalhadores do Distrito Federal. Esse estendeu suas atividades até 1963, abrangendo outras unidades da federação além do DF. Iniciativas similares foram tomadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo (no período de 1935 a 1947) com o nome de ‘Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação’ e também pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1926 - 1955) denominada de ‘Recreação Pública’ (CORRÊA, 2008).

Como exemplo das atividades desenvolvidas por esses órgãos, o MTIC publicou em 1948 um relatório sobre as atividades promovidas pelo ministério dentre essas constam aquelas realizadas pelo SRO no período de 1943 a 1947. Assim, as “distrações sadias e educativas” promovidas pelo MTIC no período foram, principalmente, a criação de bibliotecas, discotecas, excursões, piqueniques, espetáculos teatrais e competições esportivas. A saber:

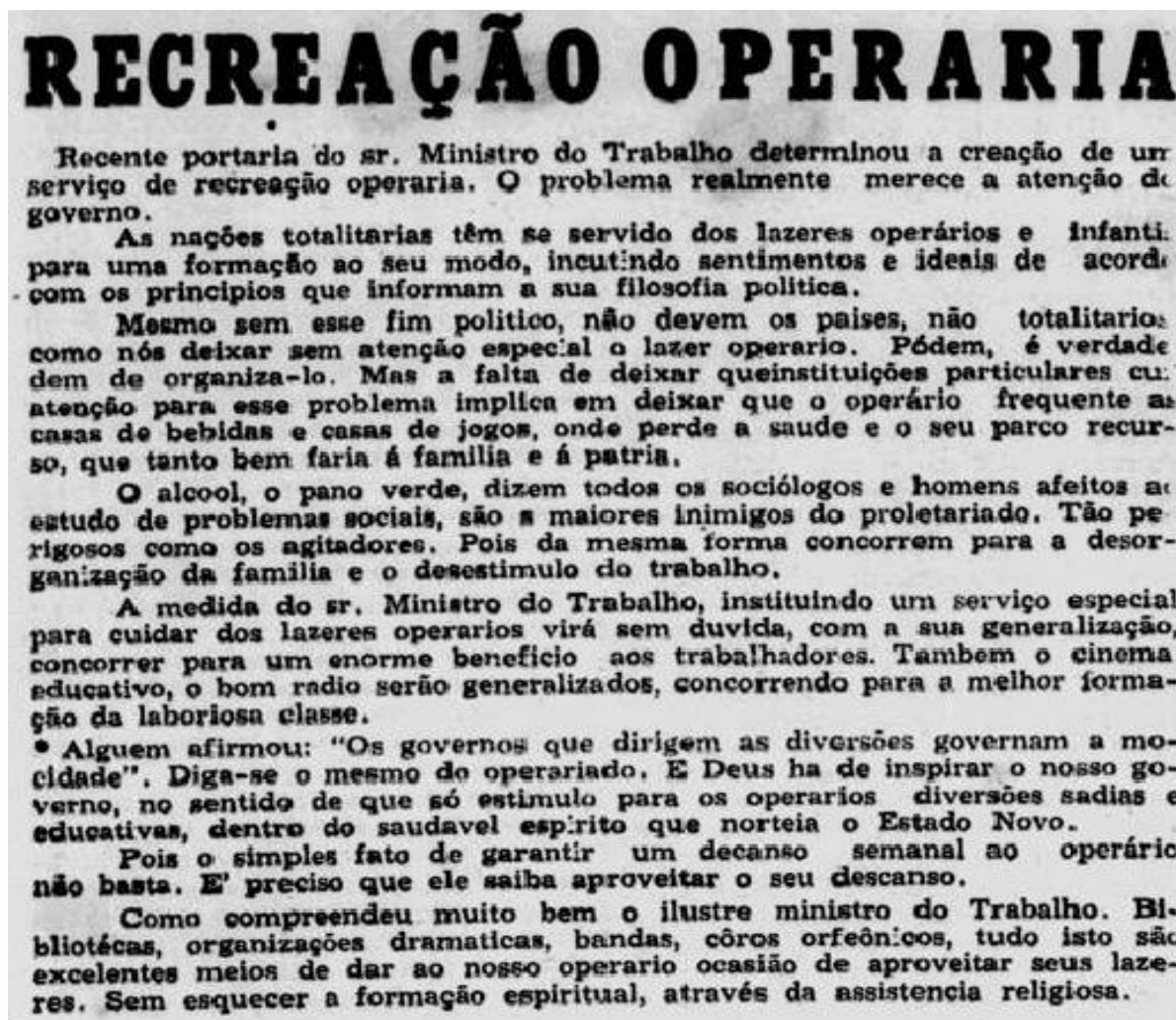
Doou 38 bibliotecas e 9 discotecas, que serão os núcleos desses meios de cultura nos Sindicatos. Proporcionou 25 excursões e piqueniques, aos quais compareceram 2.908 trabalhadores acompanhados de suas famílias, e 29 espetáculos teatrais, a que compareceram 21.615 pessoas. Instalou 131 amplificações de som, em sindicatos e empresas. Fez disputarem-se 116 competições de futebol e 368 jogos amistosos de diversos desportos, dos quais participaram 490 trabalhadores. Organizou e realizou a I Olimpíada Operária, que reuniu representações de vários Estados, tomando parte 56 empresas e 15 sindicatos, totalizando 1.060 trabalhadores, que intervieram em 304 competições. Submeteu a exame médico 177 escoteiros e 1.310 trabalhadores. Finalizou o ano [1947], organizando o natal do trabalhador inválido, ao qual o titular da pasta prestou, com especial atenção e simpatia, todo o seu apoio. [...] Está planejada a extensão de atividades do SRO aos Estados, que se reunirão, para tal fim, em 6 regiões, criando-se, então Comissões Regionais de Recreação Operária. Está também sendo idealizada a realização, em 1948, a II Olimpíada Operária, tendo sido já aprovado o plano (MTIC, 1948, p.145).

Atividades similares foram desenvolvidas pelos programas de Porto Alegre e São Paulo. O objetivo era ocupar o recém conquistado tempo livre remunerado do trabalhador por meio das políticas desenvolvidas a partir da década de 1930 por Getúlio Vargas, cujo destaque deu-se com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na década de 1940. Formando um conjunto

de políticas de cunho social que expressavam uma tentativa de conformação da classe operária brasileira visando, assim, gerar uma conformação das reivindicações da classe trabalhadora aos interesses do capital (CORRÊA, 2008; FALCÃO, 2006; SIQUEIRA, 2005).

De acordo com Siqueira (2004), no Brasil era necessário controlar os setores conservadores e a classe trabalhadora. Com relação aos conservadores, foram feitos acordos político-econômicos. Os trabalhadores, por outro lado, tiveram as leis trabalhistas da Era Vargas, uma reestruturação da educação e da formação, além da racionalização do tempo de trabalho e de repouso. As iniciativas de recreação operária se encaixam nessa última. Na Figura 21 pode-se perceber claramente esse desejo de disciplinar o tempo livre dos trabalhadores, direcionando-os para atividades consideradas construtivas.

Figura 21 - Recreação Operária



Fonte: A Ordem de 17 de Janeiro de 1944.

A ideia de disciplinar o tempo de não trabalho persiste e torna-se a base fundadora do turismo social. Essas primeiras discussões sobre o lazer operário surgem no Reino Unido e na França, um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, como consequência da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1936. No Reino Unido criou-se a primeira Secretaria de Lazer em âmbito governamental, a qual propõe atividades para os trabalhadores.

Segundo Boyer (2003), a extensão do turismo à novas categorias, não favorecidas, dar-se na França, em 1936, com o Front Populaire. Na época, apareceu a expressão ‘turismo popular’ que depois evoluiu para ‘turismo social’, a qual tinha relação com associações preocupadas em tornar acessível ao povo as formas e os lugares turísticos até então reservados aos ricos. As associações trabalhavam oferecendo passagens mais baratas e hospedagens chamadas de complementares que concediam preços populares, além disso, também disponibilizavam pagamento facilitado (BOYER, 2003; FALCÃO, 2006; SIQUEIRA, 2005).

Antes mesmo das iniciativas inglesas ou francesas ainda na década de 1920, os governos de países como Alemanha, Itália e União Soviética desenvolveram estruturas para que trabalhadores de baixa renda pudessem viajar em grupo. Nessas iniciativas já estava presente a principal característica do turismo social, promover acesso a lugares que normalmente a classe trabalhadora não teria acesso (BOYER, 2003; FALCÃO, 2006). Essas primeiras experiências com turismo social têm forte relação com os regimes totalitários, isso porque a garantia do lazer fazia parte dos seus objetivos político-partidários. O intuito dos Governos era assegurar a gratidão do povo, conforme pode-se perceber pela notícia do Jornal A Ordem (figura 20).

No Brasil, as iniciativas de férias para os trabalhadores iniciam com órgãos públicos, a exemplo do SRO do MTIC, no entanto, com a ascensão do sistema ‘S’, essa atribuição torna-se interesse do SESC. Tendo em vista que os setores mais estimulados a promover a racionalização do tempo de trabalho e lazer eram justamente o comércio e a indústria, não é de se estranhar que sejam órgãos representativos desses setores que tomem a frente das atividades de turismo social. Cabe também destacar que em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que representa o início da proteção do patrimônio histórico no Brasil, mas também representa a incorporação desses atrativos no lazer dos brasileiros.

Deve-se ter em mente que nesse período, década de 1930 a 1940, o Brasil começa um paulatino desenvolvimento industrial, deixando de ser um país exclusivamente agroexportador. Essa mudança traz modificações nas formas de trabalho no país, isso associado aos ganhos trabalhistas e a perda dos direitos políticos e civis, leva a um cenário onde a cidadania torna-se ligada ao exercício da profissão e a carteira de trabalho assinada (CORRÊA, 2008). Assim,

dentro desse novo mundo de direitos restritos, o lazer, ou melhor, o direito ao lazer apresenta um papel fundamental (BOYER, 2003).

Considerando esses fatores, “Estado e empresários optam por investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de adaptar e ajustar o contingente de mão de obra às novas relações de trabalho” (CORRÊA, 2008, p. 8).

Diante das discussões a respeito das conquistas dos direitos e do bem estar dos trabalhadores, no Governo Gastar Dutra, atribui-se à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o SESC. Essa entidade, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, foi criada por meio do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com a finalidade de planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e sua família. Sua criação deu-se como uma das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras. Nessa, as pautas principais eram a necessidade de melhoria das condições de vida do trabalhador e a harmonia/confraternização entre as classes sociais através desse evento foi gerada a Carta da Paz Social (CORRÊA, 2008; SIQUEIRA, 2005; SOLHA, 2002).

A princípio, o SESC foi criado apenas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Uma das primeiras ações do SESC, no sentido de proporcionar atividades recreativas para os trabalhadores, foi a procura de um local onde pudesse ser construído um complexo de férias destinada aos trabalhadores (CORRÊA, 2008; FALCÃO, 2006). O empreendimento foi construído em 1948 com o nome de Centro de Férias SESC Bertioga ou, como era popularmente conhecido, Colônia de férias Ruy Barbosa. Esse, para Solha (2002), é um marco na história do turismo, pois tem-se a criação de estruturas de lazer voltadas para a maior parte da população brasileira e não apenas para as elites. Com a expansão das regionais do SESC ao redor dos estados brasileiros tem-se novas colônias de férias que não são apenas voltadas para os comerciários parceiros do SESC, mas para qualquer cliente em potencial.

O crescimento das iniciativas turísticas ao redor do Brasil, não só das colônias de férias SESC, mas também o desenvolvimento de empresas associadas ao turismo (agências, operadoras, meios de hospedagem, serviços de alimentos & bebidas, etc.) por órgãos privados e públicos (através dos governos municipais e estaduais), a criação do primeiro canal de TV brasileiro possibilitando a veiculação de imagens dos destinos turísticos, visibilidade internacional do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo de 1950, além da maior presença de estrangeiros visitando o Brasil, desperta no Governo Federal interesse em ordenar o turismo. Para tanto, começa a desenvolver instrumentos políticos-legais de intervenção no setor.

De acordo com Beni (2006, 2012), a primeira ação da esfera federal para o ordenamento do turismo dar-se com o Decreto-lei nº 44.863, de 21 de novembro de 1958 ao qual institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Essa constituía órgão consultivo ao qual competia coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno, estudo/supervisão de medidas relacionadas a movimentação de turistas e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes (BRASIL, 1958).

A formação da COMBRATUR e sua subordinação direta à Presidência da República sinalizam a intenção da elaboração de um planejamento turístico democrático a nível nacional, ou seja, o intuito era elaborar o primeiro Plano Nacional do Turismo (PNT).

Para tanto, a comissão era composta pelos principais órgãos ligados ao turismo, a exemplo do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Viação e Obras Públicas, Touring Club do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, e Automóvel Club do Brasil. Apesar disso, o PNT não foi formulado. Beni (2012) observa que devido a sua composição diversificada houve dificuldade em realizar reuniões com todos, ademais, a falta de recursos financeiros e materiais, bem como a ausência de mão de obra especializada, representaram empecilhos para sua elaboração.

Dessa forma, o órgão foi extinto através do Decreto-lei nº 572, de 5 de fevereiro de 1962 sem que tivesse realizado nenhuma ação expressiva para o ordenamento do turismo ou para a elaboração de um PNT (BENI, 2006, 2012; CRUZ, 2000). Apesar de não ter cumprido com suas atribuições a lógica de formalização e as diretrizes da COMBRATUR influenciam na percepção que se tinha do setor turístico e de suas prioridades. Isso pode ser ilustrado pela modificação no foco das políticas públicas que deixam de ser voltadas para a regulamentação de empresas turísticas e voltam-se para outras questões como o ordenamento do turismo por meio de empreendimentos hoteleiros de grande porte (CRUZ, 2000).

Alguns meses antes da extinção da COMBRATUR é feita uma nova organização do MIC através da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961. Essa nova disposição incluía a criação da Secretária do Comércio e dentro dessa tinha-se o Departamento Nacional do Comércio, que apresentava como uma de suas divisões a Divisão de Turismo e Certames (DTC). Na verdade, a DTC foi criada para que pudesse executar as atividades que foram destinadas a Comissão Permanente de Exposição e Feiras, tendo em vista que esse último foi extinto pelo Decreto-lei nº 24.163, de 24 de abril de 1954.

Posteriormente foram definidas novas atribuições ao DTC por meio do Decreto-lei nº 534, de 23 de janeiro de 1962. Além daquelas atividades relativas a Comissão Permanente de Exposição e Feiras foram deliberadas as seguintes atribuições: estudar/ sugerir medidas para

incrementar o turismo em território nacional; executar todas as diretrizes que forem traçadas pela política nacional de turismo; e promover uma integração (interna e externa) com órgãos públicos e entidades privadas vinculadas ao turismo.

Assim, a DTC possui atribuições similares a COMBRATUR sem que lhe fosse atribuída a função de criação de uma política nacional de turismo, mas apenas a sua execução. Dessa maneira, por não existir uma política para ser executada, as ações da DTC ficaram restritas a fiscalização/ cadastramento de agências de viagens, realização de negociações com grupos internacionais para ampliação da rede hoteleira, promoção e divulgação do país internamente e no exterior (BRASIL, 1962). O que se pode notar tanto na COMBRATUR como na DTC é a inexistência de uma abordagem estratégica para a gestão do turismo, tendo esses órgãos executado ações de pouco ou nenhum impacto nos rumos do turismo no Brasil.

E mesmo quando se considera as macropolíticas propostas pelos diferentes Governos nas décadas de 1930 a 1960 como o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE) de Dutra (1948), Plano Lafer de Vargas (1952) e Plano de Metas de JK (1956) percebe-se a inexistência de menções explícitas ao turismo.

Nesse período não havia o desejo por parte do Governo Federal de integrar ações de gestão turística ao macroplanejamento do país. O que deixa clara a ausência de uma orientação política para o turismo, além de evidenciar a carência de uma estrutura administrativa pública estável. Indica também, que as autoridades não estavam interessadas em desenvolver ações que contemplassem as peculiaridades regionais e que não havia uma integração entre os órgãos voltados para o turismo (BENI, 2006, 2012).

Apesar do desinteresse do Governo Federal pelo turismo, empresas privadas, mais especificamente agências de viagem, começam a se organizar criando a Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (ABAV), em 1953. Por meio da realização do Congresso Brasileiro de Agências de Viagens seus afiliados trocam experiências anualmente, o que resulta em rápidas inovações. Dentre essas, tem-se o lançamento de excursões rodoviárias e aéreas não só em âmbito nacional como também internacionais (SOLHA, 2002).

A despeito da pouca atuação do ente federativo no turismo, a partir da década de 1960 são desenvolvidos marcos legais que procuram causar maior impacto no planejamento e organização do setor. Vale lembrar que nessa época a Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência de 1963 sobre viagens e turismo internacional, recomenda explicitamente que os países pobres atentassem para o turismo como um meio de desenvolvimento.

Diante disso, o Governo Federal cria políticas de maior impacto para a atividade. O primeiro desses instrumentos legais é o Decreto-lei nº 55, de 18 de Novembro de 1966, o qual

define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e congrega-os no Sistema Nacional do Turismo.

No artigo primeiro do seu Decreto-lei de criação, conceitua o que vem a ser uma política nacional de turismo e no quarto artigo explica que a atribuição do CNTUR é a de formular, coordenar e dirigir essa política. No capítulo seguinte fala das atribuições da EMBRATUR e cria o Sistema Nacional de Turismo (BRASIL, 1966). Tanto o CNTUR como a EMBRATUR são vinculados ao MIC e consistem numa primeira tentativa de estrutura institucional pública do turismo no país (BENI, 2006; CRUZ, 2000; PIMENTEL, 2014).

Conforme pode-se perceber na figura 22, a criação dessa estrutura institucional foi vista como benéfica para incremento do turismo. Na notícia destacada na Figura 22, percebe-se que a criação desse sistema foi proposta pelo próprio Governo Federal, representado pelo presidente Castelo Branco. No Congresso Nacional havia um projeto de lei tramitando há quinze anos que visava criar o Instituto Brasileiro do Turismo (IBRATUR) com a finalidade de desenvolver uma política nacional de turismo. No entanto, o presidente optou por vetar esse projeto de lei e lançar o Decreto-lei 55/66 que não só criava um órgão para elaboração da política nacional de turismo, mas também formava uma estrutura institucional voltada para o turismo. Na época, essa proposição foi vista como bastante inovadora.

Figura 22 - Notícia de Jornal



Fonte: O Jornal de 28 de Dezembro de 1966.

Apesar da possibilidade de atuar de forma mais ampla, a EMBRATUR, a princípio, fica restrita à consolidação do mercado interno e à captação de fluxos turísticos internacionais por meio de suas campanhas publicitárias (BENI, 2006, 2012).

As campanhas publicitárias realizadas pela EMBRATUR nesse período focavam principalmente no futebol (aproveitando as vitórias do Brasil na Copas do Mundo de 1962 e 1970) na divulgação do Rio de Janeiro como destino turístico, na floresta Amazônica/ diversidade de fauna/ flora, e na promoção dos festejos carnavalescos (BIGNAMI, 2002).

Os materiais publicitários da EMBRATUR tinham como destaque os três ‘S’ (*sun, sex and sea* – Anexo A, página 288), isso auxiliou na formação de uma imagem apelativa da mulher, que não contribuiu para a expansão turística do país. De acordo com Santos Filho (2006), a divulgação do Brasil como um paraíso de deleites é criada com o objetivo de maquiar as atrocidades praticadas pelo Governo Militar. Independente da razão para a utilização dos três ‘S’ nas campanhas publicitárias, essa imagem reverberou por vários locais dos EUA e Europa convencendo os turistas (BIGNAMI, 2002) e aparecendo também em campanhas publicitárias de empresas privadas e em outros meios de comunicação no Brasil e no mundo (Anexo A).

Essas campanhas desenvolvidas pela EMBRATUR até meados da década de 1980 e início de 1990 não foram refletidas em aumentos significativos de receita gerada pelo turismo internacional (Apêndice C, página 282).

Apesar disso, o número de viajantes regionais aumentava, sem que grandes políticas de ordenamento do setor fossem tomadas. Dessa maneira, surge a necessidade de atender às pequenas e médias localidades dotando-as de novos meios de transporte. Isso é feito por meio da publicação do Decreto-lei nº 76.590, de 11 de Novembro de 1975, ao qual institui a aviação aérea regional (BRASIL, 1975; SOLHA, 2002). A política governamental era de estímulo ao oferecimento de voos domésticos para cidades interioranas com a concessão de subsídios às companhias que se interessassem em operar nas linhas. Por meio desse decreto surgem a TAM Regional e outras pequenas empresas aéreas.

Mas o Governo Federal não desiste de tentar atrair turistas estrangeiros e para auxiliar na elaboração de ações mais consistentes em prol da expansão do turismo, na década de 1970, são criados fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento e ordenamento turístico. Os principais fundos desenvolvidos nesse período são o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), criado pelo Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971; Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR); Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM); Fundo de Investimentos Setorial (FISSET), sendo esses três últimos concebidos pelo Decreto-lei nº

1.376 de 12 de Dezembro de 1974. Cada decreto especifica condições para o financiamento de empreendimentos, no caso do FUNGETUR esse visa

Art. 1º A construção ou ampliação de hotéis, obras e serviços específicos de finalidade turística [...] desde que aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo [...] Art. 2º Os hotéis em construção ou os que venham a ser construídos, desde que seus projetos sejam aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, até 31 de Dezembro de 1975, gozarão de isenção do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de até 10 (dez) anos, a partir da conclusão das obras. [...] Art. 4º As pessoas jurídicas registradas no Cadastro Geral de Contribuintes poderão deduzir do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar, para investimento em projetos de construção ou ampliação de hotéis, e em obras e serviços específicos de finalidade turística, desde que aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo com parecer fundamentado da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR): I – até 50% (cinquenta por cento), quando o investimento se fizer nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM; II – até 8% (oito por cento) nas área não compreendidas no interior. [...] Art. 5º Até o exercício financeiro de 1975, inclusive, os hotéis de turismo que estavam operando em 21 de novembro de 1966 poderão pagar com a dedução de até 50% (cinquenta por cento) o imposto de renda e os adicionais não restituíveis, desde que a outra parte venha a reverter em melhoria de suas condições operacionais (BRASIL, 1971, p. 1).

Os incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal (a exemplo do FUNGETUR) auxiliam no processo de chegada de grandes redes hoteleiras internacionais ao país, em especial ao Sudeste do Brasil. Fatores como o acirramento da concorrência entre as companhias internacionais, crescimento da economia mundial e a entrada de empresas multinacionais no país também auxiliam na chegada desses grupos.

Figura 23 - Hotel Hilton em São Paulo



Fonte: Jornal do Brasil de 25 de março de 1970.

Dessa maneira, a primeira rede hoteleira internacional a chegar ao Brasil foi a Hilton Internacional Corporation, a qual instalou-se em São Paulo no ano de 1971 (conforme pode-se notar na Figura 23). Nos anos subsequentes, ainda na década de 1970, várias outras grandes redes internacionais chegam ao país, a exemplo do Sheraton (1974), Holiday Inn (1975), Meridien (1975) e Novotel (1976) (PIRES, 2014; SOLHA, 2002).

Paralelamente a esse movimento, começa a se desenvolver no Brasil meios de hospedagem alternativos como os albergues e campings em locais de pouca ou nenhuma infraestrutura turística, com o objetivo de atender a um novo padrão de público, interessado em fruir de ambientes naturais estabelecendo maior contato com a natureza. Essa expansão e diversificação dos meios de hospedagem fazem com que a EMBRATUR desenvolva, em 1978, um Regulamento Geral para a Classificação dos Meios de Hospedagem Brasileiros.

O desenvolvimento de meios de hospedagem alternativos sinaliza que o setor de viagens e turismo começa a apresentar no Brasil outros perfis de cliente. Dentre esses tem-se o ecoturista que influenciado pela crescente preocupação com a preservação ambiental, surgida na década de 1970, busca maior contato com a natureza de forma a não causar impactos negativos sobre ela estabelecendo um tipo de consumo turístico visto como sustentável.

A ascensão do turismo de massa e a busca desenfreada pelo desenvolvimento econômico são fatores que contribuem para o surgimento do ecoturismo. Assim, a partir da década de 1970 já é possível notar produtos que foram elaborados com base na segmentação da modalidade turismo e meio ambiente<sup>10</sup> (TELES, 2011). Em conjunto com o ecoturismo ascende o turismo comunitário, isso acontece porque essas duas modalidades turísticas compartilham princípios em comum, em especial a noção de sustentabilidade. Em algumas situações, o ecoturismo e o turismo comunitário acontecem de forma conjunta, pois conforme foi dito anteriormente o turismo comunitário consiste numa metodologia e não num segmento.

A ideia da gestão do turismo acontecer de forma participativa com a comunidade é apresentada no Brasil primeiramente por meio das professoras Adyr Balastrieri Rodrigues e Luzia Neide Coriollano que tomam ciência dos princípios defendidos por Murphy (1983, 1985) e passam também a discutir o tema considerando as especificidades brasileiras.

No Brasil a base para a expansão empírica do TBC são conflitos que ascendem por disputas territoriais, ou seja, é entendido como um movimento de resistência da comunidade

---

<sup>10</sup> Cabe tecer diferenças entre ecoturismo e outras práticas relacionados a junção entre turismo e meio ambiente. Nem todo turismo realizado na natureza consiste em ecoturismo, há uma gama de práticas turísticas que são associadas a natureza. De forma geral, o ecoturismo envolve a utilização sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e a formação de uma consciência ambiental.

que não quer ceder seu espaço para a construção de complexos turísticos (MIELKE, 2009). Mas nem sempre as iniciativas surgem por essa razão, na Ilha de Deus (Recife), por exemplo, surge por outras questões. Afinado sempre com as ideias de sustentabilidade, paulatinamente, se expande para os países da América do Sul e continente africano tornando-se uma prática recomendada aos países de terceiro mundo por agências internacionais como ONU, UNESCO e OMT. Apesar disso, no Brasil, a elaboração de instrumentos legais para o ordenamento de destinos considerando os princípios sustentáveis acontece apenas em 1985.

Ao invés disso, tem-se a proposição de modelos de ordenamento turístico pouco afinados com a ideia da preservação ambiental ou de participação comunitária. E mais voltados para o que Cruz (2007) e Teles (2011) denominam de ocupação predatória, com significativas mudanças e impactos negativos em âmbito social, econômico e ambiental.

Como exemplo dessa ocupação predatória tem-se a política de megaprojetos turísticos no Nordeste, iniciada na década de 1970, por meio dos incentivos criados pelos decretos-lei nº 1.191/ 71 e nº 1.376/ 74, influenciada pelo modelo de desenvolvimento turístico de Cancún, o qual propunha a construção de equipamentos hoteleiros de grande porte em trechos da costa. Os Governos estaduais ofereciam terrenos no litoral nordestino (algumas vezes nas capitais dos estados) para que grandes grupos hoteleiros privados construíssem complexos turísticos. Além dessa oferta de terrenos também eram concedidos fundos a exemplo do FUNGETUR e FINOR com o intuito de tornar os locais ainda mais atrativos para grandes investidores internacionais.

Nesse período, seguindo uma tendência mundial, já se desenvolvia no Brasil discussões acerca da sustentabilidade e da importância da preservação do meio ambiente. Assim, ao ser proposto o primeiro megaprojeto denominado “Via Costeira: Parque das Dunas” pelo Governador Tarcísio Maia do Rio Grande do Norte, ainda em 1977, muitas foram as críticas tecidas ao projeto. Dessa maneira, meios de comunicação<sup>11</sup>, arquitetos, ecólogos e sociólogos criticam os impactos negativos que seriam gerados à cidade de Natal (Anexo B, página 289). A ênfase maior era dada aos aspectos danosos ao meio ambiente. Apesar disso, no Governo de Lavoisier Maia, em 1979, se iniciam as obras do megaprojeto do Rio Grande do Norte.

Nota-se que a iniciativa dos megaprojetos, de forma geral, vai contra uma tendência que aos poucos ia ganhando espaço no mundo, a preocupação com o meio ambiente e com as

---

<sup>11</sup> Deve-se abrir um parêntese para discutir a crescente importância dos meios de comunicação para o turismo. Na década de 1950 o turismo já é considerado um assunto de interesse pelos jornais, tendo ganhado no final dessa década uma coluna específica para discuti-lo na Jornal Folha de São Paulo. Em 1960 surgem revistas especializadas dirigidas aos empresários da hotelaria como o Hotelnews e por volta de 1968 aparecem os primeiros suplementos ou Cadernos de Turismo da Folha de São Paulo.

comunidades locais, essa começa a chamar atenção na Conferência de Estocolmo em 1972. O Governo brasileiro, em resposta a tendência, cria no ano seguinte, por meio do Decreto-Lei nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, a qual é orientada para a conservação do meio ambiente, realização de programas de educação ambiental e o uso racional dos recursos naturais, sem que para isso ocorra em prejuízo das atribuições de outros Ministérios (BRASIL, 1973).

No mesmo ano em que é criada a SEMA tem-se o Decreto-lei nº 71.791, de 31 de janeiro de 1973, o qual confere ao CNTUR a delimitação de zonas prioritárias de interesse turístico. Ampliando a ideia defendida pelo decreto, em 1977, é promulgada a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, a qual dispõe sobre as áreas especiais e de locais de interesse turístico.

Além disso, tece considerações sobre o inventário com finalidade turística dos bens de valor cultural e natural. Nesse é feita uma diferenciação entre áreas especiais de interesse turístico que compete sua preservação e valorização cultural/ ambiental, e os locais de interesse turísticos que envolvia apenas adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas. Para selecionar esses locais e áreas a lei prevê a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento composta pela EMBRATUR, SEMA e outros órgãos/ entidades consideradas de interesse em questões relativas a turismo, meio ambiente e cultura.

Apesar de surgirem essas primeiras indicações, no sentido de instrumentos legais que busquem uma maior preservação do meio ambiente associada ao turismo, na prática não são notadas ações que realmente promovam essa integração. Isso pode ser refletido pela política de megaprojetos que continua em vigor não só no Rio Grande do Norte (‘Parque das Dunas: Via Costeira’), mas também em outros estados nordestinos.

Outros megaprojetos são propostos nos estados da Paraíba (Projeto Cabo Branco), Bahia (Projeto Linha Verde) e Pernambuco/ Alagoas (Projeto Costa Dourada). Apesar de todos os megaprojetos serem iniciativas de seus respectivos governos estaduais, foi por meio dos fundos disponibilizados pelo Governo Federal, a exemplo do FUNGETUR, que se incentivou a elaboração dos referidos projetos consistindo, assim, nas primeiras tentativas de ordenamento do território por parte dos Governos estaduais apoiados pelo Governo Federal.

No entanto, devido à falta de interesse dos grandes grupos hoteleiros internacionais, os projetos da Paraíba, Pernambuco e Alagoas foram considerados não exitosos. Apenas ações pontuais foram realizadas nesses, e isso porque o foco dado a essas foram a provisão de equipamentos turísticos de hospedagem, de médio e grande porte, por meio da atração de grandes grupos hoteleiros internacionais, o que acabou por não se concretizar, ao menos, não da forma que esperavam os governantes (CRUZ, 2000; DELGADO, 2009).

A princípio, a ideia foi de atrair investimentos externos por meio de incentivos financeiros (como o FUNGETUR e FINOR) para o Nordeste, mas o interesse desses grupos era de realizar investimentos em outros países ou na região Sudeste do Brasil. Para muitos potenciais investidores a eficiência marginal do capital de investir nessas áreas pareceu muito baixa e isso resultou em poucos investimentos.

Apesar disso, o megaprojeto proposto por Pernambuco e Alagoas (Costa Dourada) trouxe importantes desdobramentos para a expansão do turismo no Nordeste (NE). Isso porque durante a tentativa de sua efetivação o então presidente e um dos maiores incentivadores do projeto, Fernando Collor de Mello, em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o EMBRATUR perceberam que um dos maiores entraves para sua implementação era a escassez de infraestrutura.

Sendo assim, teve-se a ideia de criar um programa que dotasse de infraestrutura as regiões nordestinas consideradas de vocação turística (ler-se regiões litorâneas<sup>12</sup>), e a partir dessa é criado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/ NE) em 1992 (DELGADO, 2009).

O PRODETUR nasce por meio da Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991, da SUDENE com o EMBRATUR. Em sua primeira fase, o PRODETUR/NE compreendia os nove estados nordestinos, e na segunda etapa, além dos estados nordestinos, foi acrescida a região norte dos estados de Minas Gerais e todo o Espírito Santo. Atualmente existem vários tipos de PRODETUR, não só o NE, pois esse programa adquiriu abrangência nacional.

Com recursos vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o PRODETUR tem como objetivo principal investir em obras estruturais, saneamento, proteção ambiental/ patrimônio cultural, urbanização e fortalecimento institucional.

Além da participação do BID e BIRD, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atuou como executor/ mutuário do programa. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/ NE) e EMBRATUR atuam como consultores e idealizadores do programa, atraindo o capital internacional necessário (CRUZ, 1999). E para conseguir se efetivar financeiramente, o PRODETUR/ NE teve que

---

<sup>12</sup> Apesar da presença de diversos possíveis atrativos turísticos, o Nordeste brasileiro ainda é considerado um destino turístico de sol e praia. A maior parte dos turistas que visitam a região objetivam desfrutar das praias, assim, essa imagem é sempre reforçada pelas ações governamentais, seja por meio de ações de investimento em infraestrutura turística ou em divulgação (DELGADO, 2009).

realizar um conjunto de ajustes econômicos ditados por instituições financeiras internacionais como o BIRD e BID (DELGADO, 2009; PIMENTEL, 2014).

Ao realizar a avaliação da fase I do PRODETUR/ NE, o BNB (2005) aponta como uma das falhas do programa a falta de preocupação com questões ambientais, afirmando que o programa acabou por criar diversos impactos ambientais negativos. Assim, para sanar os problemas gerados, incorpora demandas ‘sustentáveis’ ao seu escopo. A princípio divide os projetos de acordo com os investimentos realizados na primeira fase, criando doze polos, adicionam-se mais dois correspondentes ao norte de Minas Gerais e ao Espírito Santo. Após a criação dos polos, demandou-se a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) para cada polo, com o intuito de mitigar os impactos ambientais causados pelo programa em sua primeira fase e evitar que novos aconteçam (BNB, 2005).

Processo similar ocorre com o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) iniciado em 1999. Diferente do PRODETUR/ NE, o PROECOTUR surge com a finalidade de alavancar um segmento de turismo específico, o ecoturismo de base comunitária, auxiliando na geração de oportunidades de negócio que fossem capazes de conciliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente nos nove Estados do Norte. Baseada numa gestão participativa e descentralizada o PROECOTUR estrutura-se a partir de duas etapas: uma de pré-investimentos e outra de investimentos. Esses são concedidos prioritariamente pelo BID, assim como acontece com o PRODETUR/ NE, e coordenados, em sua primeira fase, pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável (SEDR), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio da EMBRATUR (substituindo-o pelo recém criado MTUR) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Na fase de pré-investimentos são realizados estudos diversos de viabilidade para definir as regiões que seriam alvo do programa, assim como injetar capital para a pré-estruturação dos locais alvo, com o objetivo de que esses pudessem se preparar para receber os investimentos. Outra ação realizada na fase de pré-investimento foi a elaboração de *folders* de sensibilização sobre o ecoturismo de base comunitária (Anexo C, página 290) para informar as comunidades sobre as ações de turismo realizadas pela SEDR/ MMA. Esses foram distribuídos em comunidades que vivem em áreas naturais, rurais e em unidades de conservação.

Na Figura 24 pode-se observar o anúncio do Jornal do Comércio do Amazonas no qual noticia apenas uma parte do volume de pré-investimentos que foi realizado pelo BID por meio do PROECOTUR, orçado em 10 milhões. Na notícia também são especificadas as composições de municípios de cada um dos polos turísticos criados que passa a receber os pré-investimentos.

Figura 24 - Investimentos do BID na Amazônia Legal



Fonte: Jornal do Comércio (AM) de 24 de janeiro de 1999.

Mas alguns anos antes da elaboração do PROECOTUR, na década de 1980, já existiam propostas para um ordenamento turístico da região. Essa seria realizada por meio do Plano de Turismo da Amazônia (PTA) que estruturou-se também por meio de duas fases. De acordo com Farias (2014) e Nóbrega (2007), o I PTA foi lançado em 1977 tendo suas ações implementadas no período de 1980 - 1985, enquanto que o II PTA foi elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e o Banco da Amazônia (BASA), em 1992 - 1995. Os PTA's em conjunto com os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's) serviram de base para o PROECOTUR, inclusive alguns dos estudos realizados tanto pelos PTA's como pelos PDA's foram posteriormente aproveitados ao realizar o pré-investimento do PROECOTUR.

No início da década de 1990, no mesmo ano em que é criado o PRODETUR/ NE, também tem-se uma redefinição do papel desempenhado pela EMBRATUR, sendo essa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e passando a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo. De acordo com a Lei nº 8.181, de março de 1991, as atribuições da EMBRATUR passam a ser mais ampla, a saber:

I – propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da PNT e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas; II – estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e o

do exterior para o Brasil; III – promover e divulgar o turismo nacional, no País e no Exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos, no território brasileiro; IV – analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas; V – fomentar e financiar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria de turismo, controlando e coordenando a execução de projetos considerados como de interesse para a indústria do turismo; VI – estimular e fomentar a ampliação, diversificação, reforma e melhoria da qualidade da infraestrutura nacional; VII – definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar os projetos de empreendimentos turísticos que sejam financiados ou incentivados pelo Estado; VIII – inventariar, hierarquizar e ordenar o uso e ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação; IX – estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes; X – cadastrar as empresas, classificar os empreendimentos dedicados às atividades turísticas e exercer função fiscalizadora nos termos da legislação vigente; XI – promover, junto às autoridades competentes, os atos e medidas necessários ao desenvolvimento das atividades turísticas, à melhoria ou ao aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas e à facilitação do deslocamento de pessoas no território nacional, com finalidade turística; XII – celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas ou privadas nacionais, estrangeiras e internacionais, para a realização dos seus objetivos; XIII – realizar serviços de consultoria e de promoção destinados ao fomento da atividade turística; XIV – patrocinar eventos turísticos; XV – conceder prêmios e outros incentivos ao turismo; XVI – participar de entidades nacionais e internacionais de turismo. (BRASIL, 1991).

No ano subsequente por meio do Decreto-lei nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, são criados dispositivos para regular a Lei nº 8.181, de março de 1991. Também tem-se uma nova definição de PNT. Nessa, chama atenção a intenção de promover uma política pública preocupada com a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país. O Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) é instituído em 1992 e apresentado como um instrumento de desenvolvimento regional, seguindo a orientação presente na Constituição Federal de 1988 a qual em seu art. 180 afirma que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

De acordo com Cruz (2000), o PLANTUR era composto por sete programas, a saber: Programa dos Polos Turísticos; Programa do Turismo Interno; Programa Mercosul; Programa Ecoturismo; Programa Marketing Internacional; Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico; Programa de Formação dos Recursos Humanos para o Turismo.

Apesar do PLANTUR representar um marco para a história institucional do turismo, o mesmo não foi efetivado. Isso porque o PNT, que deveria constituir um instrumento de efetivação da política é instituído antes da política de turismo ser implementada (CRUZ, 2000). Como a política de turismo é implementada em 1996, o PLANTUR representa apenas uma

tentativa de planejamento e organização do turismo que não sai do papel. Apesar disso, influencia e serve de base para a elaboração do primeiro PNT de fato implantado.

As primeiras iniciativas de ordenamento do turismo nacional afinadas com as premissas de desenvolvimento sustentável, são datadas de 1985 com o “Projeto Turismo Ecológico” do EMBRATUR. No entanto, a única ação de fato efetivada foi a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial por meio da Portaria Interministerial nº 001, de 20 de abril de 1994, para desenvolver e propor uma política e um Programa Nacional de Ecoturismo.

Essa comissão foi constituída pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), intermediada pela Secretaria de Turismo e Serviços, Ministério da Amazônia Legal, EMBRATUR, IBAMA e MMA intermediada pela Secretária de Coordenação de Assuntos da Amazônia Legal. Por meio dessa comissão é gerado, no mesmo ano, um documento denominado de “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, o qual auxilia na elaboração de um projeto voltado para o ecoturismo no Brasil dentro do PNT.

Assim, nota-se clara influência das discussões mundiais tecidas na Conferência de Estocolmo e na Rio-92 (com a Carta da Terra e a Agenda 21 Global) dentro das políticas públicas brasileiras de turismo. Não só essas discussões, mas também as indicações feitas por entidades internacionais como a OMT, UNESCO, BID, FMI, BIRD, ONU e WWF.

Vários são os documentos desses órgãos indicando a utilização de premissas sustentáveis e participativas para a organização do turismo. Em alguns casos frisando as benesses econômicas do ecoturismo e o turismo de base comunitária como uma forma de desenvolver países pobres. Até mesmo as metodologias de implementação dos projetos são feitas por esses órgãos, que podem atuar prestando consultorias e auxiliando na elaboração de cartilhas para multiplicadores.

Conforme afirma Dias (2003), o problema é que os governos latino-americanos realizam seu planejamento econômico mais para satisfazer aos requisitos das agências de cooperação internacional e obter o correspondente financiamento a atender às demandas sociais locais. Logo, essas agências de cooperação acabam por ter um papel preponderante no turismo.

Desde o II PTA (1992 - 1995) e os I e II PDA's já podem ser percebidas essas influências. Dessa forma, os programas e projetos parecem consistir em argumentos de sustentabilidade e não em medidas efetivamente sustentáveis. Como não há respeito às diversidades de cada local, os modelos são sempre iguais. (NÓBREGA, 2007; TELES, 2011).

Na prática, várias dessas ações de sustentabilidade escondem os mesmos mecanismos de apropriação do capital e degradação ambiental representando, por vezes, formas de dominação, como é o caso de entidades internacionais que impõem falsos dispositivos

participativos para serem implementados ou que obrigam as localidades a seguirem modelos para que seja concedido financiamento (HOERNER, 2011; TELES, 2011).

Como exemplo disso tem-se o primeiro PNT de fato implantado. Esse vigorou pelo período de 1996 - 1999, com o título de “Plano Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas”, composto por 25 programas, dentre esses os de maior destaque foram Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Participação em Feiras Internacionais, Programa Nacional de Financiamento do Turismo, Programa Nacional de Ecoturismo, Pesca Esportiva, Formação e Capacitação Profissional para o Ecoturismo, Visit Brazil e Imagem do Brasil.

Ao observar a totalidade de programas, nota-se uma grande quantidade de ações voltadas para a qualificação profissional, em especial para a formação de mão-de-obra com capacidade para receber turistas estrangeiros. A esse respeito, Nóbrega (2007, p. 48) comenta

[...] um terço dos programas [propostos pelo PNT 1996 – 1999] é direcionado à divulgação da imagem do Brasil, refletindo a grande preocupação do governo federal na captação do turista internacional. O documento retrata ainda a imagem natural como um grande produto a ser comercializado. [...] Nota-se, em linhas gerais, que o turismo é encarado como um produto que se compra no supermercado, sobre uma prateleira (NÓBREGA, 2007, p. 48).

Além disso, o PNMT obteve resultados poucos expressivos. Isso porque os municípios, de forma isolada, não possuíam condições de atrair fluxos representativos de turistas, seja por questões relacionadas a escassez de verbas, infraestrutura (básica/ turística), ou pela ausência de atrativos turísticos de alta hierarquia (ENDRES, 2012). O programa não disponibilizou nenhum tipo de investimento para os municípios, apenas conhecimento e capacitação por meio da metodologia alemã de Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (ZOO), adotada pela OMT (BRUSADIN, 2005; GALDINO; COSTA, 2011). A ausência de subsídios levou alguns municípios que participavam do programa a desistir da elaboração do plano municipal (última etapa do PNMT). A lógica de operação do programa dependia da atuação de voluntários, o que pode ter constituído um problema para sua manutenção. E para alguns autores, a adoção da metodologia alemã no Brasil não foi adequada, devido às diferenças culturais entre os países (BRUSADIN, 2005; CRUZ, 2000; ENDRES, 2012).

Cabe ressaltar que houve uma importante modificação na estrutura institucional do turismo brasileiro em 2003. Por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, é criada uma pasta específica para o Turismo. O MTUR, a princípio, tinha como funções: desenvolver uma política nacional do turismo; promoção e divulgação do turismo; estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo ao turismo; gestão do Fundo Geral do Turismo;

desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2003).

Como consequência disso, as funções atribuídas ao EMBRATUR são redefinidas cabendo a esse a promoção do turismo no exterior e a realização de estudos e pesquisas acerca da demanda turística, competitividade e mercados. A elaboração das políticas e até mesmo da divulgação interna do turismo passa a ser exclusividade do MTUR. Isso também leva a um novo redirecionamento na forma de elaborar o PNT.

Visando modificar a unidade de atuação do ordenamento turístico no principal macro programa do PNT 2003 - 2007, substitui-se a municipalização pela elaboração de roteiros integrados. Ao invés da escala de ordenamento ser feita com os municípios de forma isolada, esses são agrupados formando roteiros turísticos divulgados nos salões de turismo promovidos pelo Ministério do Turismo. No PNT 2007 - 2010 a ideia de municipalização é substituída pela regionalização e esse direcionamento se mantém no PNT 2013 - 2016.

Mas algumas modificações importantes são realizadas. O PROECOTUR deixa de ser coordenado pelo SEDR/ MMA e passa a compor um macro programa do PNT 2007 - 2010 em conjunto com o PRODETUR que deixa de ser uma política exclusiva do Nordeste e torna-se nacional. Além disso, são formadas instâncias de governança participativas constituídas por representantes do poder público, *trade* turístico e sociedade civil organizada para coordenar a elaboração dos roteiros turísticos e das regiões. Também são selecionados, com base em estudos sobre competitividade, destinos turísticos para induzir o turismo interno e internacional.

Notam-se claras referências nos planos nacionais de turismo a necessidade de inclusão das comunidades locais e a preservação do meio ambiente. A temática da participação e do direcionamento das benesses geradas pelo turismo para a população local são cada vez mais evidentes nas políticas públicas. O subtítulo do PNT 2007 - 2010 é “uma viagem de inclusão”, o que indica a intenção de promover uma gestão descentralizada da atividade. No PNT 2013 - 2016, das seis ações estruturantes para o turismo duas estão diretamente relacionadas a sustentabilidade (estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística) e a descentralização (fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social).

Apesar disso, poucas são as medidas do poder público voltadas para a ampliação do turismo comunitário. (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013). Em parte, isso se deve ao fato de se tratar de um fenômeno recente que ainda é pouco conhecido. Segundo Sousa (2013), atualmente existem projetos de TBC que nem se quer tem consciência que representam turismo comunitário. De acordo com o MTUR (2010), as iniciativas relacionadas ao turismo

comunitário no Brasil se iniciam em meados da década de 1990, independentemente de qualquer iniciativa pública, motivados pela garantia ao acesso à terra.

O caso mais emblemático de TBC e TC discutido na literatura brasileira é a Prainha do Canto Verde, que, frequentemente, é apresentado como um caso de sucesso pela professora da Universidade Estadual do Ceará (UFC), Luzia Neide Coriollano. A praia encontra-se localizada no estado do Ceará, a aproximadamente 110 km da capital (Fortaleza), no município de Beberibe, próximo aos municípios de Aracati (onde localiza-se a praia de Canoa Quebrada) e Aquiraz (onde foi construído o Beach Park). Nessa, desde 1860, reside uma comunidade cuja principal atividade é a pesca artesanal. Atualmente sua população é formada por 1.100 pessoas que ocupam uma área de 749 hectares, com uma faixa de praia de 5 km de extensão.

Apesar da comunidade habitar o mesmo local desde 1860, a partir de 1980 começa a ter problemas judiciais, pois a faixa litorânea ocupada pela comunidade adquire grande valor econômico, em decorrência da expansão do turismo na região. Em meio as muitas disputas judiciais, a comunidade procura o auxílio de vários órgãos dentre eles o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) que ajuda no processo de mobilização e organização da comunidade. Por meio da CDPDH, surgem outros actantes que se engajam na causa trazendo atenção para a comunidade. (BURSZTYN; DELAMARO; SAVIOLO; DELAMARO, 2003).

Aos poucos a Prainha do Canto Verde torna-se conhecida, atraindo visitantes que desejam conhecer a comunidade e apoiar a causa, assim, de maneira informal, a comunidade passa a receber turistas a partir de 1993. E à medida que o fluxo de visitantes aumenta, a comunidade ia organizando equipamentos e atividades para esses até tornar-se um destino de referência de TBC no Brasil (BURSZTYN; DELAMARO; SAVIOLO; DELAMARO, 2003). A questão das disputas judiciais pela posse do território é resolvida apenas em 2009, quando o ICMBio torna a área uma reserva extrativista (RESEX).

Paralelamente a todo esse movimento de mobilização da comunidade da Prainha do Canto Verde, nas universidades brasileiras já existiam discussões acerca do turismo comunitário, especialmente nos cursos de geografia e turismo, mas sempre realizadas de forma marginal. Esse cenário durou até meados da década de 1990, quando um movimento de pesquisadores de diferentes locais do Brasil resolveu elaborar um evento acadêmico para discutir o turismo comunitário. O mesmo foi chamado de Encontro Nacional de Turismo com Base Comunitária (ENTBL) e teve sua primeira edição realizada na Universidade de São Paulo (USP), sendo organizada pela professora Doutora Adyr Balastreri Rodrigues, em maio de 1997. No ano seguinte foi realizada em Fortaleza na Universidade Estadual do Ceará (UECE), sendo

organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, e com o passar dos anos o evento toma vulto e as discussões acerca do TBC e TC dentro do país tornam-se cada vez mais comuns.

A própria dinâmica gerada pelas discussões nos eventos e estudos de casos de TBC fazem com que a temática torne-se cada vez mais popular no Brasil, levando ao surgimento de novos projetos e até mesmo a elaboração de políticas públicas no sentido de incentivar a prática. Dentre as poucas medidas criadas por órgãos públicos para incentivar o TBC, houve o lançamento, em 2008, de um edital de financiamento (MTUR/ nº 001/ 2008) para projetos de TBC. Esse recebeu mais de 500 propostas, número que surpreendeu o Ministério. Devido à grande quantidade de propostas enviadas, optou-se por ampliar o número de iniciativas selecionadas, chegando ao total 50 ao invés das 15 planejadas inicialmente (MTUR, 2010).

Além de financiar as propostas, o MTUR também elaborou um catálogo virtual com uma breve apresentação de todas as propostas selecionadas. Em 2009 chamou representantes dos 50 projetos selecionados para participar do IV e V Salões de Turismo – Roteiros do Brasil (dentro da I e II Mostra de TBC) e 3 representantes de diferentes iniciativas para expor seus projetos na *Adventure Sports Fair* e Festival de Gramado. De forma geral, o MTUR abriu espaço dentro dos Salões de Turismo para divulgar e discutir os projetos de TBC. Houve uma replicação da I Mostra de TBC em São Paulo (no 34º Encontro Comercial BRAZTOA) e Foz do Iguaçu (Festival de Turismo das Cataratas) ambos realizados em 2010.

Outra iniciativa foi a criação da publicação “Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública”, onde o MTUR (2010) sinaliza com o objetivo de conceder mais apoio ao turismo comunitário e realizar políticas públicas mais consistentes de promoção ao mesmo. O MTUR também publicou um livro virtual denominado “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” em conjunto com o Laboratório de Turismo e Desenvolvimento Sustentável (LTDS).

Por meio desses caminhos, a temática do turismo gerenciado pelas comunidades chega ao Brasil. No entanto, a história de implementação de cada um desses projetos/ iniciativas é distinta. Nessa seção destacou-se como o turismo comunitário se desenvolvido na Prainha do Canto Verde, destino de referência no Brasil, a partir da década de 1980, mas de que forma será que o turismo comunitário conseguiu ser transportado a Recife, mais precisamente a Ilha de Deus?

### 4.3 ACESSANDO O CAMPO

Após a pesquisadora decidir estudar o turismo em comunidades na cidade de Recife, mais especificamente na Ilha de Deus, tem-se a preocupação sobre como acessar o campo. Por não conhecer ninguém da comunidade ou mesmo alguém que trabalhasse com turismo comunitário em Recife, os questionamentos frequentes são: será possível a inserção na comunidade? Conseguirá ser plenamente aceita ou a comunidade a verá como uma estranha? Será necessário se inserir em outra comunidade para a realização da pesquisa? A pesquisa se realizará da forma como foi pensada (com a utilização de método de inspiração etnográfica e técnicas de *shadowing* e *following objects*)?

Em decorrência desses questionamentos, vivenciou-se momentos de ansiedade e insegurança, especialmente por não ter nenhuma relação com pessoas ligadas ao turismo comunitário. O único contato dessa com o tema ‘turismo em comunidades’ dava-se como estudiosa de turismo e curiosa. Assim, chegou-se a observar discussões através de eventos científicos específicos da área dos quais tomou parte, a exemplo do Congresso Nacional de Turismo Comunitário, Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) e Simpósio Internacional de Turismo Comunitário. Nesses momentos, houve inclusive conversas informais com actantes do turismo comunitário de outros estados brasileiros, com trocas de experiências durante a apresentação de trabalhos acadêmicos. Além da participação em eventos específicos sobre o tema em eventos de turismo gerais também tomou parte nas palestras, grupos de trabalho, discussões e mesas redondas.

Dessa forma, antes da realização dessa tese, estabeleceu-se contato com o tema por meio da leitura de produções acadêmicas. Apesar de ter algum contato com a temática através do estudo dos trabalhos de pesquisadores brasileiros que frequentemente o abordam, como Luzia Neide Coriolano, Ivan Bursztyn, Adyr Balastrieri Rodrigues, Roberto Bartholo e Eduardo Jorge Costa Mielke, o contato empírico com projetos de turismo em comunidades era quase nulo.

Antes de iniciar as visitas para formatar as ideias referentes a pesquisa empírica dessa tese, o contato empírico com turismo em comunidades deu-se em uma única oportunidade numa comunidade tradicional do estado da Paraíba. Esse ocorreu por meio de visita técnica, sem que fosse estabelecido nenhum contato com os ‘planejadores’ daquela iniciativa ou mesmo com a forma como ele foi organizado. Assim, o contato empírico se estabeleceu apenas como uma visitante passiva (excursionista), sem nenhuma interação profunda ou inserção junto as pessoas a frente daquela iniciativa ou mesmo representantes/ líderes da comunidade.

E o que falar da Ilha de Deus? Da mesma forma que desconhecia-se pessoas relacionadas ao turismo comunitário em Recife também ignorava a existência de uma comunidade denominada Ilha de Deus. Diante da pouca familiaridade empírica com o tema e com a comunidade a ser estudada, a inserção na comunidade torna-se uma grande incógnita. Assim, surgem dúvidas até mesmo sobre como iniciar a inserção em campo.

Diante das incertezas relativas a forma de aproximação recorreu-se, primeiramente, a uma busca em fontes secundárias. Essas, conforme explicado na metodologia, ocorrem de forma natural em decorrência dos caminhos que são trilhados no início da pesquisa. O intuito não era apenas de reunir documentos de pesquisa, mas juntar informações que tornassem possível seguir os atores para ter acesso as suas realidades e para permitir uma inserção em campo. Assim, especialmente aquelas buscas realizadas na internet por meio de reportagens em jornais/ telejornais, vídeos do *youtube* e redes sociais (*facebook*, *twitter* e *instagram*) auxiliaram na indicação de possíveis caminhos para ter acesso a comunidade.

Não foram estabelecidos procedimentos lineares ou estruturados/ padronizados para o acesso a comunidade da Ilha de Deus. E os procedimentos iniciais partiram das informações levantadas em fontes secundárias. Assim, por meio do material coletado nessas, observou-se que as ações de turismo comunitário na Ilha de Deus apareciam sempre associadas a uma entidade denominada Saber Viver. Ora essa instituição surgia como um “centro de ensino”, e ora como uma Organização Não-Governamental (ONG). Isso despertou certa surpresa, será que trata-se de uma escola que se encontra envolvida com turismo comunitário?

Normalmente há iniciativas de TC e TBC que são mobilizadas por universidades, faculdades ou institutos federais de educação através, principalmente, de projetos de extensão, mas não é comum ter-se a presença de escolas associadas a iniciativas dessa natureza.

Mas, de qualquer forma, tendo em vista a relação entre essa entidade e as iniciativas de turismo comunitário e considerando-se que seria necessário eleger algumas pessoas para estabelecer contato opta-se por tentar entrar em campo através da entidade Saber Viver. No entanto, destaca-se que não se chega a campo com uma ideia preestabelecida sobre quem são os atores envolvidos na organização do turismo na Ilha de Deus. A Saber Viver constitui apenas um ponto de partida para se inserir na comunidade e não um actante quase-sujeito previamente selecionado como ‘organizador’ do turismo na comunidade.

Dessa maneira, a primeira tentativa de estabelecer contato com algum membro da entidade deu-se através de um número de telefone que foi localizado na internet, num perfil de rede social (*facebook*) denominado “Centro Educacional Popular Saber Viver”. O intuito era estabelecer contato primeiramente via telefone, depois agendar um horário para conversar, e

então explicar pessoalmente o que se pretendia fazer na comunidade caso fosse concedida autorização. No entanto, apesar de ligar para o respectivo número, por quatro vezes no período da manhã e tarde nos dias 10/ 07/ 2017 e 11/ 07/ 2017, não obteve-se êxito.

Atribuiu-se o insucesso a alguma possível desatualização de dados presente na rede social ou mesmo a pouca utilização de telefone fixo por parte de membros da Saber Viver. Outra possibilidade, que futuramente se confirmou no transcorrer da pesquisa, é que parte da equipe não estava no local naquele momento, o que inviabilizou o contato por esse meio.

Assim, uma nova forma de acesso a campo teve que ser tentada. Não se achou conveniente tentar contato via *e-mail* ou *chat*/ mensagem em rede social, pois o ideal seria explicar livremente (sem limite de caracteres) a proposta de pesquisa, observando-se pelo tom da voz do receptor se a proposta da pesquisa era bem-vinda ou não. Além disso, o ideal era obter uma resposta mais rápida da comunidade. A grande preocupação nesse momento é se a proposta seria encarada como invasiva. Porém, diante dos fatos, optou-se por visitar a Saber Viver e a comunidade *in loco*, sem que fosse feito nenhum tipo de aviso prévio.

Apesar de certa resistência inicial, pois temia ser vista como uma intrusa na comunidade, entrando nessa sem ser convidada por ninguém ou previamente anunciada, decide-se realizar a visita e correr o risco, isso devido à falta de opções alternativas para entrar em contato com a entidade selecionada.

Dessa forma, recorre-se mais uma vez a internet para localizar de forma precisa a comunidade. Devido a pesquisas prévias em fontes secundárias, acreditava-se que a Ilha de Deus se encontrava no bairro da Imbiribeira, mas não se sabia exatamente aonde. Por isso, recorre-se aos *softwares* de navegação com *Global Positioning System* (GPS) - *google maps* e *waze* - para traçar uma rota de automóvel até o local. Esses *softwares* além de indicar o caminho mais curto e com menos trânsito até o destino permitem visualizar imagens (fotos) dos endereços que buscados. Assim pesquisa-se pelo endereço da Saber Viver que consta no *site* de buscas *google*: Rua São Paulo, 96 - Ilha de Deus, Recife - PE, CEP 50781-600.

Após ter ciência da rota de acesso terrestre para chegar a Ilha de Deus, tenta-se usar o *street view*, serviço do *google maps* que permite explorar as imagens das ruas por meio de fotos, para se situar melhor no trajeto, tendo assim uma noção mais ampla do caminho a ser seguido.

Nesse momento percebe-se que os respectivos *softwares* não mostram nenhuma imagem da Ilha de Deus, estando sua visualização restrita a ponte que dá acesso a comunidade, sem exibir nenhuma imagem da comunidade em si. A seguir pode-se observar na Figura 25 a única imagem disponibilizada por meio do aplicativo *street view* da Ilha de Deus, a qual

corresponde ao caminho de entrada para comunidade, a ponte ‘Vitória das Mulheres’. Não é possível saber pelo *street view* o que existe além dessa ponte.

Figura 25 - Entrada da Ponte “Vitória das Mulheres” na Ilha de Deus



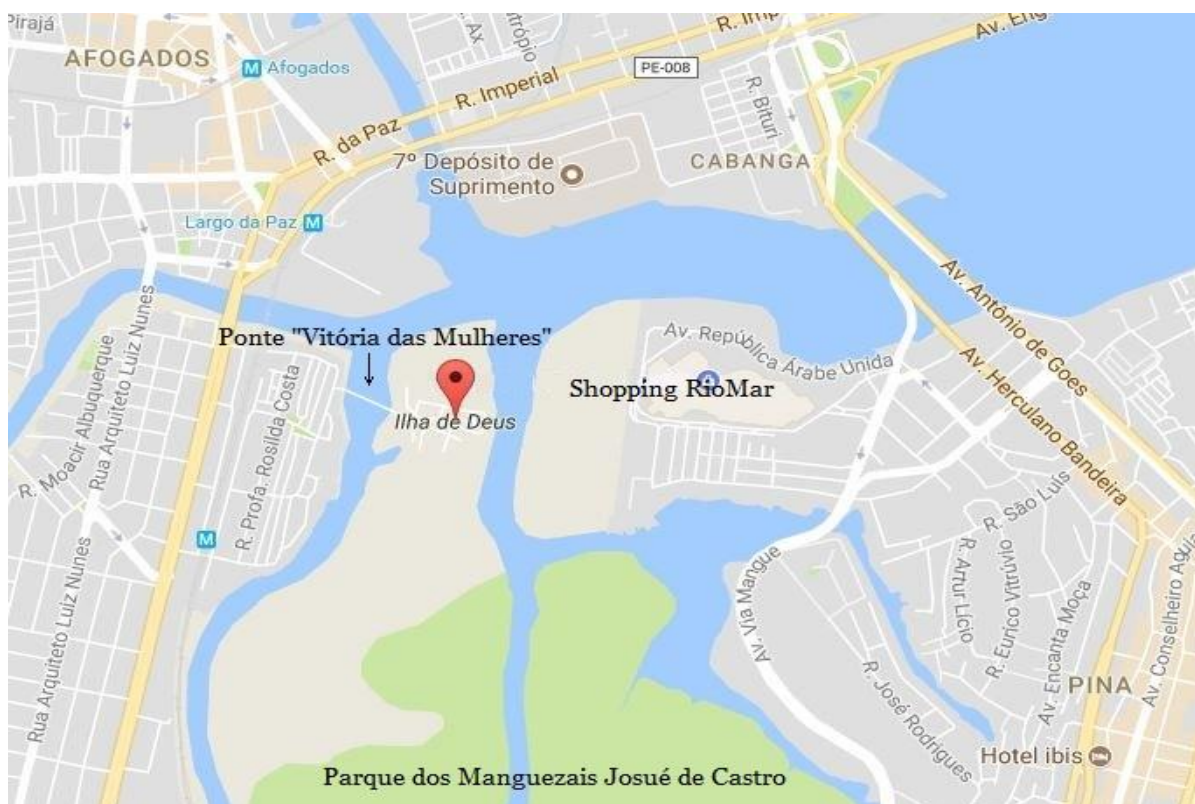
Fonte: *Street View* (2017).

Posteriormente, ao fazer a visita *in loco* observa-se que a circulação de veículos dentro da Ilha é restrita. Ao atravessar a ponte tem-se um bolsão de estacionamento e desse ponto em diante não é possível a circulação de automóveis, apenas motos e bicicletas podem transitar na comunidade. Essa restrição poderia justificar a exclusão de imagens no *street view* do *google maps*, já que as fotos que constam no aplicativo são tiradas por meio de câmeras localizadas no bagageiro de um automóvel da *google*. A impossibilidade de circulação de automóvel na comunidade provavelmente implica numa exclusão dela desses. Apesar disso, por meio dos aplicativos (*google maps* e *waze*), ainda é possível visualizar o mapa de localização, sem fotos reais das ruas, e utilizar o GPS para obter instruções sobre um roteiro de acesso.

Na Figura 26 pode-se perceber exatamente aonde está localizada a Ilha de Deus. Essa encontra-se em Recife - capital de Pernambuco - no bairro do Pina, mais precisamente no Arquipélago do Pina. Localiza-se próxima ao Parque dos Manguezais e ao Shopping RioMar Recife. Apesar de estar situada no bairro do Pina, a única forma de acessá-la por via terrestre é através do bairro da Imbiribeira pela ponte “Vitória das Mulheres”, denominada oficialmente

de Rua São José, pois a Ilha encontra-se cercada pelos rios Jordão, Tejiptió, Pina e Capibaribe (em seu braço sul). Dessa forma, tendo em vista que seu acesso terrestre é realizado via bairro da Imbiribeira é compreensível que se confunda sua localização.

Figura 26 - Mapa de localização da Ilha de Deus



Fonte: Adaptado do Google Maps (2017).

Após realizar uma identificação precisa da localização da comunidade traçando uma rota de acesso terrestre, na manhã do dia 13/ 07/ 2017, por meio do aplicativo de navegação *google maps* visita-se a Ilha de Deus pela primeira vez.

O caminho para chegar a ponte ("Vitória das Mulheres") passa por ruas bastante estreitas dentro da comunidade Irmã Dorothy (na Imbiribeira), que não permite a circulação de veículos de grande porte, a exemplo de ônibus e caminhão, e o mesmo pode ser percebido com relação a ponte que dá acesso à Ilha de Deus. Assim, ao observar aquele cenário, imagina-se como se dá, por exemplo, o transporte público ou a limpeza urbana. Como será que o ônibus consegue circular para deixar os turistas na Ilha de Deus? Em que local é possível estacionar um ônibus de turismo? Será que há também algum bolsão de estacionamento para ônibus nas comunidades localizadas na Imbiribeira, permitindo, ao menos a circulação parcial?

Ao chegar na ponte (Figura 25) tem-se a impressão que não é possível atravessá-la de carro, no entanto, as pessoas que a atravessavam a pé afirmavam que era possível cruzá-la de automóvel, insistindo para fazer o percurso de automóvel. Apesar disso, por receio de machucar os pedestres e ciclistas que passavam pela ponte, extremamente estreita, opta-se, nesse primeiro momento, por deixar o automóvel antes da ponte. Mais a frente foi possível observar que na ponte há uma série de pequenos bolsões, que cabem um carro pequeno. Isso é para ajudar no trânsito de automóveis e pedestres devido essa ser muito estreita. Quando se cruza a ponte é possível notar na margem do rio algumas palafitas que parecem estar abandonadas, assim como áreas delimitadas que lembram criatórios de camarão ou algum outro tipo de carcinocultura e pequenas canoas. Enquanto isso pode-se observar várias pessoas cruzavam a ponte, algumas usando bicicletas e motos, mas a maioria fazendo o trajeto a pé, incluindo pessoas transportando gás de cozinha, água mineral e até mesmo móveis.

Então, mais uma vez questiona-se, como será que a comunidade da Ilha de Deus tinha acesso a esse tipo de produto/ serviço antes da construção da ponte? Por meio de reportagens presentes no Diário de Pernambuco é possível notar que a construção da ponte é recente, enquanto que a constituição da comunidade da Ilha de Deus dar-se em período bastante anterior. Será que esse acesso era feito apenas por meio de pequenos barcos/ canoas, similares aos que foram vistos na margem do rio? Ou existia alguma outra forma?

Do outro lado da ponte chega-se a comunidade da Ilha de Deus, nessa há um estacionamento com capacidade para comportar aproximadamente 20 carros. Do lado direito ao estacionamento encontra-se a Escola Municipal Capela de Santo Antônio, um pouco mais abaixo é possível observar a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e uma Unidade de Saúde da Família (USF). Devido à presença de tantos serviços logo na entrada da comunidade havia vários moradores próximos ao estacionamento, alguns estavam apenas conversando, outros se dirigiam para a USF ou para a Igreja. Dessa forma, aproxima-se aleatoriamente de um grupo que estava conversando perto da entrada da USF e questiona-os sobre orientações de como chegar até a sede da Saber e Viver.

A princípio houve um pequeno desentendimento, as pessoas pareciam não entender muito bem o que era Saber Viver, questionavam “mas quem é que a senhora está procurando?” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017), outro morador pergunta “ah a senhora está procurando a escolinha? A única Saber Viver que conheço é a escolinha” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017). Após explicar que se tratava de um grupo de pessoas que desenvolviam projetos de turismo, educação ambiental, artesanato, dança e reforço escolar, alguém que estava no grupo respondeu que realmente procurava a escolinha e indica um caminho para chegar até ela.

Inicialmente, andar pela comunidade mostrou-se uma atividade difícil, não há placas de informações ou mesmo numeração nas casas, as ruas são bastante estreitas e parecem se fundir num entremeado de casas residenciais e pequenos comércios. As construções (tanto residenciais quanto comerciais) observadas nessa primeira visita eram todas feitas em alvenaria. Alguns trechos das ruas são de barro/ terra batida, outros estão revestidos com blocos de concreto. Em alguns poucos locais parecia haver esgoto a céu aberto, com valas abertas (onde uma pessoa mais desatenta poderia cair) e/ou quebradas, já em outras ruas notaram-se valas devidamente tampadas. Outro fator que despertou atenção foram canos no meio de algumas ruas, a um metro de altura do chão.

Andar pela Ilha de Deus também trouxe incerteza com relação a segurança. Por se tratar de uma comunidade desconhecida, houve preocupação e um sentimento inicial de insegurança, principalmente devido a alguns membros da comunidade observarem de forma atenta. Isso ocorreu, possivelmente, por nunca terem visto a pesquisadora na comunidade (ou seja, por ser considerada uma *outsider*) e por estar claramente perdida.

Independentemente disso, andar pela Ilha de Deus não se mostrou uma atividade fácil. E encontrar a sede da ‘escolinha’ tornou-se uma atividade complexa, para alguém que estava indo à comunidade pela primeira vez, desse modo, optou-se por solicitar ajuda mais uma vez.

Assim, buscou-se outro membro da comunidade que pudesse auxiliar a encontrar a Saber Viver. Dessa forma, ao pedir ajuda, um adolescente, de aproximadamente 14 anos, foi até a porta da sede da Saber Viver. Ao chegar no local, o adolescente ainda procurou pela presidente da ‘escolinha’ para apresentá-la. “Ah eu sei, a Saber Viver, né!? Então você tem que falar com a Nalvinha, te apresento ela” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017). Esse fato causou estranhamento, se a Saber Viver trata-se de uma escola infantil como poderia essa ter uma presidente? Não seria diretora? Ao ser questionado o adolescente explicou que não se tratava apenas de uma escolinha, pois havia outras atividades sendo desenvolvidas.

Quando chegou-se a sede da Saber Viver, o adolescente perguntou a uma senhora que estava varrendo uma casa grande, de dois andares, sobre Nalvinha. Essa respondeu que a mesma não se encontrava na Ilha e que não sabia quando retornaria, podendo voltar apenas no dia seguinte, mas que ‘Binho’ encontrava-se numa casa vizinha.

A princípio não foi percebida nenhuma identificação que desse a entender que naquela casa funciona um equipamento de hospedagem, ou mesmo a sede de uma ONG, conforme foi explicado posteriormente. Assim, dificilmente seria possível encontrar o local ou mesmo identificá-lo se não tivesse sido auxiliada por alguém da comunidade.

Dessa maneira, o adolescente se dirigiu a casa vizinha e chamou por Fábio, explicando para ele que tinha uma pessoa que procurava alguém que fizesse parte da Saber Viver e se ele não poderia atender essa pessoa. Logo em seguida, Fábio apareceu. Assim, a pesquisadora se apresentou como doutoranda em administração da UFPE e professora de hotelaria do IFPE, o que fez com que Fábio passasse a chamá-la de ‘professora’, afirmando: “Seja bem-vinda professora, em que posso lhe ajudar?” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017).

A denominação de professora reflete uma das ‘performances’ que foram enactadas na Ilha de Deus. Além dessa, também chegou a ser conhecida, por alguns, como ‘voluntária’, isso devido as atividades que, posteriormente, passou a desenvolver na comunidade. Mas nunca chegou a ser conhecida, por nenhum membro da comunidade, como ‘pesquisadora’, apesar de sempre afirmar que estava na Ilha de Deus com o objetivo de realizar uma pesquisa para a elaboração de uma tese na área de administração.

Essas denominações de ‘professora’ e ‘voluntária’ acompanharam a pesquisadora durante todo o período em que foi realizado o *shadowing* e *following objects*. Mesmo após finalizar a pesquisa de campo, ao fazer uma visita por conta própria à Ilha de Deus à lazer para mostrá-la aos amigos, ainda assim, foi reconhecida por essas performances.

A princípio, quando Fábio questionou-a sobre de que forma poderia ajudá-la, falou-se apenas que havia interesse em entender melhor o projeto de turismo comunitário que vem sendo realizado na Ilha de Deus pela Saber Viver. Dessa forma, numa sala de reuniões na sede da Saber Viver, por meio de uma conversa informal começou a explicar o projeto. Essa primeira conversa chegou a ser gravada, fazendo assim parte do *corpus* da pesquisa, mas antes de iniciar a gravação da mesma pediu-se autorização ao interlocutor.

Após algum tempo de conversa, o representante da Saber Viver apresentou o imóvel e explicou que nesse mesmo local além de funcionar uma ONG também há um *hostel*. E que esse, atualmente, possui vinte leitos e uma sala onde acontecem as aulas de dança, teatro e onde as crianças estão tendo aulas no momento (considerado que o outro prédio próprio para essa finalidade está com um problema na bomba da água, o que prejudica o abastecimento de água tornando, assim, inviável a realização das aulas com as crianças).

Nessa sala, o grupo de dança da comunidade, denominado Nativos, realiza também os ensaios de seus espetáculos que, de acordo com Fábio, podem ser apenas de dança ou uma mistura entre dança e atuação teatral. Ao falar do grupo mostrou um *banner* com a ilustração do grupo (Apêndice D – página 283) e afirmou que no momento estavam num compromisso fora da Ilha de Deus, mas que em breve voltariam.

Ao observar o local, nota-se a presença de muitos *banners* em alemão (Figura 27 abaixo e apêndice D – página 283), o que levou a um questionamento sobre o porquê da presença de tanto material em alemão. Fábio se restringiu a explicar que se tratava de uma ONG parceira que funciona na Alemanha, a qual realiza atividades em conjunto com a Saber Viver, e que ambas trabalham com questões ambientais, a exemplo de atividades de reciclagem e de conscientização/ educação ambiental. Apesar dessa afirmação ter aguçado vários questionamentos, a respeito da natureza da parceria ou como ela se iniciou, optou-se por reservar essas perguntas para um momento mais propício e deixá-lo falar livremente, sem que a fossem feitas muitas interrupções em suas explicações.

Apesar disso, instantaneamente fez-se relação dessa parceria com os três movimentos indicados por Latour (2012) e, pensou-se, por meio de quais conectores foi estabelecida essa ligação. Como uma ONG localizada na Alemanha toma conhecimento de uma comunidade localizada na periferia de Recife e ainda consegue instituir uma parceria que, aparentemente, influencia substancialmente na forma de atuação de um projeto na Ilha de Deus? Ou seja, como a ONG da Alemanha consegue atuar a distância na Ilha de Deus? Dentro da cidade de Recife, nem todos os recifenses têm conhecimento dos projetos que são desenvolvidos pela ONG Saber Viver (Notas de Campo, 2017, 2018), mas uma ONG da Alemanha não só conhece a comunidade como também atua nela (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017).

Ao passar pelo corredor de entrada mostrou-se, ainda, as bandeiras de vários países penduradas nas paredes e afirmou-se que cada bandeira correspondia a um grupo de turistas estrangeiros que a ONG tinha recebido com o intuito de contribuir por meio de trabalho voluntário. Quando questionou-se sobre como os turistas (voluntários) tomaram ciência da Ilha de Deus, afirmou-se que a ONG estabelece parceria com empresas e pessoas que enviam turistas para a Ilha de Deus e que não era uma ‘ajuda’, pois a ONG mesmo com muita dificuldade ainda consegue se manter sozinha, mas que essas eram parcerias comerciais, diferentes da parceria estabelecida com a ONG da Alemanha. E que há pouca ajuda vinda do Governo, seja essa na esfera municipal, estadual ou federal, mas que possuem muitos parceiros. Ao afirmar a existência de muitas parcerias mostrou-se um outro *banner* com a logomarca de instituições diversas que são parceiras da Saber Viver. (Apêndice D – página 283).

Ao falar sobre os turistas/ visitantes que a comunidade recebe, comentou-se que há diversas histórias relativas a adaptação dos visitantes a Ilha de Deus, especialmente no que se refere as inúmeras diferenças culturais e comportamentais dos turistas estrangeiros, principalmente de um grupo de turistas mulçumanos que visitaram a Ilha há alguns anos.

Na Figura 27, tem-se uma foto onde é possível observar uma série de bandeiras de outros países que representam os turistas que já ficavam hospedados no *hostel* da Saber Viver. Esses realizaram atividades voluntárias na ONG, a exemplo de aulas de inglês, espanhol, francês, educação ambiental, artesanato e dança. Nota-se que em algumas bandeiras podem ser vistas mensagens de felicitações e agradecimentos à ONG pela acolhida e pelas muitas experiências que foram vivenciadas no Ilha de Deus. Além disso, também é possível ver um *banner* em alemão, com a divulgação de um evento da ONG parceira.

Figura 27 - Entrada do Hostel/ Sede da ONG Saber Viver e *banner* em alemão



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Após as conversas e apresentações iniciais feitas por Fábio, buscou-se explicar melhor a natureza da pesquisa. Assim, se afirmou que o intuito é desenvolver uma tese dentro do Programa de Pós-graduação em Administração, com o objetivo justamente de estudar iniciativas de turismo comunitário do tipo das que são desenvolvidas na Ilha de Deus pela ONG Saber Viver. Nessa ocasião explanou-se de forma mais ampla o objetivo do estudo; ou seja, observar como o turismo surgiu e tem-se desenvolvido na comunidade, e também seus impactos no cotidiano da população. Ainda enfatizou-se a necessidade de ser aceita pela comunidade e pela ONG e que o estudo demandaria a presença frequente, inclusive em atividades cotidianas realizadas pela comunidade.

Também foi questionado se estava autorizada a fazer a pesquisa junto à comunidade e à ONG Saber Viver ou se havia algum tipo de impedimento, ao que Fábio, prontamente, respondeu que seria muito bom para a comunidade que a pesquisa fosse concretizada. Isso porque consistiria em mais uma forma de divulgação da comunidade e dos projetos que são desenvolvidos pela ONG. Também afirmou que as pessoas são bastante receptivas e que qualquer coisa que fosse necessária para a realização da pesquisa bastava procurá-lo. Por fim, informou seu contato via *whatsapp* e convidou para acompanhá-lo durante um *tour* com um grupo de alunos de uma escola particular a ser realizado na semana seguinte na Ilha de Deus.

Além disso, Fábio também relatou aspectos de sua vida na Ilha de Deus, explicou que nasceu na comunidade e que sempre morou lá. A relação estabelecida com a ONG iniciou-se quando ele ainda era adolescente. Inicialmente, na época que o grupo de religiosos liderado por Frei Beda estava começando seu projeto, se profissionalizou na padaria-escola, tanto na produção dos pães como em sua comercialização na comunidade. Posteriormente, chegou até mesmo a abrir uma padaria na Ilha de Deus, mas essa acabou falindo, pois “o pessoal estava sempre me pedindo para vender fiado, eu ficava com pena porque conhecia todo mundo e sabia que estavam passando fome ai acabei quebrando” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017).

Ademais, tomou parte das atividades de educação ambiental e reforço escolar oferecidos pela Saber Viver na década de 1990. Dessa maneira, à medida que cresceu, resolveu prestar trabalho voluntário no local; sendo assim, atualmente ocupa a função de diretor financeiro e guia de turismo. Ele é a pessoa responsável por acompanhar os grupos de turistas que visitam a Ilha de Deus. Ele também trabalha como pescador (peixe/ camarão) e na cata de sururu – como a maior parte da população da Ilha de Deus. E seu trabalho na ONG, assim como de todos os outros voluntários, é gratuito. Apesar do turismo comunitário ter auxiliado bastante na manutenção dos projetos da ONG, essa passa por problemas financeiros, destacou Fábio, pois não recebe auxílio de nenhum órgão público e tem que se manter sozinha.

A conversa prossegue tendo como principal tema a transformação da “Ilha sem Deus” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017) numa Ilha de Deus, e de que forma o turismo foi aos poucos se desenvolvendo na comunidade por meio de uma professor universitário e de uma ex-voluntária. Ainda foram feitos comentários sobre as benesses que o turismo tem trazido para o equilíbrio das contas da ONG como água e luz, e também como seu desenvolvimento contribui para a manutenção de alguns projetos sociais propostos pela Saber Viver para a comunidade.

Fábio relatou que a sua infância na comunidade era bastante pobre, só existiam palafitas e casas de barro, o local servia de esconderijo para bandidos devido ao difícil acesso à Ilha. As pessoas da comunidade passavam fome e não havia possibilidade de trabalho.

Com a chegada do Frei Beda e seus projetos sociais, que aos poucos vão sendo implantados por ele e por seu grupo de religiosos, a realidade da comunidade começou a mudar, especialmente com relação as condições de moradia, saúde e educação. Isso associado a atuação das primeiras moradoras que se mobilizaram para ‘lutar’ por melhores condições de vida para a população (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017). A construção da ponte também foi um marco para a melhoria de vida da população, permitindo a circulação das pessoas de forma mais ampla, sem necessitar de barcos ou mesmo de nadar para chegar até as suas casas.

Por fim, Fábio realizou um *tour* pela Ilha, mostrando toda a estrutura do *hostel*, seus quartos com beliche e ar-condicionado (Apêndice E – página 284), sala de ensaio do grupo de dança, cozinha e refeitório. Também mostrou os outros prédios que fazem parte de projetos sociais iniciados pela ONG Saber Viver, o local aonde será montado o museu em homenagem ao frei Beda, as salas de aula onde normalmente acontecem as aulas de reforço escolar e de educação ambiental, e o prédio no qual funciona o centro de artesanato.

A visita encerrou-se quando Fábio mostrou a praça central. Nessa, há uma rampa por onde os barcos e catamarãs chegam, de acordo com o guia a rampa localizada na Ilha de Deus é uma das melhores de Pernambuco e que as crianças costumaram ter aulas de remo, mas que por falta de verba o projeto foi descontinuado. Também mostrou como a população trabalha com o sururu (após catá-lo há uma série de processos que são feitos até que ele possa ser comercializado). Posteriormente, se percebeu que o roteiro feito pela Ilha de Deus nessa primeira visita é bastante similar ao oferecido dentro da performance de TBC pedagógico. A maior diferença é a duração do percurso, pois no caso dos roteiros vendidos a duração pode ser mais curta (quando os visitantes utilizam a empresa Catamaran Tours) ou mais extensa (quando trata-se de grupos escolares). Ademais, há diferenças com relações as explicações feitas sobre a Ilha para os visitantes, no *tour* tradicional costuma-se falar mais sobre o projeto de requalificação da Ilha e sobre a principal atividade econômica do local (o sururu). Já nos passeios comerciais tradicionais pela Ilha de Deus tem-se sempre a realização de apresentações artísticas/ culturais pelo grupo de dança jovem da comunidade (Nativos).

Por fim, deixa-se a Ilha com a sensação de que o turismo comunitário na Ilha de Deus é formado por uma quantidade extensa de actantes (humanos e não-humanos) e que por meio de relacionamentos, ainda desconhecidos, conseguem fazer com que o turismo, de alguma forma, se organize e se mantenha na comunidade. As parcerias estabelecidas pela ONG Saber Viver parecem demonstrar um forte poder de mobilização desse actante, ou, ao menos, de algum parceiro próximo a ele. E assim, como afirma Latour (2012, 1986), o poder encontra-se justamente na associação e ao alistar novos actantes ganha força.

Além disso, a história da comunidade desperta bastante interesse, por ter sido um lugar que ficou conhecido como violento e excluído e que de repente, devido a um processo de mobilização desencadeado pela própria comunidade e seus parceiros, mostra-se como um caso de sucesso dentro do turismo comunitário, aparecendo na televisão (num canal de grande audiência) e em reportagens no Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco.

A visita desperta uma série de questões a exemplo de: por quais processos translativos teria passado a Ilha de Deus para ser tão modificada? Como a Ilha de Deus passa a receber pessoas famosas para divulgar suas causas, a exemplo do programa ‘Estrelas Solidárias’? Como a ONG consegue atuar em tantas frentes (educação ambiental, reforço escolar, artesanato e dança) com uma verba tão limitada? Há algum tipo de oposição ou dissidência ao turismo ou as ações desenvolvidas pela ONG Saber Viver?

Apesar da visita à Ilha de Deus ter durado aproximadamente duas horas e de Fábio ter respondido a várias perguntas, ainda restavam muitos questionamentos para serem respondidos. Esses só poderiam ser sanados por meio de uma maior inserção na realidade da comunidade, simplesmente fazer visitas esporádicas não seria suficiente. Mesmo que fosse avisada por Fábio sobre os eventos e os grupos de turistas que iam visitar o local e fosse convidada a participar dessas ocasiões, realizando observação não-participante ou *shadowing/ following objects*, não seria suficiente para entender a composição do turismo no local. Isso porque, para entender a formação do turismo no local, também seria necessário compreender como a comunidade surgiu, ou melhor, como ela se transformou ‘naquela comunidade’. E esse tipo de estudo demanda uma presença frequente do pesquisador para observar o cotidiano da comunidade e não apenas os momentos em que recebe visitantes.

Dessa forma, na semana seguinte, após realizar outras visitas a Ilha de Deus, inclusive acompanhando um grupo de alunos que visitavam a ilha por meio de *tour* pela comunidade guiados por Fábio, resolve-se tentar uma inserção mais ativamente em campo. Para tanto, considerou-se as indicações de Alcadipani (2014) no que se refere a realização de pesquisa etnográfica, sendo o ideal oferecer algo em troca ao local a ser estudado. Assim, entrou-se em contato com Fábio através do *whatsapp* para informá-lo do desejo em auxiliar no trabalho da ONG, seja no projeto de turismo comunitário ou em qualquer outra atividade desempenhada. Esse afirmou que há várias possibilidades de trabalho voluntário na ONG, mas que outra pessoa é responsável pela ‘contratação’ dos voluntários, ele mexia apenas com o guiamento dos passeios e com parte do controle financeiro. Dessa forma, passou o número de *whatsapp* do coordenador de projetos sociais da Ilha de Deus.

No dia seguinte, entrou-se em contato com o coordenador de projetos sociais da Ilha de Deus (em 01/ 08/ 2017) através do envio de uma mensagem de texto através do *whatsapp*. Na mensagem explicou-se a natureza da pesquisa na Ilha e enfatizou-se a necessidade de uma inserção ativamente na comunidade para realizar observações e que também gostaria de ajudar a comunidade e a ONG por meio da realização de trabalho voluntário ou algum tipo de estágio sem remuneração. Mas que esse trabalho deveria permitir a observação de como eram organizadas as ações de turismo comunitário e tudo que fosse relacionada a Ilha de Deus. No mesmo dia recebeu-se a seguinte resposta:

Bom dia, é sempre muito bom ter mais uma voluntária na nossa ONG, preciso de mais informações sobre o seu tempo disponível, os dias que pode atuar na ilha e também seu currículo, mande sua proposta e currículo para o e-mail da ONG. As observações para a pesquisa você poderá fazer enquanto estiver realizando o trabalho voluntário, nossos voluntários têm total acesso as atividades que são realizadas pela ONG. Obrigado pelo interesse no nosso trabalho social. Abraço.  
(Mensagem via *whatsapp*, 01/08/2017).

Dessa forma, no dia seguinte (02/ 08/ 2017) foi enviado um *e-mail* informado os dados que tinham sido solicitados pelo coordenador. No dia (04/ 08/ 2017) outra mensagem foi recebida via *whatsapp*, nessa o coordenador perguntava quando teria disponibilidade para ir à Ilha para conversar sobre o trabalho voluntário a ser desenvolvido.

Assim, agendou-se uma conversa no dia 07/ 08/ 2017, no período da tarde. Ao entrar novamente na sede da ONG o coordenador se encontrava na sala de reuniões da Saber Viver concluindo uma reunião. Solicitou-se que entrasse na sala e sentasse, dessa forma, foi possível observar o restante da reunião. Notou-se que essa se tratava de uma discussão a respeito da formação de uma cooperativa para tratamento e beneficiamento de sururu, com a presença de um técnico da cidade de Maceió. Assim, o coordenador solicitava uma consultoria em processos de acondicionamento e manipulação de sururu para que esse pudesse ser comercializado formalmente por meio de uma cooperativa a ser criada na Ilha de Deus.

Após concluir a reunião, explicou-se o objetivo da pesquisa na Ilha de Deus, ressaltando a necessidade de inserção frequentemente na comunidade para realizar as observações necessárias, tanto no que se refere as iniciativas de turismo desenvolvidas pela ONG Saber Viver como no cotidiano da comunidade. O coordenador agradeceu novamente o interesse pela comunidade e pelos projetos desenvolvidos pela ONG e afirmou que a pesquisa seria muito interessante, e que nunca tinha visto nenhuma pesquisa parecida, parabenizou e afirmou que essa seria muito bem-vinda a comunidade.

Sobre a participação como voluntária, afirmou que após analisar o currículo e os horários disponíveis para atuação no ONG concluiu que o melhor lugar para trabalhar seria na escolinha com as crianças da comunidade, trabalhando com aulas de reforço escolar e educação ambiental. Essas aulas ocorrem todos os dias da semana no período da manhã das 8 às 11 horas num prédio que Fábio já havia mostrado anteriormente.

Segundo o coordenador, ao desenvolver atividades de educação junto às crianças seria possível não só conhecer e conviver com outros voluntários da comunidade, e de fora da comunidade (voluntários-turistas) que trabalham na ONG, e os familiares das crianças, e, dessa forma, aos poucos iria inserir-se na comunidade. Também afirmou-se que após o trabalho com as crianças poderia realizar observações junto aos grupos de turistas ou mesmo observar reuniões na sala da diretoria. “Os voluntários têm carta branca para participar de tudo que a ONG faz” (Notas de Campo, 07/ 08/ 2017), incluindo os ensaios do grupo de dança e as reuniões com membros da comunidade. Mesmo sendo liberada para participar de todas as atividades da ONG, por uma questão de respeito a comunidade, sempre pedia autorização para participar de qualquer atividade relativa à ONG Saber Viver e à comunidade, mesmo que essa atividade ocorresse fora da Ilha de Deus.

Dessa maneira, estabeleceu-se como trabalho voluntário atividades educacionais junto às crianças do Centro Educacional Saber Viver, às segundas e quartas pela manhã, dentro do horário de funcionamento da escolinha. E nos demais horários e dias seria possível realizar observações a quaisquer outras atividades desenvolvidas pela ONG e na Ilha de Deus. Finalizando a reunião, o coordenador fez uma breve apresentação sobre a história da Ilha de Deus, enfatizando principalmente as mudanças pelas quais a comunidade passou com a chegada dos religiosos. Também informou sobre os eventos relacionados aos projetos sociais e ao turismo que seriam realizados pela ONG nas semanas seguintes.

Por fim, pôde-se conhecer outros membros da ONG, a exemplo de ‘Nalvinha’, a presidente da ONG Saber Viver, seu filho (integrante do grupo de dança Nativos) e a sua filha que faz parte do grupo das mulheres artesãs da Ilha de Deus. Nesse dia, ainda se conheceu dona Beró, mãe de Nalvinha e a primeira presidente da ONG.

Dessa maneira, combinou-se com a atual presidente da Saber Viver e com o coordenador de projetos sociais que o trabalho voluntário com as crianças e a observação participante na Ilha de Deus seria iniciada na quarta-feira seguinte (09/ 08/ 2017).

#### 4.4 HISTÓRIA DA ILHA DE DEUS

A história da Ilha de Deus não é contada tendo por base livros, jornais ou documentos oficiais, apesar desses também fazerem parte da pesquisa e de recorrer-se a esses não-humanos em alguns momentos para esclarecer certos pontos e também para que esses tomem seus lugares na composição heterogênea que é o turismo na Ilha de Deus. Mas, a narração densa (GEERTZ, 2008) aqui apresentada é baseada principalmente em conversas informais e relatos diversos, feitos por membros da comunidade da Ilha de Deus e de outras pessoas afiliados às suas histórias. Assim, a partir do *shadowing* e *following objetc* torna-se possível acompanhar o dia a dia da comunidade, as pessoas associadas ao turismo, eventos realizados pelas ONG's afiliadas às práticas turísticas, grupos de turistas/ visitantes que vão a ilha e, até mesmo, em certos momentos assumir o papel de 'visitante'.

Para iniciar a presente narrativa o melhor é começar por seu processo de ocupação, pois é a partir desse que se desenvolvem as condições para que a Ilha de Deus posteriormente desenvolva iniciativas de TC. Ao realizar a observação participante em dois eventos concomitantes na Ilha de Deus, ainda no início do período de *shadowing*, que são o I Encontro de Jovens Saber Viver e a inauguração do museu comunitário, em homenagem ao Frei Beda, pôde-se perceber como se deu o 'nascimento' da 'Ilha de Deus' enquanto uma comunidade. Os eventos observados ocorreram no período de 19 a 20/ 08/ 2017 no pavilhão onde localizava-se a escola de remo e na sede da ONG Saber Viver na Ilha de Deus.

A história é contada não só em decorrência das palestras proferidas pelas moradoras mais antigas da comunidade nesses eventos, mas também devido a conversas informais que foram realizadas nessa e em outras ocasiões no decorrer da pesquisa. As observações e as conversas direcionadas permitiram traçar a história da Ilha de Deus, desde o início, ou seja, quando começa o processo de ocupação até o desenvolvimento do turismo comunitário.

Dessa maneira, a história da formação da comunidade da Ilha de Deus se inicia por volta de 1950, quando começa sua ocupação humana mais ampla. De acordo com moradores da comunidade, a ocupação deu-se em decorrência da miséria vivida em seus locais de origem.

Assim, a respeito das primeiras famílias que habitaram a ilha, afirma-se que:

Primeiro aqui vieram pescando, né? Por aqui pescando pelo rio, conheceram a ilha e decidiram ficar. Portinho e Nicinha que são casados. [...] Outros vieram por necessidade, porque moravam em Ribeirão e lá quando tem corte de cana tá todo mundo de barriga cheia, mas quando acaba é uma fome lá em Ribeirão. Não só lá, em todos os canaviais por aí, né? Seis meses de barriga cheia e seis meses de fome. [...] Teve gente que veio da Paraíba, sabe? Do interior também. [...] Aí chega aqui... todo mundo de barriga cheia, ninguém passa fome. Tem siri,

caranguejo, olho d' veió, sururu, tudo tem. Todo tipo de crustáceo e peixe e tudo. Pega, come, e vende, nada falta (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017).

Meus pais se mudaram para a Ilha de Deus querendo me curar de uma anemia aguda. Na época eu tinha só seis meses, isso para você ter ideia de como eram as coisas por aqui, a fartura que havia! [...] Quando eu era garoto, tinha peixe que não acabava mais, de toda variedade: tainha, mero, carapeba, manjuba. [...] Tirava camarão de monte, brincava com cavalo-marinho, e até boto entrava aqui. [...] Hoje em dia as coisas são diferentes (Notas de Campo, 16/ 10/ 2017).

Em outro depoimento comenta-se que “meus pais não tinham o que fazer lá, na minha cidade, então vim para Recife [...]. Passando por aqui, acabou que decidiram ficar na Ilha de Deus” (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017). Dessa maneira, em decorrência da riqueza alimentar proporcionada pelo manguezal e por sua localização e tendo em vista que as demais ilhas (Simão e Cabras) possuíam pior acesso ao continente, a Ilha de Deus vai aos poucos sendo ocupada.

A ocupação da região encontra-se atrelada à urbanização da própria cidade de Recife. Mesmo se tratando de um processo mais recente, década de 1950, a ocupação da Ilha tem relação com a exclusão das populações carentes. Isso porque há um forte movimento de migração para a capital e devido à falta de recursos desses grupos que ocupam os únicos locais disponíveis que são as regiões alagadas (ou ‘mocambos’), sendo mais atrativos aqueles mocambos que se encontram no centro, ou próximos ao centro. Mesmo com tentativas frequentes do poder público de retirar parte da população dos mocambos e morros, algumas comunidades desenvolvem um movimento de persistência, a exemplo de Brasília Teimosa.

Em 1939, devido a forma caótica como Recife vinha sendo urbanizada, foi realizado um recenseamento e conclui-se que mais da metade das habitações existentes estavam localizadas em mocambos. Dessa maneira, o governador Agamenon Magalhães opta pela destruição dessas ‘casas’, em especial aquelas localizadas em áreas alagadas, promovendo uma espécie de limpeza na cidade (CASTRO, 1954; MELO, 1984). O problema é que apesar de ter construído 5 mil moradias para alojar esses habitantes, chegou-se a destruir, na época, aproximadamente 12 mil palafitas, o que gerou uma grande quantidade de desabrigados na cidade (CASTRO, 1954; MELO, 1984). Assim, parte desses desabrigados, ao buscar por outros locais, acabam por ocupar as áreas de ‘morro’, cercando os limites da cidade de forma irregular.

Apesar da ação do governador em 1939, o processo de ocupação de áreas alagadas e morros ao longo dos anos seguintes se expande em Recife. Isso porque os outros espaços já se encontraram ocupados, além de que a população de migrantes não conseguia ter acesso a esses

espaços, pois eram destinados às pessoas de maior poder aquisitivo. (MELO, 1984). Desse modo, a cidade se expande mais uma vez rumo aos alagados/ manguezais e também aos morros.

A população desses locais vai aos poucos crescendo, as margens do rio, tendo que lidar com as cheias e aprendendo a conviver com o manguezal. As transformações pelas quais a Ilha de Deus passou foram muitas. “Quando eu era criancinha era só manguezais por aqui. [...] e canoas para ir pescar, hoje em dia tá tudo transformado. Foi se transformando, transformando, e hoje em dia quem te viu, quem te vê e quem te verá” (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Em outro momento, pode-se ouvir um relato sobre a forma como a população procurava lidar com as cheias da maré, tendo em vista que a água frequentemente invadia as palafitas. Isso, por vezes, demandava aumentar a estrutura que dava base a construção dos casebres, apesar das cheias da maré o ideal era construir as palafitas o mais próximo possível do rio para aproveitar a utilização de suas águas e também derramar os dejetos (‘da fossa’) no rio, tendo em vista que não existia esgotamento sanitário. A presença do solo lodoso, típico do manguezal, era um desafio, pois nem todos estavam adaptados aquele tipo de ecossistema, tendo que pedir auxílio aos vizinhos e se virar da forma que podiam, mas com o passar dos anos, tornam-se adaptados a uma nova forma de vida, em especial os filhos dos primeiros moradores.

A convivência com o mangue consiste num importante actante dentro dessa narrativa, pois gera fortes alterações nas formas de vida das comunidades que passam a viver nos ‘mocambos’. As alterações se refletem tanto na forma de alimentação da população, que habitua-se a tomar caldo de peixe, sururu, camarão e caranguejo desde o desmame, até o desenvolvimento de ‘habilidades corporais’, a exemplo da destreza para nadar, passando também pela constituição de hábitos de lazer, onde as brincadeiras de criança associam-se sempre a presença dos rios e da lama. As habilidades necessárias para a cata do caranguejo e do sururu, assim como a pesca, são desenvolvidas por muitos ainda na infância, às vezes, como uma forma de auxiliar a família e em outras como uma atividade de lazer, um tipo de ‘brincadeira’. Modificações nos corpos desses habitantes podem ser notadas com facilidade, no que se refere a cor da pele (sempre bronzeada pelo sol) e, principalmente, nas mãos e pés que frequentemente apresentam cortes e feridas devido ao trabalho com o sururu.

Essa forte relação entre homem, rios e mangue leva a formação de uma composição vista como ‘improvável’, um ser híbrido formado a partir da junção entre ser-humano e as criaturas que habitam o manguezal. A seguir pode-se observar afirmações feitas na Ilha de Deus no sentido de reforçar exemplos da formação desse híbrido ainda na infância.

#### Formação de Híbrido (Homem-Mangue)

[...] aqui na Ilha todas as crianças têm uma convivência muito próxima com o rio, já nascem sabendo nadar bem, [...] até parecem uns peixes pulando na maré e nadando [...] por isso é importante incentivar a escola de remo, eles já têm esse talento (Notas de Campo, 20/ 09/ 2017).

Fala de uma criança, de aproximadamente seis anos, da Ilha de Deus:  
[...] tia, hoje eu ajudei o meu pai a pescar (Notas de Campo, 24/ 10/ 2017).

[...] Normalmente é assim, os ribeirinhos da bacia do Pina saem para pescar o sururu ainda na barriga da mãe. Quem brinca é Ronaldo, morador da comunidade Ilha de Deus, enquanto está na superfície despejando o molusco numa galeia – em seguida, submerge novamente. A brincadeira, no entanto, tem o seu fundo de verdade, como diz o ditado. Hoje com 20 anos, o rapaz começou no ofício aos cinco. [...] “Desde que nasci trabalho com o sururu. Com cinco anos já estava na maré. Chegava a faltar na aula para ir pescar”, conta Ronaldo, que parou de estudar no sexto ano do ensino fundamental (JORNAL DO COMMERCIO, 27/ 06/ 2013).

[...] a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. [...] Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos. (CASTRO, 1954, p. 10).

A maior parte das pessoas, que ocuparam inicialmente a Ilha de Deus, vinham de cidades do interior do estado de Pernambuco, como Ribeirão e Palmares e, especialmente, de zonas onde havia usinas e plantações de cana de açúcar. Há também relatos de pessoas que migravam de outros estados como Paraíba, Bahia e Alagoas para a Ilha de Deus, a exemplo de “ah você é paraibana, os meus pais também são de lá [...] quando eles chegaram aqui eu não era nem nascida ainda” (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017). Por vezes, essas pessoas, ao procurar emprego nas indústrias pernambucanas ou em serviços formais não conseguiam, assim viam no manguezal uma oportunidade mais digna de subsistência, trabalho e moradia. Mas tendo em vista que além do consumo próprio podiam comercializar o pescado e os crustáceos retirados dos rios Jordão, Pina, Capibaribe e Tejipió, que na época eram ricos em peixes e crustáceos, fixaram-se.

Assim, nem todos que ocupam inicialmente a Ilha de Deus são pescadores, mas acabam aprendendo o ofício ao conviver com o mangue e com os vizinhos, especialmente porque o mangue era a melhor forma de se alimentar e de gerar renda por meio da comercialização do

que pescavam. Em alguns casos, ouviu-se relatos sobre a continuidade na ocupação de pescadores. Os primeiros moradores transformam-se em pescadores e seus filhos acabam por auxiliar os pais nas atividades de pesca ainda crianças; assim, quando esses se tornam adultos também abraçam a profissão como meio de vida.

Chegando ao local constroem as primeira palafitas e casebres de madeira utilizando a vegetação presente nos manguezais. Isso com o intuito de se protegerem das intempéries e, principalmente, para fugir das enchentes provocadas pela maré alta, problema ao qual frequentemente tinham que lidar. E apesar dos percalços vividos pela população, essa não perde o entusiasmo com o local e a alegria por morar na Ilha de Deus. Essa alegria é retrata pelo Diário de Pernambuco (03/ 05/ 1983): “Seus moradores [Ilha de Deus] alegam que vivem felizes, pois residem dentro da cidade, não importando para eles em que circunstâncias”.

Figura 28 - Palafitas e casebres da Ilha de Deus na década de 1980



Fonte: Acervo da ONG Saber Viver (2018).

Conforme Figura 28, pode-se observar como eram as primeiras habitações da Ilha de Deus, isso na década de 1980. Não foi encontrado nenhum registro fotográfico das habitações nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Mas pelos relatos ouvidos durante a realização da pesquisa acredita-se que a figura 28 corresponde ao mesmo tipo de construção realizada nos anos iniciais de ocupação da Ilha de Deus, ainda na década de 1950. As casas eram construídas,

principalmente, com tábuas de madeira e cobertas com palha ou madeira no teto. Naquela época não existia luz elétrica e nem fornecimento de água, era necessário comprar água potável, essa por sua vez era distribuída por meio de barco.

#### Palafitas no Brasil e na Ilha de Deus

Nas zonas faveladas, os barracos do tipo palafita são os que necessitam de ações mais imediatas. Apoiados em estacas fincadas em trechos de água mansa, impedem qualquer tentativa para a construção de uma infraestrutura física, **notadamente dos implementos de saneamento geral e básico, e contribuem para agravar os focos de doenças e poluição. O conjunto de palafitas existentes ao redor do país, desafia qualquer lógica sanitária.** [...] Áreas alagadas, temporária ou permanentemente, foram evitadas no processo de ocupação da maioria das cidades litorâneas brasileiras. Com a expansão desses núcleos urbanos, tais faixas, hoje, se localizam, em regra, em zonas centrais, e sua recuperação assumiria um elevado alcance social e urbanístico. [...] Ocupadas principalmente por população de baixa renda e abrigando construções do tipo palafita, essas áreas são conhecidas em todo o País. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/06/1979, grifo nosso).

Antigamente, quando as casas eram todas feitas como palafitas, [...] todo mundo da **comunidade acaba por adoecer com mais frequência** (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017, grifo nosso).

A comunidade aos poucos inicia uma organização, em especial na década de 1960, pois há um crescimento populacional, e para evitar que florescessem conflitos internos são formados grupos de moradoras. Apesar de se afirmar que no início da ocupação não ocorrem discordâncias, pois à medida que novos moradores chegavam se instalam em locais vazios e buscavam se relacionar com os vizinhos de forma harmônica, ainda assim representantes comunitários informais surgem. E a partir dessa união alguns moradores ensaiam processos de reivindicação junto a órgãos públicos, no entanto, sem saber ao certo como fazer. Estabelece-se, assim, uma mobilização da comunidade em prol de melhorias.

Um pequeno grupo de mulheres junta-se com o objetivo de buscar melhores condições de vida para a população através de reivindicações aos órgãos responsáveis, essas reivindicações estavam relacionadas principalmente a melhorias na qualidade de vida para prover melhores condições higiênico-sanitárias. À medida que a convivência com os vizinhos passa a se tornar mais intensa, vínculos de amizade são formados, e a comunidade nota a omissão do Estado, com relação a provisão de infraestrutura básica. Há a ascensão de lideranças locais formadas, principalmente, por mulheres, dentre essas destacam-se Dona Beró (pescadora) e Dona Albertina (parteira) ou mãe Bel. No entanto, “ainda não sabiam muito bem o que fazer e tinham muito medo” (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017). O medo mencionado se

referia a ser expulsa do local de moradia, tendo em vista que trata-se de uma invasão sem posse da palafita ou do terreno que ocupavam.

Em grande parte, essa construção da representatividade comunitária manifesta-se devido ao processo de organização e resistência da comunidade vizinha denominada Brasília Teimosa. Nessa, em 1920 é fundada a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z1 de Pina e Brasília Teimosa, a primeira de Pernambuco, a qual ainda se encontra em funcionamento. A organização dos pescadores influencia também os pescadores da Ilha de Deus aos quais iniciam a formação de cooperativas/ associações. Assim, na década de 1960, já existiam movimentos comunitários informais (grupo de mulheres e associação dos pescadores) que demandam melhores condições de vida para a população. E, além disso, Brasília Teimosa é uma história de resistência comunitária que acaba por influenciar na construção da ideia de mobilização.

#### Brasília Teimosa

Surgido nos idos de 1947 como desdobramento de uma pequena vila de pescadores batizada de Areal Novo, o populoso bairro ainda pulsa, de insistente que é, entre casas, casebres, restaurantes, toda sorte de vendas e pequenos comércios, além de bares. Muitos bares. [...] A vocação boêmia do trecho espremido entre a história e a opulência da cidade deve-se provavelmente aos pescadores que em tempos idos de oceanos superpopulosos eram maioria esmagadora naquelas quadras abarrotadas de gente curtida pela maresia. E tinha. Conta-se que o bairro foi erguido não sei quantas vezes na calada da noite para ser derrubado na manhã seguinte. Isso até uma jangada com cinco pescadores aportar no Rio de Janeiro, em meados de 1956, para assistir à posse de Juscelino Kubitschek, não por acaso, o pai da majestosa e poderosa Brasília de verdade. Dali eles não saíram até ter assegurado o direito de morar perto do trabalho. [...] O tempo passou, os peixes minguaram, o bairro cresceu, urbanizou-se, inchou e nem assim as empreiteiras e grandes construtoras deram descanso. “Mas Brasília Teimosa resistiu”, diz Natália de Oliveira, 38 anos, que nunca viu o metro quadrado de seu bairro tão valorizado. “Tem gente vendendo casa hoje por R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). E pequena, viu?” Ela é filha do finado soldado Gilberto de Oliveira, que foi reformado, virou pescador e mais tarde abriu o célebre, porém modesto Bar do Cabo, e da aguerrida Dona Maria, 55, que perdeu a vista há alguns anos, mas não a disposição para trabalhar. Natália dá de ombros para o mercado imobiliário e suas propostas tentadoras. Para ela, riqueza maior é poder andar pelas ruas estreitas do lugar onde nasceu, cumprimentando e sendo saudada por todos. “Só não me candidato a vereador, porque minha vida é cheia de escândalos”, brinca a menina que aprendeu cedo a transformar frutos do mar em renda. [...] Gerente, garçoneiro, cozinheira e ‘sócia’ do bar famoso, Natália diz que não sai da Brasília improvisada por nada. “Compro peixe aqui, mantimentos, roupas, o que for. Isso aqui é uma cidade. Tudo que você procurar, acha”. Incluindo diversão. Aliás, principalmente. “O povo aqui é conversador, festeiro. Vive nas calçadas fofocando. Comemora qualquer coisa” (Jornal do Commercio, 2012).

Essa história de resistência da comunidade de Brasília Teimosa é tão intensa que além de influenciar a comunidade da Ilha de Deus, também serve como uma espécie de ‘atrativo

turístico’, compondo um dos momentos de fala da guia de turismo que atua no roteiro elaborado pela empresa Catamaran Tours (Notas de Campo, 09/ 12/ 2017).

Apesar das muitas limitações vividas pela população, a exemplo de ausência de esgotamento sanitário, energia elétrica e água potável, essa ainda era considerada um bom lugar para se viver, devido a presença de alimentos em abundância. Porém, essa realidade começa a se modificar no final da década de 1970 e início de 1980, quando há um aumento exacerbado da população. Além da comunidade crescer muito, num local sem nenhuma infraestrutura (saúde, educação<sup>13</sup>, segurança, água, esgotamento sanitário, energia), ainda há a chegada de criminosos se aproveitando do isolamento que é proporcionado pela localização.

Nem todas as pessoas que chegaram à Ilha de Deus tinham boas intenções. Por ser um local de difícil acesso e afastado das autoridades, alguns traficantes de drogas, contrabandistas, ladrões e até mesmo assassinos fugiam e iam se esconder na Ilha, todos sabiam que a polícia não costumava passar por lá. A presença de pessoas perigosas em conjunto com a miséria vivida pela população dão nome ao lugar que passa a se chamar ‘Ilha Sem Deus’, “um dos lugares mais miseráveis de Recife” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/ 05/ 1983).

A Ilha ganha fama de local perigoso e miserável habitado apenas por pessoas perigosas. A má fama do local faz com que conseguir um emprego no continente fosse ainda mais difícil, toda população era vista de forma marginalizada.

A polícia não aparecia aqui, ninguém vinha aqui, somente bandido mesmo para se esconder da polícia. Porque essa num vinha prá cá de jeito nenhum [...] Aí depois apareceu gente vendendo droga [...], porque a situação era muito ruim. Ruim demais (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017)!

Naquela época o pessoal mentia, não podia dizer que era da Ilha de Deus. [...] Todo mundo olhava torto. A gente inventava que era de outro lugar, da Imbiribeira, qualquer lugar, menos aqui. [...] E quando era para sair à noite, para alguma festa, ia de barco, mas tinha que voltar nadando porque o barco só funcionava até às 7. [...] E quando a pessoa bebia demais? Não dava certo. [...] Teve gente que chegou a se afogar na maré, não só crianças, adultos também. [...] Era bastante perigoso (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017).

Só aparecia gente falando mal da Ilha. Vê só chamando de Ilha Sem Deus [...] Por que diziam isso? Por que chamavam de Ilha Sem Deus? [...] Como se aqui só tivesse violência, droga e crime. [...] A situação estava braba, mas sempre teve gente de bem aqui. [...] Eu ficava triste, porque era como se todos daqui fossem bandidos. [...] As crianças não tinham segurança para brincar, num podia sair de casa (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

---

<sup>13</sup> Por iniciativa da Ordem Terceira do Carmo é criada uma ‘escola’ na Ilha de Deus num barracão. Essa funcionava nos horários de 12: 30 às 14:30 atendendo crianças de 7 a 10 anos e das 14:30 às 16:30 com crianças de 10 a 14 anos. Essa era mantida pela Ordem que pagava a professora, assim como, o material escolar.

Novamente a Ilha Sem Deus vira assunto de jornais, dessa vez em 1983, em decorrência do incremento da poluição nos rios, o que leva a comunidade a sofrer ainda mais com a escassez de alimentos. “Com a poluição nos rios já não achava mais tantos peixes [...] muitas vezes saia para pescar e voltava sem nada” (Notas de Campo, 19/ 10/ 2017).

A poluição do manguezal representou uma restrição alimentar ainda maior para a comunidade, tanto pela falta de alimento para a população (subsistência) como por não poder mais comercializar os crustáceos e peixes. E tudo isso, devido a um posicionamento do Governo, que deixou as fábricas e usinas despejarem dejetos nos rios, além desses, ainda há o despejo do esgoto dos bairros vizinhos. Em última instância, isso significa um crime contra toda a população do Recife, pois são as comunidades ribeirinhas que ajudam a abastecer a cidade com frutos do mar e peixes, a crise não foi só na Ilha, mas em toda a cidade, isso é uma questão de segurança alimentar. Quando o Governo deixou que os rios fossem poluídos, ajudando inclusive a poluir, passou a comprometer a segurança alimentar de Recife. Assim, a situação de toda a população das comunidades localizadas nos mocambos se agravou.

Dona Beró (uma das moradoras mais antigas da Ilha de Deus), em entrevista fornecida ao Instituto Vladimir Herzog (2012) - Prêmio Jovem Jornalista, disponível no site do youtube.com, fala sobre a crise da década de 1980.

Sabe quando começou isso aí? Em 83 naquela poluição. [...] Teve uma grande poluição aqui em 1983 que matou todos os peixes e crustáceos, matou tudo mesmo. Não ficou nada na maré. Nada para o povo pescar. O povo ia para rua pedir esmola, entendeu? Aí teve uma ação na colônia dos pescadores que dava uma cesta básica pros pescadores. Mas isso aí não supria a necessidade. Entendesse? Aí veio aqui aquele governador é ... Roberto Magalhães. Aí ele gritou ali na frente. Disse ali na frente: “Tem males que vem para o bem. Eu não conhecia esta ilha. Esta ilha é muito bonita. No futuro isso aqui vai ser um ponto de turistas.” Aí meu coração fez assim oh (coloca a mão no peito, em sinal de angústia). Fiquei com medo, não vou mentir. Entendesse? Fiquei com muito medo de sair daqui da ilha. (Entrevista com Dona Beró, 2016).

A razão para a redução da oferta alimentar na área deve-se a poluição causada por indústrias/ fábricas circunvizinhas aos rios, esgoto dos bairros próximos que acaba por ser despejado no manguezal e a própria população da ilha e de comunidades vizinhas que sem esgotamento sanitário acabam por recorrer aos rios/ manguezais como local de despejo.

A utilização do rio como forma de despejo advém de uma mudança na relação da população nordestina com o rio. No século passado, os rios eram frequentemente utilizados para lavar pratos, panelas e roupas, além disso, encontravam-se relacionados a prática de atividades de lazer. Essa mudança é ricamente ilustrada nos livros de Gilberto Freyre. De acordo

com Freyre (2013), é o monocultor rico do Nordeste que acaba por tratar as águas dos rios como local de despejo, o que modifica a forma como a população observa o rio

Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as sacrifica a cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste. [...] Esses rios secaram na paisagem social do Nordeste da cana de açúcar. Em lugar deles correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem. E esses rios assim prostituídos quando um dia se revoltam é a esmo e à toa, engolindo os mocambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas amarelentas ou pardas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse nelas. (FREYRE, 2013, p. 64 - 65).

Essa forma de lidar com o rio também é reproduzida pelas indústrias/ fábricas desde o início do processo de expansão industrial. (FREYRE, 2013). Além disso, o crescimento das comunidades amplia ainda mais o despejo, pois não havia alternativa, até mesmo para fazer uma fossa caseira em terreno lodoso torna-se uma difícil tarefa. Dessa maneira, a implantação do esgotamento sanitário para a comunidade era urgente.

No Diário de Pernambuco (07/ 06/ 1982) chama-se atenção para a grave questão, enfatizando a necessidade de tomar medidas enérgicas com relação ao rio Capibaribe e destacando que outros rios da cidade já se encontravam em situação similar, necessitando de uma intervenção por parte do poder público.

Dessa forma, as condições de moradia na Ilha de Deus eram bastante precárias, tanto no que se refere as casas (palafitas) como as condições higiênico-sanitárias. A poluição compromete ainda mais as condições sanitárias e também as principais atividades econômicas. Tendo em vista que já em meados da década de 1970 alguns pescadores começam a desenvolver, de forma artesanal, atividades relacionadas à aquicultura praticando a pesca e também fazendo a engorda de peixes, em pequenos viveiros.

Para Ferraz e Callou (2003), a criação de peixes num tipo de cultivo semi-intensivo, com finalidade exclusivamente comercial, visando o aumento do valor do pescado e sua maior aceitação no mercado recifense. Mas, com a poluição dos rios e mortalidade desses, a principal atividade econômica da Ilha é fortemente impactada.

Apenas a partir da crise alimentar em 1980 é que a comunidade inicia um processo de reivindicação mais amplo, caracterizado por um processo de mobilização mais intenso. Cabe ressaltar que a criação da colônia de pescadores e do grupo de mulheres na Ilha de Deus já representavam um engajamento por parte da comunidade. Essa foi fortemente influenciada pelo movimento de cooperativismo e resistência desencadeado em Brasília Teimosa, que passa até

mesmo a participar de algumas reivindicações em conjunto com a comunidade da Ilha de Deus, tendo em vista que suas demandas mostravam-se similares. A proximidade da Ilha de Deus com Brasília Teimosa auxiliou no processo organizativo da comunidade, já que vários atores, a exemplo do Frei Beda e da Irmã Aurieta, que foram essenciais para o desenvolvimento da Ilha de Deus também atuaram (e ainda atua, no caso da irmã) em atividades em Brasília Teimosa.

O trabalho dos religiosos na Ilha de Deus é considerado bastante significativo. Eles, por meio da parceria com a ONG criada na Alemanha pelo Frei Beda para financiar projetos sociais no Brasil, conseguem construir uma padaria-escola, creche/ escolinha (Anexo D – página 291) e estruturar a criação de uma ONG denominada Saber Viver para desenvolver o empoderamento (predominantemente feminino), criação de horta comunitária, construção de algumas casas em alvenaria, e auxílio na demanda para a construção de uma ponte ligando a ilha de Deus ao bairro da Imbiribeira (Anexo E – página 292).

A padaria-escola e toda a estrutura que foi disponibilizada pelos religiosos advém de verba coletada pela ONG Aktionskreis Pater Beda. Essa instituição foi fundada pelos alemães Frei Beda e Ugo Lohoff, com o objetivo de promover assistência a projetos sociais em países em desenvolvimento, com destaque para o Brasil e a região nordestina. Atualmente, a ONG atua auxiliando projetos sociais nos estados de Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Pará e Rio de Janeiro. (Relatório da Rede de Ação Frei Beda, 2012).

O Frei que na década de 1950 já havia morado e trabalhado no Brasil (em Salvador - Bahia), tinha como principal preocupação o processo de empobrecimento e o crescimento das favelas em áreas urbanas. Espaços onde há um forte processo de exclusão são o alvo principal dos projetos sociais apoiados pela Aktionskreis Pater Beda (Relatório da Rede de Ação Frei Beda, 2012), procurando formar parcerias com instituições religiosas nos locais por onde passa, considerando os fundamentos da Teologia da Libertação e da prática social da bíblia.

Assim, por meio da ordem franciscana envolve-se, inicialmente, em ações com o ex-bispo de Nova Iguaçu (Dom Adriano Hypolito), o arcebispo de Olinda e Recife (Dom Helder Câmara), Irmã Aurieta (da paróquia de Olinda e do projeto social Turma do Flau) e o cardeal da arquidiocese de Fortaleza (Dom Aloísio Lorscheider) que apoiam a realização dos projetos construídos pela ONG desenvolvida por Frei Beda.

Com o objetivo de dar suporte financeiro aos projetos, Frei Beda, ainda na década de 1960, teve a ideia de coletar papel velho e roupas usadas na Alemanha para vender em firmas de reciclagem. O que a princípio deu-se como uma ação individual foi aos poucos sendo multiplicada. Frei Beda começa a visitar escolas e paróquias palestrando e organizando exposições de fotos/ gráficos/ textos sobre a situação econômica e social vivida pela população

do Brasil, expandindo essas práticas posteriormente para bancos e prédios públicos, sempre com o intuito de conscientizar os alemães sobre a necessidade de ajudar o país.

Assim, aos poucos foi se constituindo uma rede de voluntários que auxiliam tanto com doações de material para reciclagem como também com dinheiro e trabalhos voluntários diversos dentro dos projetos sociais da ONG. (Relatório da Rede de Ação Frei Beda, 2012).

A ação tomou tamanho vulto que em 1984 decidiu-se criar formalmente na Alemanha a Aktionskreis Pater Beda (Rede de Ação Frei Beda). Essa, com o objetivo de fortalecer ainda mais os laços estabelecidos entre Brasil e Alemanha, começa a organizar visitas anuais (intercâmbio) dos colaboradores alemães aos projetos sociais no Brasil e também o contrário, visita de representantes dos projetos sociais a colaboradores na Alemanha.

Nessas últimas incluía-se a realização de palestras e apresentações culturais teatrais e de danças típicas nordestinas, ação essa que persiste até os dias atuais. (Relatório da Rede de Ação Frei Beda, 2012). As visitas de representantes dos projetos sociais à Alemanha servem também como uma ação de sensibilização. Assim, mostra-se para os voluntários o trabalho que vem sendo realizado e como é importante contribuir para o mesmo.

Em cada projeto social apoiado pela Aktionskreis Pater Beda são realizadas diferentes ações conforme a necessidade de cada local. Mas, na maioria dos projetos forma-se um núcleo comum baseado na formação de uma estrutura educacional (com aulas de reforço e/ ou creches), educação profissional (na Ilha de Deus houve ações dentro da padaria-escola e também de artesanato), artística (aulas de danças típicas pernambucanas/ nordestinas) e, principalmente, ações de empoderamento que apesar de não serem voltadas exclusivamente para as mulheres acabam por beneficiar ou impactar especialmente elas.

A ênfase dada ao empoderamento como objetivo principal da ONG Aktionskreis Pater Beda é ilustrado pela fala de um de seus integrantes quando visita a comunidade da Ilha de Deus: “O nosso papel, enquanto integrantes da Rede de Ação Frei Beda, é de juntar o povo com o qual trabalhamos às comunidades, para lhes ajudar a assumir a sua própria cidadania tornando-os indivíduos autônomos” (Notas de Campo, 02/ 10/ 2017). Nota semelhante é apresentada no Relatório da Rede de Ação Frei Beda (2012) ilustrando a fala de um padre que coordenava um projeto social, em Fortaleza (CE), que compõe a Rede de Ação Frei Beda.

Essa diretriz mostra forte relação com os princípios elencados pela Teologia da Libertação, corrente cristã a qual volta-se para o cuidado/auxílio com os mais pobres e excluídos promovendo sua autonomia. No Relatório da Rede de Ação Frei Beda (2012) ainda aparece uma clara relação com esse fundamento ao afirmar que há movimentos dentro da Igreja

Católica no Brasil que são contrários aos princípios defendidos pelo grupo, o que demandaria uma maior resistência por parte do grupo para executar esses projetos sociais.

#### Teologia da Libertação

[...] existem movimentos conservadores com um espiritualismo vazio que tentam apagar as decisões do Vaticano II. Neste contexto deve se mencionar também a Opus Dei infiltrando-se em dioceses mais progressistas e nomeando bispos em postos-chaves (um exemplo disso é Lima). E ainda há outros movimentos como os Arautos do Evangelho e a TFP (Tradição, Família e Propriedade) no Brasil, que querem calar a Teologia da Libertação e a leitura social da Bíblia. (Relatório da Rede de Ação Frei Beda, 2012).

Li, o artigo da sra. Suely Werkhanser, publicado no DIÁRIO DE PERNAMBUCO em 12/ 12/ 79, e senti que a mesma pertence a essa minoria privilegiada, que não sente na pele o sofrimento e miséria de seu próximo. [...] Perdoe-me a sra. Suely Werkhanser, porém suas palavras não serão jamais compreendidas por milhões de brasileiros, que vivem na Terra e não no céu em que a senhora se encontra. [...] A “política” da Igreja Católica de que a sra. tanto fala, visa tão somente defender o direito do povo, que não tem voz nem força para combater as multinacionais que infestam o Brasil e as suas consequentes mazelas. [...] Não é o ódio que a Igreja de Cristo prega, mas sim essas mesmas “luzes nas consciências”, transformando o homem pobre e o escravo do capitalismo em Senhor absoluto de si mesmo, exigindo seus direitos e obtendo expressivas vitórias. [...] Os ricos e poderosos sentem-se constrangidos com a famosa Teologia da Libertação, é que ela esclarece, ajuda e livra os pobres miseráveis das mãos opressores dos abastados. [...] Esse terreno estéril e materialista que a sra. se refere, trata-se de pessoas humanas, pobres, carentes, sem vez, esbulhados de seus mais nobres direitos. [...] Ninguém se apazigua com fome; ninguém vive de esperanças, ninguém vive sem orientação. O que aflige, desespera e acusa-se, é a riqueza exagerada de uns e a miséria extrema de outros. [...] Viver em Paz só os mortos, pois já não sentem a miséria humana na pele. A verdade milenar é “antes de dar um peixe, ensine-se a pescar”, é ensinando a lutar pelos seus legítimos direitos, que o homem passa da condição de escravo a senhor de si mesmo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/ 08/ 1980).

Diante disso, parece claro que os fundamentos principais da Rede de Ação Frei Beda baseiam-se na Teologia da Libertação. Mas como será que a Rede de Ação Frei Beda procurava implantar essa autonomia comunitária pregada pelos seus fundamentos? Ou melhor, como fazer com que seja formada essa autonomia/empoderamento comunitário?

Para Silva e Martínez (2004) e Vasconcelos (2003) o empoderamento pode ser entendido como um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. E, sendo assim, é possível proporcionar um aumento de poder e autonomia para determinado grupo, não de uma forma infantilizada a partir da ação de um agente externo encarregado de defender os direitos da comunidade (na forma de um herói ou pai), mas despertando o interesse no grupo para que esse tome a iniciativa para resolver seus próprios problemas. E também

estabelecer uma nova relação de poder em que os membros das comunidades sintam-se capazes de fazer aquilo que é necessário para melhorar suas condições de vida.

Esse processo torna-se especialmente interessante quando é desenvolvido numa comunidade submetida às relações de opressão ou discriminação, pois traz a possibilidade de proporcionar profundas transformações em sua realidade.

Dessa forma, para alcançar esse empoderamento comunitário proporcionando melhoria nas condições de vida da população, seria necessário recorrer às práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino para que seja desenvolvido dentro da comunidade uma consciência crítica que lhe permita torna-se protagonista e não expectador (VASCONCELOS, 2003).

Na Ilha de Deus, esse empoderamento aconteceu de forma similar ao que é citado por Silva e Martínez (2004) e Vasconcelos (2003). O processo de empoderamento deu-se por meio, principalmente, da educação. Não apenas aquela educação formal ou profissional, mas através de uma educação cidadã, conversando com a comunidade, mostrando que a mesma possui direitos e que é possível reivindicá-los de forma justa. Além disso, deve-se realçar a riqueza que a comunidade possui, em termos culturais e artísticos, fazendo com que reconheçam seu próprio potencial e cresça sua autoestima.

Isso se reflete na forma como a comunidade passa a agir. Em várias situações, além do forte sentimento de pertencimento ao local, foi percebida a autoestima e orgulho da população por ter nascido ou por morar a anos na Ilha de Deus. Diferente do que acontecia em períodos anteriores onde membros da população eram obrigados a mentir sobre suas origens para conseguir emprego. O orgulho fica claro em situações como:

Eu me sinto uma pessoa importante, né? Eu vejo que assim ... Eu, como uma pessoa só, me reunindo com as outras faz uma grande força, né? [...] Para nós reivindicarmos nosso direito juntas. [...] Antes quando a gente ia atrás de algum objetivo fazia com protesto com baixaria, não sabia se expressar na frente do povo. E agora não, agora a gente sabe conversar e negociar aquilo que é melhor pra gente (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017).

Apesar desse sentimento de importância e de autoestima ter sido percebido em vários membros da comunidade, o protagonismo feminino mostra-se evidente. A autoestima dá-se por tudo aquilo que a comunidade conquistou, ou seja, as melhorias de infraestrutura e condições de vida que para a comunidade constituem uma narrativa de superação frente as diversidades e também o reconhecimento de outras pessoas contribui para a formação do orgulho. Além disso, comunidades vizinhas que não visitavam anteriormente a ilha passam a visitar, e chega-se até mesmo a atrair turistas de outros estados brasileiros e países.

O processo de autoestima e empoderamento pelo qual passa a comunidade relaciona-se também ao seu poder de mobilização. Vai-se formando uma percepção, em alguns membros da comunidade, de que conjuntamente poderiam atingir seus objetivos (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017). Aos poucos membros da comunidade começam a se articular formando associações e esses vão trazendo novos membros para dentro das associações. A partir das ações planejadas pelos religiosos, a exemplo de cursos profissionalizantes, campeonatos esportivos, creche e escola para crianças, os membros da comunidade passam a estabelecer uma maior proximidade ao discutir temáticas de interesse da população. A princípio com o auxílio dos religiosos, forma-se uma coesão que, em parte, resulta na fundação da ONG Saber Viver e em sua continuidade, mesmo quando a atuação dos religiosos na comunidade se torna mais pontual.

A principal estratégia utilizada para manter essa associação unida foram os objetivos/ reivindicações comuns próprias da comunidade, que por meio dos religiosos nesse momento atuando como um ponto de passagem obrigatório convergem. Além disso, as próprias ações de auxílio pensadas pelos religiosos fazem com que a população os busquem para serem ajudados, e quando desfrutam desse auxílio são convidados a participar do movimento de mobilização e a convidar amigos/ familiares/ vizinhos para compor a iniciativa. Dessa forma, conseguem recrutar aliados deixando a associação ainda mais forte.

Quando a ONG é fundada tem-se uma clara definição de seus objetivos e das responsabilidades referentes a cada membro. Há um delineamento claro, de que sua atuação seria voltada para um empoderamento comunitário, visando a melhoria da qualidade de vida da população local. E mesmo no momento de sua constituição a ONG Saber Viver sempre teve membros da comunidade em seus cargos e cada cargo com suas respectivas atribuições. Assim, a princípio não há espaço para que ocorra um distanciamento dos centros de cálculo previamente estabelecidos, o que torna pouco provável a ocorrência de dissidências.

É interessante notar que durante a observação desse processo de mobilização e formação da associação há um papel de destaque das lideranças femininas, essas tomam totalmente a frente nos movimentos translativos iniciais pelos quais passa a Ilha de Deus. Isso ficou ainda mais evidente ao levantar a história da Ilha de Deus, onde poucos homens participaram desse processo de autonomia e conquistas. Esse protagonismo é destacado pelos próprios homens: “Quem iniciou tudo isso aqui foram as mulheres” (Notas de Campo, 13/ 07/ 2017) ou “Aqui as mulheres é que mandam [...] sempre foi assim” (Notas de Campo, 22/ 08 / 2017). Outros comentários similares foram tecidos ao longo de todo o período da pesquisa, tanto por homens como por mulheres. Mas por que será que isso acontece?

Ao procurar entender o porquê desse fato, ouviu-se frequentemente comentários que associavam o homem a inércia, como se esses estivessem conformados com o *status quo* e não quisessem ‘fazer nenhuma confusão’. A exemplo de “sabe como é? Homem é tudo parado!” (Notas de Campo, 16/ 07/ 2017) ou mesmo a afirmação feita

Tudo que tem aqui dentro é luta das mulheres. Homem pouco deu um passo. [...] Os homens pouquíssimos participaram, os que participaram já morreram. Eu lembro do João... mais quem... Biu. Porque o povo tudo é descansado, né? [...] Porque a mulher é mais ativa. A mulher tem mais auge, é mais ativa, né? A mulher é mais medonha, não tem medo de nada, enfrenta tudo, né? Eu acho que... eu mesma sou mulher com ‘M’ maiúsculo, sabe? E não tenho medo de nada. Nada mesmo! (Entrevista com Dona Beró, 2016)

Apesar do histórico protagonismo feminino, notou-se que atualmente também há a ascensão de algumas lideranças masculinas. Dentro das duas ONG’s atuantes na Ilha de Deus existem importantes atores do sexo masculino ocupando cargos de direção ou coordenação. Também foi percebida a eleição de alguns representantes do sexo masculino durante o projeto de urbanização da Ilha de Deus pelo Governo de Pernambuco. Esses fatos podem sinalizar para uma mudança de caminho rumo a um maior equilíbrio entre empoderamento masculino e feminino. Onde não só as mulheres contribuam para a melhoria na qualidade de vida na Ilha de Deus, mas também com uma atuação mais frequente dos homens.

A partir da conquista desse protagonismo feminino, ascendem lideranças na Ilha de Deus que demonstram a capacidade de agregar pessoas e objetos em prol de objetivos comuns, formações similares, ou seja, estabelecendo processos translativos. Por meio desse novo poder de mobilização algumas demandas feitas pela comunidade conseguem ser atendidas, mas outras até os dias atuais ainda não foram atingidas.

Dentre as melhorias que foram implantadas na Ilha de Deus, seja devido ao empoderamento comunitário ou não, uma das primeiras foi a chegada da luz elétrica que ocorreu a partir da década de 1980, no mesmo ano em que a comunidade vivia seu pior momento causado pela escassez de alimento e aumento da criminalidade.

O fornecimento de energia elétrica para a Ilha de Deus começa a ser efetuado em 1983, quando a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) inicia o trabalho de eletrificação do local. (Diário de Pernambuco, 17/ 11/ 84, seção A- 10). Isso se dá devido a ações por parte do poder público, que possivelmente são desencadeadas por uma demanda popular advinda de sua organização iniciada pelos religiosos que desenvolvem projetos sociais na Ilha e por influência da comunidade de Brasília Teimosa que já demonstrava forte poder de organização.

A gente estava numa situação muito ruim. [...] Saia no jornal dizendo que a Ilha era isso, era aquilo. [...] Tudo por conta da violência e da fome que passávamos por aqui [...] E tudo isso saia no jornal [...] Falavam mal da gente [...] Aí teve gente que procurou nos ajudar [...] De repente chegou um pessoal religioso por aqui [...] o governador, prometendo iluminação, escola, um monte de coisas (Notas de Campo, 19/ 10/ 2017).

Em ordem cronológica, houve primeiro a chegada de missionários (Frei Beda e Irmã Aurieta) e só depois o poder público atua com algumas melhorias para as comunidades da região. Mas como será que a igreja e a Rede de Ação Frei Beda se aproximaram desses lugares?

Ao realizar o *shadowing* fez-se referência mais de uma vez, em pelo menos três momentos na Ilha, à chegada dos missionários. Fala-se na Ilha de Deus que a chegada da Irmã Aurieta Xenofonte na comunidade deu-se devido as notícias que estavam sendo veiculadas nos meios de comunicação, a respeito da miséria que a comunidade vivia, causada pela grande poluição dos rios. E por meio da Irmã Aurieta chega o Frei Beda.

No entanto, ao buscar notícias nos meios de comunicação oficiais sobre o ocorrido, pouca ênfase foi dada ao que acontecia na Ilha de Deus. Além disso, localizou-se um documento que fornece uma versão oficial do que aconteceu. O referido documento é o Projeto de Resolução nº 1511/ 2010 e nesse apresenta-se uma versão um pouco diferente do que alguns membros da comunidade da Ilha de Deus relatam.

[...] No dia 13 de maio de 1974 às 18:00 horas o Pe. Roberto da congregação Oblatos de Maria Imaculada (OMI) a acolheu [Irmã Aurieta] na Comunidade Missionária. [...] Em Brasília Teimosa, dedicava-se inteiramente a organização do povo, que ainda sofria fortes indícios da repressão militar. Organizavam o Conselho de Moradores com Moacir Gomes e todo o povo, e ajudamos no fortalecimento das lutas pela permanência e posse da terra. Foram presença viva na construção das Vilas Moacir Gomes, Vila da Prata e Vila Teimosinho. Nas ruas o povo todo gritava “daqui não saio daqui ninguém me tira”. [...] No mesmo ano da fundação da Turma do Flau (em 1982), Rudolf Winkelhorst, um amigo da época do Seminário de Olinda, a convidou para conhecer a Alemanha, e nesta ocasião a apresentou a Frei Beda que se interessou pelo trabalho e passou a ser um parceiro. Fez a doação da primeira máquina de fabricação de picolé, e o Flau de saquinho, passou a ser industrializado. [...] **Em 1983, através de um pedágio, ficou sabendo da existência da Comunidade da Ilha de Deus, com todas as suas necessidades.** O povo estava passando fome, e nenhuma autoridade tinha visão dos fatos, ou se tinha fingia não ver. Como Frei Beda já era parceiro da Turma do Flau, seria prudente que ele também tomasse conhecimento desta realidade. Os dois projetos, Turma do Flau e Escola Saber Viver - Ilha de Deus, passaram a ser apoiados pelo Aktionskreis Pater Beda. Junto as pescadoras da Ilha de Deus, realizaram várias passeatas em protesto contra as fábricas da Região Metropolitana do Recife, que estavam poluindo os rios e acabando os peixes e mariscos, único meio de sobrevivência dos moradores da localidade. (PERNAMBUCO, 2010d, grifo nosso).

Logo, a chegada da Irmã Aurieta e, posteriormente, do Frei Beda deve-se a atuação da irmã na Comunidade Missionária do Pe. Roberto da congregação OMI, a qual prestava serviços comunitários junto as crianças e adolescentes de Brasília Teimosa.

A proximidade dessa última com a Ilha de Deus fez com que a irmã, ao atuar na primeira, pudesse conhecer a segunda. Conforme afirma o Projeto de Resolução nº 1511/ 2010, ao realizar um pedágio acabou por conhecer a situação da comunidade. A irmã rotineiramente realizava ações (passeatas e pedágios) e em uma dessas ações acabou por se deparar com a realidade vivida na comunidade vizinha, o que a fez se engajar para auxiliar também a comunidade da Ilha de Deus.

Isso fica claro em uma das falas proferida pela Irmã em evento realizado na antiga escola de remo Saber Viver (na Ilha de Deus) em 28/ 11/ 2017, a qual relata a necessidade que ela e Frei Beda sentiram de auxiliar a comunidade. Esse auxílio era fornecido a partir de um fortalecimento das articulações já existentes, especialmente entre as mulheres de Ilha, buscando melhorar as condições de vida das pessoas, oferecendo educação, comida e procurando instrumentos para exigir aquilo que era direito deles, serviços públicos básicos para melhorar as condições da comunidade (Notas de Campo, 28/ 11/ 2017). Assim, tem-se uma convergência de moradores ao redor das ações realizadas pelos religiosos e essas ações levam a uma maior união dos moradores nos espaços/ ações criados pelos religiosos. Esses orientam a comunidade no sentido da construção de uma maior mobilização e, por isso, entende-se que esses desempenham, a princípio, o papel de ponto de passagem obrigatório.

Apesar de não ter sido noticiada de forma direta a situação da Ilha de Deus em 1983, ao menos não no jornal Diário de Pernambuco, a temática da poluição dos rios tornava-se mais grave e começa a aparecer no jornal a partir da década de 1980. Eram tecidas relações entre essa degradação e as condições de vida das comunidades pobres do Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/ 06/ 1980, 29/ 11/ 1980), sem especificar quais comunidades estavam sofrendo, apenas enfatizando que a condição dessas comunidades era bastante preocupante.

Isso porque não foram só as comunidades da Ilha de Deus e Brasília Teimosa que sofreram com a poluição dos rios, várias outras comunidades ribeirinhas enfrentaram graves problemas em Recife. Assim a poluição é vista como ampliadora da pobreza em comunidades carentes por causar a morte de peixes e crustáceos, fontes de alimentação dessas populações, conforme pode-se observar nas manchetes do jornal Diário de Pernambuco na Figura 29.

Figura 29 - Poluição dos rios e pobreza em Recife



Fonte: Diário de Pernambuco (08/ 06/ 1980; 29/ 11/ 1980).

Com a chegada dos religiosos nas comunidades houve melhoria de vida das populações, pois atuou-se, principalmente, em duas frentes: a educação por meio do empoderamento (predominantemente feminino) e o oferecimento de cursos profissionalizantes, tanto em Brasília Teimosa como na Ilha de Deus. O empoderamento ocorria através de conversas com a população e sensibilização da mesma para a necessidade de lutar mais ativamente pelos seus direitos por meio de passeatas, panfletagem, procurando pelo apoio de políticos e tentando chamar atenção do poder público para fornecer ao menos aquilo que era direito do povo, casas de alvenaria, escola, água, luz, esgotamento sanitário, etc. Além disso, ainda buscava-se fornecer cursos profissionalizantes para que a população desenvolvesse novas habilidades permitindo sua inserção no mercado de trabalho. Por meio de uma ação emergencial e assistencial distribuiu-se alimentos, mas o intuito da ação dos religiosos não era promover um assistencialismo permanente e sim modificar a população.

Esse movimento fez com que as condições de vida da população realmente melhorassem, porém de forma muito lenta. A primeira melhoria promovida pelo setor público na comunidade foi o fornecimento de energia elétrica ainda durante o Governo de Roberto Magalhães, cujo prefeito era Joaquim Francisco, que por sinal foram os primeiros políticos a visitar a Ilha de Deus. Mas no decorrer da história da ilha outros políticos visitam o local prometendo melhorias e novas visitas que nem sempre são cumpridas.

A “Ilha Sem Deus” é hoje uma “Ilha Com Deus”, palavras do prefeito Joaquim Francisco, da cidade do Recife, ao se dirigir a 300 famílias residentes na comunidade mais miserável que se construiu no Recife. [...] “Como primeiro benefício o sistema de iluminação que custou ao Governo do Estado cerca de Cr\$ 18 milhões de cruzeiros, depois a escola”, concluiu o prefeito. [...] A “Ilha Sem Deus” fica nas cercanias do Pina. É uma ilhota coberta de mangues sem dispor de água potável. Seus moradores sofrem além do problema social que lhes fustigam,

os ataques constantes dos inoportunos maruins. [...] Quando falamos da “Ilha Sem Deus”, alertamos para a necessidade de assistência social e religiosa para aquela comunidade. Hoje, a “Ilha Sem Deus” é uma “Ilha Com Deus”. Graças a Deus. (Diário de Pernambuco, 05/01/1984, seção A-6).

Na citação acima do Diário de Pernambuco (1984) referencia-se a visita do prefeito de Recife a comunidade com a promessa de implantação da energia elétrica e de uma escola municipal. De fato, ambas foram cumpridas, ao menos parcialmente. Ainda em 1984 foi implantado um sistema de iluminação pública. Mas, de forma geral, o histórico de serviços públicos disponibilizados a comunidade é bastante precário. Nos anos 2000 aproximadamente 63,2% da população da Ilha de Deus possuía energia elétrica em suas casas, no mesmo período 22,08% da comunidade possuía água encanada, 87,77% instalação sanitária e somente 26,08% tinha coleta de lixo. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE RECIFE, 2005).

Em 1989, foi cumprida outra promessa do Governo, a criação de uma escola dentro da Ilha de Deus. A Escola Municipal Capela de Santo Antônio, encontra-se na entrada da Ilha de Deus, logo após cruzar a ponte é possível vê-la, no entanto, sua atuação ainda é limitada, tendo em vista que funciona apenas até o 9º ano. Anteriormente, todas as crianças tinham que ir à escola na Imbiribeira, até 1986 o acesso às escolas era feito de barco.

Devido à ausência de escola na comunidade, proporcionar educação para as crianças tornava-se uma tarefa difícil (para ver índices de analfabetismo na região da Ilha de Deus (Apêndice F - página 285). Apesar das dificuldades de acesso à escola, essa é vista por alguns integrantes da comunidade como importante, não só por proporcionar educação, como também por proporcionar tempo para os pais trabalharem. A medida que a criança se encontrava na escola, era possível disponibilizar de algum tempo para trabalhar com a pesca, extração ou limpeza de crustáceos deixando a criança num lugar seguro.

A chegada da escola e de outras instituições educacionais para crianças dentro da Ilha de Deus além de facilitar o acesso deixa os pais mais tranquilos, com relação a segurança dos filhos. Assim, também permite que as crianças, um pouco maiores, possam fazer o trajeto sozinhas, já que a Ilha de Deus é vista pela população como um local seguro onde todo mundo se conhece.

Além da Escola Municipal há atualmente na ilha outros projetos/ instituições de atendimento às crianças, o que acabou por facilitar a vida dos trabalhadores da comunidade. Tem-se o Centro Educacional Saber Viver, fundada pelo Frei Beda, em conjunto com membros da comunidade em 1983, que atua proporcionando reforço escolar e aulas de dança a

aproximadamente 40 crianças. A Igreja Protestante também oferece um espaço para receber as crianças da comunidade, no período da manhã de forma similar a ONG Saber Viver.

E ainda há a creche. Apesar da creche ter sido fundada na década de 80 como iniciativa da ONG Saber Viver, em conjunto com o Aktionskreis Pater Beda e Frei Beda, a mesma teve suas atividades interrompidas com a promessa de ser posteriormente reconstruída no âmbito do projeto de urbanização da Ilha de Deus iniciado 2007, porém não se sabe ao certo quando a creche será reerguida. Na Figura 30 pode-se observar a área destinada a construção da creche, na Ilha de Deus, que atualmente encontra-se apenas com a fundação construída.

Figura 30 - Espaço para construção da creche



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Apesar da presença de projetos sociais diversos que atendem as crianças de Ilha de Deus, foram percebidas por diversas vezes reclamações relativas a ausência de creche na comunidade. “Aff que falta que faz a creche [...] Não vou trabalhar [...] não tenho com quem deixar as crianças”. “Necessitamos de nossa creche de volta com urgência, para que as mães possam trabalhar tranquilas” (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017, 14/ 09/ 2017).

Dessa forma, nas situações citadas e observadas, notou-se que a presença da creche torna-se fundamental para que os pais possam trabalhar, considerando que os projetos sociais

não possuem amplos horários de atuação, ou seja, seu funcionamento não se dá durante todo o dia. Alguns pais para tentar sanar esse problema deixam as crianças nos projetos sociais pela manhã e à tarde na escola municipal, mesmo assim, a falta da creche ainda é enfatizada como uma questão que deve ser resolvida.

Outra promessa feita pelo Governo no âmbito do projeto de urbanização da Ilha de Deus, mas que ainda não foi realizado, é a construção de um campo de futebol. Durante o projeto não foram contempladas a política de lazer para a comunidade.

Por outro lado, o processo de mobilização e recrutamento de novos aliados, o qual resulta na formação e manutenção da ONG Saber Viver, também se reflete no estabelecimento de parcerias para a formação de equipamentos de lazer. Atualmente, a ONG Saber Viver está desenvolvendo o projeto de elaboração de um museu comunitário, cujo objetivo é contar a história da Ilha de Deus, fazendo com que as gerações futuras não esqueçam suas origens (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017). Além disso, pensa-se no projeto como uma forma de atrair turistas, ajudando a compor o roteiro turístico da Ilha de Deus (Notas de Campo, 07/ 08/ 2017).

Esse projeto conta com o auxílio técnico do Porto Digital, por meio do L.O.U.Co (Laboratório de Objetos Urbanos Conectados), e dos museólogos do Cais do Sertão, em especial Maria Rosa e Sandro Cunha, por meio de suas *expertises*, procurando auxiliar na montagem do museu comunitário. Além desses, existe a contribuição da museóloga Regina Batista que é a responsável pela implementação do museu na Ilha de Deus.

A ideia da constituição do museu é formulada pela presidente da ONG Saber Viver e pelo coordenador de projetos sociais, como uma forma de resgate da história da Ilha de Deus. Isso porque conta com a participação da comunidade para auxiliar na formatação do museu, apesar de ter como base a percepção comunitária. E também vale-se de actantes externos a Ilha que foram alistados para conseguir viabilizar o projeto.

Em primeiro lugar, foi necessário o auxílio da Rede de Ação Frei Beda. Na sede da rede, que se encontra na Alemanha, membros da Saber Viver fizeram um trabalho de seleção de material. Ao total, a Rede possui um acervo de mais de cinco mil documentos sobre a Ilha de Deus, compostos, principalmente por fotos e vídeos. Dessa forma, em meio a esse material, foram escolhidas fotos para compor o acervo do Museu Frei Beda (Notas de Campo, 23/ 08/ 2017). Além da Rede de Ação Frei Beda, outras instituições têm auxiliado no projeto. A ONG Saber Viver participou em 2016 do Programa de Incubação do Porto Social (Recife), o que acabou por impulsionar a atuação da ONG e de seus projetos por meio da mentora oferecida pela instituição que auxiliou a ONG na elaboração de ações voltadas ao turismo.

As articulações que levaram a formação de parcerias entre o Cais do Sertão e a ONG Saber Viver deu-se através de um projeto desenvolvido pelo próprio Cais do Sertão, denominado Cais e seus vizinhos, onde o museu procura integrar iniciativas socioculturais presentes em seu entorno. Em 2017, o museu entrou em contato com a ONG para promover um evento em homenagem ao maculelê. Acabou por convidar a Companhia de Dança Nativos (da Ilha de Deus) para realizar uma apresentação de dança. Assim, por meio dessa aproximação começou-se as discussões que posteriormente, após algumas reuniões realizadas entre a Saber Viver e os museólogos do Cais do Sertão, deram origem a parceria. Através das aproximações com o Cais do Sertão e com o Porto Social também foi alistado o L.O.U.Co, do Porto Digital, como um parceiro do projeto. Atualmente, a utilização da tecnologia como um meio para atrair visitantes e interagir com eles é imprescindível, por isso a atuação do Porto Digital representado pelo L.O.U.Co é fundamental para o projeto.

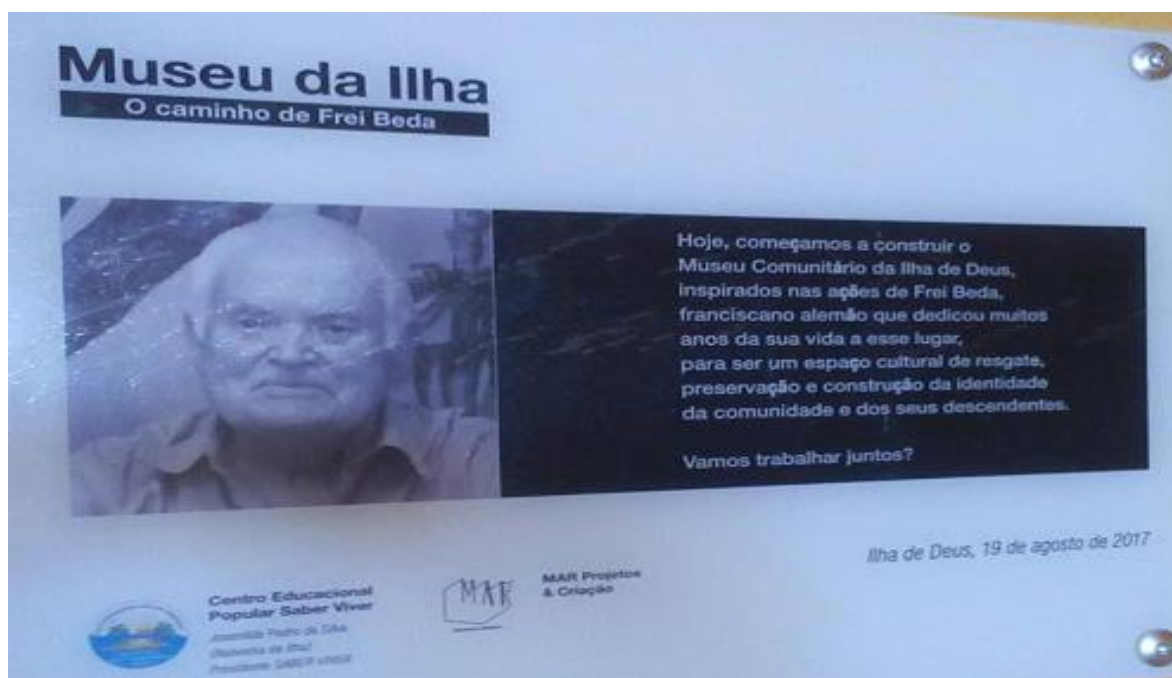
O objetivo do museu é recriar uma palafita, estilo a casa de taipa que existe no interior do Cais do sertão e dentro dela colocar objetos usados rotineiramente pela população naquela época, ou seja, recriar uma típica palafita. Ademais, expor as muitas fotos que existem da comunidade, do período em que se iniciou os projetos sociais pelos religiosos.

#### Eco Museu Comunitário Frei Beda

O vigilante Esmeraldo Lima da Silva, de 41 anos, tinha apenas uma foto da mãe, que faleceu quando ele tinha apenas 13 anos. E, mesmo assim, era pequena, pois se tratava da carteira de identidade dela. Ele chorou ao ver uma fotografia em que Isaurina Alves aparece sozinha, em meio aos barracos da então recém criada ocupação. “Era minha preta”, diz ele, alisando a foto. “Agora eu tenho mais uma coisa dela para guardar de lembrança”. A mãe de Esmeraldo faleceu devido a complicações decorrentes da alta ingestão de bebida alcóolica. [...] Muitos moradores também reverenciaram a foto de Dona Albertina, parteira que trouxe ao mundo boa parte dos habitantes da Ilha de Deus. “Dos meus cinco filhos, quatro foi ela quem ‘tirou’, acho que 90% dos meninos que nasceram aqui foram pelas mão dela”, diz a dona de casa Lucileide Francisco. [...] Segundo a museóloga Regina Batista, que coordena a concepção do museu, a história da Ilha de Deus será contada pelas próprias pessoas que lá viveram. “Não teria sentido chegar aqui com um projeto pronto e simplesmente instalá-lo. Em vez disso, vamos fazer uma construção conjunta, ouvindo da comunidade que tipo de museu ela mesmo quer”, comenta (JORNAL DO COMMERCIO, 19/ 08/ 2017).

Na Figura 31 é possível observar a placa de lançamento do Museu Digital Frei Beda ou Eco Museu Frei Beda. Apesar desse ainda não se encontrar completo, foi feita uma festa de lançamento do museu em 19/ 08/ 2017. Essa deu-se no âmbito do I Encontro de Jovens Saber Viver, cuja cerimônia de abertura contou com palestras e narrativas de vários moradores da Ilha de Deus que conheceram e conviveram com o Frei Beda, incluindo a Irmã Aurieta.

Figura 31: Placa do Museu Digital Frei Beda



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A partir desse evento muitas histórias foram contadas. Percebeu-se integrantes da comunidade visivelmente emocionados, por verem fotos antigas de parentes sendo que alguns já haviam morrido. E tendo em vista que aqueles eram os únicos registros fotográficos existentes daquelas pessoas, houve até a entrega da cópia de algumas fotos para parentes.

Outro tipo de equipamento que foi construído na comunidade foram as praças, mas sem que nenhum tipo de brinquedo ou atrativo fosse ali colocado. Essas foram reformadas por meio de uma parceria estabelecida entre uma empresa de telefonia privada (Vivo) e a Prefeitura de Recife. Ao total foram reformadas três praças, uma delas formatada como um parque infantil.

Esse projeto incluiu ciclofaixas, jardins e arborização. Próximo ao local onde funciona o Centro Educacional Saber Viver e da rampa por onde as canoas e os catamarãs chegam a Ilha de Deus, existe uma pequena praça com a presença de brinquedos e equipamentos de ginástica infantis, a exemplo de balanço e escorrego. Nesse mesmo local foram plantadas árvores de pitanga, urucum e aroeira, além de ter sido delimitada uma ciclofaixa, o ambiente foi decorado para torna-se mais atrativo para as crianças (JORNAL DO COMMERCCIO, 12/ 12/ 2016).

Tais iniciativas ocorreram por meio de um projeto denominado Vivo a Praça, onde a empresa, por meio de parcerias com órgãos públicos e pelo trabalho voluntário da própria comunidade, transforma espaços de lazer nas comunidades carentes. De acordo com a Vivo (2016) “o projeto Vivo a Praça, realizado pela Vivo Transforma, revitaliza e transforma grandes

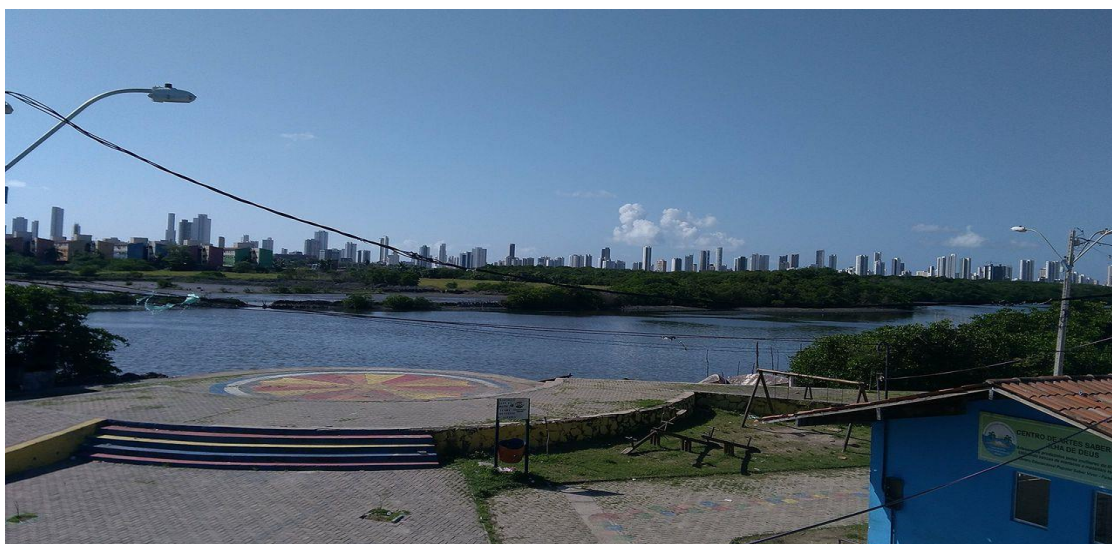
praças em locais de lazer para toda a população, unindo e conectando pessoas por meio da transformação e compartilhamento do espaço urbano”.

O projeto baseia-se numa metodologia participativa, denominada pela Vivo de Oasis. No caso da Ilha de Deus, em novembro de 2016, a empresa entrou em contato com a comunidade por meio da ONG Caranguejo Uçá, foi na sede da mesma que ofereceu cursos de capacitação, com o objetivo de explicar o projeto e ajudar na atuação daquelas pessoas que se interessaram em participar como voluntárias do projeto Vivo a Praça.

O objetivo dessa capacitação era de identificar oportunidades e recursos disponíveis na região, além de formatar o projeto da praça em conjunto com a comunidade sem impor nada, construindo de forma conjunta. Após essas reuniões realizadas num final de semana do mês de novembro de 2016, no mês seguinte (dezembro/2016) por meio de um mutirão que envolveu aproximadamente 250 voluntários (da Ilha de Deus, Vivo Transforma e Prefeitura Municipal de Recife) as praças e espaços de lazer foram refeitos num único final de semana e inaugurados no dia 18/12/2016 com a presença de diversas atrações culturais da própria Ilha de Deus (JORNAL DO COMMERCIO, 12/ 12/ 2016).

Na figura 32 pode-se observar uma das praças que foi construída por meio do projeto Vivo a Praça. Nessa, no canto direito é possível perceber a presença de brinquedos infantis, e no centro uma espécie de mandala que sinaliza o marco zero da comunidade. Apesar de na Figura 32 não ser possível visualizar, nessa mesma área há a presença de pequenas árvores frutíferas, cujas mudas foram doadas pelo Jardim Botânico e empresa Atmosphera à Secretaria de Meio Ambiente de Recife para efetuar o plantio na Ilha de Deus.

Figura 32: Praça infantil na Ilha de Deus



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com Daniel Frazão, diretor de comunicação da Vivo, em entrevista realizada pelo Jornal do Comércio (12/ 12/ 2016), “Na Ilha de Deus, 60% dos moradores são crianças e elas não tinham onde brincar e com a urbanização a comunidade ficou sem sombra.” Essa percepção positiva foi também percebida em membros da comunidade. Além de proporcionar espaço de lazer para as crianças, contribuir para a formação de sombra/ percepção térmica mais baixa, decoração/ paisagismo de um dos portões de entrada da Ilha de Deus, o parque infantil ainda foi montado numa posição estratégica, permitindo que as crianças brinquem próximas ao local onde as mulheres realizam a limpeza e cozimento do sururu para comercialização.

Atualmente, essa cata e comercialização do sururu é a principal ocupação e atividade econômica da população da ilha. Para exercer essa atividade requer-se uma demanda de trabalho intensivo. Assim, o cotidiano do pescador/ catador é acordar cedo e ir de barco para a maré catar sururu. Não há um local específico para procurar o sururu, conforme relatos de pescadores, anteriormente não havia dificuldade em encontrar o crustáceo, mas hoje em dia é preciso recorrer a locais cada vez mais distantes para encontrá-lo em abundância.

Essa atividade, geralmente, é desempenhada pelos homens enquanto as mulheres são encarregadas de realizar a limpeza e fervura do sururu embalando-o para comercialização. Ainda não há uma cooperativa que trate especificamente do sururu e nem a organização de venda dos mesmos, cada comerciante fica encarregado de vender seu próprio pescado, mas o preço costuma ser quase sempre o mesmo.

#### Trabalho com o Sururu

Assim como boa parte do público feminino do lugar [Ilha de Deus], Nádia da Silva Américo Antunes, 24 anos, encara as águas com um barco, geralmente acompanhada de uma amiga. Sai de casa ainda na escuridão da madrugada, assim como o marido, Êmerson Antunes Silva. Segue em direção ao Pina, onde mergulha na maré em busca das “esponjas” de sururu. “Tudo o que tenho foi graças à pesca. É difícil uma mulher daqui não trabalhar com isso”, conta. [...] Quase todos os dias, Nádia vai para o Pina e, na volta, senta-se na frente de casa para separar um a um os sururus. Da maré ela não volta com menos de dez quilos do produto. “Depois de separar, coloco para cozinhar e as cascas se soltam. Lavo e fica pronto para vender”, conta. Nádia sonha em terminar o ensino médio e cursar a faculdade de Direito. Quer ser delegada. Somente assim deixaria a pesca. “Já fui doméstica na casa dos outros, mas é ruim demais. Prefiro trabalhar aqui. Fico perto do meu filho e tenho tempo de cuidar da casa”, justifica. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/ 12/ 2014).

Apesar do sururu ainda ser a principal atividade econômica da ilha, não é a única. Conforme citado anteriormente, desde o início da ocupação na região começam a ser desenvolvidos os primeiros viveiros, na época apenas de peixe. Segundo dados da pesquisa

(2017, 2018), os primeiros viveiros que existiram na Ilha de Deus foram implantados pelo Sr. Abílio de Sá Barreto, em 1923, antes mesmo de uma ampla ocupação da região. A partir do momento em que ocorre uma expansão populacional na região, parte da população vai aos poucos assimilando essa prática, expandindo os viveiros de peixes ao redor da Ilha.

Anos mais tarde, devido a uma maior expansão do mercado de camarões no Brasil e no mundo, um irmão do Sr. Abílio decide introduzir o cultivo de camarão caboclinho nesses viveiros no início dos anos de 1980. A princípio, de forma bastante rudimentar, apenas coletando as larvas de camarão no rio Jordão e introduzindo-as nos viveiros de peixe.

Mas, em decorrência da grande poluição dos rios vivenciada pela região na década de 1980, torna-se cada vez mais difícil encontrar larvas de camarão caboclinho para depositar nos viveiros. Dessa forma, com o auxílio técnico do professor Paulo Mendes<sup>14</sup> da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), inovações são adotadas nos viveiros da Ilha de Deus. Dentre essas têm-se a introdução de uma nova espécie de camarão, popularmente conhecido como camarão cinza. Essa espécie é escolhida devido a sua maior produtividade e adaptação. Mas como a espécie de camarão é introduzida artificialmente esse não se reproduz, assim os criadores devem frequentemente viajar ao Rio Grande do Norte para adquirir novas larvas.

Apesar das iniciativas remontarem ao Sr. Abílio de Sá Barreto e seus familiares, rapidamente a atividade foi-se expandindo pela Ilha de Deus, surgindo vários outros viveiros, sendo inclusive criada em 2004 uma Associação dos Criadores de Camarões da Ilha de Deus (ACCID), com o objetivo de melhor ordenar as ações voltadas ao manejo da espécie. Atualmente existem aproximadamente 100 viveiros de camarão cinza em atividade na Ilha de Deus, não sendo mais permitida a implementação de novos viveiros devido a um problema recentemente levantado pela Secretaria de Meio Ambiente de Recife. Em decorrência dos viveiros de camarão serem associados a degradação do mangue chegou-se a questionar se a atividade deveria continuar ou não na Ilha de Deus. E tendo em vista que a proposta da ilha é de ser uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que contribua com a preservação do mangue, chegou-se a pensar na retirada dos viveiros de camarão.

---

<sup>14</sup> Durante a realização da pesquisa afirmou-se que o professor Paulo especialista em piscicultura e carcinocultura já se interessava pelos viveiros de peixe que existiam na Ilha de Deus, tendo se aproximado com a intenção de observar e contribuir com os mesmos. Assim, acabou também por contribuir com a implantação dos camarões apresentando aos criadores uma espécie que adquire tamanho maior do que o caboclinho e tem uma melhor produtividade (camarão cinza). Dessa forma, os viveiros não surgiram através da cooperação técnica com a empresa Netuno Pescados, como afirmam alguns trabalhos levantados pela pesquisadora. De acordo com notas de campo (2017) realmente houve pessoas ‘representando’ a Netuno Pescados que procuraram a associação, mas descobriu-se que tratava-se de um engodo, que na verdade eram pessoas querendo se aproveitar da comunidade. Além disso, quando essas pessoas procuraram a Ilha de Deus já havia viveiros de camarão no local.

#### Viveiros de Camarão em xeque na Ilha de Deus

Ontem, técnicos de várias secretarias do Recife e representantes de entidades estiveram na ilha para conhecer os viveiros. “Existe um confronto: a comunidade quer que os viveiros permaneçam enquanto alguns técnicos e estudiosos defendem que devem sair”, informa a secretária de Meio Ambiente, Cida Pedrosa. “Mas, na secretaria, concordamos que não podemos deixar que novos sejam instalados.” [...] Para a comunidade, os camarões são uma fonte de renda da qual não pretende abrir mão. “Não somos empresários. Somos pescadores, apicultores, filhos e netos de pescadores. Cultivamos camarão para complementar a renda familiar”, afirma o diretor da Associação de Aquicultores e Pescadores da Ilha de Deus, Fábio Romão (JORNAL DO COMMERIO, 05/ 11/ 2015).

Dentre as formas de sensibilização adotadas pela ACCID para a manutenção dos viveiros na ilha houve um grupo formado por pescadores/ criadores de camarão que em audiência se reuniram com o então Governador (Eduardo Campos) para sensibilizá-lo sobre a necessidade da manutenção dessa atividade. Esse mostrou-se solidário à Ilha de Deus e se sensibilizou com a causa dos pescadores e ajudou como pode na manutenção dos viveiros.

Além disso, também foi feito um documentário pela produtora PJC, denominado “Viveiros da Ilha de Deus: uma questão social”, para informar a população sobre a realidade dos pescadores da ilha e como esses necessitam dos viveiros para ter uma vida digna. Os proprietários dos viveiros não são empresários, mas sim a população tradicional que tira o seu sustento dessa atividade. Em grande parte, devido a degradação dos rios, causada pelas indústrias e pelo esgoto residencial (proveniente dos bairros de Boa Viagem, Pina e Setúbal) que é derramado nos rios, não se acham mais peixes ou camarões naquela região. Logo a presença dos viveiros torna-se fundamental para a sobrevivência da população.

Abaixo tem-se um trecho presente no Documentário, “Viveiros da Ilha de Deus: uma questão social”, onde afirma-se que esse é justamente uma forma de mostrar o outro lado da história. Onde não são os viveiros que estão causando os impactos ambientais que lhes são atribuídos, mas sim o canal de Setúbal. Também ilustra a esperança do pescador com relação ao Governo de Eduardo Campos se solidarizar com a situação.

O que nós temos para mostrar é nossa realidade, nosso lado. O pessoal, infelizmente, desconhece, então através desse documentário nós pretendemos mostrar a nossa realidade que é bem diferente do que é passado pela mídia. [...] Não tem nenhum empresário aqui, é tudo pescador. [Então Presidente da ACCDI]. Eu sobrevivo da pesca e já estou nessa localidade a mais de 50 anos. E os viveiros são muito úteis para nossa sobrevivência. Esperamos que o nosso Governo dê amparo para nós continuarmos com a nossa criação. [Sr. Geraldo]. [...] No noticiário da televisão que a gente vê diz que o dono de viveiro é quem polui os

rios [...] Quem está poluindo o rio é esse canal de Setúbal que vem de Boa Viagem e despeja tudo aqui em nossa maré. E se nós não tiver cuidado, não colocar um plástico no viveiro, essa água entra nos viveiros e mata os camarões tudinho. [José Carlos – pescador da Ilha de Deus]. (Documentário da PJC, 2011).

Após discussões junto ao Conselho de Meio Ambiente do Recife (CONAM), a ACCID e os pescadores da Ilha de Deus conseguiram manter os viveiros já existentes em atividade. Por tratar-se de uma prática que auxilia na geração de renda de uma comunidade carente classificada como ZEIS, mas foi proibida a criação de novos viveiros.

Na Figura 33, pode-se observar no canto direito a presença de alguns viveiros de camarão na Ilha de Deus. Esses cercam praticamente toda a extensão da Ilha, tanto ao acessá-la por terra via ponte Vitória das Mulheres, como por barco. A primeira imagem que se vislumbra são os viveiros de camarão. Atualmente sua produção é comercializada dentro da própria Ilha de Deus e nas principais feiras da cidade de Recife (mercado São José).

Figura 33 - Viveiros de Camarão na Ilha de Deus



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A Ilha de Deus, conforme foi apresentado em várias situações, encontra-se em área de mangue, ao lado do Parque dos Manguezais. Apesar dessa não integrar o parque, o fato de ter sido criada uma Unidade de Conservação (UC) Municipal em 1996 e da área ser classificada como Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA) poderia sugerir que há um

reconhecimento por parte do poder público da importância socioambiental do manguezal como um ecossistema costeiro de transição<sup>15</sup>. E de que a região deve ser fruto de uma estrutura maior de controle ambiental, o que justificaria a tentativa de proibir a carcinocultura que frequentemente é associada a degradação ambiental.

Esse parque é composto por aproximadamente 14 hectares de terra firme, onde a maior porção encontra-se na Ilha das Cabras, mas há também um trecho referente a Ilha do Simão. Sua utilização é regulamentada pelo Decreto nº 25.565, de dezembro de 2010, ao qual prevê também ações de visitação e (eco)turismo nas ilhas e nos rios Pina e Jordão.

De acordo com o Decreto mencionado, o manguezal é visto como um importante ecossistema por desempenhar as funções de berçário de diversidade biológica, amortecedor de marés, receptor da macrodrenagem (das zonas Sul, Oeste e Sudoeste) da cidade de Recife e manter a identidade anfíbia da paisagem (RECIFE, 2010).

Apesar da criação do parque municipal em região de manguezal e do texto do Decreto nº 25.565 reconhecerem a importância desse ecossistema para a manutenção da diversidade biológica aquática, historicamente há um processo de descaso com os manguezais, não só em Pernambuco, mas em todo o território nacional.

Ainda segundo representante da ONG Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU), não há uma ampla conscientização da população do Recife e do Poder Público, em Pernambuco e no Brasil, a respeito da preservação do mangue. Apesar disso, já foi criada uma compreensão entre os habitantes da Ilha de Deus da importância da preservação do mangue, para garantir a qualidade de vida da comunidade, mas ainda há muito a ser feito.

Ninguém destrói mais o mangue por aqui a mais de dez anos. [...] Mas os rios ainda estão muito poluídos e isso afeta a gente. É preciso conscientizar as pessoas da importância disso aqui. A Ilha de Deus é o pulmão de Recife. [...] O que nos move é a defesa do rio e do mangue. Mas também queremos desmitificar a imagem da ilha, mostrando a todos que vierem aqui o potencial humano e as riquezas da nossa comunidade (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017).

A constituição do Parque dos Manguezais próximo à Ilha de Deus não é vista por todos da comunidade como algo positivo. Isso porque restringe as atividades realizadas no local. “Antigamente podíamos usar a vontade toda essa região sem precisar pedir autorização a

---

<sup>15</sup> A ideia do manguezal ser reconhecido como um importante ecossistema é uma ‘luta’ antiga da comunidade da Ilha de Deus em especial de suas ONG’s Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU) e Saber Viver. E na opinião desses atores, o manguezal ainda não é reconhecido como um ecossistema costeiro importante. Afirmar-se que ainda há muito a ser feito para que seja criada essa conscientização na população de Recife. Apesar de ser uma cidade com grande quantidade de rios, esses ainda são bastante poluídos.

ninguém [...] pescar em qualquer lugar” (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017). A sensação que alguns pescadores têm é que parte de seu ‘território’ foi perdido, isso em detrimento da formação de um parque que ainda não trouxe benefício para a comunidade apresentando promessas sem ação concreta.

As iniciativas de visitação previstas pelo Decreto nº 25.565, de dezembro de 2010 e também pela Lei nº 10.783, de 30 de Junho de 1992 poderiam ajudar a comunidade no sentido de trazer mais turistas para a região, auxiliando tanto em termos econômicos como na formação de uma maior conscientização ambiental à medida que o turismo, em especial em sua modalidade pedagógica, possa ser trabalhado com ações de educação e conscientização ambiental. Mas ao fazer promessas sobre a construção de equipamentos turísticos nas três ilhas sem cumprir fez com que a comunidade ficasse ainda mais descrente percebendo apenas a perda de seu território.

A relação do homem com o mangue é um aspecto fundamental para entender a comunidade da Ilha de Deus, pois é devido a presença do manguezal que toda essa história se inicia e restringir a exploração de áreas comumente utilizadas pela comunidade nunca é considerado positivo. Apesar disso, nem todas as intervenções propostas pelo Governo são vistas com maus olhos pela comunidade.

A despeito dessas mudanças promovidas pelo Governo, duas frequentemente aparecem, durante a pesquisa, no discurso da comunidade da Ilha de Deus como importantes marcos para a transformação da vida da população. Essas foram, a construção da ponte ‘Vitória das Mulheres’ (em suas duas fases) e o projeto de urbanização da Ilha de Deus realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, na gestão Eduardo Campos.

Conforme foi visto no decorrer dessa exposição sobre a história da Ilha de Deus, em diferentes situações a falta de uma ponte ligando a ilha ao bairro da Imbiribeira representou um grande problema para a comunidade, dificultando o transporte de pessoas e de provisões para a ilha. Apesar da insistência da comunidade pela sua construção a ponte só foi feita em 1986 e mesmo assim de forma parcial, já que só permita a passagem de pessoas a pé ou em carrinho de mão, motos e bicicletas. De qualquer forma, quando a ponte foi ‘inaugurada’ constituiu uma grande conquista para a população que não precisou mais utilizar barco para chegar até o continente. Na Figura 34 tem-se um registro fotográfico da ponte de pedestres feita em tábuas.

Figura 34 - Ponte ‘Vitória das Mulheres’: Primeira Fase



Fonte: Acervo da ONG Saber Viver (2018).

A primeira versão da ponte foi construída por meio do esforço conjunto do grupo de mulheres da Ilha de Deus e em decorrência disso recebe o nome de ‘Vitória das Mulheres’. Esse grupo buscou o apoio de políticos, realizaram manifestações e solicitaram audiências, e apenas após “muita luta e conversa com político [...] e insistindo” (Notas de Campo, 28/ 11/ 2017) é que conseguem que a Prefeitura construísse a ponte de pedestres ligando a Ilha a Recife.

Mas essa ponte é derrubada após ser construída uma ponte mais larga no local, permitindo a circulação de automóveis. A ponte foi refeita no âmbito do projeto de urbanização promovido pelo Governo de Pernambuco, em parceria com a Prefeitura de Recife, em 2009. Essa foi uma das primeiras ações do projeto. De acordo com o Diário de Pernambuco (16/ 12/ 2009) durante a inauguração da ponte o Governador (Eduardo Campos) afirmou que:

Foi feita uma pesquisa censitária e quase 90% da população colocava a ponte como prioridade um. Isso para se ter direito de entrar aqui o carro do gás, fazer o acesso da ambulância, a linha de entrega de produtos. Quer dizer, é segurança também, é ligar definitivamente essa população com o continente. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/ 12/ 2009).

Possivelmente, a construção da ponte ter sido a primeira ação de urbanização da Ilha não está relacionada exclusivamente à vontade da população, conforme foi afirmado pelo

Governador, mas deve-se a uma questão lógica, pois iniciar uma obra de urbanização sem a ponte demandaria alto custo no transporte de todos os materiais pelo rio. Logo, ao construir a ponte o processo de urbanização foi facilitado. Dessa maneira, foi feita uma nova ponte e derrubada a anterior (Anexo E – página 292). A obra durou um ano e foi entregue em dezembro de 2009.

No entanto, a passagem de ônibus e caminhões ainda é proibida, pois a largura da ponte não permite a passagem de meios de transporte de grande porte. Ademais a própria estrutura da Ilha de Deus com ruas estreitas não permite a circulação desses meios de transporte. A presença de um bolsão de estacionamento logo ao atravessar a ponte tem a finalidade de fazer com que nenhum automóvel circule dentro da Ilha.

A ponte é relevante para a população, pois conforme afirmou o Governador significa trazer a comunidade para dentro da cidade retirando-a de uma situação de isolamento. Durante a realização do *shadowing* ouviu-se relatos que destacam essa relevância, a exemplo de “quando o primeiro carro entrou na Ilha de Deus eu chorei [...] a luta foi tão grande [...] nunca imaginei que a ilha chegaria algum dia a receber carros, fiquei emocionado” (Notas de Campo, 15/ 09/ 2017). E em outra situação foi anotada a passagem em que alguém da Ilha deu graças a Deus por ter vivido para ver o dia em que a Ilha se transformava (Notas de Campo, 19/ 10/ 2017).

A nova ponte fez-se como uma ação do projeto de urbanização, isso porque a Ilha de Deus é classificada como uma ZEIS. A princípio cabe ressaltar que as leis nº 14.511/ 83, nº 17.511/ 08 e nº 16.176/ 96 constituem instrumentos legais necessários para entender o que vem a ser ZEIS e porque a Ilha de Deus passou a integrar a lista de ZEIS de Recife.

Esses documentos supracitados versam sobre o uso e ocupação do solo da cidade de Recife. A lei nº 14.511/ 83, em seu artigo 14, apresenta as ZEIS considerando-as como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente ou estabelecidos/ consolidados pelo Poder Público. O intuito é promover a regularização jurídica e integração na estrutura urbana desses locais. Na lei nº 16.176/ 96 são apresentadas as características que devem possuir um local para ser considerado ZEIS, a saber:

I – ter uso predominantemente habitacional; II – apresentar tipologia de população com renda familiar média igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos; III – ter carência ou ausência de serviços de infraestrutura básica; IV – possuir densidade habitacional não inferior a 30 (trinta) residências por hectare; V – ser passível de urbanização. (RECIFE, 1996).

Apesar de no anexo da lei nº 14.511/ 83 serem indicadas algumas ZEIS, essas são ampliadas por meio de várias leis complementares publicadas a partir de 1988. A lei que cria a

ZEIS Ilha de Deus é a nº 16.103, de 20 de outubro de 1995 a qual altera o zoneamento da cidade. Além de instituir a respectiva ZEIS também estabelece seus limites. Dessa forma, segundo a lei nº 16.103/ 95 a ZEIS da Ilha de Deus compreende a seguinte região:

Inicia no cruzamento do prolongamento do eixo da Av. de Contorno, situado na Vila S.S.A.M. com o eixo do Rio Jordão; segue por este até o cruzamento com o eixo do Rio Tejiptó; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo do Rio Pina; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o prolongamento do eixo da Av. de Contorno; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo do Rio Jordão, fechando assim a poligonal que define a área. (RECIFE, 1996).

Mas além de delimitar a área a qual compreende a ZEIS Ilha de Deus, também se menciona a necessidade da elaboração de um Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), o qual apresenta um conjunto de normas e providências a serem executadas e fiscalizadas pelo Poder Público Municipal. Esse foi criado por meio da Lei nº 14.947, de 30 de março de 1987, que busca regulamentar a urbanização das ZEIS considerando suas características locais estipulando o tamanho dos lotes, elaborando um fundo voltado para garantir a execução das atividades programadas e grupos de apoio para auxiliar no levantamento de dados e de informações necessárias à execução de seus objetivos.

O documento que institui o PREZEIS constitui uma iniciativa não só do Poder Público Municipal, mas de outras entidades como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, além de movimentos populares que auxiliaram em sua elaboração. A participação desses movimentos populares não se resume a elaboração do PREZEIS, mas também podem fazer parte da Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL). De acordo com Recife (1995), o COMUL será composto por um representante da Empresa de Urbanização do Recife (URB/ Recife), representante de órgão público responsável pela execução do projeto de urbanização, representante indicado pela entidade civil que preste assessoria à comunidade, e dois representantes da comunidade (moradores da ZEIS).

Apesar disso, na Ilha de Deus não foi estabelecido COMUL. Conforme Recife (1995), nessa situação o projeto é coordenado pela URB/ Recife a qual consulta a população para entender quais intervenções são necessárias. E de acordo com membros da comunidade de fato houve um planejamento participativo, pois as demandas da população foram ouvidas.

Quando chegou a obra, a proposta do Governo chegou aqui, a gente ficou com medo que acontecesse que nem em outras comunidades aqui de Recife mesmo. Que eles pegaram as pessoas, tirava, desocupava o lugar, e não trazia mais. Procura outro lugar para fazer nova moradia. E a gente aqui não queria porque a gente fundou a ilha, né? Minha mãe, minha vó, tudo fundador. Eu fui nascida e

criada aqui. A gente não queria sair daqui. A gente que decidiu tudo. [...] A intenção do Governo era tirar todo mundo daqui, esvaziar a Ilha toda, fazer as casas e voltar com todo mundo depois. Mas a gente decidiu que não, ia ser por etapas. Primeiro fazia aqui a área piloto, tirava as pessoas fazia as casas e voltava. Aí a gente ia ver quando a pessoa voltasse que realmente eles estavam cumprindo com a palavra deles. [...] Aí quando entregou aqui a área piloto a gente viu que realmente nossa palavra valeu... que a gente disse que queria por etapas. A gente também disse que os moradores participassem das obras, ficassem por dentro de tudo, né? E muitos que viviam na maré também trabalharam na obra (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017).

Ainda em 2007 O Governo de Pernambuco, representado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), contrata a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE/ UFPE) para auxiliar na elaboração de um Plano de Ação Integrada de Investimentos. Posteriormente para executar e monitorar o projeto de urbanização contrata-se a Empresa Diagonal Transformação de Territórios, essa última torna-se a Gerenciadora das ações integradas da obra (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ, 2009; PERNAMBUCO, 2009).

Por meio dessa urbanização participativa foram construídos pelo menos cinco tipos diferenciados de construções, que correspondiam as necessidades de cada habitante da Ilha de Deus. Uma construção específica para quem já tinha comércio, a exemplo de salão de beleza e mercadinho (formas de comércio mais comuns na Ilha), casas que poderiam ser de dois andares, térreas ou adaptadas para portadores de necessidades especiais (com portas mais largas). E essas casas tem a possibilidade de possuir dois ou três quartos cada.

Dentro desse projeto também foi realizado um levantamento da situação de cada núcleo familiar. Quando se identificava que dentro de uma mesma casa existia mais de um núcleo familiar era providenciada nova casa para que fosse proporcionado maior conforto a população.

Além disso, houve uma ampla participação da comunidade na formatação do projeto (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017; PERNAMBUCO, 2009) por meio de uma metodologia similar ao mapa dos desejos (Anexo F – página 293), onde membros da comunidade foram convidados a desenhar como eles gostariam que a Ilha de Deus fosse. A partir desses desenhos foi criado um projeto de urbanização que é posto em votação junto à comunidade por meio de plenária. Imagens desse podem ser vislumbradas no Anexo G - página 294.

A mobilização da comunidade da ZEIS Ilha de Deus para compor o projeto é feita por meio de uma comissão de moradores constituída por representantes da Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU), Centro Educacional Saber Viver e Grupo de Poupadoras.

Esses grupos auxiliaram a estabelecer uma comunicação mais eficiente entre a comunidade e os responsáveis pela execução do projeto de urbanização, contribuindo inclusive

na elaboração do informativo ‘Ação Ilha de Deus’ distribuído pelo Núcleo Integrado de Comunicação da SEPLAG (NICOM) junto à comunidade. Os informativos circularam na Ilha de Deus, durante o período de 2009 a 2012, trazendo informes sobre as principais atividades disponibilizadas na Ilha, algumas relacionadas ao projeto de urbanização e outras voltadas para a melhoria da comunidade como cursos profissionalizantes, palestras e atividades artísticas. Essas eram ofertadas tanto pelo poder público como por entidades comunitárias da Ilha.

Além da articulação com os três grupos comunitários supracitados, o projeto de urbanização também envolvia a eleição de representantes de cada bloco ou região que estivesse passando pelo processo de requalificação.

Geralmente, eram eleitos de três a quatro representantes por bairro revitalizado. O intuito era que esses acompanhassem as atividades de forma mais próxima e caso fosse necessário informassem aos moradores sobre possíveis mudanças no cronograma ou intercorrências da obra.

Ademais, criou-se uma sala para atendimento comunitário, denominada ‘Escritório Local’, cujo funcionamento dava-se das 8 às 17 horas de segunda a quinta-feira, com a presença de assistentes sociais e pedagoga. O objetivo do atendimento era esclarecer possíveis dúvidas da comunidade sobre o projeto, no que se refere a direitos e deveres da comunidade (PERNAMBUCO, 2009; 2010b).

#### Requalificação da Ilha de Deus

Em 1986, construíram uma ponte de madeira ligando pela primeira vez a ilha ao ‘resto do mundo’. Antes, o acesso só era possível de barco. [...] A passagem de 216 metros de extensão foi refeita em concreto em 2009, em obra do governo do Estado. A ponte Vitória das Mulheres, referência à forte liderança feminina na comunidade, também é um marco da urbanização da Ilha de Deus. [...] **Hoje, as palafitas da ilha deram lugar a casas de alvenaria, as ruas de lama receberam asfalto e saneamento.** Já a violência tem recuado diante de ações de transformação social, que vão de revitalização ambiental a programas de educação, comunicação e poupança comunitária. [...] Um dos fundadores da ONG Ação Comunitária Caranguejo Uçá, que atua na Ilha de Deus desde 2002, associa os problemas sociais ao desequilíbrio ambiental e à omissão do Estado. [...] **“Diz um ditado popular que o ambiente faz o homem. Se o ambiente é degradado, o ser humano também estará”**, afirma o ativista, conhecido como Edson Fly (BBC NEWS, 18/ 12/ 2016, grifo nosso).

O projeto teve início em 2007 com atividades de planejamento e engajamento comunitário, tendo sua primeira obra finalizada em 2009. A primeira parte da comunidade a ter suas casas reconstruídas foi a área piloto, nessa foram entregues 27 habitacionais em setembro

de 2010 (Notas de Campo, 2017; PERNAMBUCO, 2010c). Depois outras regiões sofreram interferência, a exemplo do conjunto habitacional área 1. Além disso, as sedes das ONG's Saber Viver e ACCU, o posto de saúde e escola também foram revitalizadas.

Apesar do projeto de urbanização ter beneficiado sobremaneira a população, as ações previstas não foram implementadas integralmente. É o caso da creche, campo de futebol, ginásio poliesportivo e as casas que estavam planejadas para serem requalificadas. O encerramento das atividades de requalificação na Ilha de Deus coincide com a mudança no âmbito do Governo Estadual em 2014.

Em várias ocasiões dentro da Ilha de Deus associou-se parte das conquistas da comunidade ao ex-governador Eduardo Campos, que em algumas situações foi retratado como uma espécie de pai ou benfeitor da comunidade. Isso porque ele teria defendido os interesses da comunidade, em pelos menos duas ocasiões, primeiramente no projeto de urbanização da Ilha de Deus e durante as discussões acerca da possível proibição de viveiros de camarão (Notas de Campo, 19/ 08/ 2017, 28/ 11/ 2017).

Mas, essa referência a políticos não aconteceu apenas ao mencionar Eduardo Campos. A comunidade acredita que na década de 1960, frente a um processo de construção da identidade e do empoderamento, o Governador Miguel Arraes permitiu que a comunidade permanecesse no local. Dessa maneira, durante homenagem na Câmara Municipal de Recife a Dona Beró afirmou-se que:

A mobilização e os pedidos aos governantes por melhores condições foi aprendido de uma maneira muito especial: cantando. [...] Dona Beró rende homenagens em seu cancionário às pessoas famosas como o ex-governador Miguel Arraes e ao atual governador, Eduardo Campos, aos quais se refere com carinho e gratidão. “Agradeço ao governador por ter deixado a gente ficar na Ilha. A Ilha de Deus está melhor graças a eles”, disse em plenária. (PERNAMBUCO, 2012b, p. 2).

Esses elogios não se estendem aos governantes atuais, pelo contrário, têm-se apenas críticas. Houve até mesmo afirmações do tipo “A Ilha de Deus morreu junto com Eduardo Campos” ou “o atual governador não fez nenhuma visita à ilha depois de eleito, veio aqui apenas antes da eleição para pedir voto e depois nos esqueceu [...] estamos abandonados/ esquecidos pelos políticos” (Notas de Campo, 04/ 01/ 2018).

De acordo com notas de campo (28/ 11/ 2017, 04/ 01/ 2018), dentre os equipamentos aos quais não foram entregues tem-se o Centro de Beneficiamento de Pescado, que caso estivesse pronto serviria para o tratamento dos mariscos catados no manguezal (principal atividade econômica da comunidade) e poderia representar um incremento substancial no preço do quilo, tendo em vista que seria vendido diretamente a bares e restaurantes de Recife.

A formação de uma cooperativa de mariscos e sururu está atrelada a entrega desse equipamento. Apesar de ser a principal atividade econômica da Ilha de Deus, não há nenhuma associação ou cooperativa para tratar de questões relacionadas as suas práticas.

Apesar disso, observa-se articulações sendo feitas no sentido da formação de uma cooperação técnica com uma associação sediada em Alagoas. No entanto, sua efetivação depende da disponibilização de uma infraestrutura inexistente.

Outra demanda considerada urgente é a instalação de bombas de sucção no esgoto. Apesar de durante o governo Eduardo Campos ter sido feito todo o trabalho de saneamento, ainda está faltando a COMPESA instalar as bombas. Da forma como se encontra atualmente o esgotamento, esses dejetos estão sendo despejados diretamente nos rios, o que consiste num risco à saúde da comunidade e do rio.

Além disso, a ausência da bomba torna o abastecimento de água precário, não chegando sempre água para toda a comunidade. O descontentamento com o saneamento básico mostrou-se frequente na Ilha de Deus, pois a falta de água e retorno do esgoto são questões relatadas várias vezes pela comunidade. Houve até mesmo um protesto organizado pela comunidade, o qual bloqueou a avenida Mascarenhas de Moraes com o objetivo de demandar a instalação da referida bomba (Notas de Campo, 27/ 09/ 2017).

Dessa forma, conforme pode-se observar, apesar das muitas intervenções pelas quais a Ilha de Deus passou ao longo dos anos, na figura 35 a qual ilustra uma linha do tempo pode ser visualizadas algumas das principais intervenções/ marcos acontecidos que se sucederam ao longo da história da Ilha de Deus. Ainda existem graves problemas que demandam intervenções profundas para serem sanados, mas mesmo com esses problemas a comunidade conseguiu desenvolver uma modalidade bastante específica de produto, o turismo de base comunitária ou simplesmente turismo comunitário. O processo de organização desse encontra-se fortemente associado a história da Ilha de Deus e esse processo será narrado na próxima seção.

Ao fazer as observações por meio do *shadowing* e *following objects* a pesquisadora mostrou-se especialmente atenta às práticas relacionadas ao turismo. Notou-se que essas não consistem na principal atividade econômica ou preocupação da comunidade. Pelo contrário, os fluxos ainda são poucos representativos e não são tão frequentes e cotidianos como se acreditava. A cata de mariscos e sururu ainda é a atividade predominante da comunidade, mesmo diante de tantas modificações pelas quais a Ilha passou sua atividade econômica principal vem sendo mantida ao longo dos anos (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Figura 35 - Linha do Tempo: Alguns acontecimentos históricos de destaque na Ilha de Deus



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

#### 4.4.1 – Surgimento e Organização do Turismo e Excursionismo na Ilha de Deus

Durante a realização do *shadowing* na comunidade da Ilha de Deus emergiram três diferentes modalidades ou performances voltadas ao TC. Há visitas associadas à prática de fruição do lazer que são mais próximas das tradicionais excursões do tipo *city tours*. Um segundo tipo são aquelas com o intuito de realizar auxílio humanitário, frequentemente chamado de turismo voluntário e, por fim, as excursões voltadas para alunos de escolas, faculdades, universidades e institutos com objetivos educacionais diversos, que são comumente denominadas de turismo/ excursionismo pedagógico ou educacional. Devido a existência desses diferentes tipos de ‘turismo’ na Ilha de Deus cada forma envolve dinâmicas distintas.

Apesar de haver conexões entre essas formas de turismo e excursionismo, cada modalidade percorre caminhos diferentes. Advém, por vezes, de lógicas de construções divergentes e os atores-redes originam-se de processos translativos distintos, o que remete a performances dentro do TC diferentes.

A princípio buscou-se entender como surgiram as primeiras visitas à comunidade que deram origem ao estabelecimento das práticas turísticas/ excursionistas na Ilha de Deus. Por meio de observações e conversas informais afirmou-se que os primeiros a visitar a Ilha de Deus foram trazidos pelo Frei Beda, ainda na década de 1980.

Houve menção a esse fato em duas ocasiões, no entanto, em nenhuma das ocasiões as pessoas com as quais conversou-se souberam situar o acontecimento. Questionamentos como: Era uma prática frequente? Os referidos jovens procuravam ajudar e se engajar com os projetos da comunidade? Qual era aproximadamente sua idade? Quantos dias/ semanas/ meses costumavam ficar na Ilha de Deus? Sua estada na Ilha era de livre e espontânea vontade ou consistia em alguma espécie de imposição familiar? Quais critérios Frei Beda usava para selecionar os jovens que necessitavam vivenciar a realidade da Ilha de Deus?

Esses e outros questionamentos não foram respondidos, pois as pessoas não se lembravam ou não sabiam desse tipo de detalhe e como não há nenhuma inscrição que tenha registrado esse acontecimento não é possível disponibilizar maiores informações. Ainda tentou-se conversar com outros moradores da comunidade, para obter mais informações, mas as pessoas não sabiam ou se lembravam apenas vagamente.

Além dos jovens visitantes trazidos por Frei Beda também houve outros que visitaram a Ilha de Deus. Conforme foi citado na seção anterior, em 1984 começam as visitas de políticos. Ao longo dos anos vários foram os políticos que visitaram a Ilha de Deus, sempre com finalidade eleitoreira. No transcorrer dessas visitas destacam-se os políticos Miguel Arraes e

Eduardo Campos, que são vistos por alguns membros da comunidade da Ilha de Deus como grandes incentivadores, sendo atribuído a esses boa parte das melhorias e das transformações pelas quais a comunidade passou. Conforme foi possível vislumbrar na seção anterior. No entanto, também existem aqueles que observam a atuação dos políticos de outra maneira:

A urbanização chega em 2007 com uma face política. Mas na verdade essa urbanização ela se deu desde as primeiras pessoas que chegaram aqui. Esse sentimento do primeiro pescador, da primeira família que chegou e que foi atraindo outras [...] Eu não atribuo nem um pouquinho a transformação da Ilha ao Governo do estado, mas acho massa e plausível a ação, porque aí provou que se quiser faz. Mas não de estender tapete vermelho e venerar ninguém. Isso aí é de direito. Também não fazemos oposição, até porque o que está aí, politicamente falando, fomos nós que construímos. Eram os nossos anseios, eram os nossos desejos. E o que nos deixa loucos é que em alguns momentos somos vistos como opositores, quando na verdade reivindicamos o que é de direito de um cidadão, de uma família. (Entrevista com Edson Fly, 2012<sup>16</sup>).

Independente das divergências ou não geradas pela atuação dos políticos, esses foram os primeiros ‘visitantes’ documentados que a Ilha de Deus recebeu. Mas as visitas não ficaram restritas aos políticos. Cabe reiterar que representantes da Rede de Ação Frei Beda, frequentemente, visitam os projetos sociais aos quais apoiam e isso não é diferente na Ilha de Deus. Além disso, de forma análoga ao que ocorreu na Prainha do Canto Verde, no Ceará, houve grupos afinados com as ideias de empoderamento e direitos que chegam a visitar a Ilha.

No entanto, inicialmente esses consistiam em grupos pouco representativos que chegavam a ilha e rapidamente iam embora. “Lembro de um pessoal que veio algumas poucas vezes para observar o que o Frei Beda fazia, mas não ficavam muito tempo” (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017). Em outra situação afirmou-se que “tinha gente de fora da comunidade que fazia passeio nas canoas [...] querendo conhecer o mangue” (Notas de Campo, 04/ 12/ 2017). O que se sabe é de um grupo, na década de 1990, cujo objetivo era a defesa/ conservação dos manguezais e dos rios de Recife, fazia passeios esporádicos na Ilha de Deus.

Os passeios eram realizados com pescadores que durante algumas poucas horas deixavam suas atividades tradicionais para mostrar as condições do mangue e dos rios para um pequeno grupo de visitantes preocupados com questões de preservação ambiental.

Apesar disso, esse fato também não pode ser comprovado por meio de registros oficiais, pois os mesmos não existem. Há apenas as menções tecidas por integrantes da comunidade. Não se pode esquecer do grupo de voluntários alemães da Rede de Ação Frei Beda que, desde

---

<sup>16</sup> Fruto de Reportagem especial produzida para o Instituto Vladimir Herzog.  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XUhhKVehU8E&t=65s>> Acesso em 10 jun. 2017.

a década de 1990, visitam a Ilha de Deus para acompanhar os projetos sociais que são apoiados pela instituição em Recife. Nesse caso há registros fotográficos comprovando essas visitas.

Além dessas formas de visitação, também citou-se as comunidades vizinhas que passam a visitar a Ilha de Deus nos anos 2000, com o objetivo de acompanhar as mudanças pelas quais a comunidade passou no âmbito do Projeto de Urbanização do Governo de Pernambuco e das iniciativas tomadas pela Rede de Ação Frei Beda.

Antes as pessoas de fora tinham preconceito de entrar aqui na ilha, porque antigamente era muito violento. E agora mudou as coisas, vem muita gente de fora. [...] Como se aqui fosse um lugar turístico [...] E isso foi através do nosso esforço, da nossa luta, da nossa batalha, que a ilha está, assim, transformada (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017).

A respeito dessas pessoas que vem de outros locais para visitar a Ilha de Deus, conforme a nota de campo (06/ 11/ 2017), percebe-se que houve um fluxo de visitantes interessados no projeto de urbanização e requalificação da Ilha de Deus. Algumas das primeiras visitas realizadas na Ilha de Deus, após ou durante o projeto de reurbanização, foram de uma comitiva vinda de Moçambique para observar o viés participativo do projeto (PERNAMBUCO, 2012a). A comitiva era composta por estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo franceses e espanhóis que ao participar de evento na UFPE aproveitam para fazer uma visita técnica a comunidade (PERNAMBUCO, 2009, 2010b), também houve grupo de escoteiros vindos de Minas Gerais e ONG's diversas, conforme Anexo H – página 295.

#### 4.4.1.1 Turismo de Base Comunitária Pedagógico ou Educacional

Apesar das visitas acontecerem na Ilha de Deus desde a década de 1980, não há fluxos significativos ou iniciativas organizadas o suficiente que justifiquem sua classificação como um roteiro de excursionismo ou de turismo propriamente dito. Ações desse tipo ocorreram apenas nos anos 2000, onde os primeiros delineamentos nesse sentido surgiram a partir da ONG Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU). Apesar da ONG iniciar suas ações em 2002, propondo uma forma de atuação comunitária diferente das outras entidades que desenvolvem atividades na Ilha de Deus, seu projeto pioneiro de excursionismo surgiu apenas em 2007.

Cabe, no entanto, abrir um parênteses para comentar o processo de constituição da ACCU, isso porque esse demonstra um importante processo de dissidência. Conforme explicado anteriormente, os religiosos acabam por constituir um ponto de passagem obrigatório, com forte poder de mobilização de membros da comunidade. No entanto, não há interesse por

parte desses em continuar à frente da associação, sua intenção é exclusivamente promover o empoderamento e união da comunidade. Por isso, ao fundar a Saber Viver não há nenhum religioso ocupando cargo dentro da ONG, mas apenas membros da comunidade.

O objetivo do grupo mostra-se bem definido, promover a mobilização da comunidade em prol de seu desenvolvimento. Para tanto, recorre-se a formação de um tipo específico de organização, neste caso uma ONG, a qual entende que o desenvolvimento da comunidade deve ocorrer por meio da defesa de questões ambientais voltadas para a preservação dos rios e mangues e promovendo atividades de cunho educacional, esportivas, culturais e artísticas.

A partir desses objetivos comuns há uma união de membros da comunidade dentro da ONG Saber Viver. Mas aos poucos começam a surgir outras demandas que não são contempladas pela Saber Viver, e isso leva pessoas que fizeram parte da ONG a deixá-la em prol de projetos que envolvem a realização de outros objetivos. No caso específico da ACCU foi o desenvolvimento de canais de comunicação comunitários, a exemplo da rádio e do jornal. Esses são pensados como um espaço democrático para discutir com toda a comunidade questões de interesse local, retratando verdadeiramente os anseios da comunidade e também mostrando para os meios de comunicação tradicionais que as comunidades não são locais perigosos.

Para mim o ápice foi quando levei um tiro numa festa do outro lado da ponte, em Recife, simplesmente por estar no lugar errado, não tinha nada a ver com a confusão. Cheguei a ficar vários dias em coma, quando acordei soube que a imprensa havia me colocado como bandido, como alguém que fazia parte da bandidagem, isso por morar na Ilha de Deus, a partir **daí resolvi fazer jornalismo e tentar combater essa imagem distorcida que as pessoas têm da gente.** (Entrevista com Edson Fly, 2012, grifo nosso).

[...] uma grande inspiração para o surgimento da ACCU foi um filme que vi a algum tempo atrás, sobre a Rádio Favela, lá de Minas Gerais (título original do filme: “uma onda no ar”). Aí pensei... que massa, é isso mesmo que eu quero fazer (Notas de Campo, 15/ 01/ 2018).

Por outro lado, ao contrário do que possa parecer, o surgimento da ACCU não visa a constituição de uma nova liderança comunitária rivalizando com a ONG Saber Viver. E isso pode ser percebido pela forma de organização escolhida. Não se trata de uma ONG ou mesmo de uma associação, mas de uma ação, pois o intuito não é representar ninguém e sim fazer com que as próprias pessoas se representem. “Romper com a ideia de liderança comunitária, de que as pessoas tenham que ter representantes e tal, ao invés de se auto representar por meio de grupos organizados de trabalho” (Notas de Campo, 19/ 10/ 2017).

Aos poucos outras questões passam a configurar como interesse da ACCU. Dentro de uma comunidade pesqueira, ao dar voz para a comunidade o que mais se enfatiza são questões

voltadas justamente para os direitos dos pescadores e a necessidade de preservação dos rios. Para servir de fato a comunidade, a rádio começa a convidar com frequência grupos que possam contribuir com o trabalho dos pescadores, a exemplo da Colônia de Pescadores Z1, a Associação de Criadores de Camarões e outras entidades que forneçam informações úteis aos pescadores. Assim a ACCU passa a se aproximar cada vez mais dessas pautas, incorporando-as inclusive dentro de seus objetivos. Como a ACCU é formada por pescadores, essas questões já configuravam como preocupações dos seus fundadores, mas tomam maior vulto com a criação da rádio. A preocupação em debater a preservação dos rios/ manguezais e discutir políticas públicas voltadas para as águas é um debate que perpassa a Ilha de Deus. “Vivemos na cidade das águas [...] a circulação da cidade dar-se através dos rios, como não se preocupar com essa questão numa cidade como a nossa?” (Notas de Campo, 15/ 01/ 2018).

Assim, ao pensar na necessidade de práticas de preservação ambiental, aliadas a discussão de ações que visem a defesa dos rios e de suas comunidades, a ACCU passa a vislumbrar o turismo como uma ferramenta que permitiria promover reflexões sobre essas questões. Dessa maneira, ao definir oficialmente suas diretrizes de atuação, em 2006, incorpora na descrição dos seus objetivos ações voltadas para a turismo. Sendo esse sempre acompanhado da adjetivação ‘responsável’ para enfatizar que a intenção não é desenvolver o turismo como uma forma de gerar renda, mas para promover uma reflexão.

I. Lutar pela conservação e recuperação dos recursos naturais no município de Recife, na RMR, bem como no estado todo; II. Promover a mobilização comunitária bem como os processos democráticos e participativos; III. Lutar pelos direitos de cidadania e contra a exclusão social, utilizando as linguagens do áudio visual, do teatro, da dança, da música, da radiodifusão, da pesquisa em bibliotecas e em campo, e da expressão das artes da customização, corte e costura, serigrafia e do **turismo responsável, como ferramentas pedagógicas de reflexão e transformação da desigualdade**; IV. Estimular o desenvolvimento social, cultural, educacional e artístico; V. Promover a conscientização sobre a necessidade da defesa e conservação da natureza junto aos dirigentes de empresas, poder público e povo, através de todos os meios disponíveis, como cursos, palestras, publicações, manifestações, criação de documentários, radiodifusão comunitária, redes sociais, intervenções culturais; VI. Promover ações visando à defesa e preservação do meio ambiente; VII. Estimular e/ou realizar estudos dos recursos naturais do município e do seu manejo adequado; VIII. Sugerir a criação de áreas protegidas ou unidades de conservação, extrativistas; IX. Difundir técnicas conservacionistas, visando garantir a biodiversidade dos diferentes ecossistemas presentes em Recife, na RMR, bem como no estado; X. **Promover um turismo de caráter socioambiental, como única forma de atividade comercial turística compatível com as pré-disposições naturais da região de Ilha de Deus e Recife**; XI. Promover e participar na construção de novos direitos de conservação ambiental e de cidadania, com ótica no fortalecimento da identidade cultural ancestral; XII. Lutar pela sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e cultural, colocando a conservação do meio ambiente como princípio soberano, bem como liderando projetos, na articulação, captação de recursos e execução; XIII. Fortalecer as atividades pesqueiras e agroecológicas de

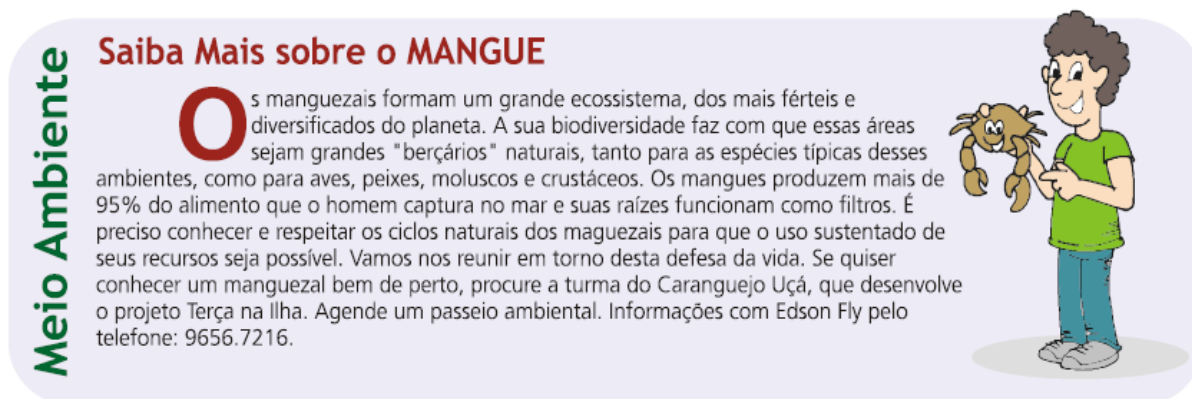
Recife, na RMR, bem como no estado, promovendo feiras e atividades culturais e de formação no âmbito do fortalecimento e ampliação das possibilidades de sustentabilidade; XIV. Promover ações culturais, esportivas, de comunicação e outros com a finalidade de estimular formas de expressão e visando valorizar o potencial do ser humano, através da promoção de cursos e oficinas gratuitos, nas áreas do áudio visual, do teatro, da dança, da música, da radiodifusão comunitária, da pesquisa em bibliotecas e em campo, e da expressão das artes da customização, corte e costura, serigrafia e do **turismo responsável**. XV. Promover a economia criativa, a partir do estímulo com atividades que contribuam para inserção dos jovens no mercado de trabalho da Tecnologia da Informação e consolide a Ilha de Deus como uma referência. (ACCU, 2006, grifo nosso).

Tendo em vista todos os objetivos pensados pela ACCU, sua equipe começa a estudar formas para estruturar uma ação que agregue aspectos voltados para a discussão de questões ambientais ligadas a gestão dos rios com desenvolvimento social comunitário e direito a comunicação. A partir dessa intenção surge um projeto denominado de ‘teça no mangue’.

Ao ser questionado sobre a razão para a escolha desse nome para o projeto foi respondido que “a intenção é em conjunto com outras pessoas, de fazer uma corrente de proteção ao redor do mangue e da comunidade [...] como se estivéssemos cuidadosamente costurando alguma coisa” (Notas de campo, 06/ 09/ 2017). A intenção do projeto é a de juntar pessoas em prol da defesa do meio ambiente, reconhecendo que nossos comportamentos cotidianos impactam na qualidade dos rios e dos manguezais da cidade.

Na Figura 36, pode-se observar uma nota de divulgação sobre o projeto ‘Teça no Mangue’ que foi publicada no informativo da NICOM (2009), do Governo de Pernambuco, com o objetivo de avisar a comunidade sobre a realização do projeto e de fazer com que essa atuasse em sua divulgação. Além disso, os dirigentes da ACCU queriam que a própria comunidade participasse do projeto, ampliando seus conhecimentos sobre o manguezal para compor também essa rede de proteção ao redor do mangue.

Figura 36 - Divulgação da Teça no Mangue



Fonte: Informativo da NICOM (2009, p. 4).

É por meio do projeto ‘teça no mangue’ que chegaram os primeiros grupos de visitantes organizados à Ilha de Deus. Esses, em sua maioria, consistiam em alunos de escolas (públicas e privadas) ou de universidades/ faculdades que vão à Ilha de Deus com o objetivo de entender melhor a importância e funcionamento do manguezal para a cidade de Recife.

De acordo com representantes da ACCU, o trajeto tem por finalidade promover a contemplação, lazer e aprendizado dos visitantes interessados em vivenciar uma nova experiência. E ter também a possibilidade de entrar no mangue, se sujar de lama, degustar as comidas típicas que são produzidas por eles e até mesmo participar de oficinas culturais de dança, música e rádio comunitária. Porém, o objetivo não é entreter o visitante e sim “dar um soco no estômago” (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017), chamar a atenção da população de Recife para as comunidade ribeirinhas responsabilizando-os também pela degradação dos rios.

O traslado para chegar até a Ilha de Deus fica por conta dos visitantes que a partir das 7 horas da manhã devem estar na entrada da Ilha, na ponte Vitória das Mulheres, para que um representante da ACCU leve-os até a sede da ONG. Nessa, acontece a primeira atividade do ‘roteiro’, a qual se inicia pela realização de uma roda de diálogo envolvendo o coordenador da ACCU e os visitantes que discutem a importância do manguezal e como os todos podem na prática contribuir para sua preservação/ conservação. No momento da apresentação utiliza-se microfone e um sistema de som simples para que o coordenador possa ser ouvido com maior clareza. Após e durante as apresentações é liberada a intervenção do público, mas como só há um microfone prefere-se realizar as perguntas ao final das apresentações.

Dessa maneira, “o objetivo (da roda de diálogo) é mostrar o caminho para as pessoas mudarem suas ações [...] todos podem contribuir para a preservação do mangue e dos rios [...] sempre é possível fazer algo para modificar uma situação [...] não dá para se conformar” (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017). Ou seja, o intuito da roda de diálogo é de suscitar aquilo que se entende como um de seus objetivos principais que é disponibilizar informação aos visitantes. Após essa roda de diálogo o grupo sai para as atividades em campo, isto é, para fazer o *tour* propriamente dito na comunidade e no mangue, com maior destaque para esse último.

A partir da sede da ACCU é feita uma trilha pelo mangue, geralmente realizada a pé ou para alguns grupos de bicicleta quando é solicitado. Nessa trilha, acompanhados por membros da ACCU, percorrem o trecho ilustrado na Figura 37. Durante todo o percurso são contadas histórias sobre a relação da Ilha de Deus com o mangue e com os rios de Recife, mostrando como a “Ilha de Deus é o pulmão de Recife” (Notas de Campo, 19/ 10/ 2017). Nessa ocasião os guias não utilizam microfone e a presença de mais de um guia é necessária, principalmente

quando o grupo é grande, para que as explicações sejam repetidas junto àqueles que não conseguem escutar e também para garantir a segurança dos visitantes.

Ao seguir pela trilha, antes de entrar na área verde indicada no mapa (Figura 37), o grupo passa por viveiros de camarões, pelas casas requalificadas e comércio local. Os visitantes são convidados a entrar no manguezal, “colocar o pé na lama de verdade [...] e se sujar” (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017) para sentir a lama e observar de perto as plantas e animais que ali habitam. Durante a incursão no mangue, em alguns casos, também pode-se realizar uma ação de limpeza, recolhendo lixo com o auxílio de sacola plástica e uma máscara para não sentir o cheiro forte do mangue.

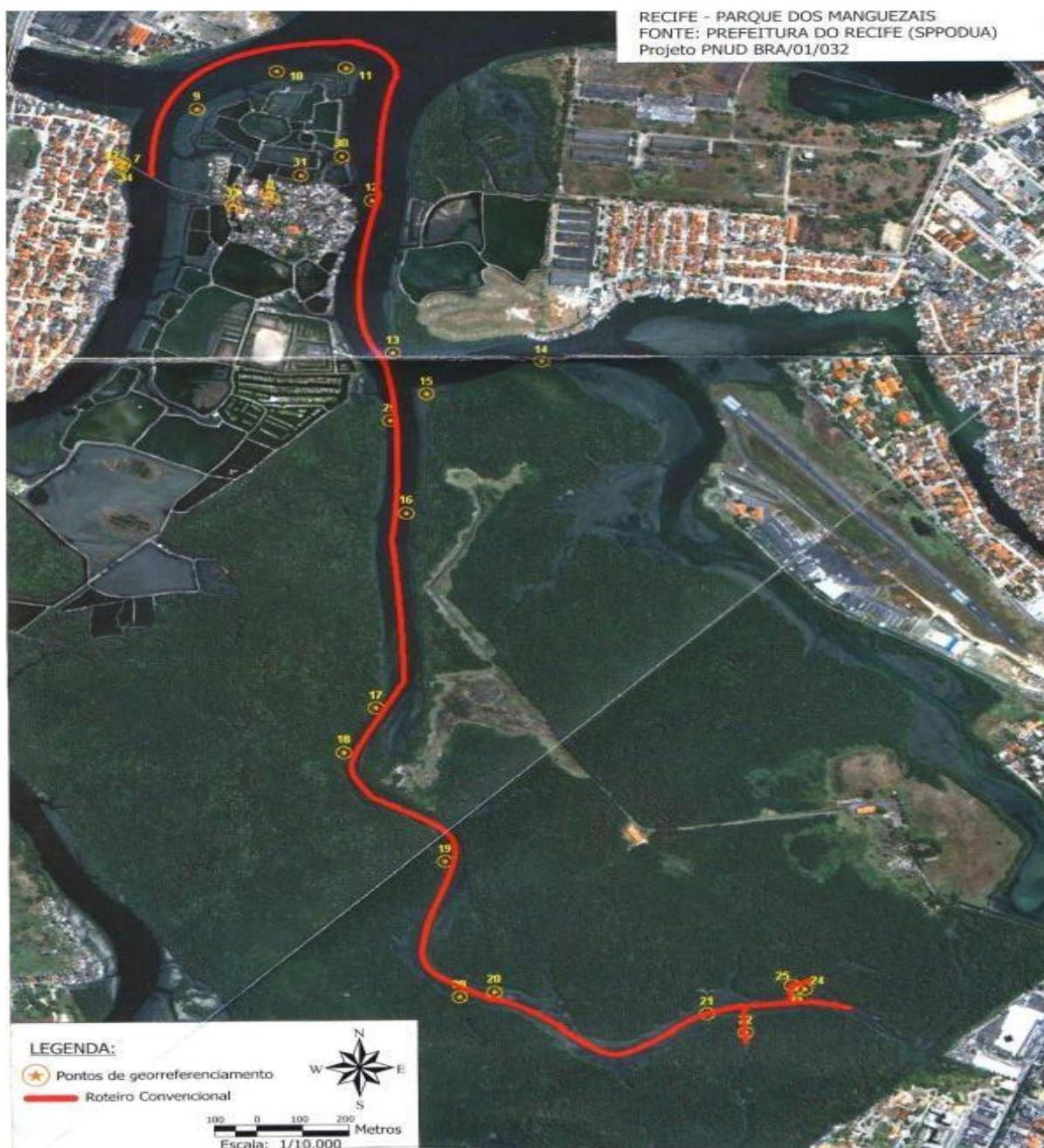
A experiência de entrar na lama é um convite para que o visitante sinta-se temporariamente como um nativo e, dessa forma, possa entender melhor a proposta do projeto. A utilização da máscara deve-se ao cheiro forte que o ambiente pode exalar, como as pessoas não estão acostumadas com o odor tem-se a opção de fornecer máscaras para evitar possíveis ‘acidentes’ desagradáveis, mas não é em toda visita que é fornecida. Isso porque a lama para muitas pessoas é vista como um local que fede, mas para os moradores da Ilha é onde pulsa a vida. A vida está na lama. (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017).

Essa visita é finalizada com o retorno pelo mesmo caminho à sede da ACCU e nessa são oferecidas opções de almoço. O cardápio é sempre repleto de “significado”, pois é feito levando em consideração aquilo que é ‘produzido’ na ilha, assim os pratos são preparados tendo como base sururu, marisco, camarão, peixe e caranguejo.

O mapa, Figura 37, elaborado pela ACCU (2007), ilustra o percurso tradicional que compreende a teça no mangue. Lembrando que esse pode ser modificado conforme demanda do grupo. Assim, para atingir um maior público-alvo há quatro opções de roteiro, cuja duração varia de 4 a 7 horas, esses podem ser feitos com grupos de 10 a 35 pessoas, compreendendo percursos realizados a pé ou por meio de barcos a motor. Vide Anexo J – página 297.

Os roteiros sempre envolvem a participação de outros membros da comunidade, seja por meio do fornecimento de almoço/ lanches ou pela contratação de pescadores para que esses realizem o percurso com seus barcos. Também pode estar relacionado a produção de artesanato e ao oferecimento de oficinas artístico-culturais na sede da ACCU. Devido ao envolvimento de outros atores no roteiro torna-se necessário cobrar um valor para ressarcir, por exemplo os gastos com combustível dos barcos e com a preparação do almoço. Dessa forma, foi estipulado um valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por pessoa para participar do roteiro.

Figura 37 - Trilha do Projeto Teça no Mangue



Fonte: Documento da ACCU (2007).

A iniciativa do roteiro da ‘teça no mangue’ foi a primeira ação estruturada para atração de visitantes. Não que antes desse projeto não existissem visitantes na Ilha de Deus, mas de acordo com as observações e conversas realizadas pela pesquisadora essa foi a primeira ação que de forma organizada trouxe grupos de visitantes à Ilha de Deus. No entanto, por uma questão conceitual, conforme foi explicado na seção anterior, a ausência de meio de hospedagem e de pernoite situa essa iniciativa como excursão e não turismo.

Mas o caráter de visitação do roteiro deixa clara que sua principal finalidade dar-se no sentido de proporcionar conhecimento para os visitantes, assim, o principal público-alvo dos roteiros são os grupos que consistem, em sua maioria, em estudantes ou ativistas que vivenciam o roteiro/ projeto como uma forma prática de aprendizado.

Essa iniciativa do roteiro da ACCU representa a primeira ação voltada a roteirização turística da Ilha de Deus, especificamente dentro do que, convencionalmente, chama-se de turismo pedagógico onde a finalidade maior é o processo de ensino e aprendizagem. Essa vertente parece ser uma das mais promissoras na Ilha de Deus, pois acabou por gerar outros projetos/ iniciativas dentro da Ilha de Deus.

Cabe ressaltar também que começa a ser sentido um certo empenho de grupos dentro da Ilha de Deus em torná-la um local turístico. Outra ação desenvolvida pela ACCU foi uma capacitação para o turismo. Recorrendo mais uma vez ao informativo da NICOM (2009), percebe-se uma nota sobre um curso de formação para agente turístico ambiental, conforme Figura 38. O intuito dessa capacitação foi formar pessoas que pudessem auxiliar no projeto ‘Teça no Manguê’, tendo em vista o vulto que o projeto vinha tomando.

Figura 38 - Agenda de Cursos de Capacitação na Ilha de Deus

**AGENDA da ILHA**

- Ensaio do grupo de percussão**  
Toda quarta-feira, a partir das 19h, é dia de ensaio do grupo de percussão. As aulas, que são gratuitas, são ministradas pelos integrantes do Caranguejo Uçá.  
Informações: Deivison: 8630.9349
- Curso de Agente Turístico Ambiental**  
O curso é promovido pelo Caranguejo Uçá. Os interessados podem entrar em contato com Edson Fly: flydsonfly@yahoo.com.br ou pelo número 9656.7216
- Curso de Cidadania**  
A Secretaria Estadual da Mulher oferece cursos de artesanato, panificação e de pedreira às mulheres moradoras da Ilha. As inscrições já começaram e podem ser feitas no escritório local.  
Informações: 3428.1429

Fonte: Informativo NICOM (2009).

As ações do teça no manguê persistem até os dias atuais. O público principal é de ONG's e grupos de lideranças associadas às práticas ambientalmente responsáveis como agroecologia e proteção do manguezal. Além desses há também escolas e instituições de ensino diversas (Notas de Campo, 06/ 09/ 2017). Atualmente a ACCU prefere denominar essa prática como visitas guiadas, voltadas para a disseminação da economia verde inclusiva, ao invés de iniciativa turística, devido ao seu intuito de atuar fornecendo informação e não entretenimento.

Ainda há uma outra iniciativa referente a excursão pedagógica na Ilha, realizada pela ONG Saber Viver, notam-se muitas similaridades com o projeto ‘Teça no Manguê’ da ACCU, no entanto, foi implementada muitos anos depois, em 2016, como consequência não só da iniciativa da ACCU, mas também devido ao sucesso do TBC de Lazer.

Da mesma forma que o projeto da ACCU recebe as escolas e instituições educacionais, a ONG Saber Viver passou a recebê-los, porém formando roteiros conforme a necessidade de cada professor ou instituto educacional de forma ainda mais flexível do que ACCU.

Se o intuito é discutir a relação com a natureza ou aspectos sociais formata-se um roteiro diferente daquele exclusivamente voltado para o *tour* básico na Ilha de Deus, ou seja, há um roteiro padrão, mas que frequentemente é alterado. Quando a ONG é procurada para realizar passeios questiona-se a intenção, a disciplina que se deseja englobar, ou o tema a ser discutido. A Saber Viver formata o roteiro de acordo com a necessidade e envia uma proposta de orçamento para que possa ser negociada dependendo da quantidade de pessoas no roteiro. Os valores são variáveis, pois dependem dos serviços que são solicitados, Anexo L – página 298 com os valores genéricos dos pacotes cobrados pela ‘Agência’ Saber Viver.

Caso haja alguma solicitação adicional como, por exemplo, de serviços de Alimentos & Bebidas (A&B) o custo será mais elevado. De forma geral não há solicitação de serviços de A&B, pois as visitas não costumam ser longas o suficiente para demandar alimentação, mas durante o passeio é sempre oferecido água, refrigerante e ‘dudus’ (picolé servido no saquinho) de frutas típicas do Nordeste, especialmente nos dias de calor. Há um grupo da ONG que comercializa no refeitório produtos por valores acessíveis (a água mineral e os ‘dudus’ custam R\$ 2,00 (dois reais), enquanto os refrigerantes em lata de qualquer sabor são comercializados por R\$ 3,00 (três reais)).

Os locais por onde os visitantes passam, dentro do roteiro tradicional, é ilustrado no mapa, Figura 39 – página 225, por meio desse é possível acompanhar a ordem de realização do roteiro. O primeiro ponto ilustrado no mapa é o bolsão de estacionamento. Como os visitantes chegam de carro, ou mini van, ou Kombi, esse local acaba sendo o ponto de encontro, pois ao chegarem o guia já os aguarda no estacionamento. Caso o grupo esteja de ônibus, o guia os espera fora da Ilha de Deus na Praça José Vieira, no bairro da Imbiribeira.

Em caso de grupos grandes há o acompanhamento de outro(s) membro(s) da ONG, mas apenas o guia principal passa as informações sobre os locais, esse utiliza um microfone portátil que lhe permite falar sem ter que gritar (Apêndice G – página 286).

Ainda dentro do estacionamento é fornecido informações sobre a Ponte Vitória das Mulheres, sempre afirmando que essa foi uma grande conquista das lideranças femininas e fala-

se da importância da ponte para o cotidiano da comunidade. Também mostra-se a entrada da escola, destacando como outra conquista feminina e afirmando que ainda há muito a ser feito para proporcionar uma melhor educação para as crianças da comunidade.

Depois segue-se para a sede da ONG Saber Viver (ponto 2 - na Figura 39). Nessa, os visitantes conhecem o refeitório, a sala de reuniões e subindo podem conhecer, ainda, os quartos do *hostel* e a sala de ensaios dos grupos de dança<sup>17</sup>. Conhecem os equipamentos da sala (a exemplo dos aparelhos de som, espelho, barra de ferro, cadeiras e alguns adereços usados pelo grupo de dança) e depois acompanham apresentações de danças típicas (frevo, coco de roda e ciranda) feitas pelo Grupo de Dança Nativos. E após fazerem as apresentações convidam os visitantes para dançar junto e nessa ocasião inclusive são dadas rápidas ‘aulas de dança’.

Após serem apresentados ao coordenador de projetos e a presidente da ONG seguem para a área de manguezal (ponto 3 - na Figura 39), ficando apenas na borda, sem entrar efetivamente no local, onde são escolhidos três representantes para fazer o plantio de mudas de mangue vermelho. Com o auxílio de uma pá o guia faz a(s) cova(s) e entrega a(s) muda(s) aos visitantes. Depois do plantio recebem um certificado de ‘adoção’ de um mangue com a proposta de convidar mais três pessoas a visitar a Ilha de Deus e adotar mudas. Posteriormente seguem para a praça das marisqueiras.

Ao transitar pelas ruas da Ilha de Deus, o guia sempre interrompe o percurso para mostrar as casas de alvenaria, explicando como se deu todo o processo de transformação do local, mostrando os tipos de construções existentes (comerciais e residenciais) e habitação popular. Também fala-se sobre os equipamentos que foram prometidos à comunidade, mas não foram entregues, a exemplo da creche e do campo de futebol.

Então, leva-se os visitantes para o local onde ficam as marisqueiras (ponto 4 - figura 39) para que essas expliquem como se dá todo o processamento/ pesca do sururu desde o momento em que é catado até sua comercialização nas feiras de Recife.

Durante a realização do roteiro, o guia procura explicar como é feito o processamento do sururu, todos os passos são explicados, enquanto uma mulher atua ‘despenicando’ o molusco. De forma geral, consiste num trabalho árduo e com pouco retorno financeiro.

---

<sup>17</sup> Atualmente há dois grupos de dança, um voltado para jovens e adolescente (‘Nativos’) que já possuem mais experiência e técnica, pois treinam desde muito pequenos. E o grupo carinhosamente denominado de ‘nativinhos’ formado por crianças e pré-adolescentes, que constitui a nova geração do grupo Nativos. Durante a chegada de visitantes, geralmente, são os Nativos que se apresentam, exceto quando estão viajando ou realizando uma apresentação em outro local de Recife.

A comercialização do sururu consiste na principal atividade econômica da Ilha de Deus. Tradicionalmente o pescador sai de casa ainda de madrugada em sua canoa para coletá-lo, indo para locais que já sabe de antemão que há uma abundância do molusco. Ao chegar nesses locais, desce da canoa e com o pé descalço no fundo do rio procura o sururu pelo tato, quando encontra mergulha, pega as esponjas e as coloca na canoa. Quando a canoa fica cheia, faz-se a primeira pré-lavagem com as mãos com o objetivo de retirar parte da lama para que a canoa não fique tão pesada. Esse processo deixa as mãos dos pescadores machucadas, pois as conchas são afiadas. Após a pré-lavagem retornam à Ilha e ainda no rio faz-se outra lavagem, dessa vez de forma mais intensa utilizando os pés para separar a maior quantidade possível de sururu das esponjas, as conchas deixam cortes nos pés e nas pernas. Coloca-se o sururu em latões de margarina de quinze quilos para que sejam ‘despinicados’ (separar os molusco das esponjas, sem deixar nenhuma corda). Mas a limpeza final é feita ao ferver o sururu na lata de margarina, ainda na praça. Além da inalação de fumaça, as queimaduras são constantes. Depois de ferver o sururu é peneirado para se desprender da casca, por fim, basta embalá-lo e está pronto para a comercialização. (Notas de Campo, 13/ 11/ 2017).

Ao lado da praça das marisqueiras, onde acontece o processamento do sururu, fica a cooperativa das artesãs (ponto 5 – Figura 39). Quando ela se encontra aberta, o guia mostra o prédio e as peças de artesanato, caso contrário, apenas aponta o prédio identificando-o e depois segue para o prédio conhecido como antiga escola de remo (ponto 6 – Figura 39).

Na praça, atualmente, funciona o Museu Frei Beda no térreo, que apesar de já ter sido inaugurado ainda não foi totalmente finalizado. No momento há algumas poucas fotos antigas da comunidade da década de 1980 e 1990. A partir dessas fotos o guia conta a história de superação da comunidade da Ilha de Deus.

Por fim leva os visitantes ao primeiro andar, desse prédio, e mostra as salas de aula e a biblioteca das crianças. Nessa há um janelão de onde é possível ver, com riqueza de detalhes, o manguezal e o *shopping* RioMar Recife. Esse ponto costuma ser disputado pelos visitantes para tirar fotos. Finalizando o passeio, os visitantes são levados novamente ao bolsão de estacionamento para que possam voltar às suas casas.

Figura 39 - Roteiro Pedagógico Ilha de Deus ONG Saber Viver



Fonte: Adaptado do Google Maps (2018).

#### 4.4.1.2 Turismo de Base Comunitária de Lazer

A ONG Saber Viver desenvolve uma proposta similar à apresentada pela ACCU, isso se deve ao surgimento e sucesso da performance de TBC de Lazer que é performada apenas por meio da atuação de um agente externo, ou melhor, por meio da composição/associação com um agente externo a Ilha de Deus (um professor de turismo de uma instituição privada). Apesar de um dos dirigentes da ONG afirmar que antes da chegada do professor já havia elaborado um projeto de turismo de base comunitária, ainda não havia nenhuma ação no sentido de atração de visitantes. O início do turismo/ excursionismo é atribuído, por membros da comunidade, a esse agente externo e não ao projeto desenvolvido pela ONG de forma isolada. Isso porque a intervenção do professor tornou-se fundamental para a ‘turistificação’ da Ilha de Deus.

Assim, pode-se perceber que o professor buscava um local ao qual pudesse elaborar um projeto de turismo comunitário. Como docente de turismo desejava implantar, em conjunto com seus alunos, um projeto de extensão de turismo de base comunitária para ilustrar para seus alunos de que forma ocorria na prática sua composição. Após buscar uma comunidade que fosse mais promissora encontrou a Ilha de Deus. Ao ser questionado porque escolheu especificamente a ilha, ele respondeu que um amigo policial tinha indicado, afirmando que a Ilha de Deus encontrava-se totalmente transformada, não havia mais a violência de períodos anteriores e nem a miséria. Além disso, destacou que era um local bastante atrativo e que já recebia visitantes.

Atualmente, a polícia de Pernambuco vem desenvolvendo um projeto em comunidades carentes, denominado de ‘Patrulheiros Mirins’. Na Ilha de Deus esse projeto é implementado pelo 19º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco (PM-PE), onde cinco policiais militares atuam semanalmente com atividades educativas, de lazer e esportivas. As ações são voltadas para crianças com faixa etária de 8 a 13 anos, oferecendo oficinas sobre temas diversos (como *bullying*, cidadania, relações interpessoais, grafiteagem, etc.), visitas periódicas a parques, museus, praia, cinema, entre outros e práticas esportivas diversas como *handball*, vôlei e futebol (Notas de Campo, 13/ 11/ 2017, 09/ 12/ 2017).

A presença do projeto dos ‘Patrulheiros Mirins’ ilustra as mudanças pelas quais a comunidade passou, especialmente no que se refere a qualidade de vida das novas gerações. As crianças de hoje, da Ilha de Deus, estabelecem uma relação diferente com a polícia. Não são mais relatados casos de omissão das autoridades policiais com relação a comunidade e nem reclamações acerca de violência (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017).

#### Relação da Comunidade com a polícia

“Pouco a pouco e com muita luta, acabou-se a imagem de ‘Cidade de Deus’ do mangue”, constata Josuel Oliveira, de 41 anos, morador da Vila da Imbiribeira, em frente à ilha, e voluntário de projetos sociais na comunidade. [...] Segundo ele, **policiais, antes encarados com pavor, atualmente são recebidos com simpatia dos pais e abraços das crianças** que fazem parte do projeto ‘Patrulheiro Mirim’. Parceria entre a equipe de polícia comunitária local e comunitária local e a comunidade, o programa atende cem alunos de oito a treze anos. [...] São oferecidas oficinas semanais sobre cidadania, relações interpessoais, *bullying*, entre outros temas. Periodicamente, os ‘patrulheiros’ também têm aulas práticas em cinemas, parques e museus. [...] “Nosso objetivo é chegar aos jovens antes dos traficantes, com educação e oportunidades. Preferimos prevenir do que prender ou fazer isolamento de cadáver. Também gostamos mais de receber um ‘bom dia’ do que sermos vistos apenas como repressores”, diz o soldado Jozivan Albuquerque, de 41 anos, um dos cinco integrantes do batalhão que tocam o projeto (BBC, 18/12/ 2016, grifo nosso).

Assim, o professor seguindo a indicação de seu amigo policial resolveu conhecer a Ilha de Deus. O primeiro passo foi pesquisar sobre a Ilha de Deus para checar o que existia no local e, após fazer essa consulta inicial, resolveu estabelecer contato com a ONG Saber Viver, em fevereiro de 2012. A razão para a escolha específica da ONG Saber Viver deu-se devido a estrutura completa que ela possui, incluindo até mesmo um meio de hospedagem (*hostel*). Além disso, a ONG mostrou-se bastante interessada em desenvolver um projeto em conjunto com o professor e seus alunos, o que tornou possível implantar o projeto no local. Mas por que será que a ONG Saber Viver tinha interesse no turismo, mais especificamente no turismo de base comunitária/ turismo comunitário?

Ao que se pode perceber por meio das observações e conversas (2017, 2018), a ONG já havia percebido o potencial do turismo/ excursionismo. Por tratar-se de uma comunidade empoderada, a atividade deveria ser explorada por representantes da própria comunidade e não por agentes externos. O histórico do local mostra que suas principais atividades econômicas e culturais, além de suas demandas sociais sempre foram tratadas por representantes da comunidade. Ademais, o projeto que vinha sendo desenvolvido pela ACCU (‘Teça no Mangue’) mostrava-se como um caso de sucesso, a própria Ilha de Deus já apresentava um fluxo de visitantes (Anexo H – página 295).

O professor interessa-se, principalmente, pelas ações sociais desenvolvidas pelas ONG’s, em observar o projeto de urbanização/ arquitetura participativa da ZEIS Ilha de Deus e nas manifestações artísticas e culturais que ocorrem (notas de campo, 08/ 12/ 2017). Dessa

maneira, considerando o potencial presente na Ilha de Deus, a Saber Viver já havia iniciado um processo de engajamento com empresários locais para formatar um roteiro turístico.

Além disso, a opção da ONG em formatar uma estrutura de *hostel* em sua sede indica a pretensão de servir como base para receber visitantes. Esses não foram pensados inicialmente como estrangeiros/ intercambistas, mas simplesmente como turistas/ visitantes que se interessassem por ter experiências culturais sem preconceito de se hospedar numa comunidade (Notas de Campo, 09/ 12/ 2017). Logo, a procura do professor acabou sendo fundamental, pois agilizou e profissionalizou o roteiro proposto pela ONG.

Desse modo, o professor após visitar a ONG realiza parte do roteiro proposto por ela como turista e conversa com os diretores/ coordenadores da ONG Saber Viver e acabou por fechar uma parceria. “O objetivo da parceria é de auxiliar a comunidade na implantação de um roteiro [...] prestando serviços que possibilitassem a troca de informações e serviços entre os alunos de turismo, as empresas participantes e a ONG [...] sem impor nada à comunidade.” (Notas de Campo, 29/ 11/ 2017).

Após perceber que a ONG realmente se interessou pela ideia, o professor contratou um pacote para que seus alunos pudessem fazer observações a respeito do roteiro e assim contribuir com sua formatação. Durante o roteiro, além dos alunos, outros atores são incluídos no projeto como professores de outras instituições e até mesmo funcionários de órgãos públicos que trabalham com gestão do turismo em Recife.

Para incluir os alunos mais ativamente no projeto algumas aulas foram realizadas na Ilha de Deus, mais especificamente na escola de remo, discutindo questões como empoderamento, participação comunitária e turismo de experiência/ criativo. (Notas de campo, 29/ 11/ 2017). Por meio de entrevistas e conversas realizadas com a comunidade, empresários e membros da ONG Saber Viver e considerando a elaboração de inventários das atividades, os alunos iniciaram, em conjunto com o professor, a elaboração de um relatório com avaliações/ sugestões acerca de uma proposta de roteiro que foi disponibilizada à ONG. Esse roteiro foi entregue em maio de 2015. Mas apesar de ter sido feita a entrega do documento final do projeto, a relação do professor com a Saber Viver não cessou, pelo contrário, se aproximou ainda mais.

O professor afirma que o objetivo do projeto e de seu trabalho atual é de fornecer sugestões à comunidade que possam tornar o roteiro ainda mais atrativo para os visitantes e pensar em soluções para problemas comuns dentro do turismo de base comunitária, a exemplo de questões relativas a comercialização.

Frequentemente aparece na literatura a comercialização como um problema sério dentro dos roteiros de TC e TBC (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; MIELKE, 2009), ou seja, os

roteiros são formulados, mas devido a problemas relativos a divulgação e venda acabam por ser extintos sem apresentar bons resultados. Dessa maneira, ao pensar em soluções para esse problema, um dos alunos sugeriu que a comercialização poderia ser feita por uma empresa parceira (do tipo operadora) que trabalhasse com fluxos turísticos que não fossem extensos e assim citou-se o nome da Catamaran Tours.

Devido a possibilidade de acesso à Ilha de Deus via catamarã, mencionou-se que ao realizar o roteiro por transporte aquático o percurso para chegar até a ilha seria mais interessante para o turista à medida que ele poderia observar não só a Ilha de Deus, mas também as comunidades vizinhas, como Brasília Teimosa que tem forte ligação com a história de empoderamento/ organização comunitária da Ilha de Deus. Além de observar as famosas pontes de Recife, levando o turista a vivenciar ainda mais o rio e o manguezal à medida que chega de catamarã. Também torna-se possível observar o contraste social encontrando em Recife, onde palafitas e *shoppings centers*/ prédios empresariais e residenciais de alto padrão econômico convivem formando uma mesma paisagem urbana.

Apesar da possibilidade de tornar o roteiro mais atrativo, tendo em vista que a viagem de catamarã por si só já é um atrativo turístico, a grande questão era se a Catamaran Tour aceitaria firmar parceria na implantação de um roteiro na Ilha de Deus. A crença é que esse *tour* poderia não ser considerado comercial para o *trade* turístico. Mas, como um dos alunos tinha parentesco com o proprietário da empresa, realizou-se o contato por meio desse aluno.

Para que pudesse avaliar a viabilidade do roteiro a gerente de projetos da Catamaran Tours foi até a Ilha de Deus para conhecer melhor o roteiro e seus atrativos. De acordo com o professor (Notas de Campo, 29/ 11/ 2017), a coordenadora ficou impressionada com a formatação do roteiro e como a Ilha de Deus havia mudado ao longo dos últimos 10 anos com a urbanização e com os projetos sociais desenvolvidos pela ONG.

Esse fato foi reiterado ao conversar com a referida coordenadora. Dessa maneira, após serem feitas as negociações necessárias entre comunidade e empresa (Catamaran Tours), sendo sempre essas intermediadas pelo professor que todo o tempo acompanhou a visita, estabeleceu-se um acordo entre empresa e comunidade. Assim, a empresa passou a vender *tours* para a Ilha de Deus e, em setembro de 2016, o primeiro catamarã saiu do restaurante/ operadora Catamaran Tours rumo a Ilha de Deus (Notas de Campo, 29/ 11/ 2017).

Segundo avaliação da coordenadora, os turistas estão buscando novas experiências voltadas para conhecer a autenticidade dos locais e a Ilha de Deus se enquadra numa forma cem por cento autêntica de turismo. Por isso apostou nesse roteiro (Notas de Campo, 09/ 12/ 2017).

Apesar da avaliação positiva por parte da coordenadora, o que se nota é que o roteiro tradicional para a Ilha de Deus não sai com muita frequência. Apesar de ligar mensalmente para a empresa e tentar agendar o passeio, sempre faltava disponibilidade para o final de semana. Após tentar reservar em várias ocasiões, apenas duas vezes a procura para visitar a Ilha de Deus, como turista, foi bem-sucedida, em um catamarã (por meio da Catamaran Tours).

E com relação a chegada de catamarãs na Ilha de Deus, esses não acontecem todo o final de semana, como informou-se no início da pesquisa. Pelo contrário, na maioria dos finais de semana não há catamarã agendado. A procura por esse passeio parece ter reduzido, em decorrência de uma inadequação entre oferta e demanda. O pacote é, claramente, vendido para o típico turista de lazer, só que esse não possui perfil de consumo para esse tipo de excursão e isso ficou aparente ao conversar com alguns excursionistas. Apesar de não ser uma opinião generalizada, foi perceptível excursionistas descontentes com o passeio. Esses, aparentemente, não sabiam exatamente que o passeio seria dentro de uma comunidade carente.

Atualmente, a Catamaran Tour tem desenvolvido pacotes de turismo mais direcionados para instituições de ensino. Nesses, a escola ou faculdade negocia um valor para cada aluno e o catamarã leva apenas aquele grupo previamente agendado.

Outra inovação é o conteúdo do roteiro, dependendo do interesse pode-se formatar o passeio apenas aquilo que o grupo deseja observar. Por exemplo, se o interesse for observar questões relacionadas ao meio ambiente, faz-se um roteiro todo baseado numa vivência junto aos rios, com uma ‘trilha’ pelo manguezal, plantio de mudas, visitas direcionadas aos viveiros de camarão e as ações voltadas apenas para meio ambiente. Caso o objetivo da visita seja aspectos culturais outra formatação de roteiro será feita. Assim, de acordo com representante da Catamaran Tours, esse formato tem sido comercializado nos últimos meses com grande sucesso. Tem-se programado inclusive viagens de familiarização (*fam tours*) junto a representantes de escolas e universidades particulares para apresentar os roteiros.

Para realizar a visita tradicional pode-se comprar o ingresso no próprio site da empresa por meio do sistema pagseguro ou pessoalmente no restaurante pelo valor de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais). Esse valor fixou-se por meio de negociação entre as partes, onde seria repassado para ONG o total de R\$ 18,00 (dezoito reais) por turista/ visitante. Os passeios saem, normalmente, aos sábados pela manhã às 10 horas, mas apenas quando há uma quantidade mínima de 20 pessoas, caso contrário, anota-se o nome do visitante interessado numa lista de reserva e aguarda-se até fechar um quórum mínimo que justifique os gastos. Durante esses passeios, além do guia tradicional da comunidade, ainda tem-se guia e tradutor disponibilizados pela empresa, caso seja necessário.

Por meio dessa empresa, tem-se a formação de uma das performances de turismo comunitário que passa a existir na Ilha de Deus. Essa modalidade assemelha-se muito com formas mais tradicionais de turismo, tendo em vista que possui um roteiro fixo sem muitas variações e com duração de aproximadamente duas horas. O guia ensaia um texto que é repetido todas as vezes em que entra em contato com o grupo de turistas. Isso acontece durante o percurso de catamarã e também ao chegar na Ilha de Deus. Inclusive, a guia utilizada pela empresa é sempre a mesma, o que torna a performance ainda mais fixa.

A repetição do comportamento de guias de turismo é estudada por Urry (1996) e Larsen e Urry (2011), onde os profissionais parecem desempenhar um papel fixo frente ao turista com textos e posturas decoradas como se fossem atores representando um papel. Larsen e Urry (2011) chegam a entender essa postura como um processo que torna seus corpos dóceis, similar ao que propõe Michel Foucault. Esse papel fixo desempenhado pelo guia, em conjunto com o próprio roteiro que segue sempre os mesmos passos, tornam o *tour* da Ilha de Deus em um produto turístico massificado típico, similar a um *city tour* de lazer. Mas que, no entanto, parece estar se modificando tornando-se mais flexível por exigência da própria demanda.

Durante o período em que se esteve observando a Ilha de Deus, foi possível acompanhar apenas quatro catamarãs. Em duas dessas, como turista/ visitante e nas outras duas, apenas observando a organização da ONG para receber os turistas e o roteiro seguido pela empresa.

Diferente das outras formas de turismo/ excursionismo, o *tour* tradicional Ilha de Deus apresenta uma forma pouco flexível onde as ações ao chegar com os turistas na ilha acontecem na seguinte ordem: (1) desembarcar e apresentação do guia local; (2) chegada à escola de remo, onde são assistidas apresentações de dança com participação dos turistas; (3) apresentação de fotos antigas com histórias sobre a Ilha de Deus; (4) caminhar pela Ilha onde são mostradas os tipos de habitações, viveiros de camarão e trabalho com sururu/ mariscos; (5) levar o grupo ao galpão das artesãs onde pode-se observar o trabalho das mesmas e adquirir peças; (6) seguir para a sede da ONG onde o guia local fala sobre os projetos desenvolvidos; (7) pausa para almoço vendido por membros da ONG Saber Viver; (8) ao sair da sede selecionam-se duas ou três pessoas para plantar mudas de espécies típicas do manguezal; e por fim, (9) embarque no catamarã e retorno para a sede da Catamaran Tour, ponto de partida do roteiro.

Nessa performance turística a presença da empresa mostra-se fundamental, pois tem como principal apelo a realização de passeios via catamarã. Por vezes, o transporte turístico torna-se mais do que um simples meio de deslocamento, transformando-se no próprio atrativo turístico, como exemplo disso tem-se as locomotivas, cruzeiros e vários outros meios de transporte (PALHARES, 2003). No caso específico dos catamarãs, que fazem o roteiro para a

Ilha de Deus, esses também representam um atrativo turístico a mais e que por conta própria tem o poder de atrair turistas independentemente do local de destino.

Além disso, a Catamaran Tours consiste numa das maiores empresas de turismo receptivo de Recife, o fato dela optar por oferecer um roteiro turístico tendo como destino a Ilha de Deus chama atenção dos meios de comunicação e do *trade* turístico de forma geral. Isso leva a uma maior divulgação e exposição do local para o público que pode se interessar em conhecer ou ajudar a Ilha de Deus de alguma forma.

De acordo com a jornalista (Beatriz Castro)<sup>18</sup>, “o mundo está carente de bons exemplos e fico feliz por poder divulgar um caso de superação que retrata algo positivo” (Notas de Campo, 28/ 11/ 2017). Ainda de acordo com a jornalista “após a gravação dessa reportagem muitas pessoas queriam conhecer a Ilha de Deus, a cultura, o modo de vida da população e a mariscada da Nega Linda [Geisene]. A procura pelo roteiro aumentou bastante [...] fiquei feliz por poder ajudar” (Notas de Campo, 28/ 11/ 2017). De fato, a informação da jornalista foi confirmada pelo professor, o qual informa que teve que oferecer pacotes extras no final do ano (de 2016) para dar conta da grande procura pelo roteiro (Notas de Campo, 29/ 11/ 2017).

Como consequência dessa reportagem, a Ilha de Deus aparece em outra reportagem na Rede Globo de Televisão, em maio de 2017, no programa ‘Estrelas Solidárias’ apresentado pela ‘Angélica’. Dessa vez apresentando as ações do projeto ‘Semear e Colher’, da ONG Saber Viver, uma ação que visa a limpeza do mangue e o plantio de mudas nativas nas margens dos rios. A proposta do programa de televisão é de convidar um famoso para realizar uma atividade solidária e por meio dessa participação incentivar pessoas comuns a realizar atividades sociais. No programa apresentado na Ilha de Deus, a famosa escolhida foi a atriz pernambucana Fabiana Karla. Ela recolheu lixo do manguezal e plantou espécies nativas.

A produção do programa realiza a escolha dos locais para gravar com base em programas anteriormente gravados pelas filiais e por meio de indicação. Como já havia sido feita uma reportagem sobre o roteiro da ONG e também como a Ilha de Deus reúne as condições ideais requeridas pelo programa, inclusive com relação a aspectos culturais, logo a Ilha de Deus foi escolhida como local de outra reportagem da Rede Globo de Televisão.

A contribuição da veiculação de reportagens nacionais sobre a Ilha de Deus numa grande emissora, não se dá apenas na forma de um incremento na comercialização de pacotes,

---

<sup>18</sup> A referida jornalista da Rede Globo de Televisão, filial Pernambuco, gravou uma reportagem na Ilha de Deus, a princípio essa reportagem passou no NETV (jornal do estado de Pernambuco), mas posteriormente, no dia 28/12/2016 chegou a passar no Bom Dia Brasil (jornal de abrangência nacional).

mas também no fato da Ilha de Deus tornar-se um local mais conhecido do grande público, tendo aos poucos sua imagem desassociada da violência, criminalidade e homicídio.

Atualmente a Ilha de Deus não é mais vista como um local perigoso, com uma população composta por marginais, isso é um grande ganho para a população, em especial para sua autoestima, mas em questões práticas também, pois já não é mais problema afirmar que é da Ilha de Deus, “as pessoas não nos veem mais como bandidos” (Notas de Campo, 16/ 10/ 2017).

Associado a isso tem-se o esforço do professor que procura falar sobre a Ilha para a maior quantidade possível de pessoas. Em mais de uma situação o professor participou de eventos fora da Ilha de Deus, a exemplo de palestras, sempre falando sobre o caso de sucesso que é o turismo comunitário na Ilha de Deus. A Ilha é considerada um grande exemplo de empoderamento e autonomia comunitária que deveria ser mais divulgado, servindo até como inspiração para outras comunidades (Notas de Campo, 29/ 11/ 2017).

A forte atuação do professor na divulgação da Ilha de Deus e seu empenho em melhorar a comercialização do roteiro, por meio da parceria com uma das principais agências de turismo receptivo de Recife, fizeram com que o mesmo adquirisse o cargo de coordenador de projetos turísticos da ONG Saber Viver na forma de voluntário, pois todos que trabalham na ONG o fazem como trabalhadores voluntários. O fato do professor ter adquirido esse cargo chama atenção, pois ele é um dos poucos membros da direção da ONG que não é nativo da Ilha.

#### 4.4.1.3 Turismo de Base Comunitária Voluntário

A iniciativa de formação do roteiro rendeu bons frutos para a Ilha de Deus, mas não foi apenas a atuação do professor como agente externo que auxiliou na dinamização do turismo na Ilha de Deus. Outro agente externo também contribuiu para o processo, uma voluntária contratada por meio do portal [www.transformarecife.com.br](http://www.transformarecife.com.br) atuou na administração e planejamento do *hostel* contribuindo significativamente para a formação de outra performance turística - o TBC voluntário ou volunturismo<sup>19</sup>.

De acordo com conversas informais realizadas na ONG foi dessa voluntária a ideia de entrar em contato com a AIESEC e de transformar um espaço inutilizado em *hostel* para receber voluntários. A partir dessa ideia foi estabelecida uma parceria entre a ONG Saber Viver e a AIESEC, em 15 de abril de 2015, para receber turistas de vários países do mundo para a

---

<sup>19</sup> O volunturismo pode ser entendido como uma articulação entre turismo e trabalho voluntário, onde o principal aspecto motivador é o deslocamento, em local diferente de sua residência habitual, para realização de atividade não-remunerada de caráter social baseado num auxílio humanitário.

realização de trabalho voluntário. “Essa coisa de ... turismo voluntário, né? É bom pra gente, porque nós recebemos duas vezes [...] com hospedagem e alimentação e com o trabalho que eles fazem, pois ajudam muito a comunidade [por meio de aulas de línguas, artes, educação ambiental, entre outras atividades] (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017, 22/ 08/ 2017).

As negociações para a realização dessa parceria não se mostraram muito complicadas. No caso específico da AIESEC, essa é uma entidade que costuma estabelecer esse tipo de parceira de forma fácil, basta preencher um cadastro no *site* da empresa e depois enviar por *e-mail* maiores informações sobre a ONG quando solicitado. A ‘exigência’ que eles fazem é de disponibilizar internet aos turistas; mas como a sala da diretoria da ONG funciona no mesmo prédio isso não foi problema, na sala há internet *wifi*.

Ao contrário do que aconteceu com a performance turística anterior, não foram necessárias grandes negociações, após o envio do material foi agendada uma visita dos representantes da filial de recifense da AIESEC para checar as instalações do ambiente receptor, e afinar possíveis detalhes. Essa visita ocorreu em março de 2015 e foram solicitadas algumas pequenas modificações. “Os representantes da AIESEC pediram pra gente organizar melhor o material das salas de aula [...]” (Notas de Campo, 13/ 11/ 2017).

Conforme é possível perceber, a maior parte das negociações foi mediada pela tecnologia, o que tornou o processo mais célere. De acordo com Law (1992), quase todas as interações com outras pessoas são mediadas através de objetos como telefone, internet, aplicativos, etc. Em algumas situações essa mediação acontece de forma ampla, esse foi o caso da negociação feita entre AIESEC e ONG. A presença da tecnologia, torna viável o estabelecimento dessa parceria, representando mais uma vez uma forma de ação à distância.

A AIESEC teve origem ainda na década de 1940, no período pós segunda guerra mundial, com o intuito de promover uma vivência de jovens cidadãos em países estrangeiros. As ideias originais dessa instituição foram transportadas para o Brasil apenas na década de 1980, chegando à cidade de Recife nos anos 2000 e dando origem à AIESEC seccional de Recife que funciona na UFPE.

Mas essa não é a única parte das negociações mediada pela tecnologia, em várias situações a internet mostra-se como um importante actante junto à comunidade, seja por meio da elaboração de documentários, sua divulgação ou também como uma forma de seleção de voluntários. Assim, ao valer-se do *e-mail* ou *chat* são estabelecidos contatos com candidatos ao trabalho voluntário, para que sejam selecionados voluntários com perfil mais adequado. E é através da associação composta por ferramentas tecnológicas e voluntária que permite que a parceria entre ONG Saber Viver e AIESEC seja firmada.

Em junho de 2015, a Ilha de Deus já estava recebendo seu primeiro grupo de voluntários estrangeiros via AIESEC. A partir da chegada do grupo iniciam-se cursos de formação em inglês, espanhol e administração oferecidos à comunidade da Ilha de Deus (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017) por meio dos voluntários da AIESEC. A duração do curso depende do período em que o voluntário permanece na ONG.

Esses se hospedam no *hostel* mediante pagamento de diárias cujo valor base é de R\$ 30,00 (trinta reais), podendo ou não incluir as refeições, dependendo do acordo feito entre as instituições. No caso específico do primeiro acordo estabelecido entre a AIESEC e a Saber Viver a diária incluía apenas almoço. Como na ONG já era comum preparar almoço para servir ao próprio pessoal que trabalha na Saber Viver, a inclusão dos voluntários representa muito mais um incremento na quantidade de comida produzida a uma modificação em seu cotidiano. Cada voluntário estabelece um acordo com a AIESEC e com a Saber Viver sobre a duração de seu trabalho que pode variar entre três semanas a um ano.

Ao chegar na ONG, assina-se um contrato no qual são estabelecidas as normas relativas ao período de trabalho, e há confirmação com relação aos dados pessoais dos voluntários para facilitar a emissão do certificado de trabalho voluntário ao final. O voluntário também assina um contrato concedendo direito de imagem, pois conforme explica um representante da ONG “estamos sempre divulgando nossas ações em redes sociais [...] aí facilita o trabalho para não precisar ficar pedindo individualmente” (Notas de Campo, 17/ 10/ 2017).

Nota-se que nesse caso estabelece-se na Ilha de Deus o turismo propriamente dito, pois os visitantes passam a se hospedar no *hostel* convivendo diariamente com a comunidade local, interagindo com ela por meio de seu trabalho voluntário e social.

Ao iniciar a pesquisa do turismo comunitário na Ilha de Deus, algo que chamou a atenção, devido a frequência com que acontecia, era como os voluntários-turistas se relacionavam bem com membros da comunidade local, em especial com o grupo de dança Nativos formado em sua maioria por jovens. Esses jovens frequentemente teciam comentários acerca das amizades que tinham sido feitas com os voluntários, falando de situações em que haviam levado os voluntários para festas na casa de parentes, rodas de samba, bares, etc. Também comentavam dos convites que eram feitos para que esses jovens da Ilha de Deus fossem até a Europa ou outros estados do Brasil para visitá-lo (alguns até oferecendo ajuda financeira).

Por vezes também notou-se os jovens da comunidade usando aplicativos de mensagens para conversar com pessoas que tinham realizado trabalhos voluntários na Ilha de Deus. Todas essas observações indicam que os voluntários de fato estabeleciam vínculos que iam além dos

trabalhos que realizavam, ou seja, relacionamentos mais duradouros com a comunidade. Isso foi notado com os turistas que chegavam por meio da AIESEC e também aqueles que adquiriam pacotes da Volunteer Vacations (VV) - outra agência parceira da Ilha de Deus.

Entre essas duas ‘empresas’ há grandes diferenças, enquanto a AIESEC constitui uma iniciativa voltada para a formação educacional e inserção no mercado de trabalho de jovens estudantes universitários ou de recém-formados, a VV é uma agência de volunturismo, ou seja, trabalha especificamente com a performance de turismo voluntário.

Formalmente, o contrato estabelecido com a agência, na figura de uma das suas fundadoras com a ONG Saber Viver, foi firmado em fevereiro de 2016. Ao contrário do que aconteceu com as parcerias estabelecidas com a Catamaran Tours e a AIESEC, onde pessoas relacionadas a ONG Saber Viver foram até essas empresas buscando estabelecer parcerias, houve um movimento contrário, uma representante da agência procurou a Saber Viver, inicialmente apenas para conhecer a ONG e depois para estabelecer contrato com a mesma.

A empresa VV sediada no Rio de Janeiro surge com a proposta de comercializar um novo tipo de turismo - o volunturismo. Não apenas aquele baseado numa contemplação passiva, mas algo que transformasse a vida das pessoas, tanto daquelas que são ajudadas como das que ajudam, nos moldes de experiências como a instituição médicos sem fronteiras (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017). Para colocar em prática essa proposta, os proprietários da agência procuram ao redor do mundo experiências enriquecedoras de trabalho voluntário realizadas junto a ONG's e comunidades. Após localizar iniciativas que possibilitam a realização do volunturismo formam-se parcerias específicas para sua realização.

A formatação do roteiro ou das atividades realizadas é feita pela agência, essas podem acontecer a partir de uma imersão na comunidade onde o voluntário pode ficar vários meses realizando trabalho voluntário ou por meio das missões ou semanas nas quais o trabalho é voltado para uma ação específica com duração de um dia ou até uma semana.

Parte das experiências selecionadas para compor o portfólio da empresa tem por base a experiência de viagens para países como Índia, Indonésia, Tailândia, Quênia, Peru, Nicarágua, Gana, etc., realizadas por uma de suas fundadoras cuja a experiência como voluntária ao redor do mundo era extensa antes mesmo de fundar a VV. Mesmo após fundar a agência, a necessidade de buscar novos roteiros é frequente o que demanda mais viagens para conhecer novos destinos (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Devido ao grande sucesso da agência pelo seu caráter inovador e em decorrência do perfil empreendedor de uma de suas proprietárias, a agência vai aos poucos ganhando espaço

na mídia (Notas de Campo, 05/ 10/ 2017). E como consequência desse sucesso surgem convites para proferir palestras e seminários em vários lugares do Brasil.

Em uma dessas palestras proferida em instituição privada de ensino em Recife, uma antiga voluntária da ONG Saber Viver menciona a Ilha de Deus em conversa com a fundadora da agência VV, afirmando que a Ilha de Deus consiste numa experiência diferenciada de turismo. Apesar do comentário despertar interesse na proprietária da VV, devido à falta de tempo, a mesma não vai até a Ilha de Deus.

No entanto, em 2015, a fundadora da VV volta a ser convidada para a proferir palestra em Recife, dessa vez o convite é feito por uma professora de turismo do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) para falar sobre turismo voluntário num evento sediado na própria Ilha de Deus. Diante dos comentários que tinha ouvido sobre o local, em outras duas ocasiões em Recife, sentiu-se ‘obrigada’ a aceitar o convite e conhecer finalmente a Ilha de Deus por meio do evento organizado pelo IFPE (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017, 05/ 10/ 2017).

Dessa forma, através desse evento acabou por conhecer a Ilha de Deus e perceber o potencial que havia no local para implantar uma parceria. A princípio solicita que parceiros da agência acompanhassem o cotidiano da ONG Saber Viver para traçar as atividades a serem desempenhadas pelos voluntários. Aos poucos, formatou os pacotes para que em março de 2016 chegassem os primeiros turistas voluntários via VV (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017). Cabe notar que a VV, ao contrário da AIESEC, trabalha com turistas/ voluntários brasileiros e estrangeiros. Já a AIESEC atua trazendo apenas turistas de países estrangeiros.

Durante a realização do *shadowing* a maioria dos grupos de turistas/ voluntários que foram observados no *hostel* Saber Viver eram provenientes do convênio com a VV, ou então consistiam em visitantes alemães da Rede de Ação Frei Beda ou Rede Solivida<sup>20</sup>, ou ainda de outras ONG’s que estabeleciam contato frequente com a ONG Saber Viver, não tendo sido notada a presença de visitantes que chegaram à Ilha de Deus por meio da AIESEC. Apesar disso, existem vários relatos, documentações e vídeos que comprovam voluntários que chegam na Ilha de Deus via AIESEC.

A VV apresenta processos mais elaborados do que a AIESEC. Enquanto a AIESEC deixa aberta as inscrições nos sites para ONG’s, empresas e voluntários; a VV seleciona as iniciativas. Ou seja, não é qualquer ONG ou comunidade que pode simplesmente se inscrever.

---

<sup>20</sup> É uma ONG criada em 2012 pelos projetos sociais que recebem auxílio da Rede de Ação Frei Beda. O objetivo de sua formação é de fortalecer os projetos da rede por meio de encontros frequentes e trocas de experiência para discutir as dificuldades enfrentadas e como superá-las.

As ONG's e empresas passam por avaliação da equipe VV e essa observa aspectos como infraestrutura, equipamentos e organização.

Durante a realização da pesquisa, pôde-se perceber em algumas ocasiões a proprietária da agência participando das atividades e acompanhando os voluntários. Em alguns casos esse acompanhamento ocorriam apenas quando os voluntários-turistas iniciam suas atividades; já nos casos de programas de imersão mais longos e nos casos de missão ou semana junto aos voluntários o acompanhamento se dava todo o tempo. Na Figura 40, pode-se observar uma missão realizada pela VV no período de 6 a 8 de outubro/ 2017, cujo objetivo era conhecer o trabalho desenvolvido pela ONG Saber Viver, conviver com a comunidade e realizar atividades, oferecendo serviços de beleza para as mulheres da comunidade como manicure, pedicure, cabeleireiro, maquiagem e fotos. No Quadro 7 pode-se observar o roteiro que foi desenvolvido pela agência para a missão.

Figura 40 - Missão VV na Ilha de Deus



Fonte: Elaboração própria (2017).

Na Figura 40 pode-se perceber que várias ações foram realizadas durante essa ação. No Quadro 7, mostra-se o itinerário da Missão. Para participar usufruir do pacote o volunturistas

tinha que arcar com o custo de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais) à vista ou R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) em até 12 vezes sem juros, nesse valor ainda estava incluso os serviços de alimentação, hospedagem e traslado. O único serviço que não é incluso no pacote é o deslocamento do volunturista de sua residência até o aeroporto de Recife e seu retorno (do aeroporto de Recife a sua residência).

Quadro 7 - Itinerário da Missão VV na Ilha de Deus

| Sexta-feira (06/10/2017)                                                                                                                                                                                                                         | Sábado (07/10/2017)                                                                                                                                                                                                                                            | Domingo (08/10/2017)                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ida para a ONG na Ilha de Deus;</li> <li>- Recepção e almoço;</li> <li>- <i>Tour</i> pela Ilha de Deus;</li> <li>- Revisão de cronograma e apresentação de equipe;</li> <li>- Jantar na ONG.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Café da manhã na ONG</li> <li>- Início da oficina de maquiagem com mães e filhas;</li> <li>- Almoço na ONG;</li> <li>- Aulas de dança com professor convidado para a comunidade;</li> <li>- Jantar na ONG.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Café da manhã na ONG;</li> <li>- Passeio de balsa pela ilha;</li> <li>- Almoço na ONG;</li> <li>- Ida para o aeroporto</li> </ul> |

Fonte: Adaptado do *site* da VV (2017).

A elaboração do cronograma e das atividades são feitos principalmente pela VV, mas houve uma reunião antes com a coordenação de projetos sociais e a presidente da ONG para elaborar algumas ações em conjunto. Há também a preocupação em explicar a intenção da ação/missão e combinar com a ONG o que pode ser fornecido pela mesma, além de combinar um valor para ser repassado para a ONG com antecedência caso seja necessário. O percentual repassado para a Ilha de Deus é de 30% do total das vendas da VV. Com relação a missão da VV na Ilha de Deus essa reunião foi realizada em abril/ 2017, e o planejamento das missões/semanas da VV é sempre realizado seis meses antes da ação em si (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017, 05/ 10/ 2017).

Outro aspecto que chamou atenção é a preparação que a agência faz do voluntário antes que esse chegue ao local de trabalho. Essa é denominada de capacitação *online* VV, e consiste numa apresentação do local a ser visitado e das lideranças comunitárias aos voluntários via fóruns, *chats* e videoconferência. E assim a história da comunidade é contada e os trabalhos realizados pela ONG são apresentadas. O objetivo é que o voluntário se familiarize mais com a comunidade e que observe as atividades desenvolvidas para escolher em qual delas mais se adequa (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

#### 4.5 TRANSLAÇÕES E COMPOSTO HETEROGÊNEO DO TURISMO NA ILHA DE DEUS

A partir da narração das histórias sobre a Ilha de Deus e a forma como foi organizado o turismo, devem ser feitas algumas considerações a respeito de minúcias sobre como determinadas composições foram formadas e os papéis aos quais cada actante vai adquirindo. Em alguns casos, um mesmo actante toma uma posição de maior destaque num dado momento enquanto em outro essa posição se modifica.

Dessa maneira, quando a princípio são tecidas considerações acerca da formação do TC no Brasil e no mundo, apesar das deformações que sofre ao ser transportado, mantém a premissa de que a comunidade deve ser responsável por sua organização. Conforme discutido anteriormente, não é possível pensar no verdadeiro TBC sem que o papel da gestão seja dado a comunidade, isso pode ser notado quando o turismo comunitário surge (MURPHY, 1983, 1985) e persiste até os dias atuais, seja no Brasil ou no mundo (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; CORIOLANO, 2009). Assim, os demais actantes devem confluir com essa entidade genérica ‘comunidade’. Mas como entender quem é a comunidade? Ou quem a representa?

De acordo com notas de campo (08/ 07/ 2017) a comunidade da Ilha de Deus é, atualmente, composta por aproximadamente dois mil habitantes, ou quatrocentas famílias. Será que todos esses habitantes podem ser vistos como centrais? Parece lógico que nesse caso não é possível considerar todos como principais. Assim, quem representa essa comunidade?

Por meio do levantamento de documentos, observações e conversas informais notou-se frequentemente a participação de alguns elementos. Durante a realização do Projeto de Requalificação Urbana da Ilha de Deus, na elaboração do projeto Vivo a Praça, no Festival de Verão da Ilha de Deus, no Brechó Cultural, na atuação dos Patrulheiros Mirins, nos campeonatos de futebol, nos projetos de TBC. Ou seja, em todas as atividades que aconteciam na Ilha de Deus sempre aparecia pelos menos uma dessas três instituições (Saber Viver, ACCU e Grupo de Poupadoras) tomando a frente das associações. E deve-se destacar que ao falar da comunidade ou das ‘entidades’ que lhe representa, encontram-se envolvidos uma série de não-humanos como a relação que é estabelecida com o mangue, *hostel*, sururu, caranguejo, ponte Vitória das Mulheres, ônibus, catamarã, ‘roteiro’, ‘contrato’, etc.

A sensação que se tem é que para ‘entrar’ na Ilha de Deus e realizar alguma atividade, seja ela uma pesquisa participante (como é o caso dessa tese) ou projeto social, é necessária a ‘autorização’ ou acompanhamento de uma dessas três entidades, pois elas conseguem promover uma maior mobilização da comunidade que resulta em ações com maior chance de sucesso. Não é possível fazer nada por lá sem envolver uma dessas instituições de alguma forma.

Isso fica bastante evidente no primeiro informativo publicado pelo NICOM (2009, p. 1) onde afirma-se que “uma comissão de moradores formada por representantes da Caranguejo Uçá (ACCU), Centro Educacional Saber Viver (ONG Saber Viver) e Grupo de Poupadoras atuará diretamente na troca de ideias para a construção das ações”.

Assim, o Governo estadual reconhece essas três entidades como ‘representantes’ da comunidade. E, ao planejar as ações da requalificação, entende que deve inclui-las como actantes que auxiliam a estabelecer articulações entre outros membros da comunidade. Isto é, como se o próprio Governo reconhecesse o papel dessas entidades e se dobrasse a elas, passando o ‘poder’ para a comunidade por meio do planejamento participativo.

Cabe ressaltar, nesse processo, o papel do Governo que atua fornecendo as infraestruturas necessárias para melhorar as condições de vida da população e como consequência criando as condições para que o turismo e excursionismo se desenvolva. Pois não seria possível pensar em turismo sem que a comunidade tivesse equipamentos básicos para receber os visitantes. Mas não se nota grande poder decisório por parte do Governo ou mesmo a formação de algum tipo de parceria em prol da comunidade ou do turismo.

Percebe-se como reclamação frequente por parte de membros da comunidade, a tímida participação do ente estadual e municipal em ações dentro da Ilha de Deus. Após realizar o projeto de requalificação urbana, sem que esse tivesse sido concluído, os órgãos públicos deixam de participar das ações realizadas na comunidade. Não há mais nenhum apoio, seja em forma de repasse de recursos, ou qualquer outro concedido à comunidade. E há reclamações nesse sentido, especialmente de pessoas relacionadas a ONG Saber Viver que, em diversas ocasiões, fazem questão de afirmar que são esquecidas pelo Governo e que todas as suas ações são realizadas por conta própria, sem nenhum auxílio externo. Dessa maneira emergem questionamentos a exemplo de: qual tipo de participação se espera do Governo?

As ações esperadas são aquelas voltadas para a conclusão das obras de requalificação urbana com a construção da quadra esportiva, centro de beneficiamento de pescado, creche, e solucionar o problema das conchas de sururu<sup>21</sup>. Também é esperado, por meio do fornecimento de uma estrutura educacional mais completa, que inclua-se o segundo grau e nível superior.

Há várias ações executadas pelas ONGs proporcionam bem-estar coletivo sem que haja participação dos entes públicos. E no *hall* dessas ações voltadas para o bem público têm-se a

---

<sup>21</sup> As conchas de sururu consistem num grave problema para a comunidade, pois essas se acumulam na margem dos rios ao redor da comunidade. A prefeitura recolhe, mas devido a quantidade cada vez maior de conchas, essas são frequentes na Ilha de Deus. Antes da requalificação eram simplesmente jogadas no chão do manguezal, mas atualmente não é possível lhes dar o mesmo destino.

limpeza dos rios, replantio dos mangues, educação ambiental, oficinas artísticas e culturais. Assim, apesar de ser desejo das entidades que o Governo atue mais intensamente esse possui pouca participação na associação, sendo os papéis centrais realmente desempenhados pelas três entidades supracitadas. Acredita-se que ao desempenhar funções como as citadas acima é que as entidades acabam por atingir certo status e influencia na comunidade o que lhes permite atuar no alistamento de novos actantes deixando as associações mais fortes.

No entanto, deve-se afirmar também que para essas entidades terem se estabelecido como centrais houve todo um processo translativo de organização comunitária que lhes permitiu tomar essa função. Ao considerar as primeiras translações pelas quais a comunidade da Ilha de Deus passou, nota-se a atuação de um grupo de moradoras que em conjunto com os religiosos Frei Beda e Irmã Aurieta promove o empoderamento de grupos da comunidade, por meio desse processo é que as três entidades citadas anteriormente emergem e passam a alistar humanos e não-humanos internos e externos.

E como será que pode-se vislumbrar a atuação dos religiosos e da Rede de Ação Frei Beda dentro dos processos translativos da Ilha de Deus? E a teologia da libertação, princípio que guia as ações desses religiosos? Com certeza pode-se entender esses como actantes dentro dos processos translativos iniciais pelos quais a comunidade passa. Ao observar a história da constituição da Ilha de Deus, em especial sua modificação de uma comunidade conhecida pela miséria e violência para um grupo organizado, que busca por meio de negociações seja com o Governo ou outros actantes a atingir seus objetivos, nota-se como a ação dos actantes contribui para a translação da comunidade. Mas deve-se ressaltar que a ação dar-se de forma conjunta.

Nesse sentido, as modificações da comunidade que são frequentemente atribuídas ao grupo de religiosos e as primeiras moradoras que trabalham junto aos religiosos na transformação da comunidade, foi percebido em várias ocasiões nos eventos promovidos pela ONG Saber Viver e também ao conversar com membros da ACCU, do Grupo de Poupadoras e com pessoas da comunidade sem nenhuma afiliação a essas entidades. Conforme uma representante do Grupo de Poupadoras afirma, a comunidade aprendeu a se unir e a negociar em prol daquilo que lhes beneficia (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017). Em alguns casos, tendo que alistar até mesmo políticos para compor a associação, isso aconteceu quando necessitou-se de apoio para a construção da ponte ou para manter os viveiros de camarão.

Assim, utilizando a construção da ponte como exemplo, essa foi fisicamente construída por meio da contratação de trabalhadores realizada pela Prefeitura de Recife com apoio do Governo de Pernambuco, será possível atribuir apenas ao poder público a agência dessa ação? Se não houvesse a atuação da comunidade, mais precisamente do grupo de mulheres com o

auxílio dos religiosos, será que a ponte teria sido construída? Então como seria possível atribuir a ação de construção da ponte apenas ao poder público?

Nas translações iniciais torna-se difícil desassociar as ações realizadas pelo grupo de religiosos daquelas executadas pelas mulheres ou mesmo pelos políticos alistados, conforme os princípios da TAR indicam, essas ações são sempre vistas como conjuntas. A própria Dona Beró, representante desse grupo de mulheres, ao falar das conquistas iniciais da comunidade sempre menciona o apoio que foi fornecido pelos religiosos e como as ações eram conjuntas.

Ao contar a história da construção da escolinha e da padaria-escola da Ilha de Deus fala: “Em conjunto com Frei Beda nós construímos tudo”, “[...] ele chegou e fomos fazendo as coisas, ele sempre ajudando, fomos aos poucos construindo [...] a gente fez a padaria e o prédio da escolinha, [...] a primeira coisa foi a escolinha” (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017, 18/ 09/ 2017, 28/ 11/ 2017). Durante as conversas sobre as ações iniciais de Frei Beda e seus associados esses auxiliam na elaboração do ‘projeto’ e ‘fiscalização’ da obra, inclusive incentivando-as e ajudando-as a procurar o poder público para dotar a Ilha de infraestrutura.

A ideia de construção dessas estruturas (padaria-escola e escolinha/ creche) e de oferecer os cursos profissionalizantes foram todas em conjunto com o grupo de mulheres. “Ele perguntava o que a gente precisava e falava o que achava” (Notas de Campo, 18/ 09/ 2017) sempre encontrando soluções para os nossos problemas, às vezes dizia que precisávamos reivindicar junto as autoridades porque tínhamos direito. Dessa maneira, entende-se que as ações dos religiosos na década de 1980 vão além de um simples subsídio para melhorar as condições de vida da comunidade, pois participam ativamente dos rumos comunitários. E é ao redor desse grupo de religiosos que a associação se forma, sua atuação baseada nos princípios da teologia da libertação configura num ponto de passagem obrigatório para o processo de formação da organização comunitária da Ilha de Deus.

Assim, a rede de relacionamentos construída pelo grupo de religiosos acaba por definir outros actantes levando a formação de uma associação onde se estabelece um propósito comum a todo o grupo. Por meio das ações de auxílio humanitário realizadas acaba por atrair outras entidades tornando a associação ainda mais forte. Essas entidades não são apenas os membros da comunidade, mas também outras pessoas e objetos, a exemplo dos voluntários da Alemanha e das doações que são levantadas com a finalidade de ajudar a Ilha de Deus, ou mesmo a própria Rede de Ação Frei Beda que posteriormente passa a compor a associação em conjunto com outros projetos ao redor do Brasil que auxilia.

No entanto, conforme enfatiza Latour (1994), o processo de organização é sempre dinâmico e dentro dessa dinamicidade a organização comunitária vai aos poucos se tornando

independente da Igreja e da Rede de Ação Frei Beda que se mostram atuantes apenas ao fornecer recursos. À medida que a comunidade torna-se mais confiante, a influência religiosa vai diminuindo. A esse respeito deve-se lembrar dos comentários de representantes da Rede de Ação Frei Beda e da própria Irmã Aurieta de que o objetivo é gerar autonomia nas pessoas e isso significa deixar que os indivíduos façam suas próprias escolhas sem interferências diretas. Logo, é por isso que os religiosos não se envolvem de forma prolongada nas ações tomadas pela ONG Saber Viver, servindo muito mais como actantes que auxiliam na formação da composição e depois deixando que a comunidade tome a frente do processo.

No momento em que o grupo de religiosos mobiliza a comunidade em prol de um objetivo comum, melhoria das condições de vida da comunidade, dá uma coesão a essa e ajuda a criar as bases necessárias para o alistamento de membros da comunidade que formam da ONG Saber Viver. Apesar do objetivo congregar uma série de actantes ao seu redor, também mostra-se muito amplo, o que pode justificar em parte a ocorrência de dissidências. Conforme afirma Latour (2000), pode-se promover uma nova interpretação dos objetivos do grupo criando novos problemas que demandem soluções inéditas.

Desenvolver a comunidade também significa atuar numa forma de comunicação mais democrática que forneça informações relevantes para o cotidiano da comunidade, servindo ainda como um canal aberto para que a população da Ilha de Deus possa expor suas opiniões sobre o que acontece na comunidade. Devido a amplitude desse objetivo que dá direito a diversos entendimentos formam-se interpretações diferentes que acabam por levar a uma importante dissidência. Não é o fato da ACCU existir que faz com que seja formada uma dissidência, mas pelo seu posicionamento com ideias tão diferentes, em alguns casos chegando a ser contrárias a ONG Saber Viver, que passa a ser um dissidente.

E com o passar dos anos as visões de mundo desses grupos vão se tornando ainda mais diferentes. Essas diferenças podem ser facilmente percebidas quando se observa o papel adquirido por cada actante no que se refere a liderança comunitária. Enquanto a ACCU faz questão de não se identificar como uma liderança, preferindo mostrar-se como uma ação voltada para promoção do diálogo, a ONG Saber Viver assume claramente a função de liderança comunitária e mostram-se como os herdeiros do legado deixado pelos religiosos. Contraditoriamente, o grupo de religiosos nunca quis desempenhar nenhum papel de liderança, sua intenção sempre foi a de empoderar a comunidade deixando que ela por conta própria assumisse a liderança, papel que parece ser mais desempenhado pela ACCU.

No entanto, independente de querer ou não assumir o papel de liderança comunitária a atuação da ACCU faz com que ela seja vista como uma liderança. Isso pode ser percebido nos

momentos em que representantes da ação participam de eventos voltados para a conquista de direitos para os pescadores, ou mesmo quando representam a comunidade junto aos órgãos públicos, por exemplo nas reuniões do Conselho Municipal de Meio de Ambiente (CONAM).

Mas as diferenças entre a ACCU e a ONG Saber Viver vão além de suas percepções sobre liderança, elas são bastante amplas inclusive quando se trata de turismo.

Enquanto a ONG Saber Viver observa de forma bastante positiva o turismo na Ilha de Deus, vislumbrando-a como uma ferramenta que auxilia a ONG e a comunidade como um todo e não só em termos econômicos, representantes da ACCU não conseguem se quer conceber a existência de turismo num ambiente degradado como a Ilha de Deus. “Turismo num ambiente com rios poluídos [...] onde o turista vem só para ver miséria? [...] Isso não é turismo, é alguma outra coisa, mas não turismo.” (Notas de Campo, 11/ 09/ 2017). Apesar dessa visão da ACCU as primeiras iniciativas estruturadas voltadas a prática de turismo/ excursionismo são justamente dela, que diferente da ONG Saber Viver não alista actantes externos a comunidade.

Apesar das ações voltadas para as práticas de turismo/ excursionismo partirem principalmente da ONG Saber Viver e secundariamente da ACCU, a temática mostra-se de interesse das três entidades centrais. Ao observar o que pensam representantes do Grupo de Poupadoras, essas falam com empolgação das ações em prol do turismo na comunidade. Observando-o não só como uma forma de gerar mais renda para a comunidade como também uma prática que eleva a autoestima, pois há “turistas de outros lugares até mesmo de fora que pagam para conhecer a Ilha de Deus e para nos conhecer [...] quando podia imaginar que algo assim fosse acontecer aqui na comunidade” (Notas de Campo, 06/ 11/ 2017).

Com relação especificamente ao turismo não se percebe a atuação direta do Governo ou dos religiosos nas ações que levam a constituição das realidades turísticas. Mas será que existiriam ações de turismo se a comunidade não tivesse passado por todo o processo de organização comunitária pelo qual vivenciou? Sem o empoderamento da comunidade, sem a requalificação ou sem sua história de ‘superação’ seria a Ilha de Deus vista como um local com ‘potencial’ para desenvolver as práticas de turismo e excursionismo?

Nas ações de turismo desenvolvidas em conjunto com a ONG Saber Viver a presença de actantes externos desencadeia todo o processo de construção das realidades turísticas. Além do professor universitário, que se mostra um actante fundamental dentro da composição do turismo, há também a atuação da voluntária, a qual realizou a parceria da AIESEC com a Ilha de Deus, transformando um prédio sem muita utilização num *hostel* para receber visitantes e que participa da iniciativa da incubadora do Porto Social.

O professor mostrou-se essencial inclusive ao mobilizar agentes externos a comunidade para participar da composição heterogênea que forma as realidades turísticas e através dessa ação desencadeou até mesmo uma maior divulgação da Ilha de Deus na mídia nacional, servindo como uma espécie de redenção da imagem do local que em tempos idos foi retratada de forma tão negativa. Papel similar é tomado pela voluntária, pois essa também atua no alistamento de outros actantes que levam ao desenvolvimento do turismo propriamente dito.

Quando o professor performa o papel de coordenador de turismo da Ilha de Deus, como voluntário, passou a participar ativamente das decisões relativas aos rumos tomados pelo turismo no local chegando inclusive a decidir de forma totalmente independente.

De acordo com notas de campo (29/ 11/ 2017), uma grande agência de turismo receptivo procurou-o para incluir a Ilha de Deus em seus roteiros, ao passo que ele negou por entender que a comunidade só poderia se associar a práticas de turismo voltadas para a sustentabilidade. Essas grandes agências trabalham com o modelo de turismo de massa e não é esse tipo de turismo que deve ser desenvolvido na Ilha de Deus. A comunidade não iria suportar os impactos de grandes fluxos turísticos chegando ao mesmo tempo, especialmente em períodos de alta estação, isso representa mudanças profundas nas formas de vida da comunidade, causando danos para ela. O ideal é desenvolver o turismo comunitário com fluxos de pequeno vulto. E essa decisão, acerca de não participar do roteiro, não foi discutida com os membros da diretoria da ONG Saber Viver, foi tomada apenas com base na avaliação do professor.

Outro momento em que o coordenador de turismo tomou decisões por conta própria foi quando, em face da grande procura, agendou a chegada de passeio de catamarã para a véspera do ano novo, sem combinar com nenhuma das pessoas envolvidas no roteiro. O que desencadeou certo mal-estar, pois a comunidade não queria parar suas atividades festivas para receber turista (Notas de Campo, 11/ 09/ 2017, 28/ 11/ 2017, 29/ 11/ 2017). O que se pode observar é que as decisões relativas às performances do TBC de lazer são tomadas pelo professor em conjunto com outros actantes, o que inclusive remete às discussões. Esse papel tomado pelo professor não deveria ser da comunidade ou de seus representantes? Ou será que a própria ONG lhe permite atuar dessa forma?

Independente dessas questões nota-se que o professor, assim como a voluntária, acabaram por representar problematizadores iniciais das modalidades turísticas percebidas na Ilha de Deus atualmente, mas isso só acontece porque esses actantes são legitimados pela ONG Saber Viver. Isto é, dentro da fase de definição de papéis lhes foi dado uma função que permitia trabalhar em prol dessas articulações. A partir desses actantes devidamente legitimados surgem novos alistamentos com outros parceiros externos.

Para conseguir alistar esses parceiros nota-se que a infraestrutura da ONG Saber Viver foi um fator indispensável. Isso pode ser percebido: “Quando eles perceberam (representantes da AIESEC) a infraestrutura que a Saber Viver e a comunidade possui deu para perceber que ficaram empolgados” (Notas de Campo, 13/ 11/ 2017). Comentário similar foi feito por representante da *Volunteer Vacation* a respeito da organização da comunidade estando a ONG Saber Viver a frente desse processo (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Uma das principais estratégias utilizadas pela ONG Saber Viver e em grande medida também pela ACCU é o recrutamento de novos aliados, que por meio desses recrutamentos mantem-se em torno de seus objetivos. O objetivo principal estabelecido pela ONG Saber Viver, de acordo com seu relatório de atividade, é de:

Contribuir para a **qualidade de vida da comunidade** da Ilha de Deus e seu entorno. Capacitar e sensibilizar jovens e suas famílias para limpeza dos rios e o reflorestamento do manguezal da Ilha de Deus, grande Recife, Pernambuco e no Brasil, proporcionando aos pescadores e as pessoas em geral a preservação das áreas que é o meio de subsistência das comunidades pesqueiras. **Realizar projetos sociais**, culturais, esportivos, qualificação profissional e meio ambiente. Atender pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social. (ONG SABER VIVER, 2017, grifo nosso).

Tendo em mente que os objetivos da ONG Saber Viver são de melhorar a qualidade de vida da comunidade, contribuir para a limpeza/ preservação do manguezal e realizar projetos, o turismo parece até entrar como um desvio de objetivo dentro das estratégias de transladar interesses por meio de pessoas (LATOUR, 2000). Será que sem a interferência desses agentes externos o turismo entraria em pauta na ONG? Como ele pode contribuir para a realização dos ‘verdadeiros’ objetivos traçados pela ONG inicialmente?

Segundo a presidente da Saber Viver, a presença do professor e da voluntária apenas auxiliou o processo de implantação do TC na comunidade fazendo com que esse se desenvolvesse de forma mais rápida com a presença de parceiros que por conta própria não conseguiria alistar. E que mesmo sem a presença desses agentes externos a ONG tentaria desenvolver o turismo na Ilha de Deus, pois é um instrumento que não só ajuda a fechar as contas da ONG, mas também promove a conscientização e preservação do meio ambiente enfatizando aspectos culturais e auxiliando a comunidade a desenvolver outras fontes de renda, pois quem participa do roteiro é beneficiado (Notas de Campo, 13/ 11/ 2017).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da parte 4 foram apresentados relatos acerca da organização do turismo na Ilha de Deus. Para tanto, foi necessário entender o transporte do turismo para a comunidade, por isso recorreu-se a apresentação do relato sobre o turismo global chegando ao Brasil para só depois adentrar na Ilha de Deus. Mas estudar apenas a organização do turismo em determinado local sem entendê-lo é cortar os fios que ligam o turismo a dinâmica comunitária. O turismo não é um fenômeno que pode ser analisado de forma desconectada da comunidade, em especial quando o objetivo é estudar TC e TBC. Assim, na primeira seção dessa parte 5 são feitas considerações sobre o transporte do turismo comunitário à Ilha de Deus por meio de suas materializações. Na seção seguinte são feitas considerações sobre a multiplicidade desse composto heterogêneo, em especial com relação aos meios de transporte, meios de hospedagem e tecnologia na Ilha de Deus. Ao falar da tecnologia destaca-se seu papel como um importante mediador dentro do *organizing* turístico comunitário.

No item 5.3 são discutidos os múltiplos espaços onde são formadas as práticas de *organizing* do turismo na comunidade, mostrando que o turismo na Ilha não acontece apenas dentro dos espaços da Ilha de Deus. Há a formação de associações em outros locais que contribuem significativamente para acontecer o TBC na Ilha de Deus. Mas ao observar a formação dessas associações também é preciso perceber os movimentos que acontecem e permitem que as associações se mantenham fazendo com que o turismo continue existindo.

Por fim, são apresentadas algumas limitações encontradas pela pesquisadora ao realizar sua incursão em campo, assim como sugestões para novas pesquisas.

##### 5.1 TRANSPORTANDO O TURISMO COMUNITÁRIO PARA A ILHA DE DEUS

Ao perscrutar os caminhos por onde o turismo passou desde sua constituição inicial no Reino Unido e se espalhou pelo mundo, nota-se que há um composto heterogêneo extenso de elementos do qual esse necessita para se formar. Em meio a esses muitos elementos há também a materialização da ideia do viajar como uma atividade a ser adotada pela ‘sociedade’. Conforme afirmam Urry (1996) e Larsen e Urry (2011), não é apenas uma questão de existirem condições físicas para a prática do turismo, mas de se aceitar a ideia de que fazer turismo é benéfico para o ser humano e a partir daí se engajar em práticas turísticas. E além disso, levar essa ‘ideia’ para outros lugares, disseminando-a ao redor do mundo.

Fazer com que uma ideia se desloque no tempo e no espaço necessita que ela se materialize, toda ideia precisa se materializar para ser transportada, assim deve-se transformar em um ‘objeto’ que pode ser um texto, desenho, modelo ou *framework* (CZARNIASWKA; JOERGES, 2005, 1996). Apenas após essa ‘transformação’ o transporte pode ser realizado, e a partir desse ponto pode-se considerar os movimentos apresentados em Latour (2012).

Com relação ao turismo global a materialização é clara, desde a publicação do primeiro roteiro de turismo na Europa em 1140 chegando até os dias atuais notam-se materializações por meio de roteiros, guias de viagem, mapas turísticos, depoimentos em redes sociais, notícias de jornais, material publicitário, políticas públicas, livros, filmes, artigos e diversas outras. E é por meio dessa composição heterogênea que as ideias sobre turismo e suas práticas são transportadas e depois enactadas ao chegar ao ‘destino’, lembrando que “translação é traição” (LAW, 1997), logo não se deve esperar um transporte sem modificação de conteúdo. Quando o turismo ‘moderno’ chega ao Brasil sofre modificações por conta da forma como é transportado, não sendo possível percebê-lo da mesma maneira do turismo europeu.

Em meio as muitas diferenças existentes entre o processo de organização do turismo no Brasil e na Europa tem-se a ênfase que é dada às políticas públicas. Ao observar a história do turismo no Brasil nota-se que há uma clara intenção de buscar o ordenamento da atividade por meio de um planejamento público. Isso pode ser percebido ao observar políticas como os megaprojetos, PROECOTUR, PRODETUR, PNT’s, a constituição de fundos como FINOR e FUNGETUR, ou mesmo ao perceber as muitas ações de construção de equipamentos de hospedagem pelo poder público e ao examinar os objetivos que levam a criação do MTur.

No Brasil os órgãos públicos estão sempre agindo em prol da construção ‘artificial’ do turismo com forte tendência a descontinuidade de projetos (CAMARGO, 2007), enquanto na Europa as ações costumam ser voltadas a divulgação dos destinos e disponibilização de condições para expansão de forma natural da prática turística. Assim, apesar das políticas públicas estarem nos compostos heterogêneos do turismo brasileiro e europeu há diferentes formas de enactar esses elementos que reverberam na formação do turismo nesses locais.

E no caso do turismo comunitário esse chega por caminhos similares, considerando também a importância dos textos científicos como inscrições que transportam as ideias de Murphy (1983, 1985) do Canadá para o Brasil, de forma mais específica para os professores universitários de geografia que assim como Murphy atuam com o turismo. Em parte, a chegada dessas ideias na Ilha de Deus remete ao professor universitário, que afirma acreditar no turismo comunitário como melhor caminho de organização turística para o Brasil. Explica-se que a construção da ideia do turismo comunitário no Brasil dar-se principalmente através dos textos

publicados por Luzia Neide Coriolano e Adyr Balastrari Rodrigues e que empiricamente a Prainha do Canto Verde, estudo de caso frequentemente retratado por Corriollano, é o caso mais discutido e estudado sobre essa prática no Brasil. Há também o importante papel dos eventos voltados a discussão da temática, a exemplo do ENTBL que foi idealizado por Rodrigues e do Congresso Nacional de Turismo Comunitário.

Mas quando as ideias sobre turismo comunitário chegam a Ilha de Deus são transladadas em processos organizativos próprios, pois essas baseiam-se também no composto heterogêneo que encontram para se desenvolver. Se não tivesse sido construída uma ponte, por exemplo, a maior parte das atividades turísticas comunitárias não existiriam da forma como são feitas, pois apenas uma parte da performance de TBC de Lazer é feita por catamarã. Logicamente isso não implica que necessariamente as outras performances de excursionismo ou turismo não aconteceriam, mas que se acontecessem seria de forma diferente. Talvez fossem utilizados barcos ou canoas para suprir a falta da ponte ou fosse adotada outra solução ou simplesmente não existiriam iniciativas de turismo e excursionismo na Ilha de Deus. É difícil prever o que pode vir a acontecer quando há modificações num composto heterogêneo.

Ressalta-se que cada uma das associações translada o turismo comunitário de diferentes formas, o que leva a especificidades bem próprias de cada performance turística. Isso acontece porque as performances são fruto de negociações díspares, que transportam o turismo comunitário de diferentes formas para a Ilha de Deus. Ao adotar processos de negociações entre atores diferentes há a formação de distintos compostos heterogêneos, mesmo em se tratando de uma mesma comunidade, isso pode ser facilmente notado empiricamente ao observar as práticas do turismo de voluntário (ou volunturismo) e do lazer na Ilha de Deus, por exemplo.

As práticas de lazer são bastante diferentes das práticas do volunturismo, envolvem não-humanos e humanos diferentes. Enquanto o TBC de lazer volta-se para a figura dos guias (dentro do catamarã e na Ilha de Deus) e de seus microfones por meio de um roteiro bastante fixo ao qual, na maioria das vezes, envolve um consumo passivo dos atrativos, no volunturismo não há roteiros fixos e nem a presença do guia ou do catamarã, mas tem-se a possibilidade de executar de fato as atividades feitas pela comunidade, estabelecer relacionamentos mais duradouros e envolvem a utilização do *hostel* e de seu refeitório. Ou seja, a utilização dos espaços, a interação com as pessoas e com os objetos mostram-se diferentes. Ao problematizar ou mesmo interessar outros actantes para executar essas práticas, por consequência tem-se diferenciadas negociações que levam a outras formas de visitação à Ilha de Deus e principalmente a compostos heterogêneos e realidades diversas.

Assim, a organização do turismo precisa ser entendida tal qual o resultado da forma como o TBC é trazido à Ilha de Deus e de sua incorporação a dinâmica que encontra no local. Como o turismo comunitário chega por diferentes caminhos e associações foram estabelecidas performances correspondentes aos caminhos trilhados e as negociações que são feitas.

## 5.2 COMPOSTO HETEROGÊNEO DO TURISMO NO ILHA DE DEUS

Ao adotar a TAR como base epistemológica dessa pesquisa há uma série de fundamentos que lhe acompanham. Dentre esses têm-se a percepção de que as realidades turísticas encontradas nessa análise são fruto do enactar das redes heterogêneas. Essas, por sua vez, são formadas a partir da composição de um extenso conjunto de elementos que podem ser entendidos como uma mistura entre humanos e não-humanos. Ainda de acordo com as indicações da ANT, todos os elementos dentro do composto devem ser analisados de forma simétrica, sem que seja estabelecida nenhuma relação de dominância, tendo em mente que não é só o ser humano quem tem a capacidade de se engajar na ação.

Frequentemente ao analisar o composto heterogêneo que forma o turismo há pesquisas que buscam ilustrar quais elementos estão sempre nessa composição. Assim é possível vislumbrar o composto por meio de elementos como personagens principais, inovações tecnológicas e *business* inovações (EDENSOR, 2001) ou pessoas, objetos, mídia, máquinas, tecnologia e espaços (DUIM, 2007) ou mesmo tecnologias, objetos ‘turísticos’, pessoas e seus sentimentos (FRANKLIN, 2005). Enfim, vários são os pesquisadores que apresentam uma síntese dos principais humanos e não-humanos que formam o composto heterogêneo do turismo. Como elementos comuns têm-se os meios de transporte e de hospedagem, tecnologias, lugares, pessoas e os relacionamentos estabelecidos entre eles.

Assim, ao observar o surgimento do turismo no mundo nota-se como sua história está atrelada aos meios de transporte. A partir do trem, navios transatlânticos, carros, ônibus, *motor homes* e aviões de passageiros o turismo vai se expandindo e cada vez mais alistando novos actantes. Para ilustrar a utilização do transporte pode-se citar o caso do avião a jato de passageiros, apesar de existirem voos operando desde 1923, conforme foi visto na seção referente ao turismo no Brasil, quando adota-se a política de voos charter surgem modificações no setores que impactam o turismo. Caso algum dia seja permitido no Brasil a atuação de companhias aéreas *low cost*, a exemplo do que acontece na Europa, provavelmente fará uma grande modificação do setor de viagens brasileiro e isso acontecerá apenas utilizando de outra forma uma tecnologia já existente, não necessitando da criação de novo meio de transporte.

Dessa maneira, assim como o turismo a nível global, na Ilha de Deus o transporte também consiste num importante actante, que ajuda a formar as realidades turísticas. Sem os meios de transporte não seria possível a realização do turismo e excursionismo, e como principais meios de transporte dos turistas para a ilha têm-se ônibus, vans, catamarã e carros.

Os ônibus não se mostram um meio de transporte muito frequente, conforme foi comentado anteriormente, pois esses não conseguem circular livremente se quer pelas comunidades vizinhas do bairro da Imbiribeira e também não há espaços próximos a ponte vitória das mulheres que permitam sua parada. Para chegar a comunidade usando ônibus é necessária ser feita uma caminhada de aproximadamente 700 metros, não há local próximo da entrada da Ilha de Deus se quer para estacionar o ônibus.

Assim, essas restrições infraestruturais limitam sobremaneira a utilização desse meio de transporte, ademais, os ônibus ‘turísticos’ voltam-se para o transporte de uma quantidade maior de visitantes e de acordo com o coordenador de turismo da Ilha de Deus esse não é modelo turístico que se pretende adotar no local.

Mas além do ônibus há outros meios de transporte terrestre que são utilizados com mais frequência. As mini vans, kombis e os automóveis são bastante utilizados para o transporte de turistas/ excursionistas à Ilha de Deus. Esses, diferente dos ônibus, conseguem atravessar a ponte e dessa forma podem ficar no bolsão de estacionamento. Inclusive é por meio de automóvel próprio que os coordenadores da ONG Saber Viver pegam os turistas-voluntários no aeroporto quando trata-se de um grupo pequeno, até três pessoas. Nos casos de receber grupos maiores a agência VV e a AISEC se encarregam de contratar mini vans para o transporte. Nas performances de turismo voluntário e turismo pedagógico esses são os principais meios de transporte que são utilizados.

Também foi notada em uma única ocasião a utilização de bicicletas para fazer um roteiro pedagógico. Mas essa adaptação deve-se ao perfil específico desse grupo, por ser um grupo de ciclistas que se reúne aos sábados para fazer passeios em Recife e resolveram fazer um passeio diferente na Ilha de Deus. Assim, um representante do grupo entrou em contato com a ACCU e o roteiro foi adaptado para receber os ciclistas sem que atividades como entrar no mangue fossem realizadas.

Outra forma de se chegar até a Ilha de Deus é por meio de catamarã da empresa de receptivo Catamaran Tours. Esse, diferente das outras formas de transporte aos quais voltam-se exclusivamente para o deslocamento dos visitantes, acaba por enactar um papel extra de atrativo. A viagem em si pelos rios de Recife até chegar à Ilha de Deus não é um simples deslocamento. Isso fica claro quando a pesquisadora acompanha, por duas vezes, o roteiro como

‘turista’ e conversa com alguns visitantes. “Por mim já estava bom o catamarã, gostei muito do passeio pelos rios” ou “A melhor parte foi o passeio do barco, [...] repetiria sem dúvida” de acordo com notas de campo (04/ 12/ 2017). Assim, deve-se ter em mente que visitar a Ilha de Deus chegando por catamarã não é a mesma coisa do que chegar a Ilha de Deus usando outro meio de transporte, mesmo que o passeio na Ilha de Deus apresentasse um roteiro igual, ainda assim, não seria a mesma experiência. Isso porque o catamarã também pratica uma ação, ele por si só consegue atrair turistas para o roteiro.

Houve situações em que, claramente, o passeio de catamarã agradou mais do que o roteiro pela Ilha de Deus, inclusive, em alguns casos foram feitas críticas abertas ao roteiro realizado pela empresa na Ilha de Deus. O que pode indicar um problema de inadequação do perfil de alguns visitantes ou uma necessidade urgente de que o roteiro seja revisto, adicionando atrações que chamem mais a atenção dos turistas ou adotar uma estratégia de selecionar um público que tenha mais afinidade com a proposta. A escolha da empresa foi uma mistura dessas duas possibilidades, redefinir roteiro e público.

Ao conversar com representante da empresa essa afirmou que a Catamaran Tours já está desenvolvendo roteiros pedagógicos e que a tendência é que esse roteiro de lazer torne-se cada vez menos frequente, podendo até deixar de existir. Conforme foi comentado anteriormente, a frequência desse roteiro tem diminuído muito. De acordo com a empresa, desde o início da iniciativa do roteiro (que ocorreu em setembro/ 2016) até janeiro/ 2018 o fluxo total de excursionistas que realizou o passeio de TBC de lazer para a Ilha de Deus foi de 1.211 pessoas, considerando o longo período e o porte da empresa consiste num baixo fluxo de passeios.

Mas os meios de transporte não são os únicos elementos tecnológicos que compõem a rede heterogênea do turismo comunitário na Ilha de Deus, tem-se também uma ampla quantidade de objetos voltados para a comunicação que fazem parte dessa rede heterogênea. Ao navegar pela internet é comum encontrar vídeos e reportagens sobre a Ilha de Deus, esses, na maioria das vezes, são elaborados pela própria comunidade. Há diversos documentários, entrevistas com pessoas da comunidade, visitantes e turistas, a maioria dos vídeos estão relacionados a ONG Saber Viver e a ACCU.

O conteúdo é bastante diverso, no caso dos documentários geralmente apresentam problemas enfrentados pela comunidade como a poluição dos rios, discussões sobre os direitos dos pescadores, empoderamento local, feminismo e o problemas dos mariscos. Também há vídeos turísticos onde é apresentado o *hostel* da Ilha de Deus, passeio de catamarã e até vídeos feitos por visitantes. Chamam atenção dois vídeos elaborados por turistas-voluntários da AIESEC em parceria com a ONG Saber Viver nos quais aparecem entrevistas de vários

voluntários relatando suas experiências na Ilha de Deus. Nesses chineses, russos, italianos, colombianos, ingleses, franceses e portugueses falam o que mais gostam na Ilha de Deus. Além dos vídeos há uma forte atuação da ONG Saber Viver e da ACCU nas redes sociais e por meio de *blogs*. As atualizações são quase diárias e informam principalmente sobre ações em prol da comunidade como formação de parcerias, eventos artísticos/ culturais e retratam visitas de grupos de turistas/ excursionistas realizadas à Ilha de Deus. Assim, para elaborar esse material é fundamental a utilização de tecnologia, sem a presença das câmeras, cabos de conexão e da própria internet essa ação seria impossível, isso sem contar a importância das redes sociais.

A ativa participação da comunidade nas redes sociais e no *youtube* é elogiada por uma representante da VV a qual afirma que “a participação nas redes sociais hoje em dia é fundamental, chama atenção das pessoas, faz com que elas lhe sigam, se interessem pela sua causa [...] gerar conteúdo por meio de fotos e vídeos é mais importante do que por textos, vocês estão de parabéns trabalham muito com imagens” (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017). Em outro evento, uma representante da Rede Nacional de Turismo Criativo (RECRITA) também comentou como a presença ativa da comunidade nas redes sociais e no *youtube* é importante para a divulgação do turismo e que nem todas as comunidades têm essa disposição, mas que isso é muito importante para o sucesso do turismo comunitário (Notas de Campo, 16/ 09/ 2017).

Considera-se também que atualmente o *organizing* mostra-se, em muitos casos mediado pela tecnologia (CZARNIASWKA, 2008), isso pode ser notado ao pensar na contribuição da tecnologia em mediar a conversa e as interações entre os atores. A presença de atores em constante movimentação faz com que a utilização de ferramentas como *whatsapp*, *skype* e *e-mail* seja frequente. Ao participar do grupo de *whatsapp* da comunidade da Ilha de Deus pude perceber como é frequente a utilização dessa ferramenta por integrantes da comunidade para organizar reuniões e tomar decisões. Também recorre-se a tecnologia para materializar as inscrições a exemplo do contrato com as agências VV, AIESEC e Catamaran Tours ou mesmo na elaboração dos roteiros tanto pela ACCU como pela VV há a utilização de computadores e da internet. Vários são os exemplos da materialização através da tecnologia formando inscrições diversas do *organizing* turístico da Ilha de Deus.

Isso nota-se com mais frequência na VV, que além de usar aplicativos para entrar em contato com representantes da ONG Saber Viver e também utiliza a internet no processo de familiarização dos voluntários com a comunidade, para fazer a capacitação VV e em processos de negociação com ONG. Em determinada ocasião foi relatado que antes de decidir as ações do itinerário (Missão VV na Ilha de Deus), a representante da VV havia enviado por *e-mail* o roteiro de atividades para que fosse conferido pela ONG. (13/ 09/ 2017). Isto é, a mediação via

tecnologia mostra-se frequente em todos as performances do turismo. A VV e a Catamaran Tour utilizam a internet inclusive para comercialização de seus produtos. Enquanto que a AIESEC usa para adequar o voluntário a ONG ou empresa ideal. A ‘agência’ Saber Viver utiliza para fazer propaganda de seus pacotes e para divulgar suas ações.

Apesar da ampla utilização da tecnologia através de redes sociais, *youtube* e de aplicativos de comunicação, nota-se que não há divulgação da Ilha de Deus e de seu *hostel* em canais tradicionais de turismo ou hospedagem como o *tripadvisor* ou *airbnb*. O que a princípio causa certo estranhamento esclareceu-se que se deve a um acordo com as agências, onde o *hostel* deve apenas hospedar turistas-voluntários da VV e AIESEC ou as comitivas recebidas da Alemanha e de outras parcerias, a exemplo da Rede SoliVida. Isso porque ao fechar a parceria com a AIESEC e VV ficou estabelecido que a ONG Saber Viver seria responsável por fornecer hospedagem e alimentação aos voluntários e abrir o *hostel* para outros hóspedes tornaria esse controle mais problemático, então optou-se por deixar o *hostel* restrito apenas aos voluntários e parceiros.

O *hostel* Saber Viver é um importante equipamento turístico da Ilha e por possuir tal equipamento a ONG tem a possibilidade de receber turistas. A única instituição que no momento tem essa possibilidade é a ONG. A sede da ACCU se passasse por reformas conseguiria oferecer um equipamento similar, mas necessitaria de um investimento financeiro para adequação. No caso da ONG Saber Viver, a estrutura foi construída para abrigar salas de aula, mas acabou sendo transformada em *hostel* para receber os turistas-voluntários em 2015, não houve necessidade de reformas apenas da aquisição de novo mobiliário e da integração do *hostel* nos programas de voluntários, conforme explicou-se anteriormente.

A capacidade do *hostel* é para vinte pessoas em quartos coletivos, mas em poucas ocasiões chegou-se a ocupar totalmente o *hostel*. Durante a realização da pesquisa, houve diversos grupos chegando para se hospedar, mas consistiam mais em um fato fora da rotina do que comum. O *hostel* não recebe turistas com tanta frequência e passa mais tempo desocupado do que ocupado, ou seja, há uma subutilização do equipamento. Possivelmente o *hostel* é um dos únicos equipamentos de hospedagem do estado próximo ao mangue, esse fato poderia chamar atenção de pessoas interessadas nesse ecossistema.

### 5.3 ESPAÇOS DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NA ILHA DE DEUS

Primeiramente é necessário considerar que os espaços não se limitam ao local físico, mas há um conjunto de práticas e arranjos materiais que fazem parte deles e nos quais o

fenômeno ocorre, e que o organizar dar-se em vários espaços demandando que os actantes que fazem parte do composto heterogêneo de turismo comunitário da Ilha de Deus movam-se com frequência e rapidamente (CZARNIASWKA, 2004). A tecnologia como visto anteriormente auxilia na mediação da comunicação e até das negociações, o que não significa que não existam deslocamentos físicos para tratar de aspectos referentes ao *organizing* ou mesmo que não haja locais físicos criados com a finalidade de estabelecer negociações.

Nos espaços de coexistência humana os atores de maior evidência da rede se encontram estabelecendo suas associações, negociando e trasladando seus interesses. O principal local onde as negociações acontecem é a sala da coordenação da ONG Saber Viver. Por vezes, as ações relacionadas a contratação dos roteiros, planejamento das atividades e reunião com os demais membros da ONG Saber Viver dar-se nesse espaço, cujo acesso a pesquisadora era liberado. Também é nesse local que ficam arquivadas as inscrições, como o relatório de avaliação do roteiro turístico disponibilizada pelo professor universitário e seus alunos, os contratos estabelecidos da ONG com seus parceiros, fichas de cadastro dos voluntários, controle dos turistas/ excursionistas recebidos, e relatórios financeiros. Dentro da Ilha de Deus esse era o principal local ao qual realizei observações, mas não foi o único.

No segundo andar do prédio, onde funcionou a escolar de remo, são feitas reuniões com membros da comunidade e também é onde normalmente acontecem os eventos realizados pela Saber Viver e seus parceiros. Dentre os eventos realizados tem-se as reuniões da ONG com membros da comunidade para inseri-los no planejamento de atividades da ONG, as reuniões entre os próprios membros da ONG para adequar suas ações, palestras com entidades como SEBRAE, VV, SoliVida e SENAC (sobre os temas de empreendedorismo, oportunidades de negócio, empoderamento e artesanato, visando desenvolver na comunidade o desejo de realizar outras atividades econômicas sem ficar restrita à cata de sururu como ocorre atualmente).

Nesse local a ONG também procura discutir atividades alternativas à cata do sururu. Essa ainda é uma das principais atividades econômicas da Ilha de Deus e isso causa profunda preocupação em membros da ONG Saber Viver que procuram desenvolver outras atividades na comunidade. “Na década de 60 quando me mudei para a Ilha de Deus a principal atividade econômica era o sururu e agora por mais que a gente faça continua sendo o sururu. Por que isso acontece? Queria entender e mudar a realidade das pessoas daqui! [...] é muito dura a vida de quem trabalha só com sururu [...] o que nós podemos fazer?” (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Afora a intenção de mudar a realidade de quem vive da cata de sururu há também a finalidade de dinamização dos roteiros turísticos. De acordo com a representante da VV, o desenvolvimento de novas atividades na Ilha de Deus como artesanato ou cozinha regional é

positivo para o turismo, pois desperta atenção dos visitantes e consiste num atrativo adicional. “É bom para a comunidade e para o turismo [...] ter mais o que mostrar [...] todos saem ganhando” (Notas de Campo, 22/ 08/ 2017).

Além desses ainda há eventos nos quais a ONG participou que também voltam-se para a discussão do turismo na Ilha de Deus, a exemplo do seminário de museus comunitários que ocorreu no Museu do Homem do Nordeste, lançamento da RECRIA no Cais do Sertão; visita técnica ao Polo Cultural da Bomba do Hemetério para discutir a possibilidade da criação de um roteiro conjunto, Prefeitura Municipal de Recife; reunião com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Porto Social (Recife) por meio das ações de incubação de empresas e ONG's, etc.

Dessa maneira, corrobora-se a afirmação de Czarniaswka (2004, 2008) e Latour (2011), a qual mencionam que o *organizing* ‘moderno’ consiste num processo disperso e complexo, pois se organizar é sempre se (re)organizar. E uma das razões do *organizing* ser disperso é porque se move por vários lugares e estabelecem processos de (des)associação constantes. Para entender o *organizing* turístico na Ilha de Deus é necessário considerar esses locais e, principalmente, as associações que vão se formando ao passar por esses locais. Por isso, o *shadowing* mostrou-se uma técnica adequada, pois possibilitou a mobilidade necessária.

#### 5.4 MANUTENÇÃO DOS OBJETIVOS

Ao estudar a formação das realidades, além de perceber como ocorre esse processo ainda é relevante observar os movimentos que levam a manutenção das associações. Notou-se que os movimentos iniciados com a atuação dos religiosos na Ilha de Deus foram ampliados por meio da inclusão de vários novos actantes que desencadearam também no surgimento do turismo na Ilha. Assim, a associação iniciada manteve-se mesmo com um conjunto maior de actantes, tanto isso é verdade que o nome continuou sendo ‘Saber Viver’. Mas, quais são as perspectivas para que essa associação persista?

O que se pôde notar ao observar a Saber Viver é que essa é atualmente gerida pelas crianças e adolescente que foram ajudadas por Frei Beda quando os projetos foram iniciados. Assim, o atual diretor financeiro foi aluno da padaria-escola, a atual presidente foi aluna da escolinha Saber Viver na década de 80, várias professoras voluntárias também já estudaram na escolinha, padaria-escola, participaram de aulas de artes; ou seja, por meio dos projetos são estabelecidas relações que fazem com que a ONG Saber Viver se mantenha.

Além disso, há os vínculos familiares que são estabelecidos. A sensação que tive é que quando alguém precisa se afastar da Saber Viver por estar com idade avançada ou por doença deixa um parente o ‘representando’. A atual presidente da Saber Viver é filha da primeira presidente da ONG (Dona Beró) e seu neto, filho da atual presidente, já exerce um papel de liderança dentro do grupo de dança Nativos. Uma dinâmica similar pôde ser notada ao conversar com outros membros da ONG, onde as relações familiares com ex-membros são frequentes. Isso acontece devido ao tamanho bastante reduzido da comunidade, a qual, atualmente, é formada por aproximadamente 400 famílias.

Dessa maneira, a associação tem-se mantido e a expectativa da diretoria é que continue se mantendo por meio dos filhos de seus membros e pelas crianças que são ajudadas pelos seus projetos. Em diversos momentos foram feitas afirmações do tipo “vocês são o futuro da Ilha” (Notas de Campo, 20/ 08/ 2017) ou “a continuidade de tudo isso aqui depende dos nossos jovens [...] tenho certeza que não vão nos decepcionar” (Notas de Campo, 13/ 11 /2017).

O papel de nova liderança é claramente atribuído ao Grupo de Dança Nativos que passa por um processo de preparação ao ser sempre envolvido em todas as atividades da ONG inclusive em ações administrativas e tomada de decisão. Esse envolvimento chega a organização do turismo, os representantes das empresas que participam das performances de turismo conhecem e se relacionam com esses novos líderes, por vezes atribuindo também a eles o papel de futuras lideranças e de pessoas com as quais vão negociar no futuro.

Mas tendo em vista que eles não chegaram a viver na Ilha de Deus da década de 1980, conhecem uma ilha melhorada e sem as limitações do passado e alguns se quer se lembram de como era a Ilha de Deus antes da urbanização ou antes da construção da ponte, um grande questionamento fica. Será que esses jovens vão querer de fato perpetuar o trabalho de seus pais e tios? A possibilidade que eles têm de aprender línguas estrangeiras e de conhecer outros países, seja por meio do intercâmbio para a Alemanha ou pelo convite de voluntários, poderia levá-los a deixar a comunidade para morar em outros lugares?

Ao realizar essas perguntas para alguns jovens do grupo de dança obtive como resposta da maioria um não, pois estabeleceram um vínculo emocional muito forte com a comunidade, que também representa o local de encontro com a família. Dessa maneira, escutam-se afirmações como “minha família e meus amigos estão todos aqui” ou “gosto muito daqui, todo mundo se conhece [...] não sairia não” (Notas de Campo, 06/ 12/ 2017). Tais afirmações sinalizam para uma manutenção da ONG e de seus projetos de turismo, em especial o de turismo voluntário que é percebido sempre de forma positiva pelos jovens.

## 5.5 LIMITAÇÕES E INDICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O processo de *organizing* turístico mostra-se muito complexo devido a grande quantidade de actantes que se encontram envolvidos nesse composto heterogêneo, assim, a atividade de seguir todos os actantes ou mesmo os principais todo o tempo mostra-se impossível de ser realizada. Mesmo dentro de um mesmo *locus* de pesquisa como é o caso da ONG Saber Viver, por vezes, me deparei com situações onde tinha que escolher qual ator central seguir, se deveria acompanhar a presidente da ONG numa atividade ou o coordenador de projetos sociais. Isso aconteceu também com relação a ACCU e a Saber Viver, num mesmo dia e mesmo horário as duas entidades iriam participar de diferentes eventos aos quais discutiam questões ambientais e comunitárias, assim qual actante seguir? Nesses casos procurava sempre avaliar qual ação teria maior impacto no *organizing* turístico da Ilha de Deus e buscava acompanhar aquela cujo repercussão no turismo da Ilha de Deus fosse maior.

A presença de um ator central distante da Ilha de Deus também mostrou-se problemático para a pesquisa. Apesar de ter conversado com representantes da VV em três ocasiões na Ilha de Deus e de ainda ter estabelecido contato pela internet para sanar dúvidas, a impossibilidade de acompanhar reuniões de planejamento das ações da agência no Rio de Janeiro mostrou-se limitante para o estudo. A pesquisadora pôde apenas observar reuniões e diálogos que aconteceram na Ilha de Deus entre a ONG e a VV. Isso pode ter limitado parcialmente o entendimento sobre o processo de organização do TBC Voluntário, por não perceber exatamente quais são as articulações estabelecidas no Rio de Janeiro para performar o turismo na Ilha de Deus.

Outro fator que mostrou-se problemático foi a inclusão da pesquisadora como voluntária na Ilha de Deus. Se por um lado foi bastante positivo, pois facilitou a inserção e aceitação da pesquisadora na comunidade com uma maior abertura para que essa pudesse entrar na sala da diretoria no momento que quisesse e acompanhar todas as atividades da ONG, por outro apresentou problemas. Por se tratar de uma ONG extremamente dinâmica sempre engajada em atividades, houve momentos em que gostaria de acompanhar os actantes de turismo, mas estava realizando trabalho voluntário. Em algumas dessas situações bastou explicar para outras professoras voluntárias que seria importante para a pesquisa me ausentar naquele instante para acompanhar determinada ação, no entanto, houve momentos em que isso não foi possível.

Ao assumir o papel de voluntária era vista como alguém da equipe a qual a ONG poderia contar para trabalhar, inclusive substituindo-os caso fosse necessário, assim, por duas vezes deixei de seguir os atores centrais para executar ações que cabiam a eles. A primeira situação

ocorreu na semana do dia das crianças quando o grupo de Dança Nativos fazia seu ‘ intercâmbio cultural’ na Alemanha e os coordenadores de projetos sociais e financeiro encontravam-se na reunião da Rede de Ação Frei Beda no Ceará. Apesar da ONG ter me autorizado a acompanhar os coordenadores na reunião no Crato (CE) não pude ir porque fui encarregada da coordenação geral dos eventos relacionados ao Dia das Crianças na Saber Viver.

A segunda situação ocorreu aproximadamente um mês depois, quando não pude acompanhar a apresentação do Grupo de Dança Nativos numa escola por não ter outra pessoa da ONG que pudesse acompanhar a entrega de uma doação de alimentos à Saber Viver.

O tempo estabelecido para a pesquisa, também, mostrou-se relativamente curto. A organização do turismo mostra-se complexa e por essa razão demanda um maior período de tempo. Ao final da pesquisa também pude perceber que novas articulações começavam a se formar. E esse início de movimento foi sentido na Catamaran Tour que, conforme explicado anteriormente, começa a desenvolver roteiros mais flexíveis voltados para uma abordagem pedagógica e não de lazer, similar ao que a própria ONG Saber vem desenvolvendo, mas com ações de divulgação mais consistentes como a realização de *famtour*.

E outro movimento interessante que começa mais intensamente a ganhar forma a partir de fevereiro/ 2018 é a articulação com o Polo Cultural Bomba do Hemetério através da RECRIA. Assim como indicação de futuras pesquisas mostra-se interessante entender como essa associação vem sendo estabelecida. Quais têm sido as ações para criação, organização e divulgação desse roteiro? Como funciona a dinâmica de integração entre os actantes da Ilha de Deus e da Bomba do Hemetério?

A RECRIA tem como um dos seus três sócios fundadores o professor universitário/ coordenador de turismo da Ilha de Deus e é por meio dessa que parece ascender essa nova performance turística para Ilha, talvez um TBC Integrado. A própria RECRIA em si também apresenta um interessante objeto de pesquisa, considerando que dentre seus objetivos há o desenvolvimento do turismo criativo e comunitário em todo Brasil. Apesar de seus fundadores serem todos de Recife já conseguiu alistar projetos de dez estados diferentes.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.; FREITAS, E.; MOURA-FÉ, M. M.; BARBOSA, W. A proteção dos ecossistemas de manguezal pela legislação ambiental brasileira. *Revista GEOgraphia*. v. 17, n. 33, 2015.
- ALCADIPANI, R. Confissões etnográficas: fracassos no acesso a organizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*. v.1, n.1, p. 64-87, 2014.
- ALCADIPANI, R.; SANTOS, L. L da. Por uma epistemologia das práticas organizacionais. *Organizações & Sociedade*. v. 22, n. 72, 2015.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. *Cadernos EBAPE.BR*. v. 7, n. 3. Rio de Janeiro, set. 2009, p. 406 – 418.
- \_\_\_\_\_. Pós-estruturalismo e análise das organizações: a contribuição da teoria ator-rede. In: **Encontro de Estudos Organizacionais – ENEO**, 2008. Anais eletrônicos. Disponível em: < [https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/alcadipani\\_pos-estruturalismo-2008\\_eneo477.pdf](https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/alcadipani_pos-estruturalismo-2008_eneo477.pdf) > Acesso em 20 jan. 2017
- ALMEIDA, F. C. de; RIBEIRO, A. de S. A esfera pública e a devastação dos manguezais aracajuanos, Sergipe, Brasil. *Revista Eletrônica do PRODEMA (REDE)*. Fortaleza. v. 3, n. 1, 2009. p. 23 – 41.
- AMARAL, R. **Cruzeiros Marítimos**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.
- AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1938.
- ASSUNÇÃO, P. **História do turismo no Brasil**: entre os séculos XVI e XX: Viagens, espaço e cultura. São Paulo: Manole, 2012.
- ATKINSON, P.; COFFEY, A. J.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of ethnography**. London: SAGE, 2007.
- BAUER, M.; AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BARBOSA, Y. M. **Histórias das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. – (Série ABC do Turismo).
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.) Apresentação. p. 13 – 24. In BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BBC Brasil. **Como um antigo esconderijo de criminosos se tornou exemplo de transformação social no Recife**, 18/12/2016.

Disponível: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38236207>>

Acesso: 20 jan. 2018.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. – (Série Turismo).

\_\_\_\_\_. **Turismo planejamento estratégico e capacidade de gestão**: Desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo, Visão e Ação**. v. 19, n. 3, 2017.

BETTO, F.; BOFF, L. **Mística e espiritualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BIGNAMI, R. V. de S. **A imagem do Brasil no turismo**: construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.

BISPO, M. S. Tourism as practice. **Annals of Tourism Research**. v. 61, 2016, p. 170 – 179.

\_\_\_\_\_. O turismo como prática cultural organizativa, sociomaterial e estética. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS)**, v. 5, n. 2, 2016, p. 125 – 137.

BLOOR, D. Remember the Strong program? **Science, Technology & Human Values**, v. 22, n. 3, 1997. p. 373 – 385.

BLACKPOLL, a sea-bathing place, in Lancashire. **Jornal Manchester Mercury**. Lancashire, 12 jun. 1792.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUCS, 2003. (Coleção Turismo).

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939**. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 1939.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 2.440, de 23 de Julho de 1940**. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 1940.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 44.863, de 21 de Novembro de 1958**. Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 21 nov. 1958.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 534, de 23 de Janeiro de 1962**. Aprova o Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio. Diário Oficial, Brasília, 1962.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 55, de 18 de Novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 1966.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 1.191, de 27 de Outubro de 1971.** Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973.** Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 1973.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.181, de 28 de Março de 1991.** Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.727, de 17 de Outubro de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação native e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016):** O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil, Brasília, 2013.

Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf)>  
Acessado em 5 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades do MTIC,** Rio de Janeiro, 1948.

BID LIDERA RECURSOS PARA ECOTURISMO NA AMAZÔNIA. **Jornal do Comércio.** Amazônia, 24 jan. 1999.

BRIASSOULIS, H. Tourism destinations as multiplicities: the view from assemblage thinking. 2016. **Int J Tourism Res.** 2016. p.304 – 317.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do president Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade.** São Paulo, ano 2, n. 2, 2005, p. 87 – 111.

BURNS, P. Tourism planning – a third way? **Annals of tourism research**, v. 31, n. 1, 2004, p. 24 - 43.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em debate.** Brasília, v. 3, n. 1, 2012. p. 97 – 116.

BURSZTYN, I.; DELAMARO, L. da S.; SAVIOLO, S.; DELAMARO, M. **Benchmarking: Prainha do Canto Verde.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro. v. 3, n. 3, 2003. p. 18 – 32.

BUZATO, M. Práticas de letramento na ótica da Teoria Ator-Rede: casos comparados. **Calidoscópio.** v. 10, n. 1, jan./ abr. 2012, p. 65 – 82.

CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Past postmodernism? Refletions and tentative directions. **Academy of Management Review**, 1999. v. 24, n. 4, p. 649 – 671.

CALLON, M. Actor-network theory: the market test. In LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-Network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. Introduction: The embeddedness of economic markets in economics, 1998. p. 1 - 57. In CALLON, M. (ed.). **The Laws of the markets**, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 10, n. 19, jan/ jun. 2008, p. 302 – 321.

\_\_\_\_\_. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. p. 196- 223. In LAW, J (editor). **Action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986.

\_\_\_\_\_. What does it mean to say that economics is performative. In MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (ed.). **Do economists make markets?** on the performativity of economic. Princeton University Press, 2007.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (eds). **Advances in social theory and methodology**. Routledge: Boston, 1981.

CALLON, M.; LAW, J. On interests and their transformation: enrolment and counter-enrolment. **Social Studies of Science**. v. 12, p. 615 - 625, 1982.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2010. (Coleção ABC do Turismo).

\_\_\_\_\_. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808 - 1850). São Paulo: Aleph, 2007. (Série Turismo).

CAMILLIS, P. K.; ANTONELLO, C. S. Da translação para o enactar: contribuições da Teoria Ator-Rede para a abordagem processual das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, artigo 4, Rio de Janeiro, Jan./ Mar. 2016.

CAMILLIS, P. K.; BUSSULAR, C. Z.; ANTONELLO, C. S. A agência a partir da Teoria Ator-Rede: reflexões e contribuições para as pesquisas em administração. **O&S – Salvador**. v. 23, n. 76, p. 73 – 91, Jan./ Mar. 2016.

CANDIOTO, M. F. **Agências de turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo).

CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. Por uma história do turismo no Brasil. p. 7 – 12. In CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. (org.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CAVALCANTI, M. F. R. **Social entrepreneurship practices and social change in Brazil**: a qualitative study in three non-governmental organizations, 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CAVALCANTI, M. F. ALCADIPANI, R. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de John Law para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 11, n. 4. Rio de Janeiro, dez. 2013, p. 556 – 568.

CELLARD, A. A análise documental. p. 295 – 316. In POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERRETO, C.; DOMENICO, S. M. Mudanças e teoria ator-rede: humanos e não-humanos em controvérsias na implementação de um centro de serviços compartilhados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, Rio de Janeiro, jan./ mar. 2016, p. 83 - 115.

COHEN, E.; COHEN, S. New directions in the sociology of tourism. **Current issues in tourism**, 2017.

COOK'S cheap excursions. **Jornal Manchester Evening News**. Manchester, 29 jun. 1877.

COOPER, R.; BURRELL, G. **Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction**. Organization Studies. v. 9, n. 1. 1988, p. 91 – 112.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, C.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. São Paulo: Bookman, 2007.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo).

COOPER, R.; LAW, J. Organization: Distal and Proximal views. p. 199 – 221. In BURRELL, G.; PARKER, M. (eds.) **Routledge studies in management, organizations and society: For Robert Cooper (collected work)**, 2005.

COPACABANA PALACE HOTEL. **Jornal Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro. 8 ago. 1923.

CORIOLOANO, L. N. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. p. 277 - 288. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, 2009.

\_\_\_\_\_. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLASSO)**, São Paulo, Dezembro, 2006.

CORRÊA, A. A. A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (SESC). **Anais do XII ANPUH** – Rio de Janeiro, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, R. de C. A. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CUNLIFFE, A. L. Retelling tales of the field in search of organizational ethnography 20 years on. **Organizational Research Methods**, 13(2), 224-239, 2010.

CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. **Organization**. v. 11, n. 6, 2004. p. 773 – 791.

\_\_\_\_\_. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3eA8Vkl5MHI>>

Acesso em 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D.; COOREN, F. (Org.). **Organization and organizing: materiality, agency and discourse**. New York: Routledge, 2013. cap. 1. p. 3-22.

\_\_\_\_\_. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research and Management: An International Journal**. v. 3, n. 1, 2008, p. 4 – 20.

\_\_\_\_\_. STS meets MOS. **Organization**. v. 16, n. 1, 2009, pp. 155 – 160.

\_\_\_\_\_. Why I think shadowing is the best field technique in management and organization studies. In **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 9, n. 1, 2014, p. 90 – 93.

CZARNIAWSKA, B.; JOERGES, B. Travels of ideas. In CZARNIAWSKA, B.; SEVON, G. (eds.). **Translating organizational change**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1996. p. 13 – 47.

CZARNIAWSKA, B.; SEVON, G. **Global ideas: how ideas, objects and practices travel in a global economy**. Frederiksberg, Denmark: Copenhagen Business School Press, 2005.

DANTAS, E.; FERREIRA, A. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In DANTAS, E.; FERREIRA, A. L. (org.) **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letracapital, 2010.

DELGADO, A. K. C. As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 9, n. 3, 2009. p. 32 – 43.

DEPREST, F. **Inquérito sobre o turismo de massa**. PIAGET, 2004.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Ilha de Deus entra no roteiro dos passeios de catamarã**.

Disponível: < [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/08/30/interna\\_vidaurbana,662513/ilha-de-deus-entra-no-roteiro-dos-passeios-de-catamara.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/08/30/interna_vidaurbana,662513/ilha-de-deus-entra-no-roteiro-dos-passeios-de-catamara.shtml)>

Acesso em 30 mar. 2017.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2007.

DIAS, J. P.; SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2014. v. 57, n. I, p. 499 – 519.

DUARTE, M. **Práticas de organizar na indústria criativa: a produção de um espetáculo de teatro musical em São Paulo - SP**. 2015. 469 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**. [online], 2016. v. 23, n. 76, p. 57 – 72.

DUIM, V. Tourismscapes an actor-network perspective. **Annals of tourism research**. 2007. v. 34, n. 4, p. 961 – 976.

DUIM, V; REN, C.; JÓHANNESSON, G. Ordering, materiality, and multiplicity: enacting actor-network theory in tourism. **Tourist studies**. v. 13, n. 1, 2013. p. 3 – 20.

EDENSOR, T. Performing tourism, staging tourism: (re)producing tourist space and practice. **Tourist Studies**. v. 1, n. 1, 2001, p. 59 - 81.

EDRA, F. P. M. **Turismo e transporte aéreo**. Curitiba: CRV, 2016.

ENDRES, A. V. **As políticas de turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba/ Brasil**. Tese (Tese em Sociologia Política) – UFSC. Santa Catarina, p. 330, 2012.

ESTADÃO. **Jornal online**, 2017.

Disponível: <<http://www.estadao.com.br/>>

Acesso em 8 dez. 2017.

FALCÃO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In CARVALHO, C. L.; BARBOSA, L. G. M. (ed.). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

FAZITO, M. Turismo crítico. In **Anais do Seminários da ANPTUR**. São Paulo, 2012.

Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/69.pdf>>

Acesso em 15 jun. 2016.

FERNANDES, J.; FERNANDES, F. **Turismo de saúde e bem-estar no mundo**. São Paulo: SENAC SP, 2011.

FISHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n. 114, 2001, p. 197-223.

FLORES-PEREIRA, M. T.; CAVEDON, N. R. Os bastidores de um estudo etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de *shopping center*. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2009. p. 153 – 168.

FORTUNATO, R.; SILVA, L. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2013, p. 123 - 138.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANKLIN, A. The tourism ordering: taking tourism more seriously as a globalising ordering. **Civilisations**. v. 58, 2008. p. 25 - 39.

\_\_\_\_\_. Tourism as an ordering: towards a new ontology of tourism. **Tourist studies**. v. 4, n. 3, 2004. p. 277 – 301.

FREIRE-MEDEIROS, B.; CASTRO, C. Destino: Cidade Maravilhosa. p. 13 – 36. In CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. (org.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

G1. **Angélica distribui alegria e sorrisos durante voluntariado no ‘Estrelas Solidárias’**: no programa deste sábado, 13/5, Fabiana Karla e Ricardo Tozzi e unem a corrente do bem de Angélica, 2017 Disponível em: < <https://gshow.globo.com/tv/noticia/angelica-distribui-alegria-e-sorrisos-durante-voluntariado-no-estrelas-solidarias.ghtml> > Acesso em 30 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **‘Partiu Férias’ mostra comunidade que vive do meio ambiente no Recife**: a Terceira reportagem da série do Bom Dia Brasil mostra a Ilha de Deus, cercada por um manguezal de onde os moradores tiram o sustento. Disponível em: < [g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/12/partiu-ferias-mostra-comunidade-que-vive-do-meio-ambiente-no-recife.html](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/12/partiu-ferias-mostra-comunidade-que-vive-do-meio-ambiente-no-recife.html) > Acesso em 28 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Passeio pela Ilha de Deus mostra a turistas cotidiano da comunidade**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/peernambuco/videos/v/passeio-pela-ilha-de-deus-mostra-a-turistas-cotidiano-da-comunidade/5541338/> > Acesso em 20 mar. 2017.

GAITÁN, S. B. M. Los ensambladores y el entramado turístico: un aporte desde la investigación cualitativa. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET)**. v. 4, n. 2, 2014, p. 8 – 18.

GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. **Observatório de Inovação do Turismo**. v. 6, n. 4, Rio de Janeiro, 2011.

GARFINKEL, H. **Estudios en Etnometodología**. Rubí: Anthropos, 2006.

GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. **Veredas**, v. 4, 2010, p. 119 - 129.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOULARTI FILHO, A. História econômica da construção naval no Brasil: formação de aglomerado e performance inovativa. **Revista EconomiA**. Brasília (DF). v. 12, n. 2, 2011, p. 309 - 336.

HALDRUP, M.; LARSEN, J. Material cultures of tourism. **Leisure Studies**. v. 25, n. 3, 2006, p. 275 - 289.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. – (Coleção Turismo).

\_\_\_\_\_. Spa and health tourism. p. 273 – 292. In HUDSON, S. (ed.). **Sport and adventure tourism**. Oxford: The Haworth Hospitality Press, 2003.

HALL, C. M.; GÖSSLING, S.; SCOTT, D. The evolution of sustainable development and sustainable tourism. p. 15 – 35. In HALL, M. C.; GÖSSLING, S.; SCOTT, D. **The routledge handbook of tourism and sustainability**. New York: Routledge, 2015.

HARMAN, G. **Prince of the networks**: Bruno Latour and metaphysics. Melbourne: Re-press, 2009.

HARWOOD, S. A. MANSTRLY, D. The performativity turn in tourism. **University of Edinburgh Business School Working Paper Series**, v. 12, n. 5, 2012.

HASSARD, J.; COX, J. Can sociological paradigms still inform organizational analysis? A paradigm model for post-paradigm times. **Organization Studies**. v. 0, n. 0, 2013, p. 1 - 28.

HERITAGE, J. Etnometodologia. pp. 321 – 332. In GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.) **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).

HOERNER, J-M. **Geopolítica do turismo**. São Paulo: SENAC SP, 2011.

HOTEL HILTON DE SÃO PAULO JÁ É OFICIAL. **Jornal do Brasil**. São Paulo, 25 mar. 1970.

INCREMENTO DO TURISMO ESTÁ SENDO PROJETADO PELO CNT E EMBRATUR. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 28 Dez. 1966.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Entrevista: Dona Beró, 2012.  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hf8ixk-ghR0>>  
Acesso em 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Edson Fly, 2012.  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XUhhKVehU8E>>  
Acesso em 30 nov. 2017.

JÓHANNESSON, G. Tourism translations: actor-network theory and tourism research. **Tourist Studies**. v. 5, n. 2. 2005. p. 133- 150.

JÓHANNESSON, G; BAERENHOLD, J. Enacting places through connections tourism, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/266559068\\_Enacting\\_places\\_through\\_connections\\_of\\_tourism?enrichId=rgreq-e3550d9d3e40342619ecf6482891e6da-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NjU1OTA2ODtBUzo0NjUyMTg0MjY5MzczNDdAMTQ4NzkyODEyNDc0Mw%3D%3D&el=1\\_x\\_3&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/266559068_Enacting_places_through_connections_of_tourism?enrichId=rgreq-e3550d9d3e40342619ecf6482891e6da-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NjU1OTA2ODtBUzo0NjUyMTg0MjY5MzczNDdAMTQ4NzkyODEyNDc0Mw%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf)>

Acesso em 5 dez. 2017.

JOPPE, M. Sustainable community tourism development revisited. **Current issues**. v. 17, n. 7, 1996, pp. 475 – 479.

JORNAL DO COMMERCCIO. **Hostel na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros**, 2016. Disponível em: < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/09/04/hostel-na-ilha-de-deus-atrai-turistas-estrangeiros-251504.php>>

Acesso em 30 mar. 2017.

KEVAN, S. M. Quests for cures: a history of tourism for climate and health. **Int J Biometeorol**. v. 37, 1993, pp. 113 – 124.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LAMERS, M.; DUIM, R.; SPAARGAREN, G. The relevance of practice theories for tourism research. **Annals of tourism research**, v. 62, 2017, p. 54 – 63.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Investigación sobre los modos de existencia**: una antropologia de los modernos. Buenos Aires: Paidós, 2013.

\_\_\_\_\_. Faturas/ Fracturas: da noção de rede à noção de vínculo. **ILHA**. V. 17, n. 2, p. 123 – 146, ago/ dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. Llamada a revisión de la modernidad: aproximaciones antropológicas. p. 167 - 196. In CRIADO, T. **Tecnogénesis**: la construcción técnica de las ecologías humanas. Madrid: AIBR, 2008.

\_\_\_\_\_. On recalling ANT. p. 15 - 25. In LAW, J.; HASSARD, J. **Actor Network theory and after**. Oxford: Blackwell publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. São Paulo: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Pausterization of France**. Harvard University Press: Massachusetts, 1988.

\_\_\_\_\_. The powers of association. p. 264 - 280. In LAW, J. (editor). **Power, action and belief: a new sociology of knowledge**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1986.

\_\_\_\_\_. "What's the story?" Organizing as a mode of existence. In SCHILLMEIER, M.; PASSOTH, J-H.; PEUKER, B. **Agency without actors? New approaches to collective action**. London: Routledge, 2011.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. p. 141 - 158. In TURNER, Bryan S. (ed.). **The new blackwell companion to Social Theory**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009a.

\_\_\_\_\_. **After method: mess in social science research**. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. **Collateral Realities**, version of 29th December 2009b.

Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law2009CollateralRealities.pdf>>. Acesso em: 25 maio de 2016.

\_\_\_\_\_. After ANT: complexity, naming and topology. p. 1 – 14. In LAW, J.; HASSARD, J. **Actor Network theory and after**. Oxford: Blackwell publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. Notes on the theory of actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systemic practice and action research**. v. 5, p. 379 - 393, 1992.

\_\_\_\_\_. On the methods of long-distance control – vessels, navigation and the portuguese route to India. **Sociological Review Monograph**, p. 234-263, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ordering and obduracy**, version of 7<sup>th</sup> December 2003.

Disponível em: <<http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/law-ordering-and-obduracy.pdf>> Acesso em 30 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Traduction/ Trahison: notes on ANT. **Convergencia**. S/N, n. 42, p. 47 - 72, 2007.

LAW, J.; HASSARD, J. (orgs.). **Actor-Network Theory and after**. London: Blackwell, 1999.

LAW, J.; LIEN, M. E. Slippery: Field notes in empirical ontology. **Social Studies of Science**, 2012. v. 43, n. 3, p. 363 – 378.

LAW, J.; MOL, A. Notes on materiality and sociality. **Sociological Review**. n. 43, 1995. p. 274 – 294.

LAW, J.; SINGLETON, V. Object lessons. **Organization**. v. 12, n. 3, p. 331 - 355, 2005.

LAW, J.; URRY, J. Enacting the social. **Economy and Society**, v. 33, n. 3, 2005.  
Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/LawUrry2005EnactingTheSocial.pdf>> Acesso em 24 out. 2016.

LEE, N.; HASSARD, J. Organization unbound: actor-network theory, research strategy and institutional flexibility. **Organization**. 1999, v. 6, n. 3, p. 391 – 404.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: Teoria Ator-Rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2014.

\_\_\_\_\_. Da engenharia à comunicação: traduções e mediações para compreender a técnica e a comunicação na cultura contemporânea. In LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da comunicação no Brasil**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016.

LEMOS, L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. (Série Turismo).

MAAEN, J Van. Ethnography as work: some rules of engagement. **Journal of Management Studies**, v. 48, n. 1, 2011, p. 218-234.

MAGNAGHI, A. **Le projet local**. Pierre Mardaga: Sprimont, 2000.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. p. 25 – 44. In BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

MARINCEK, J. Mercado de ecoturismo. p. 213 – 224. In BRAGA, Débora Cordeiro et al. (org.) **Agência de viagens e turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MATTOS, P. L. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIELKE, E. J. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**: uma abordagem prática e sustentável. Campinas: Alínea, 2009.

MIELKE, E. J.; PEGAS, F. **Turismo de base comunitária no Brasil**: insustentabilidade é uma questão de gestão. Turismo em análise, v. 24, n. 1, 2013. p. 170 – 189.

MOL, A. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**. v. 50, n. 1, p. 253 - 269, 2010.

\_\_\_\_\_. **The body multiple**: ontology in medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política ontológica**: algumas ideias e várias perguntas, 2008.  
Disponível em: <[https://pure.uva.nl/ws/files/899834/77537\\_310751.pdf](https://pure.uva.nl/ws/files/899834/77537_310751.pdf)>  
Acesso em 3 mar. 2016

MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Economia**. v. 38, n. 2, 2012. p. 25 – 50.

MTUR. Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo. 12ª edição, 2016.

Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/pesquisa-anual-de-conjuntura-econ%C3%B4mica-do-turismo.html>>

Acesso em 10 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Turismo (2013 - 2016).

\_\_\_\_\_. **Catálogo**: Turismo de base comunitária, 2010.

Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/downloads\\_regionalizacao/Catlogo\\_Mtur\\_NOVO.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Catlogo_Mtur_NOVO.pdf)>

Acesso em: 10. Mar. 2017.

MUECKE, S.; WERGIN, C. Materialities of tourism in the twenty-first century: a very brief introduction. **Tourist Studies**. v. 14, n. 3, 2014, p. 227 – 230.

MURPHY, P. **Tourism**: a community approach. New York: Methuen, 1985.

\_\_\_\_\_. Tourism as a community industry: an ecological model of tourism development. **Tourism Management**, 1983. p. 180 – 193.

MURPHY, P.; MURPHY, A. **Strategic Management for Tourism Communities**. Clevedon: Channel view publications, 2004.

NÓBREGA, W. **Turismo**: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

NORTHCOTE, J. Sustainable yield: an integrated approach to tourism management. p. 77 – 91. In HALL, M. C.; GÖSSLING, S.; SCOTT, D. **The routledge handbook of tourism and sustainability**. New York: Routledge, 2015.

NAYAK, A.; CHIA, R. Thinking becoming and emergence: process philosophy and organization studies. **Philosophy and Organization Theory**, 2011. v. 32, p. 281 – 309.

OMT. January 2017 – volume 15 – Advance Release.

Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/barometer/january-2017-volume-15-advance-release>>

Acesso em 2 mar. 2017.

OS EXCURSIONISTAS COOK. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 23 jul. 1907.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

PAGE, S. J. **Transporte e turismo**: perspectivas globais. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2008.

PALHARES, G. L. **Transportes turísticos**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

\_\_\_\_\_. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos: 341).

PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. **Turismo de experiência**. São Paulo: SENAC SP, 2010.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)**, v. 8, n. 1, 2014, p. 120 – 144.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Turismo em Análise**. v. 22, n. 3, 2011. p. 539 - 560.

PELIZZER, H. A. **Turismo de negócio**: qualidade na gestão de viagens empresariais. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

PERNAMBUCO. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 0, 2009.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 1, 2010a.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 2, 2010b.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 3, 2010c.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 4, 2011a.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 5, 2011b.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 6, 2011c.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG**. Ação Ilha de Deus, nº 7, 2012a.

Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>

Acesso em 20 nov 2017

\_\_\_\_\_. **Informativo elaborado pela SEPLAG.** Ação Ilha de Deus, nº 8, 2012b.  
Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>>  
Acesso em 20 nov 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Resolução nº 1.511/2010.** Concede o título de cidadão de Pernambuco a Irmã Maria Aurieta Duarte Xenofonte. 2010d.

PIMENTEL, M. P. C. A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil. p. 15 – 38. In PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.** Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

PIRES, J. **Raízes do turismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Manole, 2014.

PORT, M.; MOL, A. Chupar frutas in Salvador da Bahia: a case of practice-specific alterities. **Journal of the Royal Anthropological Institute.** N.S. n. 21, p. 165 - 180, 2015.

RECREAÇÃO OPERÁRIA. **Jornal A Ordem.** Rio de Janeiro, 17 Jan. 1944.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um cenário de mudanças. p. 75 – 122. In REJOWSKI, M. (org). **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, M.; YASOSHIMA, J. R.; STIGLIANO, B. V.; SILVEIRA, A. S. Desenvolvimento do turismo. p. 43 – 74. In REJOWSKI, M. (org). **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

REN, C. Non-human agency, radical ontology and tourism reality. **Annals of tourism research.** v. 38, n. 3, 2011, p.858 – 881.

REN, C.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. Constructing tourism research. **Annals of tourism research.** v. 37, n. 4, 2010. p. 885 – 904.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHARDS, G.; MARQUES, L. Exploring creative tourism: editors introduction. **Journal of Tourism Consumption and Practice.** v. 4, n. 2, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Almanak Administrativo da Corte e Província do Rio de Janeiro,** 1856.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 16 ed. São Paulo: Papirus, 2010. – (Coleção Turismo).

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XX. p. 29 - 56. In BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAMPAIO, C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática.** Blumenau: Edifurb, 2011.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, L. L. da S. **O trem não pode parar**: reformando uma oficina de locomotivas, 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SANTOS, L. L. da S.; ALCADIPANI, R. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade (O & S)**, v. 22, n. 72, 2015, p. 79 – 98.

SANTOS FILHO, J. **EMBRATUR omite a verdade sobre a história do turismo**: faz leitura ‘politicista’ dos fatos, 2006.

Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/turismo24.pdf>>

Acesso em 6 jan. 2018.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization studies**. v. 27, n. 12, 2006, p. 1863 – 1873.

\_\_\_\_\_. **Social practice**: a wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. The sites of organizations. **Organization studies**, v. 26, n. 3, 2005, p. 465 – 484.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRES, M. **Hermes**: uma filosofia da ciencia. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SERRES, M. **Diálogo sobre a ciência, a cultura e o tempo**: conversas com Bruno Latour. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SIMONI, V. Tourism materialities: enacting cigars in touristic Cuba, p. 59 – 79. In DUIM, V.; REN, C.; JÓHANNESSON, G. T. (eds). **Actor-Network Theory and Tourism**: ordering, materiality and multiplicity. London: New York: Routledge, 2012.

SIQUEIRA, D. E. **História social do turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Ed. Vieira, 2005.

SOFIATTI, A. **O manguezal na história e na cultura do Brasil**. Campos de Goytacases: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006.

SOLHA, K. T. Evolução do turismo no Brasil. In REJOWSKI, M. (org.). **Turismo no percurso do tempo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002. – (Turismo).

SOUSA, P. G. Proferindo palestra “Turismo Comunitário e Políticas Públicas”. Auditório IFPE Barreiros, Pernambuco. 4. Dez. 2013.

Disponível em: <<http://costadoscorais.blogspotagazetaweb.com/tag/turismo-base-comunitaria/>>

Acesso em 10 fev. 2017.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. Empoderamiento: processo, nível y contexto. **Psykhé**. Santiago. v. 13, n. 1, 2004, p. 29 – 39.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Série Turismo)

TELES, R. Turismo e meio ambiente ou turismo de natureza? Alguns apontamentos para a organização dessa modalidade. In: TELES, R. (org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo).

TONELLI, D. F. **O empreendedorismo de base tecnológica no complexo público de pesquisa em Minas Gerais**: um olhar pelo calidoscópio da Teoria Ator-Rede. 288 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Lavras, 2011.

TOWNER, J. Approaches to tourism history. **Annals of Tourism Research**. v. 15, 1988. p. 47 – 62.

\_\_\_\_\_. The grand tour: a key phase in the history of tourism. **Annals of tourism research**. v. 12, 1985, p. 297 – 333.

TREVIZAN, S. **Comunidades sustentáveis**: a partir do turismo com base local. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

TRIBE, J. **Philosophical issues in tourism**. Bristol, Buffalo, Toronto: Channel view publications, 2009.

TRIBE, J.; AIREY, D. **Developments in tourism research**. Oxford: Elsevier, 2007.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 9. ed. São Paulo: SENAC SP, 2009.

TSOUKAS, H.; CHIA, R. Introduction: why philosophy matters to organization theory. p. 1 – 22. In TSOUKAS, H.; CHIA, R. (eds.) **Philosophy and organization theory**. United Kingdom: Emerald, 2011.

TURETA, C. **Práticas organizativas em escolas de samba**: o setor de harmonia na produção do desfile da VaiVai. 2011. 325 f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

TURETA, C.; ALCAPIDANI, R. Entre o observador e o integrante da escola de samba: os não-humanos e as transformações durante uma pesquisa de campo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2. p. 209 – 227, Mar./ Abr. 2011.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

URRY, John; LARSEN, John. **The tourist gaze 3.0**. London: SAGE publications, 2011.

VASCONCELLOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão**: empowerment, sua história, teoria e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understand.** v. 19, n. 3, 2010a. p. 258 – 273.

\_\_\_\_\_. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science.** v. 21, n. 7, 2010, p. 796 – 812.

VERHOEVEN, G. Foreshadowing tourism: looking for modern and obsolete features – or some missing link – in early modern travel behavior (1675 – 1750). **Annals of Tourism Research.** v. 42, 2013, p. 262 – 283.

VIANA, A. Proferindo palestra “**Turismo Comunitário e Políticas Públicas**”. Auditório IFPE Barreiros, Pernambuco. 4. Dez. 2013.

Disponível em: < <http://costadoscorais.blogspotagazetaweb.com/tag/turismo-base-comunitaria/>>  
Acesso em 10 fev. 2017.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. da S. Antecedentes das viagens e do turismo. In REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. (Serie Turismo).

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? p. 55 – BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitaria**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

# APÊNDICES

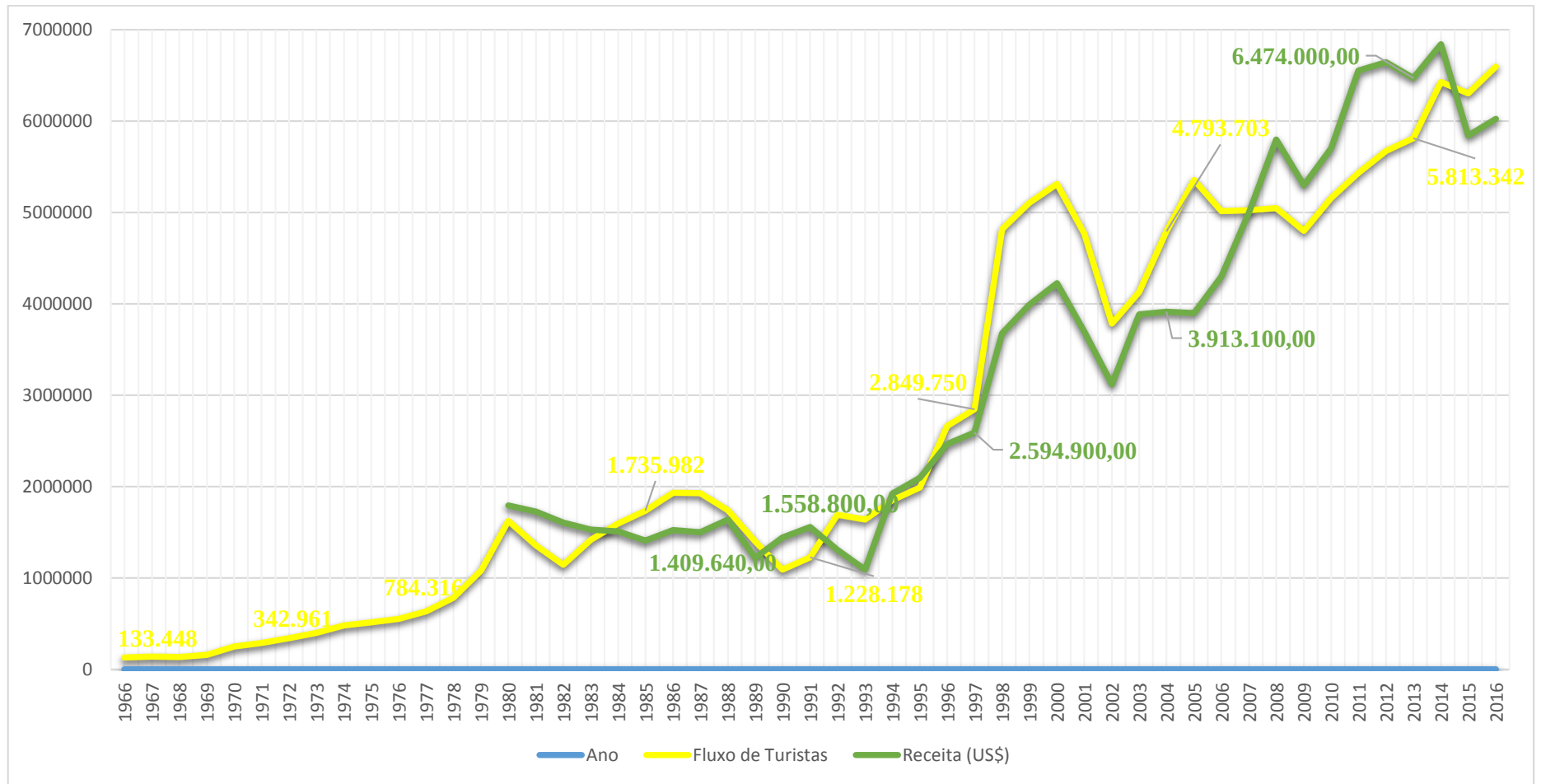
## APÊNDICE A – Lista de Periódicos Pesquisados

| <b>Título do Período</b>                           | <b>ISSN</b> | <b>Qualis (CAPES)</b> |
|----------------------------------------------------|-------------|-----------------------|
| Annals of tourism research                         | 0160-7383   | A1                    |
| Caderno Virtual de Turismo                         | 1677-6976   | B1                    |
| Cuardenos de turismo                               | 1989-4635   | B1                    |
| E-Review of Tourism Research                       | 1941-5842   | B1                    |
| Estudios y Perspectivas en Turismo                 | 1851-1732   | A2                    |
| International Journal of Tourism Cities            | 2056-5607   | B2                    |
| Journal of Hospitality and Tourism Management      | 1447-6770   | A2                    |
| Journal of Human Resource in Hospitality & Tourism | 1533-2845   | A2                    |
| PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review          | 2316-932X   | B3                    |
| Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo          | 1982-6125   | A2                    |
| Revista Brasileira de Ecoturismo                   | 1983-9391   | B3                    |
| Revista de Economia, Administração e Turismo       | 1518-3025   | B3                    |
| Revista Eletrônica de Administração e Turismo      | 2316-5812   | B3                    |
| Revista Turismo em Análise                         | 1948-4867   | B1                    |
| Rosa dos Ventos                                    | 2178-9061   | B2                    |
| Tourism and Hospitality Research                   | 1467-3584   | A2                    |
| Tourism & Management Studies                       | 2182-8458   | B1                    |
| Tourism Geographies                                | 1470-1340   | A1                    |
| Tourism Management                                 | 0261-5177   | A1                    |
| Tourism Planning & Development                     | 2156-8324   | A2                    |
| Turismo em análise                                 | 0103-5541   | B1                    |
| Turismo - Visão e Ação                             | 1983-7151   | B1                    |
| TURyDES                                            | 1988-5261   | B3                    |

## APÊNDICE B – Participação da Pesquisadora em Atividades da ONG



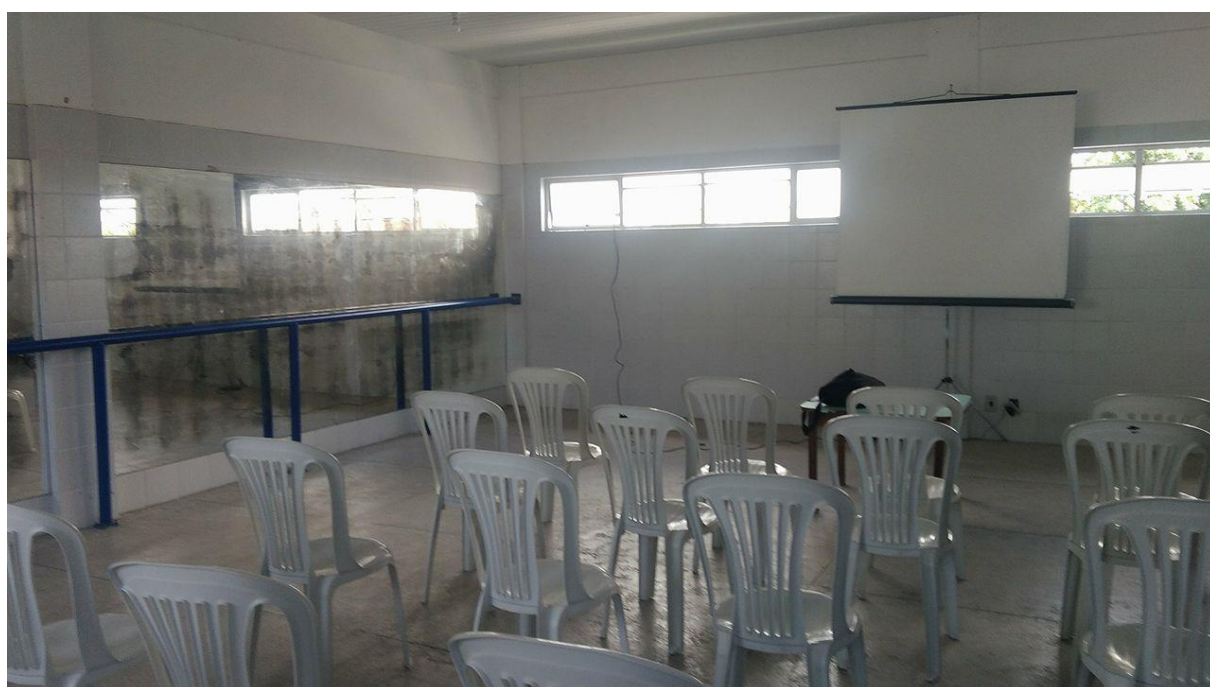
### APÊNDICE C – Fluxo de Turistas Estrangeiros e Receita Gerada no Brasil



Fonte: Compilação baseada em dados do MTur (2013) e OMT (1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

APÊNDICE D – Fotos de *Banner* na Ilha de Deus



APÊNDICE E – Estrutura do *Hostel*

## APÊNDICE F – Índices de Analfabetismo na Ilha de Deus

| IDADE                          | 1991   | 2000   |
|--------------------------------|--------|--------|
| 7 a 14 anos                    | 71,73% | 50,46% |
| 7 a 14 anos (homens)           | 74,75% | 61,46% |
| 7 a 14 anos (mulheres)         | 68,48% | 41,67% |
| 10 a 14 anos                   | 58,88% | 39,01% |
| 10 a 14 anos (homens)          | 65,57% | 50%    |
| 10 a 14 anos (mulheres)        | 50%    | 29,33% |
| 15 a 17 anos                   | 49,23% | 30,99% |
| 15 a 17 anos (homens)          | 57,89% | 34,29% |
| 15 a 17 anos (mulheres)        | 37,04% | 27,78% |
| 18 a 24 anos                   | 38,14% | 34,46% |
| 18 a 24 anos (homens)          | 38,78% | 39,73% |
| 18 a 24 anos (mulheres)        | 37,68% | 29,33% |
| Com mais de 25 anos            | 54,72% | 51,42% |
| Com mais de 25 anos (homens)   | 52,34% | 47,73% |
| Com mais de 25 anos (mulheres) | 57,14% | 54,67% |

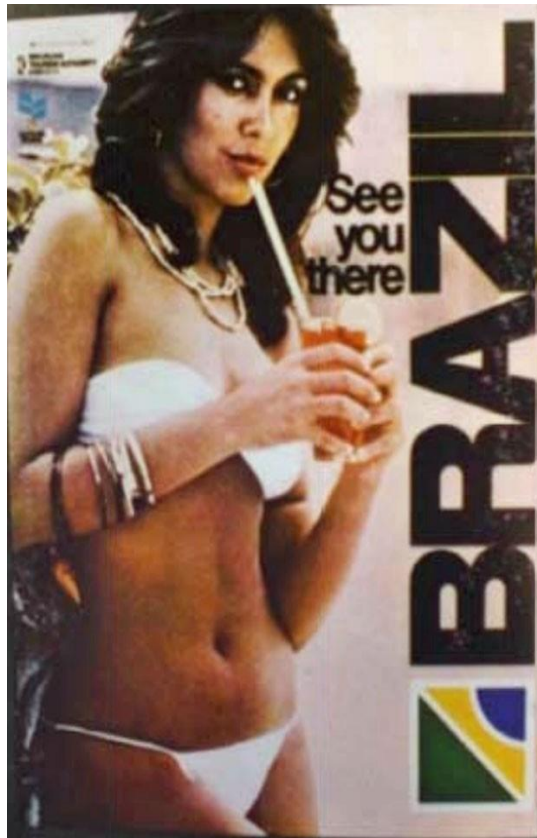
Fonte: Elaborado a partir de Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de Recife (2005).

APÊNDICE G – Guias da Catamaran Tours e Ilha de Deus utilizando microfones

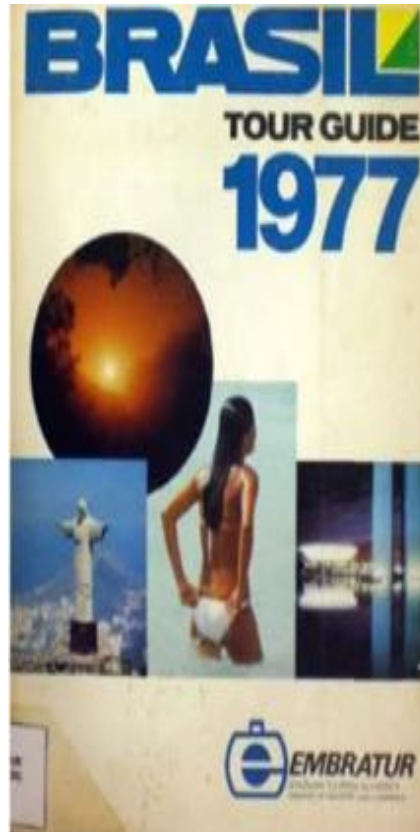


# ANEXOS

## ANEXO A - Material de Divulgação do Brasil



Fonte: G1 Globo (2016).



Quando cheguei ao Rio, há 20 anos, surpreendeu-me a beleza das mulheres e da juventude. Essa primeira impressão reforçou-me a idéia de que as pessoas fazem parte do *décor* dessa cidade. Hoje afirmo, sem medo de errar, que a mulher é a maior atração turística do Rio de Janeiro — o paraíso dos solteiros, e dos casados também. Acho, inclusive, que nesta cidade o casado fiel merece ser canonizado. A fartura é muito grande, tanto em quantidade como em qualidade. Para quem vem de fora a surpresa é realmente muito grande. Eu cheguei aqui, com 27 anos, para passar três meses. Minha família saiu da Itália, passando por São Paulo, e foi ficar no Uruguai e na Argentina. De lá, desde os 10 anos de idade, eu acompanhava a música brasileira e sonhava em vir para o Rio. Mas quando cheguei, conseguindo uma licença nos jornais e revistas em que trabalhava na Argentina, não pensava que ia ficar. Em pouco tempo rompi o meu noivado e

tomei a decisão. Não podia casar pensando em trair. No Rio, a mulher, além de bonita, é muito comunicativa, como o carioca em geral. Com os estrangeiros então, são gentilíssimas. A arte da aproximação é a conversa, de preferência sempre carregando no sotaque. Até hoje eu cultivo o meu com o maior carinho. Mas este despreendimento da carioca não deve ser considerado uma facilidade. Na verdade, ela está sempre disposta a acompanhar e participar. Mas no mundo inteiro talvez não exista mulher que saiba se defender melhor do que ela. Quando não quer conversa, afasta o pretendente gentilmente, com um sorriso nos lábios. Essa acolhida das pessoas faz com que a gente se sinta no Rio como se estivesse de pijama e chinelo. Mas quando eu casei não foi para assumir a posição caseira. Foi por cansaço. Na verdade eu sou um solteiro crônico e há 12 anos que minha mulher não me faz sentir que sou casado. No fundo, o matrimônio ter dado tão certo me deu uma certa frustração.

Fonte: Revista Rio: Samba e Carnaval (1973)

## ANEXO B - Críticas a realização do Megaprojeto

## Geógrafos anunciam encontro condenando Parque das Dunas

A chefe do Departamento de Filosofia, História e Geografia da UFRN, professora Dalva de Oliveira, e outras geógrafas também da Universidade, mesmo fazendo questão de frisar que não estavam em posição contrária ao projeto do Governo Tarcísio Maia, para o Parque das Dunas, mostraram-se muito sentidas pelo fato de o Governo não ter consultado um geógrafo e falaram sobre os problemas que a obra pode acarretar com relação ao desequilíbrio ecológico, desde que como o Governo vem anunciando, ali sejam construídos edifícios.

O tão discutido projeto, que vai de encontro a diversos pareceres técnicos e à opinião de grande parte da população, poderá ser um dos assuntos discutidos no "I Encontro de Geografia do Nordeste", a ser realizado no período de 12 a 15 próximo, numa promoção

do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, através do Departamento de Filosofia, História e Geografia. O Encontro reunirá grandes nomes da Geografia brasileira e através de dados puramente técnicos, analisados por pessoas estranhas aos interesses locais, o Parque das Dunas poderá ver condenado, embora a temática do encontro não seja ele.

### DIFICULDADES

Durante o Encontro, será dado enfoque ao ensino e à pesquisa geográfica no Nordeste, com o objetivo de analisar suas dificuldades e perspectivas, principais problemas na atuação profissional e definir uma política de pesquisa geográfica nas universidades nordestinas e órgãos congêneres. Dentro desse esquema, serão ana-

lisados os currículos das Universidades, com todos os seus problemas de não atendimento às exigências do mercado de trabalho, diferenças que prejudicam o aluno que precise se transferir de uma universidade para outra e outros pontos dos cursos de Geografia em todo o Nordeste.

Ainda com relação ao ensino, haverá a tentativa de elaborar um plano de revitalização dos métodos e técnicas de ensino e a melhoria nas condições de formação técnico-científica de professores e formação técnico-científico de Geógrafos profissionais. Na área de pesquisa, entre outras coisas, será dado enfoque à política de pesquisa geográfica do Nordeste, a problemática dos recursos para pesquisa geográfica e a divulgação e intercâmbio dessas pesquisas.

Fonte: Diário de Natal de 10 de Dezembro de 1977.

## Natalenses reativarão ação popular contra a Costeira

O pequeno número de participantes (possivelmente devido à paralisação dos coletivos) e a ausência do jurista Hélio Galvão e do arquiteto Moacir Gomes da Costa (secretário especial do município, encarregado do plano diretor da cidade) fez com que os debates realizados na noite desta sexta-feira "Patrimônio da Comunidade Natalense" não atingissem os níveis dos anteriores.

Dos três convidados para o que deveria ter sido a mesa redonda, compareceu apenas o arquiteto João Maurício de Miranda, que fez um levantamento do patrimônio (em grande parte já devastado) histórico e cultural da cidade. A Via Costeira, ou Projeto do Parque das Dunas, entretanto, acabou sendo o ponto central da discussão que se seguiu, chegando-se à conclusão da necessidade de reativação da Ação Popular, que se encontra nas mãos do advogado Hélio Galvão.

### ESCÂRNIO

Surgida em julho do ano passado, durante o Encontro Nacional do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a iniciativa de uma Ação Popular encontra-se estancada em problemas técnicos. De um lado, Hélio Galvão quer um parecer técnico do IAB sobre as condições do projeto e sua execução. De outro, o projeto, três anos depois de elaborado, ainda não é do conhecimento dos arquitetos que não podem, assim, arriscar parecer. E o círculo se fecha, enquanto a Casa do Governador (que seria o começo do projeto) já começa a ser executada.

Uma das reivindicações do plenário foi a de que a Ação Popular seja acionada sem os pareceres técnicos do projeto, mas baseada nas consequências sociais que deverá acarretar com a supervalorização das terras, a expulsão dos mora-

dores da região e os incalculáveis custos de manutenção, além dos quase 700 milhões de cruzeiros para implantação.

A Sede, que no início do ano já distribuiu dois mil manifestos contra a Via Costeira, encarregou-se de estudar o assunto e tentar encontrar uma solução para que a Ação possa ser deflagrada imediatamente. Por outro lado será preciso maior mobilização da população, no sentido de que sejam assinadas as procurações que delegam ao advogado poderes para acioná-la.

Segundo um dos depoimentos, uma Ação Popular em São Paulo conseguiu impedir a construção do aeroporto de Caucaia, "uma das últimas áreas verdes dos paulistas". Essa Ação baseou-se apenas nos efeitos do desmatamento e nas consequências sociais, sem qualquer conhecimento do projeto. Caucaia foi embargado pela Justiça.

Já catalogada como escárnio à população de Natal, a Via Costeira

vem sendo vista como uma das maiores contradições da política administrativa do Estado. Enquanto o presidente da Caern, Josemar Azevedo clama por recursos, inexistentes, para que seja feita a rede de esgotos em Natal (hoje menos de 10% da população contam com esse benefício), e enquanto o secretário de Serviços Urbanos, Antônio Melo afirma que não existem recursos que propiciem uma coleta de lixo razoável, a soma de 700 milhões será destinada à Via Costeira.

Quanto à alegação do Governo de que este dinheiro a fundo perdido só será concedido pelo Governo Federal, com o fim específico do Parque das Dunas, levantou-se a questão de que é preferível perder essa verba (que poderá ser destinada para o Piauí, o Mato Grosso, algum Estado que faça melhor aproveitamento), do que criar em Natal um problema que dificilmente será resolvido por qualquer Governo.

Fonte: O Poti de 10 de Junho de 1979.

## ANEXO C - Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável  
Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade  
Ambiental do Turismo - Proecotur

## Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária



### Objetivo

A Carteira visa promover o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária em áreas naturais de interesse turístico, apoiando iniciativas que conciliem a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e a geração de trabalho e renda para as comunidades tradicionais e locais.

Ministério do Meio Ambiente 

## Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária

### Objetivos específicos

- Promover a sustentabilidade ambiental nas atividades de ecoturismo.
- Contribuir para a sustentabilidade social e econômica das comunidades, criando oportunidades de pequenos negócios para a geração de trabalho e renda.
- Valorizar os conhecimentos, os saberes, as tradições e os recursos locais e promover a participação comunitária nos processos de planejamento, gestão e operação da atividade.
- Promover a educação ambiental por meio da gestão sustentável dos destinos ecoturísticos comunitários.
- Consolidar experiências de ecoturismo de base comunitária, sistematizando e divulgando os resultados gerados pelos projetos com vistas à construção de referências.
- Gerar e promover intercâmbio de conhecimentos para as comunidades, a sociedade civil e os setores governamentais sobre o ecoturismo comunitário.
- Fortalecer a capacidade de organização e de articulação de instituições e de comunidades tradicionais.
- Apoiar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais sustentáveis relacionados às atividades ecoturísticas.

### Linhas Temáticas

**Linha Temática 1:** Planejamento e ordenamento do ecoturismo de base comunitária.

**Linha Temática 2:** Capacitação e assistência técnica.

**Linha Temática 3:** Melhoria e implementação da infra-estrutura e de equipamentos turísticos comunitários.

**Linha Temática 4:** Gestão da sustentabilidade ambiental da produção associada ao ecoturismo.

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável  
Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade  
Ambiental do Turismo - Proecotur

## Nas trilhas do desenvolvimento sustentável



### Projetos e ações

- Agenda Ambiental para o Turismo.
- Capacitação e disseminação de práticas sustentáveis para o ecoturismo e o turismo.
- Projeto Férias Sustentáveis e Campanha Passaporte Verde.
- Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.
- Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo.
- Fase I do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).
- Componente de Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Ministério do Meio Ambiente 

Fonte: SEDR/ MMA (2008).

## ANEXO D – Fotos das Ações dos Religiosos na Ilha de Deus



Fonte: Acervo da ONG Saber Viver (ca. 1984).



Fonte: Acervo ONG Saber Viver (ca. 1983).

ANEXO E - Construção da Ponte 'Vitória das Mulheres' (2ª Etapa)



Fonte: Arquivo da ACCU (2009)



Fonte: Arquivo ACCU (2009).

## ANEXO F – Planejamento Participativo



Fonte: Diagonal Construtora (2010).



Fonte: Diagonal Construtora (2010).



Fonte: NICOM (2010b).

# Conhecendo a Ilha de Deus

## Indicadores socioeconômicos (dados SEPLAG/2007)

Número de habitantes: 1.152 pessoas

Total de imóveis: 348 – 70% das casas são atingidas nos períodos de maré alta

Atividade econômica: 50% dos moradores da ilha tiram seu sustento da pesca

## Novas casas e preservação ambiental

Serão construídas 271 novas casas

Recomposição de 9.929,71m<sup>2</sup> de manguezal



## Reformas:

- Colégio Municipal Capela Santo Antônio
- Centro Educacional Saber Viver
- Espaço das Pescadeiras
- Rádio Comunitária Caranguejo Sá
- Creche Municipal Saber Viver
- Unidade da Saúde da Família

## Construção de novos equipamentos públicos:

- Quadra poliesportiva
- Escola de Remo
- Núcleo de Segurança Comunitária
- Unidade de Beneficiamento de Pescados
- Implantação de três praças

Fonte: Pernambuco (2009).

## ANEXO H – Visitantes na Ilha de Deus

## Estudantes franceses fazem visita à Ilha de Deus



Alice Schaller - Melinda Bois - Arnaud Montigny. Arquitetos franceses visitam a Ilha de Deus.

No último mês de março, 20 estudantes franceses visitaram a Ilha de Deus. Eles vieram ao Brasil para participar de um Colóquio (encontro) de arquitetura realizado pela Universidade Federal de Pernambuco e Instituto de Urbanismo de Paris, cujo tema era Cidades Sustentáveis. E o que são cidades sustentáveis? São ambientes que fazem a ocupação consciente do solo, com planejamento da construção das habitações, buscando melhorias nas condições ambientais e nos serviços de saneamento, água e esgoto. Por isso, um dos destinos escolhidos pelo grupo foi a Ilha de Deus, que reúne essas características e é um observatório para ver como surge uma cidade sustentável. Os estudantes visitaram alguns espaços comunitários da ilha e conheceram de perto as obras na área piloto. Arnaud Montigny, estudante do Instituto de Urbanismo de Paris, achou o projeto muito interessante. "Passei pela criação de camarões e vi que o modelo de desenvolvimento que está sendo executado é eficiente, pois busca reorganizar o espaço físico. E isso vai gerar produtos

com mais qualidade", disse Arnaud. Já Alice Schaller, também integrante do grupo, destacou a importância dos trabalhos culturais na comunidade, como é o caso da rádio comunitária do Caranguejo Uçá: "enquanto caminhava pela Ilha, ouvi a rádio, e achei legal. Isso funciona como uma forma de integração entre as pessoas que vivem aqui". O encontro durou uma semana.

Fonte: Pernambuco (2010a).

## Projeto impressiona estudantes franceses

Em março deste ano, estudantes de arquitetura franceses que participavam de um encontro sobre "cidades sustentáveis", no Recife, visitaram a Ilha de Deus. Cidades sustentáveis são aquelas que contam com a ocupação consciente do solo, planejamento da construção das habitações e atenção com as condições ambientais e os serviços de água e esgotamento sanitário. **Luis de La Mora**, professor da Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), relata as impressões da visita à Ilha e a importância da comunidade "tomar conta" do que está sendo realizado.

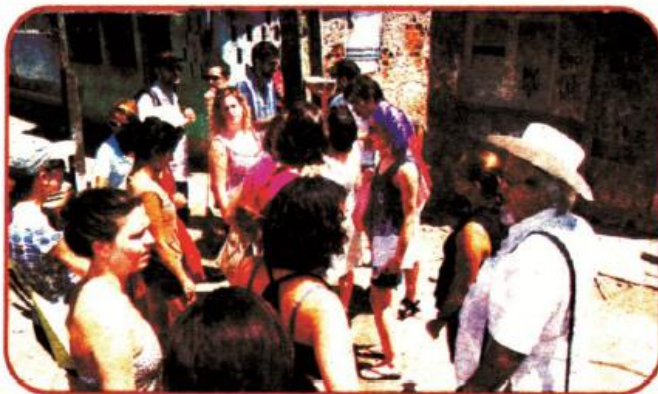


**Quais as observações dos estudantes franceses acerca do projeto realizado na Ilha?**

Cerca de 30 visitantes estiveram no local, todos estudantes de mestrado ou de doutorado, em Paris. São pessoas bastante sensíveis ao caráter sustentável do desenvolvimento. Eles consideraram o projeto da Ilha de Deus uma iniciativa onde se pode perceber o zelo pela integração das diversas dimensões do desenvolvimento urbano, em sintonia com a preservação ambiental.

**Que tipo de contribuição a comunidade pode dar para que as benfeitorias que estão sendo implementadas sejam mantidas?**

Essas melhorias devem ser apropriadas pela comunidade. As famílias devem zelar pelos patrimônios e se responsabilizar por administrar e cuidar dos locais. Essa é a forma mais eficaz de assegurar sustentabilidade às benfeitorias. É como dizia Dom Hélder Câmara, com toda razão: "Não acredito em desenvolvimento que não seja conduzido pelo povo".



Fonte: Pernambuco (2010b)

## ANEXO I – Teça no Mangue



Fonte: Acervo da ACCU (2016).



Fonte: Acervo da ACCU (2016)

## ANEXO J – Pacotes para Ilha de Deus: Teça no Mangue

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Roteiro 1</b></p> <p>Este é um roteiro com duração de um dia inteiro, começando com as boas-vindas na sede da Caranguejo Uçá. Na sequência, o visitante segue a pé pela comunidade observando todo o entorno e as intervenções humanas naquele ambiente. Em seguida é feita a vivência no mangue.</p> <p>Na volta, o visitante tem a oportunidade de degustar uma típica comida da Ilha, apreciar o artesanato, interagir com os moradores através de filmes e plenária para troca de olhares sobre a trilha.</p> <p>Ainda há a possibilidade de fazer parte de um programa na rádio comunitária Boca da Ilha.</p>                                                                                                                                                                                                                                                      | <p><b>Público-Alvo</b><br/>Adulto, técnico-científico, estudantes universitários e turistas.</p> <p><b>Capacidade</b><br/>10 a 35 pessoas</p> <p><b>Duração</b><br/>7 horas</p> <p><b>Distância a ser percorrida</b><br/>Aproximadamente 4 km – Trilha Leve</p> <p><b>Está incluso no pacote</b><br/>Trilha, almoço, atividades culturais e condução especializada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <p><b>Roteiro 3</b></p> <p>Este é um roteiro ideal para atividades pedagógicas. Começando com as boas-vindas na sede da Caranguejo Uçá. Na sequência, o visitante segue a pé pela comunidade observando todo o entorno e as intervenções humanas naquele ambiente. Em seguida é feita a vivência no mangue.</p> <p>Na volta é possível experimentar uma atividade lúdica de aprendizagem como uma oficina de percussão ou de artesanato com materiais típicos da Ilha de Deus. O trabalho é feito por instrutores que atuam na comunidade.</p> <p>A experiência se encerra na sede da Caranguejo Uçá com uma plenária de troca de aprendizagens.</p>                                                                                                                                                                                                                          | <p><b>Público-Alvo</b><br/>Pedagógico (ensino fundamental II e médio), adulto, técnico-científico, estudantes universitários e turistas.</p> <p><b>Capacidade</b><br/>10 a 35 pessoas</p> <p><b>Duração</b><br/>4 horas</p> <p><b>Distância a ser percorrida</b><br/>Aproximadamente 4 km – Trilha Leve</p> <p><b>Está incluso no pacote</b><br/>Trilha, lanche, oficina cultural e condução especializada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <p><b>Roteiro 2</b></p> <p>Este é um roteiro voltado para atividades pedagógicas. Começando com as boas-vindas na sede da Caranguejo Uçá. Na sequência, o visitante segue a pé pela comunidade observando todo o entorno e as intervenções humanas naquele ambiente. Em seguida é feita a vivência no mangue.</p> <p>O ponto forte deste roteiro é a visita à casa de um morador local, onde é possível trocar ideias sobre como é viver na Ilha de Deus, ouvir histórias de pescador, tomar água de coco e convidar os visitantes a refletir sobre modos de vida diferentes.</p> <p>A experiência se encerra na sede da Caranguejo Uçá com uma plenária de troca de aprendizagens.</p>                                                                                                                                                                                       | <p><b>Público-Alvo</b><br/>Pedagógico (ensino fundamental II e médio), adulto, técnico-científico, estudantes universitários e turistas.</p> <p><b>Capacidade</b><br/>10 a 35 pessoas</p> <p><b>Duração</b><br/>4 horas</p> <p><b>Distância a ser percorrida</b><br/>Aproximadamente 4 km – Trilha Leve</p> <p><b>Está incluso no pacote</b><br/>Trilha, lanche, oficina cultural e condução especializada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <p><b>Roteiro 4</b></p> <p>A cidade do Recife é cortada por outros rios além do Capibaribe e Beberibe. Você sabia? Nesta experiência o visitante terá a oportunidade de navegar pelos Rios Jordão e Pina e pela Bacia do Pina e observar a cidade a partir do rio, e não o rio a partir da cidade.</p> <p>Depois do acolhimento na sede da Caranguejo Uçá a saída para o passeio acontece da escola de Remo da Ilha de Deus. De lá, vai-se navegando pelo Rio Jordão e observa-se a cidade pelo bairro da Imbiribeira. Na sequência, chega-se ao Rio Pina, onde é possível ver a cidade do lado da Via Mangue e do Parque dos Manguezais. Da Bacia do Pina observa-se de um lado o Pina e Brasília Teimosa e do outro o centro da cidade. A experiência é conduzida por pescadores experientes, em barcos com capacidade para até 5 pessoas. Na volta, é hora de degustar</p> | <p>uma típica comida da Ilha e apreciar o artesanato. É o momento de interagir com os moradores por meio de filmes, plenária para troca de olhares sobre a trilha e ainda há a possibilidade de fazer parte de um programa na rádio comunitária Boca da Ilha.</p> <p><b>Público-Alvo:</b> adulto, técnico-científico, estudantes universitários, e turistas.</p> <p><b>Capacidade:</b> 10 a 35 pessoas</p> <p><b>Duração total:</b> 7 horas – Dia inteiro</p> <p><b>Duração do passeio de barco:</b> entre 2h e 2h30, em trajeto feito de barco a motor.</p> <p><b>Orientação:</b> caso tenha histórico de enjoo, levar remédio para este evitar o mal estar. Vivência não recomendada para portadores de labirintite.</p> <p><b>Está incluso no pacote:</b> trilha, barco, almoço, interações culturais e condução especializada.</p> |

Fonte: Panfleto da ACCU (2018).

## ANEXO L – Pacotes para a Ilha de Deus: Saber Viver e Catamaran Tours

fone: +55 (81) 3422-2706 whatsapp: +55 (81) 99856-4348

**saber viver**  
Turismo de Experiência

| Ilha tour                                                                                                                                      | vivência                                                                                                                                                    | pedagógico                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>every saturday - todo sábado<br><b>9h AM</b><br>R\$ 75,00 | <br>agende sua visita - schedule your visit<br><b>3h TOUR</b><br>R\$ 50,00 | <br>agende sua visita - schedule your visit<br><b>6h TOUR</b><br>sob consulta |
| <b>ILHA TOUR</b>   Um dia de imersão na comunidade   An immersion day at the community                                                         | <b>VIVÊNCIA</b>   Junte-se à Ilha de Deus e faça parte   Join us at Ilha de Deus and be part of it                                                          | <b>PEDAGÓGICO</b>   Muito conhecimento em um só lugar   Gathering knowledge in one place                                                                        |

sabervivertour@gmail.com facebook.com/@sabervivertour

Fonte: Facebook da Agência Ilha de Deus (2016).

**PROMOÇÃO TOUR ILHA DE DEUS DE R\$ 55,00 POR R\$50,00**



Venha fazer esse passeio especial com muita história, turismo ciência e cultura, conhecendo e vivenciando o dia a dia da comunidade da Ilha de Deus: comunidade localizada no centro do Parque dos Manguezais, na reserva estuarina da Bacia do Pina, que começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX. De olho em iniciativas que preservam o meio ambiente e promovem o bem-estar coletivo, a Catamaran Tours e a ONG Saber Viver realizam todos os sábados um tour pela Ilha de Deus. Desde que surgiu, a Ilha de Deus sempre foi vítima de diversos problemas sociais e da ausência de serviços públicos básicos, como saúde, saneamento, educação e segurança. A situação crítica fez com que a comunidade fosse batizada por muitos anos de "Ilha sem Deus". O cenário só começou a mudar a partir de 2007, quando, após muita luta dos moradores, a região passou por um processo de urbanização executado pelo Governo do Estado de Pernambuco. Assim, as palafitas deram lugar às casas de alvenaria, mais dignas, e as ruas cheias de lama, ao saneamento básico. Neste roteiro, mostramos aos passageiros como a comunidade conseguiu se estabelecer de forma harmônica com a natureza, superando os diversos problemas sociais e tendo na pesca de camarões, caranguejos, siris e sururus sua principal atividade econômica, abordando os principais aspectos socioculturais, econômicos e ambientais da comunidade. Durante o percurso, os passageiros poderão conhecer os projetos sociais que vêm transformando a vida dos ilhéus, além de vivenciar as principais atividades produtivas locais, como a pesca do sururu. Passeio com duração de 2h/2h15min aonde os passageiros terão contato com os principais aspectos da cultura local como o artesanato, promovido por artesãos da própria Ilha de Deus. Após efetuar a compra, envie e-mail para [pagseguro@catamarantours.com.br](mailto:pagseguro@catamarantours.com.br) e efetue a sua reserva OBS - A entrega dos ingressos será feita na bilheteria no dia do passeio. Necessário levar o comprovante de compra impresso e a entrega será feita EXCLUSIVAMENTE ao TITULAR DA COMPRA mediante apresentação de documento de identidade com foto.

Insira a quantidade



Adulto:   
Criança:   
Total: **R\$ 50,00**

**Comprar**

**pagseguro**



**Embarque:**  
Restaurante Catamaran - São José - Recife - PE

**Horário:**  
10H

**Capacidade:**  
100 pessoas

**Dias:**  
SÁBADO - 10H

**Preços:**  
DE R\$ 55,00 POR R\$ 50,00 por pessoa Criança de 0 à 5 anos - Cortesia TARIFA CRIANÇA: de 6 à 10 anos - R\$ 25,00

Fonte: Site da Catamaran Tour (2018).

## ANEXO M – Missão na Ilha de Deus: Volunteer Vacation



[Sobre](#)
[Destinos](#)
[Projetos VV](#)
[Blog](#)
[Contato](#)
[Cadastrar](#)
[Entrar](#)




## Na Ilha de Deus nosso voluntário atua diretamente com 2 mil habitantes de uma comunidade no coração de Recife

Esse lugar especial conhecido como a **Ilha de Deus**, é banhado pelos rios Tijipiô, Pina e Jordão, em uma das maiores áreas de mangue em zona urbana do Brasil e um dos últimos resquícios desse ecossistema na capital de **Pernambuco**.

A nossa ONG parceira atua diretamente com os diversos perfis de moradores da comunidade, através de seis diferentes programas.

**Atividades:**

- Educação infantil (crianças de 4 a 9 anos): desenvolvimento de programas criativos para os tempos livres, tais como arte, dança, música e outras atividades recreativas para as crianças; aplicação do conteúdo em sala de aula com as crianças; aula de inglês; ajudar as crianças com diversas necessidades de saúde e higiene pessoal.
- Esportes (educação física): ajudar o professor a passar as atividades, coordenar praticas esportivas (futebol é sempre um favorito!) e criar atividades físicas.
- Empoderamento feminino: ajudar na capacitação das artesãs locais e na criação de novas peças de arte.
- Meio Ambiente: colher sementes do manguezal, produzir mudas em viveiros e nas plantações e ajudar na recuperação da flora local.
- Cultura: dar suporte nas aulas de dança e teatro para os jovens locais.
- Área de gestão da ONG: ajudar no marketing, gestão de recursos, administração e criação de material institucional para divulgação do projeto.

## Informações

**Períodos / Custos**

- 7 dia(s) - R\$ 1.801,00 -
- 14 dia(s) - R\$ 3.532,00 -
- 21 dia(s) - R\$ 5.262,00 -
- 28 dia(s) - R\$ 6.500,00 -

**Idade**

16 anos

Fonte: Site do Volunteer Vacation (2018).